Maria Aparecida Prazeres Sanches

As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950

Tese apresentada ao Curso de História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração História Contemporânea

Orientador
Profa. Dra. Hebe Maria Mattos

Niterói, 2010

Maria Aparecida Prazeres Sanches

As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950

Tese apresentada ao Curso de História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração História Contemporânea

Banca Examinadora

Profa. Dra. Hebe Maria Mattos (orientador)

Profa. Dra. Magali Engel

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas

Profa. Dra. Nancy Rita Sento Sé Assis

Profa. Dra. Rachel Soihet

“*Quem um dia irá dizer que existe razão nas coisas feitas pelo coração? E quem irá dizer que não existe razão?*”
Renato Russo/ Legião Urbana

Dedico esse trabalho a Branca Maria Silva Vieira, Francisco Sanches Gomes, Gabriel Sanches Gomes, João Mauricio Sanches Conceição, Jordana Sanches Conceição. Para que no futuro eles entendam os modos do passado...

Agradecimentos

Todo o trabalho que resultou nessa tese de doutoramento, desde o momento da elaboração do projeto até a redação final, contou com a colaboração de muitos amigos, colegas e professores. Inicialmente gostaria de agradecer aos meus companheiros de trabalho na Universidade Estadual de Feira de Santana, sem eles para "segurar a barra" e permitir minha liberação por quatro anos e meio essa jornada jamais teria sido possível.

Sem financiamento estudar em outro Estado, custear a pesquisa, enfim sobreviver teria sido deveras difícil, assim agradeço a CAPS e a PPPG/UEFS pela concessão da bolsa que me permitiu fazer frente a todas as despesas inerentes ao processo de doutoramento.

Agradeço também a ajuda preciosa de Suzana Almeida e Giovanna Gusmão durante o longo e penoso trabalho de pesquisa. A convivência nos arquivos acabou sendo mais que proveitosa, pois, do convívio diário, mais que documentos importantíssimos à construção desse trabalho, encontramos a amizade, o companheirismo, a solidariedade, sem o qual nenhum trabalho se sustenta. Obrigada garotas! A dura jornada ficou leve ao tê-las do meu lado.

Aos funcionários do Arquivo Público de Estado da Bahia, da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, da Santa Casa de Misericórdia, do Memorial de Medicina e da Fundação Biblioteca Nacional que me receberam com respeito e atenção.

A minha querida amiga Professora Márcia Regina Guimarães Alfano por mais uma vez me ajudar a caminhar pelos aflitivos caminhos das análises estatísticas e elaboração das tabelas. Sei que ainda falta muito para aprender... Mas me alegra saber que sempre estará ai para mais uma vez me ensinar. Te Amo!

Gostaria de agradecer especialmente Profa. Dra. Nancy Rita Sento Sé de Assis pela cessão de documentação primária e pela leitura atenta dos originais. Sua sabedoria é sempre inspiradora.

Gostaria de agradecer a Profa. Dra. Rachel Soihet, pois foi através de um texto seu que pela primeira vez ouvi falar e passei a entender o significado de "História das Mulheres e Gênero". Foi com base nesses significados que trilhei minha vida acadêmica.

Dedico esse trabalho a todos os amigos por ouvirem pacientemente meu falar sem fim das defloradas, dos namoros, da pesquisa, dos medos, das inquietudes, angústias, loucuras, surtos e achaques diversos. Todos foram MARAVILHOSOS! Me aturaram horrores...

Ao meu querido amigo Ailton Souza, companheiro de muitas décadas. Seu apoio durante minha estada na Cidade do Rio de Janeiro foi tudo. É um grande privilégio tê-lo sempre ao meu lado. Te amo muito Tico!

A minha querida filha **Branca Maria Silva Vieira** cuja existência me impulsionou a seguir em frente quando mais nada parecia fazer o menor sentido... Foi por você e para você que acabei esse trabalho.

E, finalmente, gostaria de agradecer especialmente a professora Hebe Mattos pela orientação atenta, pelas sugestões ricas e pelo apoio constante que foram fundamentais para que este trabalho fosse possível. Obrigada!

Resumo

O presente estudo tem por objetivo pensar as estratégias de escolha conjugal e as relações de namoro no seio da população pobre, negra e mestiça de Salvador, refletindo de que maneira as hierarquias de status, classe e raça interferiram na estruturação de estratégias matrimoniais desse segmento populacional, posto que um "bom casamento" podia facilitar a sobrevivência assim como facultar a negros e mestiços canais relativamente seguros de ascensão social. Delimitamos nossas balizas cronológicas entre o período de 1889 a 1950, buscando refletir as formas pelas quais as assimetrias de gênero, as construções ideológicas em torno das diferenças etno-raciais (que na Bahia foram traduzidas sob a forma do preconceito de cor), as hierarquizações de classe, assim como as noções de honra feminina, influíram no estabelecimento de uma lógica de alianças matrimoniais que, se por um lado, poderia facilitar os caminhos da ascensão social dos indivíduos envolvidos, contraditoriamente aprofundavam o preconceito racial (e de cor) e as hierarquizações de classe na sociedade baiana

Palavras-Chaves: Namoro, Romantismo, Relações Sexo-raciais, honra feminina, estratégias matrimoniais.

Lista de Siglas

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

BCPO – Biblioteca do Colégio Padre Ovídio

AHPMS - Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador

AMMS – Arquivo Memorial de Medicina de Salvador (Biblioteca da Faculdade de Medicina).

BIF – Biblioteca do Instituto Feminino

Sumário

Introdução----------10

Parte I – Caminhos e Descaminhos da Ascensão Social na Bahia

1ª Capitulo – Relações Raciais, um tema ainda atual ----------32

2ª Capitulo – As primeiras reflexões sobre ascensão: Donalde Pierson, Ruth Landes, Thales de Azevedo e a literatura de Xavier Marques----------53

Parte II- O Cenário: A Cidade e Sua Gente

3ª Capitulo – A construção de uma nova cidade ---------- 100

4ª Capitulo – A "Roma Negra"!? A população de Salvador e suas características raciais e demográficas----------111

5ª Capitulo – Onde trabalham e como vivem ----------144

Parte III – A Flor da Pele: Relações Amorosas, Namoro e Sexo

6ª Capitulo - "Expectativas, irreais e desleais": O Processo e suas especificidades. ----------193

7ª Capitulo - Onde o amor "floresce" na cidade ----------245

8ª Capitulo – Namoro e a conquista de um bom partido.----------264

9ª Capitulo – Escolhas!?: Como se conquista um bom partido.----317

Conclusão - ----------364

Fontes e Bibliografia ----------367

Anexos----------384

Introdução

O nascer de um projeto...

A ideia deste trabalho nasceu durante a redação da minha dissertação de mestrado na qual estudei o cotidiano de trabalho e a vida pessoal das empregadas domésticas no início do século XX. A base documental deste trabalho foram os processos de defloramento, furto, infanticídio, Homicidios e lesões-corporais nos quais essas mulheres figuravam como vítimas e réus. Os dramas pessoais relatados aos delegados, escrivães e juízes me permitiram seguir as pistas que davam conta não só do cotidiano de trabalho dessas mulheres, objetivo primeiro da dissertação, mas também dos desejos, anseios, amores, sonhos "em pequenas porções de ilusões", que ficaram grafados nas páginas processuais.

Se a primeira e segunda parte da dissertação davam conta das relações de trabalho no contexto baiano e no miúdo da vida cotidiana, na parte final, busquei as relações entre as especificidades do trabalho doméstico e a vida pessoal dessas mulheres. Assim, nos deparamos com estratégias que visavam preservar a individualidade e manter os laços familiares num contexto de trabalho que previa a coincidência entre o local de emprego e de moradia. Foi exatamente ao escrever esta parte que novas inquietações iam surgindo e começamos a formular novas questões que naquele momento ainda não podíamos responder. Nossas análises apontavam para a possível existência de alguns padrões que se repetiam e que, por mais que nos deixassem inquietos, naquele momento, não dariam para serem explorados. São essas inquietações nascidas no processo de redação do trabalho de mestrado que deram origem ao projeto de doutoramento.

A eleição de um namorado, pelas domésticas, parecia recair sempre sobre um determinado grupo de homens, eram quase sempre trabalhadores cuja atividade gerava respeitabilidade e certo prestígio social. Certas de que nem sempre o namoro acabava em casamento, mesmo depois de defloradas, mas a eleição desses homens indicava que as mulheres buscavam garantir um futuro relativamente seguro, com homens capazes de, junto com elas, manter uma família. As mães das domésticas, que perfaziam a maior percentagem de denunciantes, apesar de serem, em grande parte, amasiadas, lutavam contra todos os obstáculos no intento de casar as filhas com o seu deflorador, já que o abandono e a maternidade solitária pareciam repetir a mesma sina, passada de mãe para filha e, ao mesmo tempo, atestavam a importância que esse laço assumia na vida dessas mulheres.

Por outro lado, a possibilidade ascensional na Salvador de então era muito restrita num mercado de trabalho onde o Estado e o Comércio, juntos, constituíam os grandes empregadores, mas com reduzida capacidade para absorver satisfatoriamente o contingente populacional em idade economicamente ativa. Segundo Santos, que escreveu sobre as atividades ocupacionais em Salvador na primeira República, a abolição não modificaria significativamente os setores ocupacionais. Os ex-escravos, ou mesmo, aqueles já livres ao tempo da abolição, continuaram a se dedicar ao setor do artesanato ou tentaram colocação no comércio, "atividade tradicionalmente preenchida pelos brancos".[1] Numa economia pouco diversificada e que gerava restritos postos de trabalho, encontrar emprego não era tarefa das mais fáceis. Nesse contexto, a ascensão parecia estar mais ligada a um investimento familiar que, unindo educação com relações de apadrinhamento, abria possibilidades de melhora para uma população que vivia crônicos problemas de carestia dos gêneros de subsistência aliados aos baixos níveis de

[1] Santos, Mário A. da Silva, Sobrevivencias e Tensões Sociais. Salvador (1890 -1930), São Paulo: USP, Tese de Doutorado,1982, mimeo, pp. 82/83

remuneração e à baixa oferta de prédios para moradia. Assim, alicerçada nas conclusões a que já havia chegado no trabalho de mestrado e imbuída de novas questões, nascia o projeto de pesquisa que daria corpo à tese **As Razões do Coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950**.

O presente estudo tem por objetivo pensar as estratégias de escolha conjugal no seio da população pobre, negra e mestiça de Salvador, refletindo de que maneira as hierarquias de status, classe e raça interferiram na estruturação de estratégias matrimoniais desse segmento populacional, posto que um "bom casamento" podia facilitar a sobrevivência assim como facultar a negros e mestiços canais relativamente seguros de ascensão social. Ascensão social é aqui pensada como melhoria financeira conferida pela elevação do padrão de consumo de bens e serviços, pelo aumento da renda, pela elevação do status social dado pelo reconhecimento da comunidade em que os indivíduos estavam inseridos, sendo, portanto, necessário perceber como os mecanismos de inclusão e exclusão eram engendrados a partir das clivagens de gênero, raciais e de classe e de que maneira respaldavam as estratégias maritais.

Delimitamos nossas balizas cronológicas entre o período de 1889 a 1950. Tal recorte justifica-se uma vez que, mesmo que não restrinjamos o processo de extinção do trabalho escravo ao debate político-parlamentar da década de 80 do século XIX, é, efetivamente, naquele ano de 1888, que juridicamente o trabalho escravo chega ao fim no Brasil, legando à Republica recém implantada (1889) a tarefa de resolver as questões pertinentes aos processos de inserção da população negro-mestiça na nova ordem política e social. Esta nova ordem colocaria para a população egressa do cativeiro a necessidade de enfrentamento de um difícil e longo processo de busca de novas identidades que colocassem fim aos estigmas sócio-culturais herdados da escravidão. A sociedade soteropolitana, no período em questão, resistiu aos processos de mudança no

sistema de hierarquias sociais e de relações de poder. A Abolição colocaria fim à escravidão, mas não aos preconceitos que incidiam de forma cabal sobre a população negro/mestiça. As relações sociais e de trabalho, como um todo, foram fortemente marcadas pelas ideias de subalternidade e obediência, principalmente para o reconhecimento do "lugar social" que negros e mestiços deveriam ocupar na sociedade.[2]

Segundo Schwartz, a constituição de uma sociedade escravista no Brasil não se dera apenas devido ao fato de sua força de trabalho ser predominantemente escrava, *"mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e homens livres, aos princípios hierárquicos baseados na cor e na raça (...) e à deferência dos socialmente inferiores"*.[3] Essas atitudes senhoriais permaneceram vigentes até os anos finais do século XIX. O fim da escravidão e a passagem para o regime de mão-de-obra livre não ocorreram senão após um período de adaptações, ao longo do qual, fizeram-se os ajustes necessários às novas relações de trabalho. Isto nos permite afirmar que, à exceção das distinções jurídicas, as características sócio-culturais, herdadas da escravidão, continuaram em vigor, especialmente no que diz respeito aos princípios hierárquicos baseados na cor, marcando profundamente não só as relações de trabalho, mas os valores e as concepções de mundo da população brasileira como um todo e, especificamente a baiana.[4] Como demonstrei no meu trabalho de Mestrado, ao discutir o cotidiano profissional das empregadas domésticas, a subalternidade e a subserviência seriam cotidianamente relembradas nas relações que se desenvolviam em torno do fogão, mas não só ali. Em todos os lugares, aos negros, mestiços e pobres eram sempre lembradas as deferências devidas aos ditos "socialmente superiores". [5]

---

[2] Sobre a questão ver: SANCHES, Maria Aparecida Prazeres,"Fogões ,Pratos e Panelas: poderes,práticas e relações de trabalho doméstico". Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, Salvador:UFBA, 1998; BARCELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

[3] SCHWARTZ, Stuart B., **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**, São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp. 209 a 214.

[4] SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, Op Cit,p. 21/24

[5] Idem Ibidem

Em contrapartida, a década de 40 e, principalmente, a de 50 foram extremamente expressivas no tocante à explicitação dos processos de modernização da sociedade soteropolitana no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, acentuados pela industrialização deflagrada com a vinda da Petrobras. A partir de 1950, a Bahia progressivamente adentra ao capitalismo moderno, e sua economia vivencia um volume de investimentos até então inéditos. A implantação da Petrobras afetou o mercado de terras, alterou o mercado de trabalho com o aumento dos níveis salariais e estimulou a construção civil, afetando as feições urbanísticas da cidade, e provocando a construção de estradas o que gerou o surgimento de pequenas indústrias, alterando definitivamente as seculares relações de trabalho na capital baiana. A expansão do mercado de trabalho a partir da década de 50 engrossaria o contingente dos segmentos média pela inclusão crescente de famílias cujos membros passavam a compor o quadro de trabalhadores da Petrobras, do Polo Industrial de Aratu e de Camaçari, formados pelas Escolas Técnicas que eram criadas pelas exigências dos novos setores industriais. As grandes empresas estatais EMBASA -Empresa Baiana de Água e Saneamento, e COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, junto com as demais, garantiam as ofertas de trabalhos e davam estabilidade financeira àqueles que viam a qualificação educacional/profissional uma oportunidade para se candidatarem, via seleção pública, a ocupar seus postos de trabalhos. Isto atenuaria os efeitos da seleção racial que marcara até então o mercado de trabalho soteropolitano.

Associado a esse condicionamento urbano-industrial, teríamos, a partir de 40 e 50, a consolidação do discurso em torno de uma pretensa Democracia Racial que colocara em novos termos o preconceito racial, ou seja, na capacidade da sociedade "absorver e integrar os mestiços e os negros. Essa capacidade varia na razão direta do grau com que a pessoa repudia sua ancestralidade africana (...). Embraquecimento e

democracia racial são assim conceitos de um novo discurso racialista".[6] Mesmo que as relações de subalternidade e o preconceito de cor ainda se fizessem presentes em Salvador, as novas oportunidades de trabalho, advindas com a dinâmica econômica, progressivamente, engendraram alternativas de inserção social para a população negro-mestiça que, antes de 50, numa Bahia pouco industrializada, não seriam possíveis. Como nos fala Thales de Azevedo, o esforço pessoal e o aprimoramento educacional associado aos novos postos de trabalho asseguravam novas vias de ascensão social.[7]

A Caminhada...

O conceito de gênero inaugurou um novo patamar para as discussões sobre a História das Mulheres ao colocar a questão da diferença sexual em termos abrangentes, rejeitando a naturalização das diferenças de sexo, apontando para a construção cultural e histórica da diferença entre homens e mulheres. Este conceito é extremamente útil ao evidenciar as diversas clivagens sociais nas quais estão inseridos os homens e as mulheres baianos, ou seja: étnicas, raciais e de classe social. Vale lembrar a importante reflexão da Verena Stocler, quando argumenta que "*a desigualdade de gênero na sociedade de classe resulta de uma tendência historicamente específica a 'naturalizar' ideologicamente desigualdades socioeconômicas prevalecentes*. (...) *Essa 'naturalização' é um subterfúgio ideológico destinado a conciliar o irreconciliável, ou seja, o difundido ethos* (ilusão) *de igualdade de oportunidade para todos os seres humanos, nascidos livres e iguais, com a existência real de desigualdades socioeconômica*s". A

[6] GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo, "Raça, racismo e grupo de cor no Brasil". In **Estudos Afro-Asiaticos**, No.27, Rio de Janeiro, 1995, p. 57.
[7] AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupo de Prestígios**. Salvador: EDUFBA / EGBA,1996. Sobre a ascenção da população negra na Salvador contemporânea ver FIGUEIREDO, Angela, **Novas Elites de Cor. Estudo sobre os profissionais liberaios negros de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002.

naturalização ideológica das desigualdades desempenha, portanto, um "*papel fundamental na reprodução da sociedade de classe*". [8]

Enquanto categoria de análise relacional, o gênero aponta para a impossibilidade de pensar a mulher e a sua história, sem considerar os homens nessa reflexão. O termo passou a ser utilizado para enfatizar a questão da diferença sexual, insistindo no caráter fundamental das distinções baseadas no sexo como construções de caráter social. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso do termo "sexo" ou diferença sexual, passando a indicar a criação inteiramente social das ideias sobre papéis sociais próprios a homens e mulheres.[9] Ao refletir sobre as possibilidades teóricas do gênero, J Scott apontou para um aspecto central no seu uso que estaria na sua capacidade de significar as relações de poder. "o lugar da mulher na vida social humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que adquirem estas atividades através da interação social concreta. Para fazer surgir o sentido, temos necessidade de tratar o sujeito individual bem como a organização social e de articular a natureza de sua inter-relação, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero, como sobrevém a mudança. Enfim, temos necessidade de substituir a noção de poder unificado, coerente e centralizado, por qualquer coisa que esteja próximo do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos nos "campos de força" sociais.[10]

As análises de gênero têm se mostrado extremamente úteis ao evidenciar as diversas clivagens sociais nas quais estavam inseridos homens e mulheres: étnicas,

[8] STOLCKE, Verenas,"sexo esta para gênero assim como raça para etnicidade?". In **Estudoa Afro-Asiaticos**,No.20, 1991, p. 103.
[9] SOIHET, R, "História das Mulheres, Cardoso" , C.F. e Vainfas, R (), **Domínios da História**, Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997; DEL PRIORE, Mary, "História das Mulheres: As Vozes do Silêncio" FREITAS, Marcos Cezar(), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**, São Paulo: Contexto, 1998; PISCITELLI, Adriana. "Reflexões em torno do gênero e feminismo In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira () **Poética e Práticas Feministas**". Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.
[10] SCOTT, J, "Gênero: Uma Categoria útil de Análise Histórica". **Revista Educação e Realidade**, Trad. Guacira Louro, Porto Alegre, 1990, p. 15

raciais e de classe social, permitindo discutir a atuação de homens e mulheres dentro do grupo familiar, das relações conjugais, de namoro, ou mesmo, no conjunto da sociedade em que há a necessidade de se transformar a construção das identidades de gênero numa perspectiva relacional, determinada pela posição do indivíduo quanto à classe social e dentro do conjunto das relações étnico/raciais. A forma como se vivenciam a opressão e a discriminação está diretamente relacionada a esta articulação. Os papéis sociais instituídos para homens e mulheres são estabelecidos no conjunto da sociedade, como normas ou como costumes, sendo possível percebê-los nas histórias de vida, nos documentos oficiais ou nas leis, mas será preciso considerar a origem da construção desses papéis e como eles estão relacionados às imagens e estereótipos construídos sobre esses indivíduos. [11]

Para se chegar a essa tessitura das relações sociais baianas a partir do recorte de gênero, raça e classe, percorremos os caminhos indicados por outros historiadores, a exemplo da Marise Corrêa, em sua obra clássica **Morte em Família,** pioneira no uso dos processos criminais para analisar, sob o campo conceitual de gênero, os conflitos que envolviam homens e mulheres na vivência da relação matrimonial. Corrêa demonstra que era na própria instituição matrimonial que residia a assimetria de gênero, procedendo a uma profícua leitura dos processos criminais, revelando toda a potencialidade dessas fontes para as análises históricas sobre casamento, sexualidade, relação entre público e privado, assim como o cotidiano de homens e mulheres pobres na vivência das relações de namoro e de casamento.

[11]THÉBAUD, Françoise. "História das Mulheres, História do Gênero e Feminismo: o exemplo da França" In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (Org.s.), Poéticas **e Práticas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 67-80; HOOKS, Bell. "Intelectuais negras" **Revista Estudos Feministas.** Vol.10 N.2/2002. IFICS/UFRJ – PPCIS/UERJ vol3 Nº2, 1995 p. 464-478

Outro importante trabalho foi o **Meninas Perdidas**[12]. Nesse estudo, Esteves descortina, a partir dos processos de defloramento, o cotidiano do trabalho e das relações amorosas, valores e condutas das mulheres pobres no Rio de Janeiro Republicano, procedendo a uma análise exaustiva do discurso jurídico sobre a moralidade feminina, demonstrando haver uma contradição entre as normas e valores apregoados pela elite letrada, enquanto norma de conduta, e aquelas vivenciadas pelas mulheres pobres no seu universo cultural. Segundo constatou a autora, na análise desses processos, a honra, a virgindade, o namoro e o casamento possuíam valores e dinâmicas diferentes daqueles professados pelas elites, fazendo com que, ao não se enquadrarem no padrão feminino esperado, aquelas mulheres passassem a ser julgadas no lugar de seus "sedutores".

As discussões em torno das concepções de honestidade sexual, honra e moralidade constituem o cerne das discussões empreendidas pela historiadora norteamerica Sueann Caulfield no livro *Em Defesa da Honra (1918-1940)*. Promovendo uma análise pormenorizada da compreensão de honra feminina, pela análise dos processos de defloramento no Rio de Janeiro, entre namorados, parentes, juristas, delegados e advogados, a autora relaciona o conceito de honra ao de riqueza, legitimidade, comportamento, reputação, como também às identidades de gênero, raça e classe, sendo que o peso desses componentes na conformação da ideia de honestidade e honra variavam no tempo. A honra sexual considerada a base da família tornou-se, por extensão, a base da Nação, na República, um componente fundamental da missão civilizadora sem a qual o projeto burguês republicano de ordem e progresso era considerado possível pelos seus idealizadores. [13]

---

[12] ESTEVES, Marta, **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

[13] CAULFIELD, Sueann, **Em Defesa da Honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**,Campinas:Ed Unicamp, 2000.p.26; e "Que virgindade é essa? A mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940", In. **Acervo**, V 9, no. 1-2 (jan-dez), Rio de Janeiro: 1996.

O debate jurídico em torno da honra feminina iniciado no século XIX com as discussões em torno do Código Penal de 1830 e sobre o projeto do Código Civil, que levaria 60 anos para entrar em vigor, ainda ocorreria na década de quarenta, quando o novo Código Penal brasileiro seria promulgado. O Código Penal de 40 era apresentado como uma resposta às mudanças que a industrialização e a intensa urbanização, inscritas no projeto de modernização, provocaram no comportamento feminino. Para os críticos, a sistematização de normas e as regulamentações contidas nos artigos do Código de 1890 não pareciam mais capazes de dar conta dessa nova realidade. E, como demonstrou Besse, as pressões decorrentes da economia de consumo, da cultura do lazer e das crescentes oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres, principalmente das camadas médias e altas, iam de encontro ao papel de esposa e mãe, de guardiã da moral e dos bons costumes que dela se esperava. [14]

Nesse processo de redefinição de papéis, que geraram conflitos entre as novas perspectivas que se abriam às mulheres, questionando os valores herdados da ordem patriarcal e os setores tradicionais da sociedade, o Estado é chamado a intermediar e resolver o conflito à medida que "o processo de modernização pautou-se pela apropriação do poder patriarcal da família pelo Estado que, em contrapartida, institucionalizava o poder dos homens sobre as mulheres em leis e políticas sociais" que ritualizavam a dominação, ao mesmo tempo em que se afinava aos ideais burgueses de direitos individuais . "Os novos papéis femininos puderam ser assimilados nas tradições patriarcais desde que racionalizados como uma extensão para a esfera pública" das "capacidades inatas" das mulheres - como professoras, enfermeiras, balconistas, caixas de banco, telefonistas, recepcionistas e secretárias - e não as emancipasse da

[14] BESSE: Susan K., **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Genero no Brasil, 1914/1940,**São Paulo: Edit. USP,1999.

dependência mental, emocional e econômica dos homens.[15] O casamento moderno e a família nuclear, propalados pelas elites letradas como instituições 'biologicamente naturais', constroem-se como um ideal a ser alcançado por todas as classes sociais.[16] Frente às novas identidades, os operadores do direito interpretavam diversamente os conceitos de honestidade e virgindade, contidos no código de 1890, de forma que ora incluía, ora excluía a dita mulher moderna. [17]

As queixas de defloramento que inundaram as delegacias dos bairros soteropolitanos e os processos delas decorrentes foram palcos de contendas que separaram casais ou uniram, pela força da lei, namorados que, renitentes, recusavam-se a cumprir a promessa de casamento feita às namoradas. O que parecia, na definição penal, uma disputa de fácil solução, impor pela força da lei a união matrimonial do homem com a mulher que ele havia desvirginado; na prática, convertia-se em conflitos nos quais diversas concepções sobre honestidade, virgindade, pudor, namoro, casamento e bom comportamento se defrontavam. O casamento era colocado para a população pobre como um ideal moral e ascensional a ser alcançado e, como demonstrou Graham, o casamento oficial entre os pobres era muito valorizado[18] e se constituía em um objetivo a ser alcançado, a base para a respeitabilidade frente à sociedade, com elevação do *status* social devido às suas implicações de ordem moral para aqueles que o contraíam. Mas, ao mesmo tempo, esse "ideal a ser alcançado" ganha contornos dinâmicos e significados diversos, segundo o grupo social que dele se apropriava.

No caso de Salvador, o binômio raça/classe terá que ser considerado, uma vez que este reforça formas de desigualdades de gênero, gerando tensões. A sobreposição de

[15]BESSE, Susan K., Op. Cit. pp.222-223.
[16] idem,ibidem,pp. 6-7.
[17] CAULFIELD, Sueann, Op Cit, pp. 168/168.
[18] GRAHAM, Sandra L., **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910,** São Paulo: Companhia das Letras, 1992,p.89.

duas hierarquias: *status* (cor, origem familiar) e classe (ordem econômica) marcam profundamente o universo das relações sexo-afetivas e das expectativas matrimoniais de mulheres e homens pobres negros e mestiços[19] . Cruzar gênero, raça/etnia e classe, neste trabalho, faz-se necessário porque se tratam dos principais elementos sobre os quais estava assentado o aporte cultural da sociedade baiana como um todo e, de modo particular, da capital do Estado, permitindo-nos compreender estratégias e práticas que os sujeitos históricos articulam na suas interações sociais.

Nos processos de defloramento, pudemos constatar, nos discursos das vítimas e dos acusados, as aspirações com relação ao casamento, principalmente no que se refere aos padrões de escolha que presidiam as relações matrimoniais, assim como o universo de valores e condutas próprios às camadas populares, dando conta da dinâmica e da estratégia do sistema de alianças matrimoniais (e, consequentemente, de procriação) apontando para a manutenção do que o demógrafo José Luis Petruccelli denomina de "fronteiras inter-raciais" por meio das quais "o comportamento nupcial seletivo, sancionando regras e valores sociais vigentes, através dos processos de estabelecimento de laços no processo de formação de casais, mascara as reais condições de reprodução da desigualdade na população brasileira, contribuindo, paradoxalmente, para a manutenção das fronteiras inter-raciais. Existe um amplo consenso de que as escolhas [matrimoniais] não são um produto de um jogo aleatório, mas expressão de regras sociais determinadas, que tendem a facilitar alguns tipos de uniões e a dificultar outros, construindo um sistema que estrutura os intercâmbios individuais e de grupos"[20]

[19] O conceito de cor esta sendo aqui empregado no sentido que foi discutido por Antônio Sergio Guimarães, ou seja não se restringe puramente a tonalidade da pele mas a um conjunto de características físicas que engloba alem da pigmentação da pelo o tipo de cabelo, o formato do nariz, da boca. Guimarães, Antônio Sergio Alfredo, Cor, Classe e Status nos estudos de Pierson, Azevedo e Herris na Bahia:1940-60". Comunicação apresentada ao Seminário" Raça, Ciência e Sociedade no Brasil",1995.

[20] PETRUCCELLI, José Luis, "Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90"**. Estudo Afro-Asiático**. [online]. jan./jun. 2001, vol.23, no.1 [citado 12 Maio 2005],p. 2

O conceito de Raça, que iremos operacionalizar no corpo do trabalho para entender essas relações, tem por base a formulação do sociólogo Antonio Sergio Alfredo Guimarães, que o define não como um conceito que corresponderia a uma "realidade natural", mas como "tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo indeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social". Raça possui uma "realidade social plena" e para que consigamos entender as relações que esta engendra só lhe reconhecendo "realidade social plena que o ato de nomear permite". [21] Ao definir Raça, nestes termos, Guimarães nos permite pensar tal conceito como mais um processo de hierarquização das relações sociais com base em processos de "naturalização" das relações sociais como a noção biológica de sexo a qual o gênero vem questionar. O discurso racial, como afirmou Hebe Mattos, é sempre um discurso de classificação permeado de ambiguidades, principalmente na República, quando o discurso da nação mestiçagem é formulado de forma a positivizar a presença negra na sociedade, vista anteriormente como deformadores e inviabilizadores das relações sociais, sem, contudo, eliminar, na prática, nem as hierarquias de cor com base no conceito de raça, nem o desejo de construir uma nação branca, moderna e europeizada.

Caminhos e descaminhos da pesquisa...

Acredito ser a pesquisa o melhor e o pior momento de todo trabalho do historiador. O melhor, pois, é que nesse momento do contato com as fontes, o trabalho ganha corpo e o que constituía ideias e inquietações dispersas no papel, a quem chamamos projeto, ganha a forma de monografias, dissertações, teses, artigos, livros. Mas também é o pior, pois ficamos sempre à mercê dos arquivos públicos com seus horários e funcionários que, na maioria das vezes, não entendem que estamos sempre

[21] GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, São Paulo: Ed. 34, 2005, pp11/12.

correndo atrás dos prazos... Aí começa a cruzada: O que está à disposição? Oh! Esse material não está em uso... Tantos senões que, ao se olhar para trás, parece uma grande História Sem Fim... O realismo fantástico de que deveria ser, apenas, trabalhoso e prazeroso o momento da pesquisa...

A utilização de processos crimes, como fonte de pesquisa não constitui um recurso novo na historiografia brasileira, muitos são os historiadores a quem os processos crimes têm servido como suporte para as suas reflexões, a exemplo da Rachel Soieth, Boris Fausto, Sidney Chalhoub[22], além dos trabalhos da Marise Corrêa, Martha Abrau, Sueann Caulfield, dentre outros. Como demonstraram esses autores, estudar o momento de conflito costuma abrir brechas que permitem ao historiador visualizar e, portanto, analisar, as normas, hábitos e comportamentos que foram quebrados.

O crime, pensado agora não mais como um reflexo de patologias ou do incomum nas sociedades, passa a ser uma fonte interessante e, muitas vezes, privilegiada para a investigação histórica. Estes abrem "brechas" que nos permitirão visualizar e, portanto, analisar hábitos e comportamentos que foram quebrados. Como discute Correa, mesmo tendo como certo de que havia uma manipulação dos discursos segundo a imagem que se queria passar dos réus e das vítimas dos processos, o importante é que eles são dotados de sentido, e é esse sentido que procuraremos entender e interpretar na busca das diferentes versões que os vários agentes sociais envolvidos em cada caso elaboram para aquele acontecimento, mas que deixam transparecer elementos semelhantes que podem se repetir sistematicamente, deixando escapar os símbolos e as interpretações que nos permitirão desvendar significados, penetrando nas lutas e contradições sociais. "Os processos revelam de forma notória a

[22]CHALHOUB,Sidney, **Trabalho, Lar e Botequim**, São Paulo: Brasiliense, 1986; FAUSTO, Boris, **Crime e Cotidiano: Criminalidade em São Paulo 1880-1924**, São Paulo: Brasiliense, 1986, ESTEVES. Marta Abreu, **Meninas Perdidas : Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1990. SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violências. Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.

preocupação dos agentes policiais e jurídicos em esquadrinhar, conhecer, dissecar, mesmo os aspectos mais recônditos da vida cotidiana. Percebe-se, então, a intenção de controlar, de vigiar, de impor padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida. Mas a intenção de enquadrar, de silenciar acaba revelando também a resistência, a não conformidade, a luta: neste sentido, a leitura de cada processo é sempre uma baforada de ar fresco, de vida, de surpresa".[23]

Imbuída de tais ensinamentos, lançamo-nos à pesquisa dos 383 processos de defloramento que compõem a base documental mais importante deste trabalho, pois é a partir deles que buscamos adentrar ao universo amoroso dos segmentos populares soteropolitanos. Esses foram utilizados para a produção de análises estatísticas, permitindo quantificar dados recorrentes nos processos no que se refere à cor, idade, instrução, legitimidade das uniões, bastardia, etc, e qualitativas, tomando as narrativas centradas nas histórias de vida, como meio pelo qual se pode reconstituir o tecido das relações sociais e culturais, palco das escolhas matrimoniais e das relações de namoro da população pobre de Salvador.

Além dos processos, uma gama de documentos impressos foram incluídos na pesquisa. Jornais, Revistas femininas, Almanaques foram importantes cronistas do cotidiano nas cidades, formulando, propagando e criticando condutas, valores e comportamentos. Estes foram importantes veículos de divulgação de ideais e valores da elite soteropolitana no processo de transformação da cidade, cumprindo o papel pedagógico de educar a população. Nesse sentido, a imprensa, uma das instituições da sociedade moderna de amplo alcance social, impôs-se como difusora e, ao mesmo tempo, formadora da opinião pública. O jornal, especificamente, enquanto fonte de pesquisa para a história, muito tem contribuído para o estudo de diversos segmentos sociais, mas, em

[23] CHALHOUB, Sidney, Op Cit, 1986; p. 33

particular, tem-se mostrado valioso e, muitas vezes, imprescindível, quando se trata dos grupos que, por seu caráter subordinado e marginalizado, não deixaram nada ou quase nada escrito sobre si. É bem verdade que o discurso jornalístico revela a opinião que a elite letrada possui sobre esses segmentos, mas, ao descrever situações e emitir opiniões sobre a vida e a conduta de variados grupos sociais, tornam possível ao historiados chegar, mesmo que de forma indireta, aos segmentos populares.

Vários foram os jornais pesquisados A Tarde, Diário de Noticias, Diário da Bahia, A Cidade e Gazeta de Noticias. A escolha desses periódicos deveu-se tanto ao número de exemplares disponíveis no Arquivo Público e na Biblioteca Central quanto ao tempo em que ficaram em circulação, cobrindo grande parte do período estudado. Em decorrência desses dois fatores, disponibilidade de consulta e tempo de circulação, deveu-se a ampliação dos periódicos; o que inicialmente seria a consulta de dois títulos, A Tarde e o Diário de Noticias, acabou ampliando-se à incorporação dos demais. Mas, em todo caso, o que esses periódicos possuíam em comum era a sua preocupação, enquanto órgão de informação pública com claro apelo popular, as aventuras e desventuras da população de Salvador, assumindo, cada um a seu modo, a linha de intransigente defensores da coletividade.

Nos jornais pesquisados, encontramos reportagens que davam conta do cotidiano dos segmentos populares, homens e mulheres, negros ou mestiços surgem nas paginas dos jornais nas mais diversas situações. Se as situações de conflito são as mais comuns, casos de agressão, roubos, bebedeiras, conflitos de rua ou nos locais de trabalho, também encontramos alguns exemplos positivos, como as homenagem aos estudantes negros que se formaram no Ginásio da Bahia no ano de 1929. Tais reportagens serviam de contraponto poderoso aos signos depreciativos comumente propagandeados, a dizer que o estudo, a disciplina e o respeito às regras sociais produziam o efeito positivo da ascensão

e do reconhecimento público e, ao mesmo tempo, reforçava ao discurso de que a exclusão era apenas para aqueles que, por "índole", não buscavam o progresso pessoal, transformando, em consequência individual, os efeitos da exclusão social. Outro ponto importante é que muitos casos de defloramento foram exaustivamente debatidos pelos veículos jornalísticos, servindo assim de um contraponto interessante às falas dos processos de defloramento no que concerne ao discurso sobre moral sexual, namoro, casamento e condutas diversas.

Os Almanaques, Revistas femininas e os livros de Economia Doméstica nos permitiram tanto perseguir os novos signos de beleza feminina e de modernidade como aos padrões de feminilidade burguesa que eram colocados para as mulheres. O ideal do que deveria ser uma esposa e mãe, esses periódicos frequentemente recitavam conselhos de como uma moça "direita e honesta" deveria proceder, o que significava ser um bom namorado para converter-se em um bom futuro marido, receitas de beleza e nutrição para o novo padrão do corpo sempre jovem, magro e bonito, enfim, uma série de preceitos que iam informando, via opinião pública, o que era ou não desejável socialmente. Padrões esses que eram sempre difíceis de serem seguidos pelas mulheres dos segmentos mais pobres da população. Com o intuito de diversificar e ampliar as análises da fonte principal de pesquisa, incluímos as teses da Faculdade de Medicina da Bahia, os Censos Demográficos para as décadas de 20, 40 e 50 e as entrevistas.

A Tese....

O presente trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte, Os caminhos e descaminhos da Ascensão social na Bahia, está dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, discuto as relações raciais na Bahia no que concerne tanto à atualidade do tema, como foram engendrados os processos de exclusão da população pobre e negro-mestiça na Salvador no período pós-abolição, bem como os debates sobre a questão racial

produzida a partir da década de trinta e que teve a Bahia e Salvador como foco dessa reflexão. Assim, neste capítulo, mais que discutir o preconceito racial e como a população negro-mestiça foi pensada por gerações de intelectuais, buscamos dar conta da historicidade desses discursos. No segundo capítulo, vamos discutir a ascensão social em Salvador a partir dos trabalhos antropológicos produzidos nas décadas de 30, 40 e 50, por Donald Pierson, Ruth Landes e Thales de Azevedo, tendo como foco principal a forma como os autores discutem a relação sexo-afetiva entre o casal inter-racial, no âmbito das relações de namoro, erotismo, casamento formal, amasiamento, maternidade. A análise desse capítulo terá dois vetores principais: as formas como os autores operam com o conceito de raça, ascensão social de negros e mestiços e de que forma eles concebem as relações sexo-afetivas como potencializadora (ou não) da ascensão destes.

Além dos textos antropológicos, discuti as representações do casal inter-racial na literatura Xavier Marques, analisando as possíveis divergências ou continuidades dessas representações presentes nos trabalhos antropológicos das obras literárias. A literatura aqui é tomada como mais um caminho na busca por entender de que forma de que forma as estratégias matrimoniais engendram e desfazem preceitos e preconceitos na sociedade baiana e permite a ascensão social. Em **As Voltas da Estada,** Xavier Marques tem como cenário a Bahia dos anos finais do Império e início da República. Nele, Marques descreve a vida cotidiana da Bahia, abrangendo tanto a paisagem da Cidade do Salvador como do Recôncavo, cenário no qual se desenrola o drama dos personagens. No enredo da dramaturgia de Marques, os casais inter-raciais, ascensão e relações raciais ganham vida como pano de fundo para o discurso sobre uma Bahia que conservava a sua riqueza cultural popular lançando as bases do que, ao longo da República, seria identificado como a "baianidade".

A parte dois, O Cenário: A Cidade e Sua Gente, está dividida em 3 capítulos. No capítulo três, A Construção de uma Cidade, analisamos os processos de transformação da cidade do Salvador, o ideal de modernidade e de civilização que foram encampados pelos ideólogos dessa modernização e como este processo pautou-se por aquilo que se convencionou chamar de "desafricanização" das ruas da Bahia, construindo em torno da herança negro-africana, advindas dos tempos coloniais, estigmas negativos de inferioridade, degeneração, feiúra, decadência. Ainda nesta parte, discutimos as mudanças ocorridas na capital baiana sob o impulso da urbanização, da infraestrutura de serviços, do desenvolvimento econômico e populacional, ofertas de emprego, etc. A ideia foi traçar um paralelo das poucas mudanças nas oportunidades de trabalho, de educação, lazer, e como esses elementos poderiam condicionar novas formas de interação social sobre a população pobre, em primeiro lugar, e de "cor", num segundo momento. No capítulo quatro, A Roma Negra!? A população de Salvador e suas características raciais e demográficas, discutimos o material estatístico produzido pelos censos (1900/ 1920/ 1940/ 1950) sobre casamento, natalidade, profissão, sexo e cor para a Cidade de Salvador. O cerne dessa reflexão é discutir a lógica de classificação operada tanto pelos censos e como nos processos de defloramento, dando significados sociais às designações de cor presentes na população soteropolitana. No capítulo cinco, Onde Trabalham e como vivem, analisamos os resultados estatísticos do banco de dados produzidos pela quantificação dos elementos constantes nos processos – Cor, sexo, condição jurídica, legitimidade / ilegitimidade, profissão, naturalidade, idade, instrução, estado civil, genitores, residência. A análise desses dados nos permitiu avaliar as profissões de vítimas e acusados, articulando esse resultado ao que era considerado no período como uma profissão rentável, segura e o prestígio dela advinda para homens e mulheres.

A parte três - A Flor da Pele: Relações Amorosas, Namoro e Sexo- foi dividida em quatro capítulos. No capitulo seis, "Expectativas, irreais e desleais": O Processo e suas especificidades, discutiremos o processo de defloramento, demonstrando os vários julgamentos que eram produzidos ao longo da sua tramitação. No defloramento, julgavam-se, vítimas, acusados, famílias. As avaliações sobre o defloramento não se restringiram ao processo em si. Os jornais comumente emitiam opiniões em ruidosas reportagens que ajudavam a construir imagens em torno do defloramento e sua capacidade de punição. Assim, o crime de defloramento, que visava proteger a honra feminina e a família, acabou por produzir resultado diverso ao pretendido pelos operadores do Direito em decorrência de duas noções de honra conflitantes. No capítulo sete, Onde o amor "floresce" na Cidade, percorremos os logradouros da cidade do Salvador para encontrar os locais que serviram de canário aos encontros amorosos da população pobre, engendrados pelo impulso urbanizador e pelas novas formas de sociabilidade. Bondes, cinemas, jardins, praças e ruas, as festividades correntes da cidade vão sendo incorporados à vivência das relações amorosas.

No capítulo oito, Namoro e a Conquista de um Bom Partido, vamos discutir as transformações, a dinâmica e as novas regras de namoro, sob as regras do amor romântico, o que significava ser um bom partido para as vítimas, acusados e suas famílias. Demonstramos nesse capítulo que se o amor romântico transformava os relacionamentos amorosos, agora pautados no consentimento individual e na correspondência afetiva servil, igualmente para reforçar hierarquias de gênero que valorizava o papel social dos homens em detrimento ao das mulheres, fazendo com que o casamento fosse colocado como o único caminho social possível às mulheres. Por fim, no capítulo nove, Escolhas!? Como se conquista um bom partido, vamos analisar as estratégias na eleição de um namorado/namorada, mostrando o que fazia de um homem

ou de uma mulher um bom partido, assim como as motivações de ordem prática e amorosa que levaram as namoradas a ceder às pressões de fazer sexo com os namorados antes do casamento.

Parte I

Caminhos e Descaminhos da Ascensão Social. Raça, Gênero e Classe nos autores e intérpretes da Bahia.

Dor da Bahia
Chega a machucar meu peito
Na garganta dá nó
Conviver com preconceito
Dá revolta e dá dó
Quem no coração
Não faz distinção
Compreende a minha dor!

Capítulo 1

Relações Raciais, um tema ainda atual

Dor da Bahia
Chega a machucar meu peito
Na garganta dá nó
Conviver com preconceito
Dá revolta e dá dó...

As reflexões em torno das relações raciais na Bahia não constituem um debate recente, Nina Rodrigues, em pesquisas pioneiras, estudou os negros crioulos e africanos que ainda viviam em Salvador no fim do século XIX e na aurora do século XX. Considerado o pai da antropologia brasileira, o médico maranhense e professor da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, nas palavras de Maggie e Fry "*estabeleceu formas de compreender o fenômeno* [do Candomblé] *que permeou a escrita de todos que o seguiram. Estabeleceu os temas e as questões que fascinam os estudiosos até hoje. Formou o campo dos estudos da religiosidade afro-brasileira*". [24]

Na trilha aberta por Rodrigues, muitos outros antropólogos elegeriam a Bahia e a população afro-descendente como seu foco de análise. O inicio do século XX, entre os anos de 1930 e 1950, antropólogos americanos e brasileiros desenvolveram amplos estudos sobre Salvador e suas relações inter-raciais.[25] As conclusões a que chegaram esses estudiosos têm sido

[24] Apresentação de **O Animismo Fetichista dos Negros Baianos**, RODRIGUES, Nina, Rio De Janeiro: EDUFRJ, 2006, p11.
[25] LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**, 2ª edição, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2006; PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. Estudo de contato racial**. 2ª Edição, São Paulo: editora Nacional, 1971; AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um Estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupos de Prestígios**. 2ª. Edição, Salvador: EDUFBA: EGBA,1996; PINTO, L. A. Costa, O **Negro no Rio de Janeiro**, Rio de

amplamente discutidas e muitas delas contestadas, mas não há dúvidas de que o minucioso levantamento etnográfico por eles realizado contribuiu para ampliar o conhecimento que hoje temos da trajetória da população negro/mestiça após a abolição, abrindo múltiplas possibilidades de investigação no campo das Ciências Sociais e convertendo-se numa importante fonte de informações e reflexão para nós historiadores a partir do minucioso inventário que tais pesquisadores promoveram do cotidiano das relações socioculturais na Bahia e nos outros Estados investigados.

É necessário que se esteja atento e que o debate em torno das relações raciais quer na Bahia quer no Brasil ainda estão na ordem do dia. [26]A existência ou não de preconceito racial no Brasil que embalou os debates nesse primeiro momento e promoveu uma critica sistemática em torno do mito da Democracia Social não se constitui em mais um problema, pois sabemos de sua existência e secular persistência. Hoje, na ordem do dia, está a reflexão sobre políticas de Ação Afirmativa para a população afrodescendente na qual o debate em torno das cotas para negros nas Universidades brasileiras ganhou um grande destaque, abrasando o debate em torno da questão racial.

O cerne desta discussão está no potencial de racialização da sociedade brasileira que esta política causaria. Para uns, a Ação Afirmativa implicaria um processo de bipolarização racial estanha ao caráter mestiço da população e teria como efeito "negar um Brasil híbrido em favor de um Brasil de raças distintas", uma vez que, para implementar tais políticas públicas, os brasileiros seriam levados a autoidentificar-se como negros ou brancos. [27] Para outros, este é um importante passo para superar processos seculares de exclusão a que foi submetida a população afrodescendente, permitindo a essa população construir mecanismos importantes que

---

Janeiro: Cia Nacional, 1953; BASTIDES, Roger e FERNANDES, Florestan, **Brancos e Negros em São Paulo**, 3ª Edição, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1971.

[26] MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia B., **Raça como Retórica. A construção da diferença,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; FRY, Peter, A, **Persistência da Raça. Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; SANSONE, Livio, **Negritude sem** Etnicidade, Rio de Janeiro: PALLAS, 2004; HALL, Stuart, **Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais**, Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003; GILROY, Paul, **O Atlântico Negro**, São Paulo: Editora 34, 2001; GUIMARÃES, A. S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, São Paulo: Ed 34, 1999. O grande número de publicações que tem se dedicado as analises da temática das relações raciais e a atualidade do tema tem inclusive propiciado o surgimento de pós-graduações especificas como é o caso do curso de mestrado e doutorado do CEAO na Bahia.

[27] FRY, **A persistência da Raça. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17.

permitam "transformar a igualdade formal em igualdade de oportunidades e tratamento"[28] Sem pretender nos alongar no cerne desse debate, que significaria uma digressão desnecessária para os objetivos deste capítulo, o que pretendemos demonstrar é a atualidade das discussões em torno das relações raciais. Esta diz o quanto ainda há para ser refletido e as muitas e variadas possibilidades de discussões que ainda estão para serem colocadas.

A atualidade das discussões sobre relações raciais no Brasil demonstra que a sociedade brasileira ainda não conseguiu resolver as distorções sociais decorrentes da experiência histórica de submissão de africanos e afrobrasileiros ao cativeiro. A abolição promoveu o fim da escravidão e das distinções jurídicas que diferenciavam homens escravos dos livres, mas os "*princípios hierárquicos baseados na cor e na raça (...) e a deferência dos socialmente inferiores"* [29] permaneceram vigentes, marcando profundamente não só as relações de trabalho, mas os valores e as concepções de mundo da população brasileira como um todo especificamente a baiana .[30]

Com o fim da monarquia, um ano e meio depois do 13 de maio de 1888, a questão que se colocava para a República recém implantada era a construção de uma sociedade livre sem que as hierarquias sociais fossem quebradas. Neste sentido, as teorias raciais e o cientificismo do final do século XIX serviram para amalgamar uma sociedade desigual com um claro projeto político que se baseava no exercício restrito da cidadania alicerçado em justificativas pretensamente cientificas.[31] Um exemplo cabal do projeto de sociedade desigual está na restrição ao direito do voto aos analfabetos, e mesmo que concordemos com Carvalho de que o simples exercício do direito de voto não "*garante a existência de governos atentos a problemas*

[28] PEREIRA, Amílcar Araujo e ALBERTI, Verena, "A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo" In. **Estudos Históricos**, no. 37,(jan-jun), 2006, p. 146
[29] SCHWARTZ, Stuart B., **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**, São Paulo: Cia das Letras, 1988, pp. 209 a 214.
[30] SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1998, p. 21/24.
[31] ECHAZÁBAL, Lourdes Martínez, "O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?", In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, R. Ventura, **Raça, Ciências e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p.108, SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**, São Paulo: Cia Das Letras, 1993.

básicos da população" [32]·, o exercício da cidadania plena no Brasil ficará restrito aos segmentos altos e médios da sociedade brasileira. Estes tomariam nas mãos os destinos da nação, impondo de cima para baixo os projetos de transformações e modernização da sociedade sem levar em conta as carências e necessidades do grosso da população para quem a cidadania política fora vedada, ou seja, a maioria da população pobre e negromestiça que compunha os segmentos populares sem escolaridade na sociedade brasileira. [33]

Significativas mudanças ocorreram no Brasil a partir de 1889, não somente pela emergência do regime republicano como também pela introdução de nova política de disciplinarização dos agentes sociais em decorrência da abolição da escravidão (ocorrida um ano antes) e, consequentemente, de novas relações de trabalho. Embora a busca de soluções para a questão da substituição da mão-de-obra escrava se tenha iniciado no bojo dos debates sobre o fim do tráfico negreiro no Brasil, é com o fim da escravidão que esta ganhará contornos ainda mais dramáticos, principalmente ao colocar o problema da herança escravista de desvalorização do trabalho e da desqualificação do trabalhador, ambas associadas à anterior condição servil.

Mesmo que não restrinjamos o processo de extinção do trabalho escravo ao debate político-parlamentar da década de 80 do século XIX, haja vista que a população escravizada não passava de 5% do total da população de pretos e pardos, de modo que uma parte importante dos afrodescendentes, à época da abolição, era formada por libertos ou filhos de libertos de primeira geração[34], é, efetivamente, naquele ano de 1888 que juridicamente o trabalho escravo chega ao fim no Brasil, legando à Republica a tarefa de resolver as questões pertinentes aos processos de inserção da população negro-mestiça na nova ordem política e social. Essa nova ordem colocaria para a população egressa do cativeiro a necessidade de enfrentamento de um difícil e

[32] CARVALHO, J. Murilo de, **Cidadania no Brasil. O Longo Caminho**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p 8.
[33] Segundo José Murilo de Carvalho em termos de representação política a 1ª Republica pouco mudança introduziu em termos representativos a lei de 1881 que introduziu o voto direto, mas excluiu o voto dos analfabetos o que significava em termos práticos deixar de fora 80% da população masculina dos peitos eleitoral. Incluindo 100% da população feminina, pois a elas o voto era vetado quer alfabetizada ou não, restavam como eleitores validos cifras em torno de 15% a 20% da população brasileira. Carvalho, J. M. Idem Ibidem, pp. 38-40.
[34] MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 105-108.

longo processo de busca de novas identidades que colocassem fim aos estigmas sócioculturais herdados da escravidão. A passagem da mão-de-obra escrava para a livre implicou um processo de elaboração do "conceito do trabalho positivo", [35] a partir de uma nova política de disciplinarização dos agentes sociais, com vistas a acabar com a visão de que os trabalhos manuais ou que demandavam esforço físico depreciavam socialmente aqueles que os executavam.

O fim da escravidão colocava em questão o problema da continuidade da mão-de-obra, que, assim como o próprio trabalho, teria agora que adquirir uma valoração positiva articulando-se aos novos conceitos de ordem e progresso propagandeados pela ordem republicana. [36]Se por um lado esse processo de valoração positiva se daria através de recurso a mecanismos impositivos, como a criação da lei de criminalização da vadiagem, ela também seria marcada por experiências vivenciadas pela população negro/mestiça no mundo do trabalho livre, no contexto das quais, pela auto representação de "trabalhador honesto", o indivíduo pobre e/ou egresso da escravidão buscou combater os estigmas de "degenerado" e "vadio", investindo-se dos símbolos valorados positivamente nas relações sociais, de modo a abrir canais de reconhecimento e ascensão social. A Abolição colocaria imediato fim à escravidão, mas não aos preconceitos que incidiam de forma cabal sobre a população negro/mestiça. As relações sociais como um todo e, em especial, as do mundo do trabalho foram fortemente marcadas pelas ideias de subalternidade e obediência, buscavam legitimar os discursos e práticas de reconhecimento do "lugar social" que negros e mestiços deveriam ocupar na sociedade.[37]

A extensa literatura sobre a escravidão e os processos que resultaram na abolição compõem grande parte da literatura histórica sobre a trajetória da população afrobrasileira, mas ainda poucos são os textos que buscam entender a forma pela qual finda a escravidão a população afro-brasileira trilhou os caminhos para a sua inserção na sociedade brasileira. O

[35] Chalhoub, Sidney, Idem Ibidem , pp. 27/30 e 40/44.
[36] Sobre tema ver RAGO, Margarete, **Do Cabaré ao Lar. A utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890 - 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Bores Fausto, **Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880 - 1924),** São Paulo: Brasiliense, 1984; Chalhoub,Sidney, **Trabalho, Lar e Botequim**, São Paulo: Brasiliense, 1986; SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, Fogões, Pratos e Panelas..., p. 21/24.
[37] Sobre a questão ver: Sanches, Maria Aparecida Prazeres, Fogões, Pratos e Panelas...; BARCELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

caminho tradicional da ascensão via educação nem sempre era possível, pois o liberalismo ortodoxo da Constituição de 1891 isentou o Estado da obrigação para com a educação básica[38] e legou aos municípios a tarefa de organizar e manter as escolas. A deficitária arrecadação e os parcos investimentos nestes estabelecimentos de ensino fizeram com que as reformas empreendidas em 1891 e 1925 não atingissem o objetivo de expandir o ensino público, e os dados oficiais sobre alfabetização davam conta de que os pobres, negros e mestiços permaneciam fora da escola impedindo-os de galgar, via educação, novos espaços sociais que viabilizariam sua ascensão social. [39]

As análises dos censos para o período de 1920 a 1950 mostram que, em Salvador, o aumento do número de alfabetizados foi pequeno. Em termos absolutos, se levarmos em consideração o lento crescimento da população soteropolitana, que se mantém até a década de 40, praticamente inalterado, [40] o número de analfabetos era elevado (ver tabela abaixo). Se entre os que sabiam ler as diferenças entre homem e mulheres não apresentavam diferenças de valores significativos, quando tomamos o número de analfabetos, essas diferenças tornam-se expressivas, havendo um maior número de mulheres analfabetas do que de homens, o que decorria das diferentes expectativas sociais em relação a homens e mulheres, fazendo com que houvesse um investimento maior na educação masculina que feminina. A nosso ver, a pouca diferença numérica entre homens e mulheres soteropolitanos alfabetizados, longe de indicar um equilíbrio no acesso à escolarização reforça os dados que indicam o alto índice de analfabetismo da população soteropolitana como um todo e feminina em particular.

Infelizmente, o censo de 1940, o primeiro a contabilizar para o século XX os valores referentes às diferenças étnicas e raciais da população baiana, não cruza o dado Instrução/Raça dificultando nossa análise quanto ao processo de inserção dos negro-mestiços nas escolas elementares baianas. Somente vamos encontrar esse dado no censo de 1950, e apenas para o Estado como um todo, como demonstra os dados da tabela 2

---

[38] Ver Carvalho, J. M. Op Cit, p. 62; Sousa, Ione Celeste de, **Garotas Tricolores, Deusas Fardadas. As normalistas em Feira de Santana**, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001, pp. 35-38.

[39] SOUZA, Ione Celeste de, Escolas do Povo. Experiências de escolarização de pobres na Bahia Oitocentista 1870/90. Tese de Doutorado, São Paulo:PUC, 2006...p 2/3; ver tabela 24.

[40] Essa questão será melhor desenvolvida na parte 2 desse trabalho.

Tabela 1: População de Salvador segundo o Gênero e a Instrução

Grau de Instrução	Sabem Ler e Escrever			Não Sabem ler e Escrever		
Gênero	Homem	Mulher	Totais	Homem	Mulher	Totais
1920	78.817	79.678	158.495	53.311	71.616	124.927
1940	81.343	89.811	171.154	33.631	50.946	84.577
1950	120.162	129.846	250.008	44.827	67.753	112.580

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil (Anos de 1920/1940/1950)

Tabela 2: População da Bahia Segundo a Cor e a Instrução

Instrução/ Cor	Homem	Mulher	Totais
Sabem Ler e Escrever	**601.609**	**501.620**	**1103.229**
Brancos	249.785	228.541	478.326
Pretos	74.094	53.487	127.581
Amarelos	60	27	87
Pardos	276.209	218.135	494.344
Sem Declaração de Cor	1.461	1.430	2.891
Não Sabem Ler e Escrever	**1.354.660**	**1.589.0821**	**17245481**
Brancos	317.879	392.915	710.794
Pretos	316.885	353.109	669.994
Amarelos	28	21	49
Pardos	716.675	838. 963	1.555.638
Sem declaração de cor	3.193	4.081	7.274

Fonte: IBGE: Recenseamento Geral do Brasil Ano de 1950

A análise das tabelas acima mostra que se para Salvador o número de mulheres e homens alfabetizados eram, relativamente, pouco diferenciados, essa tendência, porém, não permanece quando se inclui os dados do interior do Estado, sendo significativamente maior o número de homens alfabetizados.[41] Ao cruzar cor e instrução, vemos que os números de pretos alfabetizados eram significativamente menores aos de brancos e de pardos. Os índices de analfabetismo no Estado eram significativos e incidiam fortemente sobre o grupo de pardos e pretos, demonstrando

[41] Segundo Souza as agencias de escolarização mais importantes para a população pobre e negro –mestiça de Salvador foram o Liceu de Artes e Ofícios; A Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim; o Asylo de Nossa Senhora das Misericórdias; A Sociedade dos Artífices; A Casa da Providência, O asilo Nossa Senhora dos Anjos. Souza, Op Cit, p 8.

que a política de escolarização na Bahia conseguia atingir um número restrito entre os não-brancos e, com toda certeza, esses índices não deveriam variar muito para Salvador, como veremos a partir dos dados dos processos.

A análise das declarações fornecidas por réus e vítimas nos processos de defloramento no período estudado indica que os homens apresentavam um grau de instrução relativamente melhor que as mulheres, respectivamente 69,5%[42] deles afirmavam saber ler e escrever contra 60,3% delas. Em contrapartida, as mulheres apresentavam uma porcentagem de analfabetismo significativamente maior que a dos homens, 19,3% contra 8,4%. Sugerindo uma presença masculina maior que a feminina nas escolas, mas, ainda assim, esta escolarização era limitada "*a um mínimo de instrução elementar*," cujo direcionamento visava à formação do trabalhador disciplinado, "*habilitado em um ofício, urbano ou rural*" que viabilizava a sobrevivência, mas não necessariamente a ascensão social.[43] Quando relacionamos a cor e a instrução, vemos que tanto para vítimas e réus, uma melhor escolarização está relacionada a uma pele mais clara, como indica os resultados das tabelas 1 e 2.[44]

Os poucos dentre os não-brancos que conseguiam adentrar à escola e lá permanecer confirmavam quão era penoso o processo e a importância do apoio de familiares e padrinhos influentes para se trilharem os caminhos da instrução formal. Souza, em seu trabalho sobre as experiências de escolarização de pobres na Bahia, relata o revelador caso de Felippa Maria de Jesus, uma mulher pobre, de cor, que no início da República, encaminhou uma representação contra o professor João José Gomes, que proibira seu filho Matias Violino da Silva, provavelmente ilegítimo, pois somente ela subscreve os documentos da ação, de estudar. A briga aberta por Felippa

[42] Ver anexo tabelas 01 - Naturalidade Segundo o Gênero, 09- Réu Segundo grau de Instrução e 20 Vitima Segundo o grau de Instrução.
[43] SOUZA, Ione Celeste de Op Cit, p. 3
[44] Ver anexo tabela 21- Vitima segundo a Cor e a Instrução e 22 - Réu Segundo a Cor e a Instrução.

Maria de Jesus contra um prestigiado professor público atesta o reconhecimento por parte da população pobre do valor que a instrução possuía. [45] Longe de constituir um caso isolado, a história de Felippa "*constituiu um sinal, ainda que fugidio, de tantos outros protagonista populares, mulheres e homens, que interagiram com as estratégias do projeto de escolarização gestado pelos dirigentes da instrução pública, e que lhes conferiu sentidos muitos próprios"*[46]

Ainda que pendores individuais contassem no processo ascensional tanto quanto ter instrução formal, esta foi a porta de entrada de muitos negros e mulatos às oportunidades profissionais, a exemplo do eminente baiano Cosme de Farias. Nascido pobre, mulato, filho de um comerciante de madeira no subúrbio de São Tomé de Paripe, com a idade de 6 anos, Cosme de Farias, que atuaria como jornalista e rábula de grande prestígio popular em Salvador ao longo de toda sua vida[47], foi colocado para estudar, com grande esforço, por seus pais na freguesia da Conceição da Praia, na Escola Benevides Barbosa, onde cursou apenas o primário. Cosme de Farias, ao longo de sua vida, lutou contra o analfabetismo, reconhecendo na instrução o único caminho capaz de permitir a ascensão da população pobre e negro-mestiça da Bahia. [48]

[45] SOUZA, Ione Celeste de, Op Cit, pp. 226-251.
[46] Idem Ibidem, p 226.
[47] Cosme de Farias morreu em 1972 com 97 anos.
[48] SANTOS, Mônica Celestino, Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major – a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador, Dissertação de Mestrado: UFBA, 2005, p. 18.

Figura 1

Fonte: Jornal A Cidade – BPEB Setor de Periódicos Raros
Cosme de Farias [49]

Teria tido Matias Violino da Silva as mesmas oportunidades que Cosme de Farias, caso permanecesse na escola? Ao que parece sim, se levarmos em conta o editorial de 1929 com que o Diário da Bahia homenageou a turma de "*Bacharéis em*

[49] Essa foto do Diário da Bahia acompanha uma longa reportagem em que o periódico tece elogios ao discurso proferido por Cosme de Farias em 1917 na Praça 15 de Novembro, após o rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha na 1ª Guerra Mundial. Cosme de Farias, conhecido como brilhante orador, discursa primeiro, sendo seguido pelas autoridades locais e os estudantes de medicina.

Sciencias e Letras d'1929". O foco da homenagem está centrado em um estudante negro, cuja foto ilustra o editorial. Nosso jovem bacharel é descrito como possuindo "*todos os requisitos para vencer na vida: Inteligência, força de vontade, acção,* [sabendo] *infundir sympathia a todos que convivem com ele*"[50]. Fica claro pelo trecho acima que se tratava de um jovem pobre, pois "estudara com força de vontade" e ainda lhe cabia "vencer na vida", cuja etapa inicial fora a formatura de Bacharel. Mas sua inteligência sozinha não garantiria a vitória, a "simpatia" surge como um importante instrumento político, sem ela é provável que Jorge Leocádio não conseguisse os padrinhos capazes de lhe abrirem as portas do serviço público, ou de alguma firma, para atuar como caixeiro ou guarda-livros.

[50] APEB, Seção Republicana, Diário da Bahia 1929.

Figura 2

Fonte: APEBA, Seção Republicana, Jornal Diário da Bahia de 1929

Para outros tantos negros e mestiços, o caminho da ascensão em muitos casos dar-se-ia mediante o reconhecimento de seus talentos especiais para a música (samba) ou para o esporte (futebol), para os quais uma educação formal não era, necessariamente, condição básica, quando muito uma aptidão individual a mais. Mas, em ambos os casos, isto só foi possível graças à organização de grandes empreendimentos urbanos de entretenimento que tiveram no Rádio, no surgimento de grandes Clubes de Futebol e na construção de estádios sua condição fundamental,

embora estes somente se tornassem grandes veículos de entretenimento, respectivamente, nas décadas de 30 e 40. [51]

Figura 3

Fonte: BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Diário de Noticias de 1949. Clube Ypiranga.

Inicialmente a presença de jogadores negro-mestiços nos gramados baianos somente se daria no Clube Ypiranga, como evidencia a foto do clube de 1949, em que é possível identificar a presença de dois jogadores negros entre os 14 homens que compunham o grupo de 14 jogadores pertencentes ao referido clube. Nos outros Clubes baianos sua presença era vetada. A participação de jogadores negros nos vários clubes baianos, dentre os quais o Esporte Clube Bahia e o Vitória, somente se daria de forma

[51] Ver JESUS, Gilmar Mascarenhas, "Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro" In. **Estudos Históricos**. Esporte e Laze, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 23 1999, 17-39; DAMO, Arlei Sander, "Ah! Eu sou gaúcho! O nacional e o regional no futebol brasileiro" In **Estudos Históricos. Esporte e Lazer**, Rio de Janeiro, vol 13, no. 23 1999, pp. 87-116; ARAÚJO, R. M. Barbosa de, **Vocação do Prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**, Rio de Janeiro: Rocco, 1993. RISÉRIO, Antonio, **Uma História da Bahia**, Rio de Janeiro: Versal Editora, 2004, pp507-508

sistemática em meados da década de 50.[52] A profissionalização dos times também seria fundamental para que a prática esportiva permitisse o surgimento de craques, que vencendo os campeonatos, angariassem com seu talento fama, prestígio e dinheiro e assim ascendessem socialmente.

1.1. Os intérpretes

A Bahia, na década de 30, foi objeto de interesse de antropólogos americanos que para aqui vieram com o objetivo de estudar as relações raciais no Brasil. O interesse dos americanos, particularmente, já era apontado por Artur Ramos na introdução à primeira edição brasileira de *Brancos e Pretos na Bahia* (do autor que seria conhecido como o primeiro a cunhar a tese de que no Brasil o preconceito era de Classe e não de Raça) ao afirmar que "o Brasil (...) era considerado entre os *scholares* americanos, de longa data , um verdadeiro '*laboratório de civilizações*"'.[53] A primeira leva chegaria aqui nos idos anos de 1930, e o primeiro a chegar fora Donald Pierson, que aqui ficaria por um período de 2 anos, de 1935 a 1937. Em 1938 seria a vez de Ruth Landes, que, divergindo do propósito de um grupo de 3 antropólogos que vinham estudar as populações indígenas, seguiu para Salvador onde estudaria os terreiros de Candomblé.

Esses primeiros estudos dariam como resultado a publicação de 2 livros, respectivamente, **Brancos e Pretos na Bahia** (1942) e **Cidade das Mulheres** (1947). O interesse de Pierson pelo Brasil se daria em 1934, quando ainda era doutorando pela Universidade de Chicago e seu orientador, Robert E. Park, indicou o Brasil como um

[52] Segundo Antonio Risério o futebol foi introduzido em Salvador por José Ferreira Júnior, apelidado, Zuza. Filho de classe media alta, fora estudar na Inglaterra e ao voltar pelos idos de 1901, Org.anizou a primeira partida de futebol no Campo da Pólvora. O primeiro Clube de futebol baiano foi o Vitória (1905). Posteriormente surgem o Ypiranga e o Botafogo Sport Club, ambos menos elitistas que o primeiro. Em 1931 seria criado o Bahia, mas este só se tornaria o clube das massas em meados da década de 50, quando a tonalidade cromática de seu time mudaria radicalmente com o aparecimento de jogadores negros e mestiços. Antes porem a presença de negros era verdade e conta o autor que um craque do Ypiranga, vencedor de campeonato, Popo, aspirava jogar no Bahia, mas o fato de ser negro impedia que o jogador fosse defender as cores do seu time de predileção. Op Cit. Pp. 505 -509.

[53] PARK, Robert E. Apud da introdução de PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. Estudo de contato racial** ... p. 67

local propício ao estudo de contato racial. A escolha de Salvador como local da pesquisa não seria aleatória, tanto a Bahia, como Salvador, eram "*considerados o campo por excelência para a observação do contato entre negros e brancos*". Tal constatação derivava dos trabalhos publicados por Nina Rodrigues, Artur Ramos e, evidentemente, Gilberto Freyre, cujo trabalho "*enfatizava os elementos mais tipicamente africanos e exóticos da vida do negro brasileiro, evocando evidencias folclóricas para montar um retrato global da harmonia racial brasileira*" [54].

A relação de Pierson com o Brasil duraria 16 anos, ao aceitar participar do quadro de professores da recém fundada Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sendo responsável pela formação e orientação de toda uma geração de pesquisadores que viria compor a escola de Sociologia Paulista. [55] O interesse de Landes decorreria da cooperação firmada entre o Museu Nacional e a Universidade de Colômbia. As preocupações de Landes com o estudo das relações raciais, segundo Healey, fora determinada pela antropologia cultural do entre guerras, pela antropologia cultural de Boas e pelo liberalismo racial sóciocientifico dos EUA e pelos estudos afrobrasileiros da década de 1930.[56]

Alguns anos depois, em 1950, teríamos o patrocínio da UNESCO para uma série de trabalhos que refletiriam sobre a integração e mobilidade social dos negros brasileiros em diferentes cidades no Brasil. Só que agora, integrando o grupo de pesquisadores incumbidos de refletir sobre as relações raciais no Brasil, teríamos a presença de jovens pesquisadores brasileiros a exemplo de Thales de Azevedo.[57] Esse

---

[54] HEALEY, Mark, "Os Desencontros da Tradição em Cidade das Mulheres: Raça e Gênero na Etnografia de Ruth Landes"In. **Cadernos Pagu**, vol 6, no 7 , Capinas, 1996, p. 164.
[55] GUIMARÃES, A. S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, São Paulo: Ed 34, 1999, pp. 75/76; PIERSON, Donald, Op Cit, 1971, pp. 25/26.
[56] HEALY, M. Op Cit., p 158.
[57] AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um Estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupos de Prestígios**. 2ª. Edição, Salvador: EDUFBA: EGBA,1996; PINTO, L. A. Costa, O **Negro no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Cia Nacional, 1953; BASTIDES, Roger e FERNANDES, Florestan, **Brancos e Negros em São Paulo**, 3ª Edição, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1971. NOGEUIRA, Oracy, **Preconceito de Marca. As**

segundo momento possibilitou a projeção internacional desse grupo de jovens pesquisadores, cujas análises contrapõem-se aos estudos de Freyre e Ramos, apontando para a existência do preconceito racial, ampliando o foco espacial de análise dos estudos de ralações raciais, estendendo-as aos outros Estados, como Rio de janeiro, São Paulo, Recife, além da Bahia, foco dos primeiros estudos e ao mundo rural.[58]

Os Estados selecionados haviam sido profundamente marcados pela escravidão. Os dois últimos, polos pioneiros da colonização Portuguesa e dedicados ao cultivo da Cana de açúcar, receberam expressivos contingentes de escravos africanos ao longo de suas histórias e, mesmo com a decadência da economia açucareira, expressivas levas de africanos continuaram a ser desembarcados nos portos da Bahia e de Recife. O mesmo se daria com o Rio de Janeiro e São Paulo, ainda que com uma certa demora, também se constituíam regiões intensamente povoadas por escravos africanos, inicialmente pela cana e, posteriormente, pelo café, servindo inclusive de polo comprador de escravos das já então áreas degradadas do Nordeste açucareiro, na segunda metade do século XIX.

O contexto de ambos os períodos 30 e 50 seriam marcados pelos adventos de guerras mundiais e pelo recrudescimento de conflitos que tinha nas diferenças raciais seu mote mais profundo. Os conflitos de ordem racial nos Estados Unidos, os dramas em torno das mobilizações pelos direitos civis dos negros e o intenso preconceito racial institucionalizado na sociedade americana marcariam os interesses dos pesquisadores americanos pelas relações raciais no Brasil. A experiência brasileira em cuja fronteira presumia-se haver uma convivência "harmoniosa" entre negros e brancos, simbolizada

---

Relações Raciais em Itapetininga, São Paulo: EDUSP,1998.HERRIS, M, **Padrões Raciais nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização, 1967; RIBEIRO, René, **Religião e Relações Raciais**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

[58] GUIMARÃES, A. S. A., Op. Cit, 1999, p132

pela Democracia Racial, demonstrava ser o lugar perfeito para se entender de que maneira grupos raciais poderiam conviver sem os conflitos tão comuns àquela nação.[59]

O Brasil, onde Pierson e Landes fariam suas pesquisas sobre relações raciais, vivia tempo de turbulências políticas e de profundas mudanças. A Revolução de trinta e, posteriormente, o Estado Novo consolidariam a ascensão de Vargas ao poder, promovendo uma reorganização do Estado, diminuindo a influência dos Coronéis e das Oligarquias estaduais que haviam marcado a política nacional até aquele momento. O interesse da política Varguista na promoção de uma identidade nacional sem conflitos de classe ou regional promovia a eleição de símbolos de brasilidade, muitos deles oriundos da cultura negra, a exemplo da "baiana", encarnada por Carmem Miranda, partiam de um duplo esquema: a aceitação de uma herança cultural africana dentro de uma lógica de "*branqueamento modernizador*" na qual se pressupunha estarem seus "*portadores físicos* [os negros] *desaparecendo*". [60]

[59] O conceito de Democracia Racial surge do estudo realizado por Gilberto Freyre intitulado Casa Grande e Senzala, publicado em 1930. Nesse livro, o primeiro de uma trilogia (Sobrados e Mocambos; Ordem e Progresso), Freyre explica que a formação social brasileira não teria conhecido um racismo virulento, como o que ocorrera nos Estados Unidos, devido ao fato de ter tido um sistema escravista brando, fruto tanto de um cristianismo que permitiu uma confraternização entre as raças de valores e sentimentos formando uma só comunidade emocional religiosa; como decorrente do processo de miscigenação originado da reciprocidade racial, sexual e afetiva entre o brancos colonizadores e as escravas índias e negras africanas, atenuado as distancias raciais entre senhores e escravos. O mestiço fruto dessa relação teria contribuído para amenizar os conflitos raciais e o par, mulher negra/homem branco, surge como o mito civilizador e constituidor da nacionalidade. Sobre a questão ver: MOTTA, Roberto, "Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil", In. Estudos **Afro-Asiáticos**[online, acessado em 11/01/2007], Dezembro 2000, No.38, pp. 1-19; MOUTINHO, Laura, **Razão, "cor" e desejo**. **Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais inter-raciaisno Brasil e na África do Sul**, São Paulo: UNESP, 2004

[60] HEALY, M. Op Cit., p 167. Segundo Guimarães a idéia do embranquecimento especifica e caracteriza o pensamento racial brasileiro segundo a qual o sangue branco "purificava, diluía, e exterminaria o negro, abrindo assim a possibilidade para que os mestiços se elevassem ao estágio civilizado. A idéia de embranquecimento foi elaborada por um Org.ulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instilados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX". GUIMARÃES, A. S. A., Op. Cit, 1999, pp.52/53.

Figura 4

O tôrso da bahiana

Carmen Miranda, que tornou famoso em toda a America, o torso da bahiana, fazendo do traje typico de nossas creoulas a phantasia predominante do Carnaval deste anno.

Fonte: BPEB, Setor de Periódicos Raros,
Jornal Diário de Notícias de março de 1940. [61]

Desse esquema emergiam duas outras oposições: uma cultural, Nordestina tradicional, na qual muitos desses símbolos de brasilidades seriam instituídos, que se constituía em contraponto ao poder político e econômico, oriundos da industrialização dos Estados do Sudeste e do Sul. [62] A imagem da Mulata Velha, da africanidade baiana a que sua professora de português no Rio de Janeiro lhe descrevera com "*simulado*

[61] Carmem Miranda no auge da fama, estrelando filmes em Hoolyhood, popularizou o torço como peça de adereço da vestimenta feminina. Em destaque na nota tem-se a associação do torço como traje típico das negras e mulatas baianas.

[62] Segundo Healey tal esquema havia emergido na Bahia de uma aliança entre os intelectuais e os praticantes de Candomblé na busca por proteção a contínua repressão policial. Os lideres ao culto Yorubá ao enfatizarem a sua pureza e o seu caráter tradicional defendiam a sua legitimidade religiosa, em contra partida essa idéia de pureza oferecia poucas chances de cidadania para aqueles que não se encaixavam nesse espaço da tradição idealizada e excluía as outras práticas tidas como miscigenadas, impuras como os Candomblés de caboclos.(HEALY, M. Idem Ibidem, p. 168; ver também sobre o tema CORRÊA, Ma, " O Mistério dos Orixás e das Bonecas: Raça e Gênero na Antropologia Brasileira", In. **Etnografia**, vol. IV, no. 2, 2000, PP. 233-265.

horror", fazia parte de um repertório propagado por jornais cariocas que buscavam contrastar o processo modernizador da Nova Capital, ao atraso personificado pelo aspecto colonial da Velha Capital.

A descrição que Landes faz da Bahia logo no seu primeiro capítulo é revelador dessa concepção: "*a Bahia é conhecida pela qualidade excepcional da vida folclórica dos negros. O que os negros fazem na Bahia é típico do Brasil. Os versos e as melodias(...) seu modo de cantar, os tipos de orquestra, as danças, os esportes, diversões, alimentos (...) vestuário (...) a beleza física das mulheres são parte precisa do Brasil. Da Bahia vêm as formas e símbolos a que se apegou o chauvinismo nacional. Mas tarde, Carmem Miranda levou-os à Broadway e a Hollywood*"[63]

No âmbito econômico, esse período seria marcado por significativos investimentos na industrialização da economia brasileira, deslocando o eixo econômico secularmente centrado na produção agrícola de exportação para o industrial, associada à já consolidada indústria de bens e consumo, a indústria de base. As grandes cidades brasileiras viveriam processos intensos de urbanização e crescimento de sua população, *"um dos traços característicos dos finais do século XIX e início do século XX foi o intenso crescimento dos contingentes urbanos da população brasileira, confluindo à série de transformações pelas quais passava o país, essa tendência demográfica,* [foi responsável pelo processo] *que inverteu a distribuição sócio- territorial da população brasileira..."*[64] Junto ao incremento industrial se delinearia na sociedade brasileira o fenômeno da emigração interna que era saída sistemática da população rural para os grandes centros urbanos. As grandes cidades brasileiras tornaram-se polos atrativos de migrações provenientes das zonas rurais e das cidades do interior.

---

[63]LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**, 2ª edição, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2006, p. 42.
[64] WISSEMBACH, Ma. Cristina Cortez, "Da Escravidão à liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível", In: **História da Vida Privada no Brasil. Republica: da Belle Époque à Era do Radio**, SERVICENKO, Nicolau () São Paulo: Cia Das Letras, 1998, p. 91.

Nas primeiras décadas do século XX, Salvador ainda se mantinha uma Sociedade fortemente segmentada e hierarquizada, o mundo do trabalho restrito pelo caráter agro-exportador e comercial de suas atividades econômicas.[65] Ao caracterizar Salvador, Pierson a descreve como uma cidade "*culturalmente Passiva*" marcada pela estabilidade e uma rotina que escrevia continuamente comportamentos tradicionais e ininterruptos, cuja ordem social era "*relativamente estável*" que havia sido muito pouco alterada por migrações estrangeiras ou internas.[66] Ainda assim, Salvador chegava na última década do século XIX como centro econômico dominante, se comparado aos outros centros urbanos do Estado, era na capital que os "*negócios de exportação e importação expandiam a sua atuação com casas bancárias e industriais*". Esse comércio gerava a "*expansão da máquina burocrática e dos serviços públicos, desde prédios, vias públicas, até os trabalhos do porto*. (...) as *necessidades da população, formuladoras de um mercado local* (...) *com numerosos bares, armazéns e casas de materiais de construção. Um comércio fixo e ambulante, que envolvia das quitandas às gamelas. Uma indústria simples, de unidades de médio e pequeno porte, que fabricava de gelo ao sabão. Um artesanato urbano de amplo espectro que produzia ou consertava das portas das casas aos sapatos*".[67]

Numa cidade eminentemente conservadora, muito da mentalidade senhorial-escravista ainda se fazia sentir nos hábitos e nas relações vivenciadas cotidianamente pelos soteropolitanos. O processo de modernização da cidade dar-se-ia de forma muito particular, com o novo convivendo lado a lado com antigas práticas que pareciam remontar aos tempos coloniais e resistir às transformações que os novos tempos lutavam

[65] ARAÚJO, Ubiratã Castro de, "Por uma História Política da Economia Escravista",In. **Cadernos do CRH**, no. 20, Salvador : UFBa,1987, pp. 81/85.
[66] PIERSON, D. Op Cit, 1971, p. 97.
[67] BARCELAR, Jéferson, **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador.** Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p. 42.

para impingir.[68] A permanência de um sistema baseado nas relações pessoais e não contratuais implicava a manutenção de costumes e normas tradicionalmente estabelecidas com base na atribuição mais do que a aquisição ou desempenho.[69] Tais características levaram Donald Pierson a considerar as relações sociais vividas em Salvador como isentas de conflitos, inclusive raciais.[70]

[68] Alberto Heráclito Ferreira Filho ao discutir o cotidiano profissional das mulheres pobres de Salvador, constata a permanência da mentalidade senhorial-escravista, que, afirma ele, "dificultara a internalização dos novos padrões de conduta coletiva", apregoados pelo ideal de modernidade da ordem republicana. O autor define o processo de modernização na Bahia como imperfeito, tendo tido limitada expressão frente ao tradicionalismo muito presente na realidade local. FERREIRA Filho, A H. Salvador das mulheres. Condição feminina e Cotidiano na Belle Époque Imperfeita, Dissertação de Mestrado, UFBa, 1943

[69] BARCELAR, Jéferson, Op Cit. p. 46.

[70] PIERSON, D. Op Cit, p. 98

Capítulo 2

As primeiras reflexões sobre ascensão: um diálogo com os estudos antropológicos de Donald Pierson, Ruth Landes, Tales de Azevedo e a literatura de Xavier Marques.

Quem no coração
Não faz distinção
Compreende a minha dor!

2.1. Donald Pierson x Brancos e Pretos na Bahia

A associação entre "cor" e posição social, como bem afirmou Guimarães, "*ocupou grande parte dos debates no âmbito das ciências sociais"* [71] e acrescentaria a esses dois tópicos, mais dois outros a eles associados: ascensão social e casamento inter-racial. Essas quatro categorias estão presentes e intimamente relacionadas nas análises que Pierson e Azevedo fizeram da Bahia, aparecendo também imbricadas nas análises de Landes, ainda que nelas não ganhem uma explicitação efetiva como nos outros dois trabalhos, em função da centralidade do tema do Candomblé.

Healey, no seu artigo em que analisa a obra de Landes, aponta para a influência de Park tanto no trabalho dela como no de Pierson. Professor de sociologia do Departamento da Universidade de Chicago, Park é descrito como "paladino do liberalismo racial" e orientador de vários cientistas sociais negros. Ao aposentar-se, no início dos anos 30, fez uma viagem ao redor do mundo e, ao passar pelo Brasil, percebeu-o "como uma sociedade multi-racial estável e sem segregação". Para ele, um minucioso estudo sobre os precedentes do Brasil poderia deslegitimar o racismo

[71] GUIMARÃES, A. S. Alfredo "Cor, Classe e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Herris na Bahia: 1940-1960", p. 143, In In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, R. Ventura, **Raça, Ciências e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

institucionalizado americano. É ele que influencia Pierson a estudar o Brasil e que estabelece o plano de desenvolvimento desse estudo, passando por um estágio na Universidade de Fisk, uma Universidade para negros, onde o próprio Park lecionou ao voltar da sua viagem ao redor do mundo. Tanto Landes como Pierson iniciaram a execução de seus trabalhos por esta instituição, com o objetivo de familiarizar-se com a bibliografia sobre a diáspora, lecionar e, como afirmou Landes, "acostumar-se com os negros, Dessa temporada em Fisk, ambos partiriam para executar suas pesquisas de campo na Bahia. [72]

Em comum entre esses autores é a presença de uma perspectiva comparativa presente em suas análises das relações raciais da sociedade baiana pensada como contraponto à sociedade americana que vivia, naquela época, década de 30, um racismo legal, demarcado por duas categorias raciais polares, brancos e negros, que os separavam em lugares específicos da sociedade. Daí a conclusão a que chegam esses autores, ser o Brasil um país em que o preconceito é de classe e não de raça. [73] Tal posição é claramente exposta por Pierson na introdução à segunda edição brasileira de 1971, quando, já sob acirrada crítica produzida pelos trabalhos da geração de 50, que teve em Florestan Fernandes um crítico sistemático, reiterava sua tese do caráter multirracial da sociedade brasileira cuja distinção e preconceitos eram de classe e não de raça, tomando como contraponto não somente o racismo institucional dos EUA como o da África do Sul.[74]

Nogueira, ao analisar essa característica, afirmou que "*enquanto nos Estados Unidos há uma linha de cor a separar os brancos dos não-brancos, no Brasil há uma*

[72] HEALEY, Mark, "Os Desencontros da Tradição em Cidade das Mulheres: Raça e Gênero na Etnografia de Ruth Landes". In. **Cadernos Pagu**, vol 6, no 7, 1996, pp172/173.
[73] Sobre q questão ver MOUTINHO, Laura, **Razão, "cor" e desejo**. ... ; CORRÊA, M, O mistério dos "Orixás e das Bonecas...", 2000; GUIMARÃES, A. S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil** ... 1999; SKIDMORE, Thomas, **Preto no Banco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
[74] PIERSON, D. Op Cit, p. 32

zona intermediária, fluida, vaga, que flutua, até certo ponto, ao sabor dos observados ou das circunstâncias" [75] Corrêa, ao discutir esse componente das relações raciais no Brasil, demonstrou como estas se estruturam segundo um modelo que privilegiou categorias não polares, um continuum no qual a alocação do indivíduo na escala cromática dependeu de outras classificações sociais para defini-los mais ou menos próximos do padrão branco ou negro.[76]

O que explicaria, para Pierson, a ausência de preconceito racial era a presença de negros e mestiços nas diferentes classes sociais, ainda que a maioria deles permanecessem entre a classe baixa, isso não impedia a capacidade de mobilidade social para os indivíduos de cor. Embora identifique a cor escura ao status inferior e a cor branca ao status superior, "*a ascensão de classe tende a retirar o indivíduo da categoria de cor*".[77] Assim, embora a cor esteja associada à posição social do indivíduo, o aproveitamento de oportunidades econômicas e o cultivo de boas maneiras (polidez e etiqueta) possibilitam a ascensão e aceitação nos estratos mais altos.[78]

Tomando por base os dados que o próprio antropólogo arrola para o período de 1936, a composição populacional de Salvador, segundo a descendência africana, caracterizava-se pela presença esmagadora de *negros* e *mulatos escuros* nos níveis econômicos mais baixos, assim como eram estes que compunham a maioria dos trabalhadores com pouca qualificação e com pouca ou nenhuma escolaridade. Para Pierson, tal organização do mercado de trabalho advém do fato de a Bahia constituir-se em uma "*sociedade de livre competição*" [79,] e, dado ao período relativamente curto do

[75] NOGEIRA, Oracy, **Tanto Preto quanto Branco: Estudos de Relações Raciais**, São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, p. 6; HEALEY , Mark, Op Cit. p.164.
[76] CORRÊA, Mariza,"Sobre a invenção da mulata". In. **Cadernos Pagu: Raça e Gênero**. No. 6/7, Campinas: 1996.
[77] PIERSON, D. Op Cit, p. 260.
[78] Idem Ibidem ,p .245. A distribuição das cores acompanharia segundo ele a expansão geográfica da Cidade com bairros de pobres com presença mássica de negros e mestiços e bairros dos seguimentos intermediários e os bairros das elites, geralmente estabelecido no altos dos morros e elevações .
[79]PIERSON, Donald, Op. Cit. pp.228/229

fim da escravidão, os descendentes ainda se encontram numa relação de desvantagem. O que Pierson não conseguia ver, mas os estudos posteriores sobre o processo de inserção da população negra demonstravam, é que a inclusão dos negros no mercado de trabalho pautou-se nas desvantagens desses segmentos competirem pelas melhores ofertas de emprego.

A percepção da Bahia (e do Brasil) como uma sociedade cujo preconceito é de Classe [80] e não de 'raça' vai condicionar muitas das conclusões desses autores sobre ascensão social e casamentos inter-raciais, permitindo "*a existência e valorização do lugar ideológico do mestiço, funcionando como o operador lógico que marca não somente esta distinção como, igualmente, fornece os elementos necessários à sustentação da tese do branqueamento e conseqüentemente da mobilidade social*" [81]

Para compor sua discussão sobre as relações raciais na Bahia, Pierson estabelece, ao longo dos capítulos, uma discussão histórica que vai dos primórdios da colonização à dinâmica das relações contemporâneas, demarcando o peso do passado colonial e escravista nas características que as relações sociais assumem no pós-abolição.[82] Nesse caminho, o autor estabelece um diálogo estreito com a obra de Gilberto Freyre e Oliveira Viana , ao buscar explicações para o caráter permeável da sociedade baiana (brasileira), a absorção dos elementos não-brancos.

Pierson retoma o argumento presente em **Casa Grade e Senzala** sobre o caráter peculiar da colonização portuguesa marcada pelo diminuto número de mulheres

[80] Para Pierson as classes designa divisão vertical na qual há livre competição no mercado e se diferenciando das Castas por corresponder a grupos abertos à circulação e a mobilidade. Segundo Guimarães as divisões em classes são concebidas como decorrentes apenas das diferenças adquiridas pelos indivíduos numa situação de livre competição e por isso valorizadas positivamente, diferentes das castas cujas cujo status são herdados. GUIMARÃES, A. S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**... 1999, p.113.

[81] MOUTINHO, Laura, **Razão, "cor" e desejo...** p. 198. Ver também GUIMARÃES, A. S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**..., 1999.

[82] Ver MOUTINHO, Laura, Op. Cit 199; HASENBALG, Carlos A. "A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil"In. HASENBALG, Carlos A e SILVA, Nelson do Valle, **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**, Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ,1992; GUIMARÃES, A. S. Alfredo, Op. Cit. 1999.

europeias que vieram para o Brasil, levando os colonizadores, desde o início da colonização, a formar uniões com mulheres indígenas e depois com africanas. A permeabilidade portuguesa advinha do fato de os primeiros colonizadores, moçarabes, familiarizados com a pele escura, possuírem um fraca "*consciência–de–raça*".[83]

Para esse autor, a miscigenação "*prosseguiu espontânea no Brasil*", [84] e a prática da mancebia contribuía flagrantemente para sua persistência. Podemos depreender pelas próprias descrições realizadas pelo autor, que a miscigenação não ocorreu tão "livre" ou "espontânea". Se as uniões com as índias foram progressivamente legalizadas, a ponto de se verificar que uma considerável parte das famílias brasileiras do princípio do século XVII tinham algum percentual de sangue índio por via materna, as uniões com negras mantiveram um caráter extralegal em decorrência da então presença de mulheres brancas (ou branqueadas). Estas encarnavam as preferências para as relações legais e convertiam-se no elemento desestabilizador e modificador das relação anteriormente estabelecidas. Com as negras, por conta da presença de mulheres brancas, a relação sempre se dava via mancebia. [85]

A dinâmica do "intercasamento" é estabelecida, portanto, pelas mulheres brancas como contraponto à relação entre colonização/mestiçagem e exploração sexual de mulheres negras e nativas, e ganha, como apontou Moutinho, sutis assimetrias de gênero entre homens e mulheres, como "*fator explicativo para o desenvolvimento* (ou não) *de uma tolerância racial"* quando o autor destaca "*a importância* (e a força) *das mulheres brancas no seio familiar* (como mães e esposas) *para a contenção do desejo e da permissividade masculinas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de maior*

[83] PIERSON, D. Op Cit, pp, 178/179
[84] Idem Ibidem, p. 181.
[85] Idem Ibidem, p.180 ; Ver MOUTINHO, Laura, Op. Cit.

(ou menor) '*tolerância racia*l'"[86] A maior presença de mulheres brancas (ou quase brancas) teria coibido o desejo masculino por mulheres de outras raças, demonstrando que, na competição pelo desejo masculino, as brancas estabeleciam sempre largas vantagens com relação às índias e negras, inclusive e, sobretudo, para a constituição de famílias legais.

Ao analisar as relações contemporâneas à pesquisa, Pierson aponta como "*circunstancias favoráveis à miscigenação*", a época, o trabalho doméstico que, exercido na sua grande maioria por mulheres negras e mulatas, gerou uma prole mestiça e bastarda destas com os homens brancos. Como dado subjacente a essa argumentação está a descrição Freyriana do comportamento licencioso de mulatas e negras escravas, dotadas de uma moral sexual desenfreada, uma liberdade sexual/sensual tendente à prática do masoquismo, revelando o caráter nacional do brasileiro, elástico, propenso à mistura, a intermediar o conflito aberto" [87]. Para Pierson, o que haveria então entre as empregadas domésticas e seus patrões brancos seria uma reedição desse secular comportamento.

O grau de violência racial e de gênero que essa via da miscigenação indicava passa despercebido pelo autor. As domésticas eram, muitas vezes, vítimas de violências sexual e da impossibilitadas de negar-se à pressão para a concessão de favores sexuais

[86] Idem Ibidem p. 201

[87] Giacomini contesta assertiva freyriana sobre a licenciosidade das escravas negras e mulatas demonstrando como sobre estas recaiam as determinações da sociedade patriarcal que legitimavam a dominação de homens sobre as mulheres, demonstrando que, como a sexualidade dessas mulheres não estava a serviço da "procriação e da reprodução" da família patriarcal branca, o seu corpo pode ser usados como objeto sexual sem os sensores da moral religiosa da época. Assim a "sexualidade da escrava aparece para o senhor livre de entraves ou amarras de qualquer ordem, alheia à procriação, às normas morais e religiosas, desnuda de toda série de funções que são reservadas às mulheres de sua classe". A propalada superexcitação genésica ganha, portanto, um caráter ideológico, justificador, invertendo a lógica dos ataques. Os homens brancos é que aparecem como vitimas desse desejo, é os atributos físicos de negras e mulatas que os tornariam inevitáveis. GIACOMINI, "Ser Escrava no Brasil", In. **Estudos Afro-Asiáticos**, No. 15, 1988, p 154. Sobre a questão ver: PACHECO, A. C L, "Raça, Gênero e Relações Sexuais-Afetivas na produção Bibliográfica nas Ciências Sociais Brasileira – um diálogo com o tema", In. **Afro-Asia**, No. 34, Salvador, 2006, p 161; Da Matta, Roberto, **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**, Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

dadas as características de subalternidade e deferência que o trabalho doméstico assumiu na Bahia e os próprios imperativos impostos pela sobrevivência em que, muitas vezes, a opção ao trabalho doméstico era a fome e a ausência de um teto sobre suas cabeças.[88] A exposição das mulheres negras e mestiças a múltiplos processos de exploração, quer como objeto de prazer, quer como instrumento de trabalho, surge de forma mais aguda na sua descrição da "*parceria*"estabelecida pelos poucos imigrantes portugueses com as negras e mestiças baianas, sendo a relação assim descrita: Estas "*podiam cozinhar e tomar conta da casa para ele, ganhando ainda uma renda suplementar lavando roupa ou preparando quitutes que vendiam aqui e ali. Em troca, elas exigiam muito pouco*".[89]

No desenrolar do argumento de Pierson, fica claro que a vantagem auferida pelas mulheres negras e mestiças nesse encontro é o branqueamento, descrevendo "*o prestígio ordinário* [das mães de cor] *atribuído ao filho 'mais branco'*", prestígio que era reconhecido pelas mães e pelos que a rodeavam. O desejo por filhos claros e relações sexo-afetivas com brancos não seria almejado só pelas mulheres, os homens pretos também buscavam dela se beneficiar, quando bem sucedidos (leia-se financeiramente e educacionalmente) buscavam "*novas garantias para seu status e para seus filhos casando-se com mulheres de cor mais clara*"[90].

Dois elementos podem ser destacados da análise Piersoniana, a assimetria de gênero e raça. Às mulheres negras restavam o trabalho árduo, a mancebia e o único ganho social que estas poderiam auferir estava no filho claro. A possibilidade ascensional não era para elas, mas para o filho, de cor mais clara e que assim, nas palavras do autor, "*melhora a raça*". Para os homens, o processo ascensional se

[88] SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, Fogões, Pratos e Panelas..., cap. 2Ttrabalho Domestico e seus Significados Sociais
[89] PIERSON, D. Op Cit, p183; Contrapondo-se a tese da disponibilidade sexual das negras e mestiças ao assedio senhorial ver Giacomini, Op. Cit, 1988.
[90] Idem Ibidem, pp182-183

constitui pela associação de vários símbolos de *status*, pois somente os "*bem sucedidos*" poderiam almejar casar-se com mulheres mais claras, agregando aos valores educacionais e financeiros os benefícios de uma prole mais clara e consolidando as alianças de classe que garantiriam a sua ascensão.

A lógica da exclusão das mulheres negras das relações conjugais formais é triplamente acentuada; pelos brancos, pois com essas somente estabelecem mancebias, pelos negros, porque também as rejeitam em suas rotas ascensionais e, por fim, pela hierarquia entre os gêneros inerentes à sociedade baiana dos anos 30, que não concedem às mulheres não brancas as mesmas possibilidades de agregar aos símbolos de *status*, educação e melhoria financeira desta decorrente, um casamento formal, restando a elas o *status d*a maternidade de proles claras e, na maioria das vezes, bastardas. [91]

O segundo é a centralidade que a cor ganha na associação dessas vantagens. Mesmo percebendo haver uma ordem social na qual vamos encontrar os brancos na "*classe alta*" e os "*pretos na classe baixa*", ou seja, o *status* coincidindo com a cor, ele, ainda assim, insiste em indicar a "*capacidade e encanto pessoal, alto grau de instrução, riqueza, realização profissional ou competência geral* [como capaz de] *sobrepujar a cor*"[92]. Cor, para Pierson, não significava somente a cor da pele, pigmento, mas sim caracteres, como textura do cabelo, a grossura dos lábios e do nariz. Um cabelo ondulado ou liso, nariz fino seriam atributos positivos, e um cabelo carapinha ou muito crespo e nariz chato, um atributo negativo capaz de rivalizar com a cor propriamente dita. Então, essas ou aquelas qualidades associariam ao seu possuidor a beleza ou fealdade, [93] aumentando ou diminuindo as chances no mercado matrimonial. Entretanto essas "qualidades" pesariam mais para as mulheres que para os homens, pois mais que

[91] PIERSON, D. Op Cit, p. 182.
[92] Idem Ibidem, p249.
[93] Idem Ibidem, p.38.

beleza ou fealdade o que realmente contaria para os últimos seria a capacidade de agregar aprimoramento educacional e prosperidade financeira. A questão é, até que ponto essa "aparência física" determinou a rejeição de alguns indivíduos dos arranjos matrimoniais mais vantajosos?

O casamento inter-racial tem um importante papel nas análises de Pierson, pois este, a um só tempo, constitui-se em processo ascensional, como é, ele mesmo, garantidor da ascensão conquistada e, neste processo, os mestiços claros levariam uma maior vantagem que mestiços escuros e pretos. Segundo suas análises, os casamentos inter-raciais jamais ocorriam nos extremos da pirâmide social, ou seja,

> "*poucos casamentos tinham transposto as linhas de classe. De vez em quando membros da classe 'alta' se casavam com indivíduos que tinham subido da classe 'inferior' para uma posição intermediária, ou um destes últimos se casava com um membro da classe 'inferior'. Mas muito raramente indivíduos pertencentes às extremidades da escala de classe se casavam entre si. (...) os casamentos transpuseram mais facilmente as linhas de raça que as de classe; isto é, que eram mais raros os casamentos entre indivíduos pertencentes a níveis diversos de família, profissões e renda, dentro do mesmo grupo racial(...) os brancos da classe alta manifestavam decididamente oposição ao casamento com indivíduos pertencentes ao extremo da escala de cor* ".[94]

Ao analisar os registros de casamentos dos anos de 1933/1934, num período de um ano, ele encontrou poucos intercasamentos, de um número total de 1.269 casamentos, apenas 42 foram classificados como intercasamento. Entretanto o autor não nos fornece maiores informações sobre a situação socioeconômica, ou qual cônjuge era o elemento negro-mestiço desses 42 casais. Ele alerta, entretanto, que nesse número não

[94] PIERSON, D. Op. Cit. Pp. 202/203

foi incluído o casamento entre brancos e branqueados, aventando a possibilidade do número de intercasamentos ter sido bem maior.

Logo em seguida o autor apresenta o resultado de uma pesquisa realizada por ele entre estudantes brancos, das camadas altas e médias da sociedade baiana, na qual fica evidente um alto índice de rejeição (93%) por parte desses estudantes em casar-se com negras ou mestiças escuras. Apesar do resultado, os dados da pesquisa são usados para corroborar a rejeição de classe e não de raça nas relações de intercasamentos.[95]

Para Pierson, os intercasamentos obedeceriam ao *continuum* cromático branco-preto, e quanto mais próximos os indivíduos se encontrassem das camadas altas, mais contíguas eram as tonalidades cromáticas dos noivos. A diversidade cromática ocorria com maior facilidade apenas entre os níveis inferiores e sempre associada a um ganho financeiro e social para o cônjuge branco. Assim, "*quando tais casamentos ocorrem entre classes diferentes, isto é, entre indivíduos, pertencentes a níveis deferentes de família, profissão ou renda, é normalmente o branco que se beneficia*" [96]. Apenas nessa altura da análise, o autor explicita o sexo dos cônjuges envolvidos, e é interessante notar que o par que compõe esse casal é sempre a mulher branca e o homem negro/mestiço. Quando a condição do casal é invertida, os exemplos descritos nunca constituem uma relação de ordem legal e sim uniões informais ou de amasiamento.

No único caso relatado em que a mulher era o elemento mestiço, essa é descrita como " '*linda morena', cujo encanto físico e dotes psíquicos, dizem, compensavam largamente a diferença de nível econômico*".[97] A noiva não possuia traços negroides efetivos, mas os símbolos de *status* educacional e financeiro são creditados ao pai (mestiço) dela, uma "*autoridade em gramática portuguesa*" e não a ela própria. Os

[95] Idem Ibidem p. 203.
[96] PIERSON, D. Op Cit, p. 204
[97] Idem Ibidem, p. 205

atributos de beleza e erotismo, associados à cor morena, são apontados como seu grande trunfo, em que pese ser esta uma moça formada. As sutilezas desse continuum de cor na exaltação da beleza da Morena, a qual reitera como um "*tipo feminino ideal*" do brasileiro, reforça a rejeição ao fenótipo negro como incapaz de agradar, atrair ou se fazer desejar. A qualidade da morena, nas palavras do autor, estaria nos "*olhos castanhos*", "*cabelos escuros*", bem ondulados e "*traços caucasóides*", sua cor é como alguém "*tisnado pelo sol*" e de "*aparência saudável*" [98]. Mais uma vez as assimetrias de gênero surgem sem que o autor questione tais condicionantes nos quais se dão os casamentos inter-raciais e a maneira pela qual essas assimetrias acabam por reforçar estereótipos que excluem as negras e mestiças escuras do mercado matrimonial formal.

Pensar o processo de escolhas que homens e mulheres colocam em prática ao elegerem um indivíduo como cônjuge, há a necessidade de se considerar a construção das identidades de gênero e raciais numa perspectiva relacional, determinada pela posição do indivíduo quanto ao grupo a que pertence, [99] pois "*fatores econômicos, sociais, históricos e culturais exerceram sobre os padrões de preferência, inscritos na escolha de parceiros*" [100] A forma como experienciam a opressão e a discriminação está diretamente relacionada a esta articulação. Os papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres estão estabelecidos no conjunto da sociedade como normas, costumes e padrões valorativos, sendo necessário considerar a forma pela qual os grupos sociais interagem e produzem sanções no sentido de promover adesões a valores específicos, na maioria das vezes, relacionados à imagem criada e reforçada por diferentes grupos.[101]

---

[98] PIERSON, D. Op Cit, p.194
[99] STOLCKE, Verena, "Sexo está para gênero assim como para etnicidade? In. **Estudos Afro-Asiáticos**, No. 20, 1991, p.110.
[100] SCALON, Maria Celi Ramos da Cruz, "Cor e Seletividade conjugal no Brasil" In. **Estudos Afro-Asiáticos**, No. 23 (Dezembro),,1992, p.17
[101] BARTH, Fredrik, **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**, Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 38/39.

A dinâmica e a estratégia do sistema de alianças matrimoniais (e, consequentemente, de procriação) apontam para a manutenção do que o demógrafo José Luis Petruccelli denomina de "*fronteiras inter-raciais*" por meio das quais "*o comportamento nupcial seletivo, sancionando regras e valores sociais vigentes, através dos processos de estabelecimento de laços familiares e de formação de uniões, mascara as reais condições de reprodução da desigualdade na população brasileira, contribuindo, paradoxalmente, para a manutenção das fronteiras inter-raciais.* Existe um amplo consenso de que as escolhas [matrimoniais] não são um produto de um jogo aleatório, mas expressão de regras sociais determinadas, que tendem a facilitar alguns tipos de união, e a dificultar outros, construindo um sistema que estrutura os intercâmbios individuais e de grupos"[102]

Assim faz-se necessário entender os diferentes contextos em que estavam inseridas as populações brancas, negras e mestiças baianas para compreender como regras, normas e valores foram sendo concebidos, negociados e sancionados nas interações sociais, condicionando suas escolhas conjugais e sendo por elas condicionadas, um processo dinâmico no qual se entrelaçam os percursos individuais de cada indivíduo e suas relações mais amplas na sociedade, marcado pelo passado escravista, pelas hierarquias raciais e pelas diferenças de gênero.

Assim, o comportamento individual não seria um mero reflexo da recusa ou da adesão a uma norma que permitiria ao indivíduo ascender ou não, mas sim "as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolhas, essencialmente inscritas nas relações sociais que ele mantém". [103] Assim, a norma passa a ser definida não mais pela posição formal ocupada na escala social, mas como produzida e negociada

[102] PETRUCCELLI, José Luis, "Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90"**. Estudos Afro-Asiáticos**. [online]. jan./jun. 2001, vol.23, no.1,p. 2 ; O conceito de "Fronteiras Inter-raciais" cunho do pelo autor ter por base o conceito barthiano de "Fronteira Étnicas"

[103] CERUTTI, Simone, "Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades" In. Ravel, Jacques() **Jogos de Escala. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 188/190.

continuamente no contexto das redes de relações (trabalho, família, religião, etc), de obrigações, de expectativas, de reciprocidade. Segundo Barth, as "fronteiras" permanecem "*apesar do fluxo de pessoas que as atravessam".* Assim, as distinções dos diferentes grupos indenitários *"não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas (...)*". [104]

Brancos, negros e mestiços, nos seus variados matizes, constituem-se como grupos cujas identidades são efetivamente diferenciadas, não só por longos processos históricos, marcados por três séculos de escravidão, mas, principalmente, pela forma como esses vão se integrando à sociedade no pós-abolição, e a forma como eles se identificam e são identificados, fazendo parte de grupos historicamente distintos na hierarquia social. Os processos de ascensão não estão vetados a negros e mestiços por princípios legais, como Pierson e depois muitos outros fizeram questão de frisar, mas foram estabelecidos a partir de um conjunto de regras que passam, entre outros fatores, pelo compartilhamento de formas de compreensão de critérios para julgamento de "*valores e de performance",* que restringem a participação daqueles em que se pressupõe não "*haver compreensão comum e interesses mútuos*"[105]. Ao associar o sucesso financeiro, educacional e social de um negro (aceitação nos círculos sociais das elites baianas e casamentos com mulheres bancas ou mais claras que o cônjuge) ao ideal de embranquecimento, este acabava por depreciar globalmente os negros que permaneciam nos estratos mais pobres da população.

Assim, as assimetrias de gênero e raça engendraram processos que preteriram negros e negras nas preferências afetivas para uniões conjugais inter-raciais, sendo que,

[104] Barth, Fredrick, Op Cit, p. 26
[105] Idem Ibidem, p.34

sobre as negras, esses processos são ainda mais acentuados pela dificuldade delas agregarem a si prestigio educacional e financeiro por serem mulheres, por serem negras, e incidir sobre elas a rejeição que as dissociavam do padrão de beleza e encanto, reduzindo suas chances matrimoniais.

A manutenção das hierarquias sociais que reafirmavam a superioridade racial e social dos brancos em relação aos negros permitiu a reprodução de um sistema de desigualdades sociais. O surgimento do discurso em torno de uma pretensa Democracia Racial colocou em novos termos o preconceito racial, ou seja, na capacidade da sociedade "*absorver e integrar os mestiços e os negros (...) varia na razão direta do grau com que a pessoa repudia sua ancestralidade africana (...).* Como foi desenvolvido por Antônio Sergio Guimarães, "e*mbranquecimento e democracia racial são assim conceitos de um novo discurso racialis*ta".[106] A complexa associação de símbolos que enegreciam ou clareavam não impedia que sobre aqueles que ascendiam incidisse o preconceito racial, as tênues fronteiras que separavam os indivíduos levavam a que não houvesse uma identificação imediata dos não-brancos aos estratos da elite soteropolitana.

A ascensão de negros e mulatos não diluía as fronteiras raciais, mas, antes de tudo, reforçavam-nas, demarcando posições, reiterando preconceitos e reforçando mecanismos de exclusão. Homens negros e mestiços que conseguiam formar-se médicos, advogados, engenheiros ou professores (profissões valorizadas socialmente) tinham que estar constantemente reiterando competências, demonstrando capacidades sem as quais corriam sempre o risco de serem julgados segundo padrões e desvalorizados socialmente. A mudança de "pertencimento" tinha que ser continuamente exercitada, afirmada e demonstrada e, para isso, o casamento com

[106] GUIMARÃES, Antonio S. A., "Raça, racismo e grupo de cor no Brasil". In **Estudos Afro-Asiáticos**, No. 27, Rio de Janeiro, 1995, p. 57.

brancas ou branqueadas parecia ser crucial a fim de que esta fosse reconhecida, e os indivíduos que haviam ascendido pudessem usufruir e apropriar-se das vantagens sociais a eles conferidas: poder, prestígio e conservação do *status*.

2.2. Landes e A Cidade das Mulheres

Ruth Landes chega à Bahia em 1938 e, assim como Pierson, vinha para o Brasil estudar as relações raciais e entender as diferenças que elas possuíam em relação àquelas desenvolvidas nos EUA. Se o trabalho de Pierson foi pioneiro na construção do argumento da inexistência de preconceito racial no Brasil, apontando a existência do preconceito de classe, tese aceita e incorporada por Landes em seu trabalho, o pioneirismo de Landes é apontado pelos estudiosos da História da Antropologia, como residindo no uso do gênero[107] para entender as relações raciais na Bahia e aquelas desenvolvidas nos terreiros de candomblé.

A qualificação de controverso e pioneiro feita pelos atuais estudiosos da obra demonstra que as tensões causadas pela pesquisa de Ruth Landes advinham tanto do fato de ser ela mesma uma estranha, ou seja, uma mulher, metendo-se em um campo de estudos (de relações raciais) majoritariamente masculino, como da própria tensão inerente à constituição desse campo, enquanto tal.[108] Ao desenvolver sua pesquisa etnográfica, "*optou por seguir a interpretação dos nativos em suas narrativas sobre a*

[107] Como destacou Corrêa nesse momento Landes não tratava de questões de gênero como nós conhecemos hoje, mas sim da relação entre os sexos, mas a forma como a autora trata as questões nos permite lê-las a partir de uma lógica de gênero. Segundo a autora "no seu texto os homossexuais 'desejam ser mulheres'. Seu 'estilo feminino' é estereotipado – 'dengoso': são, enfim, uma 'anomalia sexual'. A tipologia assim construída está em perfeita consonância com a definição dos rituais nagô como os mais puros, e dos rituais de caboclo como produtos 'híbridos', sobre o que parecia haver a concordância da maioria dos pesquisadores das religiões africanas na época, à exceção do fato de que, ao colocar as mulheres no topo e os homens na base, Landes invertia a classificação simbólica da relação masculino/feminino da sociedade na qual esses cultos se inscreviam. Assim o principio feminino – ainda que parte dele corporificado em homens – é que domina o conjunto do campo das religiões afro-brasileiras na Bahia, com a marginalização do principio masculino. CORRÊA, M, O Mistério dos Orixás.... p.245. O reflexão sobre Matriarcado negro e a presença de Homossexuais nos Cultos Caboclo fazem parte do livro A Cidade das Mulheres, mas foram originalmente publicados separadamente.

[108] CORRÊA, M, Op Cit. p. 242.

vida cotidiana deles". Indo de encontro às explicações balizadas por Artur Ramos no Brasil e Melville Herskovits no EUA, contestou a dominação dos homens nos terreiros Yorubás, apontando para a forte proeminência feminina na condução dos cultos e para a liderança homossexual masculina nos cultos caboclos.[109]

A preponderância feminina nos cultos Yorubá e a autonomia das mulheres eram estendidas para a sociedade ao constatar que as mulheres buscavam construir "*trajetórias independentes*" também fora do Candomblé. Invertendo a lógica de uma cultura patriarcal hegemônica, diz Landes, "*chama minha atenção que em nenhum lugar exceto entre os negros as mulheres sejam, em geral, quase iguais aos homens em status*" [110]. Tal comportamento feminino era creditado à pobreza e à incapacidade dos homens de assumirem seu papel de provedor. Em conversa com Edison Carneiro[111], ele próprio pesquisador dos Cultos Afrobaianos, e que conduziu Landes pelos terreiros nas cercanias da Cidade, afirmou ao ser questionado por ela sobre a presença dos maridos: "*Maridos? Não há muitos, e de qualquer modo não são de confiança. Esta não é uma confortável sociedade burguesa, dona. Hoje em dia não há trabalho bastante para todos os homens. Eles não ganham o suficiente para si, quanto mais para sustentar família".*

Ao frisar não ser esta "*uma confortável sociedade burguesa*" Carneiro referia-se a um padrão familiar burguês, monogâmico, baseado no casamento legal, na subordinação feminina ao controle e mando do homem, designado como "o chefe da família", provedor de mulher e filhos. Na organização familiar descrita por Landes, o núcleo familiar estável estava centrado na relação mãe-filho, segundo ela "*as mulheres*

[109]Prefacio de LANDES, Ruth, A Cidade Das Mulheres...; CORRÊA, M, p15 e FRY, Peter, p. 24
[110] HEALEY, M Op. Cit, p. 154 ; FRY, Peter Op Cit. 25.
[111] Edison Carneiro nasceu em Salvador em 12 de Agosto de 1912. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia em 1936. Começou sua vida como escritor junto ao Movimento Academia dos Rebeldes em 1930. Seus interesses acadêmicos geraram em torno da Etnologia e Folclore escrevendo diversos ensaios e artigos sobre os cultos afrobaianos e a cultura negra. Além desses trabalhos dedicou-se a tradução de livros da língua inglesa e francesa, escreveu sobre História e trabalhou durante anos como jornalista. Dados retirados do prefácio do livro de CARNEIRO, Edison, **A Cidade do Salvador**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

têm tudo: os templos, a religião, os cargos sacerdotais, a criação e a manutenção dos filhos e oportunidade de se sustentarem a si mesmas pelo trabalho doméstico e coisas semelhantes" [112]. Mas, ainda assim, essa estabilidade poderia ser abalada pelos reveses da pobreza, do trabalho, da sorte, dando um significado profundo à afirmação de Carneiro ao deparar-se, junto com Landes, com uma pequena menina dormindo num caixote ao lado do Templo do Engenho Velho, "(...) *as crianças brasileiras são as mais largadas do mundo*" [113].

Os homens, apesar de uma longa trajetória de relacionamentos amorosos, não levavam os filhos desse relacionamento para os seus novos relacionamentos, que ficavam exclusivamente a cargo das mães. O diálogo entre Filipe Neri Conceição e Martiniano E. do Bonfim é bem ilustrativo disso, ao ser pilheriado pelo primo que o acusava de ser pai de cerca de 40 crianças da redondeza, tem de Neri a resposta "*E os de Martiniano? – perguntou ele a Edison – Eu, pelo menos, reconheço os meus.*(...)"[114], sugerindo uma muito comum situação de não amparo à prole nascida dos consecutivos relacionamentos.

A rede de relações familiares não somente entre o povo de Santo, mas nas camadas populares em geral, ampliava-se para além dos parentes consanguíneos, estendendo-se a compadres e vizinhos que, muitas vezes, moravam juntos ou próximos uns dos outros e se ajudavam mutuamente. Ao conhecer a família de Martiniano Eliseu do Bonfim[115], além de sua companheira Matilde, Landes descreve a presença terna de Carlinhos, uma criança de 5 anos que passara a morar com o padrinho Martiniano, quando sua família é desfeita pela agressão à faca que o pai, descrito como de gênio

[112] LANDES, Ruth, Op Cit, p.199.
[113] Idem Ibidem, p 85.
[114] Idem Ibidem, p 106.
[115] Martiniano Eliseu do Bonfim nasceu em 1859, ainda em plena vigência do sistema escravista. Ainda jovem tendo por volta de 14 anos, regressa a África com seu pai onde se inicia nas artes do culto do matriz Ioruba, tornando-se, no Brasil, um prestigiado Babalawo advinho.

ruim, desfere contra a mãe, que é hospitalizada[116]. Na dinâmica do cotidiano que integrava vidas, muitas mães deixavam seus filhos com parentes – avós, tios, padrinhos ou amigos próximos. Parentes consanguíneos, dos mais diferentes graus; parentes por afinidade, baseada em relações de compadrio ou pessoas simplesmente unidas por laços de amizade poderiam fazer a diferença entre o abandono total ou a proteção de um teto, [117] na sua esclarecedora percepção a "*organização do candomblé oferecia a única segurança social válida para os pretos*"[118]

Ao longo do texto, Landes descreve vários relacionamentos afetivos-sexuais marcados tanto pela instabilidade como pela constância, mas um ponto eles tinham em comum, eram formas extralegais de relacionamento conjugal. O primeiro relacionamento descrito era o de Luzia, a mãe-pequena do terreiro do Engenho velho. Ainda surpresa pela ausência de maridos e pelas vicissitudes que marcavam os relacionamentos amorosos, Landes inquiria se ela havia sido formalmente casada, ao que respondia Carneiro - ela, assim como todas as outras, não eram "*aos olhos do governo e da Igreja*", mas viveram longos anos juntos numa relação baseada no companheirismo, amizade e solidariedade, vendendo carne em uma tenda no Mercado de Santa Bárbara, até a sua morte. A descrição feita da relação de Luzia lembra os arranjos que foram comumente identificados pelos pesquisadores nas relações familiares entre a população pobre negra (escrava e forra) ou mestiça dos centros urbanos no século XIX, baseados na ajuda mútua e na observância das identidades étnicas.[119]

---

[116] Idem Ibidem, p.65.
[117] SANCHES, M. A. P. , "Fogões ,Pratos e Panelas: poderes ..., pp.43/48
[118] LANDES, Ruth, Op. Cit. p.199.
[119] OLIVEIRA, M. I. Côrtes de, Op Cit. pp. 58/72. Oliveira ao falar das relações familiares entre os Libertos na Salvador oitocentista já aponta para essa característica que permaneceram, em grande medida, presente no primeiro quartel do século XX. Segundo Oliveira, "os contatos mantidos com africanos, fora do âmbito familiar, tendiam a reforçar a memória cultural e ao mesmo tempo criar substitutivos para vínculos subitamente rompidos com sua vinda para o Brasil (...) Além da pequena família sanguínea, os libertos possuíam uma verdadeira 'família extensa' formada por parentes de consideração e por companheiros de trabalho. Eram madrinhas, padrinhos, comadres, compadres, afilhados, 'crias', amigos, filhos de amigos, 'discípulos', camaradas, parceiros (...) Esta extensa rede de relações

Assim, na sua peregrinação pelos terreiros, outros casais iam surgindo, como o de Filipe Néri Conceição, primo de Martiniano Eliseu do Bonfim, e sua companheira chamada Vitória. Esta contava 27 anos e era bem mais jovem que seu companheiro, que já completara os 60 anos. A diferença de idade parecia ser uma lógica comum nessas relações, pois, além desses, mais outros casais, que apresentaremos a seguir, possuíam essa diferença etária. Em todos eles Landes ressalta a capacidade provedora dos homens, como no caso de Felipe Néri Conceição, estivador, que conseguia, com a faina diária no porto, manter uma casa com "móveis novos" de "*estilo frágil*" e "*encontrado na casa dos operários que podia adquiri-los*"[120].

Vitória levara para esta relação dois filhos gêmeos que não eram de Felipe. Este tivera outras mulheres, com quem deixara seus muitos filhos. A separação de Filipe da companheira anterior tivera como pivô, involuntário ao que parece, a própria Vitória, de quem se tornara "*uma espécie de protetor*". Depois que de um parto difícil ela fora abandonada pelo amante e, pouco tempo depois, "*estuprada por saldados da revolução*" sediados em Salvador. É interessante notar que é a companheira anterior de Felipe que toma a decisão de mandá-lo embora, o fato dele ser um trabalhador, e por isso capaz de assumir seu papel de provedor, não parece inibi-la de pôr um fim na relação. Seria ela capaz de sozinha manter os filhos que tinha com ele? Isso não sabemos. Um dia depois do rompimento, Felipe já estava morando com Vitória, o que nos permite perceber a volatilidade com que os relacionamentos se faziam e se desfaziam.

O encontro de Landes com Martiniano Eliseu Bonfim deu-se numa situação inusitada, no dia de seu casamento religioso com Matilde. Ele fizera uma surpresa à

---

amparava e recebia o amparo de cada um de seus membros. Empréstimo para alforrias ou para a compra de moradia, ajuda nos trabalhos ou socorro na doença, hospedagens mais ou menos permanentes para os que estavam sozinhos ou sem recursos, vários favores eram trocados e recompensados".

[120] LANDES, Ruth, Op Cit. p. 105.

companheira com quem vivia há "*sete anos em harmoniosa associação doméstica*". O casamento "*agradaria a Matilde, embora não o obrigasse tanto como um casamento civil*". Os muitos significados do casamento surgem da avaliação do enlace matrimonial e tornam-se ainda mais reveladores diante do comentário de Carneiro de que as "*pessoas não casam legalmente no Brasil*" por ser "*muito caro*"e "*depois não podem divorciar-se*". Leva-nos a fazer alguns questionamentos. A legalidade do casamento coagiria os homens a um compromisso maior de amparo às mulheres? Ou seriam realmente os impedimentos financeiros que o tornavam inviável? Ao afirmar que o "*casamento agradaria a Matilde*", Landes estaria indicando que este assumia significados diferentes para homens e mulheres, pobres e negros? Realizado sempre como uma concessão masculina? O ato legal impediria que estes casamentos se desfizessem com tanta facilidade como no caso de Felipe Neri e sua antiga amásia?

Não pretendemos responder a todas essas questões aqui, pois serão objeto de um capítulo específico, quando muito ponderaremos sobre alguns aspectos das uniões descritas por Landes, mas, antes de fazê-lo, será necessário "encontrar" mais um dos casais visitados pela autora. Manuel Silva, também conhecido como Amor, e sua companheira, Maria José, apelidada de Zezé de Iansã. Amor contava 50 anos e era viúvo, sendo Zezé sua segunda esposa, com idade variando entre 25 e 30 anos, descrita como uma "*cabocla*" de "*feições caucasóides e cabelos castanho-escuros em tranças ondeadas*". Landes acrescenta sobre este relacionamento "*era a sua beleza cabocla que fazia com que se observasse que 'condescendera' em viver com Amor, que pobre coitado, era preto como couro de sapato. Na verdade, agira muito bem, o ordenado certo de Amor* [antigo funcionário da Escola de Medicina] *servia não somente a ela, mas também à mãe e às irmãs, quando necessário. Eu diria que fizera uma Barganha*

difícil e estou certa de que sabia disso"[121]. O conflito entre Amor e Zezé era conhecido por todos e gerado pelo ciúme que sentia de sua jovem esposa, quando se ausentava de casa para os trabalhos no Gantois, como sacerdotisa de Iansã.

Nas três famílias analisadas por Landes, percebe-se nas suas explicações um recorte de gênero, etário, financeiro e de cor. A preferência para com o homem mais velho parece indicar segurança, todos estabelecidos, com trabalho certo e situação financeira segura. O que sugere um senso prático aliado à atração física, à simpatia e à correspondência afetiva, como afirma a autora, a "*maioria das mulheres sonha com um amante que possa oferecer auxílio financeiro pelo menos até o ponto de aliviá-la da continua preocupação econômica* "[122] A preferência por homens financeiramente bem situados atesta o reconhecimento da importância do homem provedor nas possíveis alianças matrimoniais e o reconhecimento do lugar de poder desses homens na relação, que relativizava o lugar da autonomia feminina e a incapacidade provedora dos homens, pois não se poderá entender uma sem compreender a outra.

A alegação para Menininha furtar-se a casar com Álvaro M de Oliveira, "*não se casou legalmente com ele pelas mesmas razões pelas quais as outras mães e sacerdotisas não casavam. Teriam perdido muito. De acordo com as leis do Brasil, país católico e latino, a esposa deve submeter-se inteiramente à autoridade do marido*".[123] Não casar é, nesse sentido, reconhecer o lugar da autoridade masculina na relação matrimonial formal, as tradições não parecerem capazes de reelaborar a relação entre homens e mulheres no casamento formal, cuja formalidade parece subjugar a mulher ao papel de esposa submissa, o "*casamento significa outro mundo, algo assim como ser branco. Dá prestígio, mas não necessariamente alegria de viver*"[124]. Assim Landes

[121] LANDES, Ruth, Op Cit. p. 195.
[122] Idem Ibidem, 201
[123] Idem Ibidem, p. 200
[124] Idem Ibidem, p. 201.

indica a existência de dois mundos, um dos brancos, com regras rígidas de comportamento para as mulheres, que pareceu ameaçador para uma antropóloga americana independente, em que "*velhas tradições ganhavam ameaçadora vida*"[125] e "*trancava as mulheres solteiras em casa ou as lançava à sarjeta*"[126], e outro dos negros mais flexível e permissivo.

A explicação a respeito de dois mundos contrários, polarizados, simplificados não consegue explicar satisfatoriamente a dinâmica das relações sociais de gênero presentes na sociedade baiana de então e os processos que a reestruturavam, sempre numa perspectiva assimétrica. Até que ponto as mulheres negras e mestiças ficaram imunes ao poderoso discurso que propagava continuamente a sacralizada imagem da esposa, mãe submissa e coadjuvante no governo da casa? Segundo Besse, a incapacidade das mulheres das camadas populares de usufruírem das mesmas oportunidades educacionais e profissionais abertas pela economia urbano-industrial fez com que elas fossem sendo destituídas da sua autonomia, tornando-se dependentes economicamente de seus maridos, além de ser sobre elas que seriam focados os mais fortes discursos sobre a construção ideológica do "lugar natural" das mulheres.[127]

Se por um lado concordo com Landes que o casamento implicaria perdas de espaço de atuação para mulheres como Menininha, que haviam construído no comando da religião outros signos de distinção e poder, por outro não acho que tal capacidade fosse extensiva a todas as outras mulheres negras ou mestiças, que viam no casamento formal uma possibilidade efetiva de prestigio, se não como entender o fato de que "*o casamento agradaria*" a Matilde, mesmo sendo só no religioso. O casamento legal era valorizado pela sociedade como um todo, mas para as famílias negro-mestiças conferia

[125] Idem Ibidem, p. 46.
[126] Idem Ibidem, p. 50
[127] BESSE, Susan K., **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914/1940,**São Paulo: Edit. USP,1999.

uma maior respeitabilidade, representando um meio de ascensão social tanto para as mulheres como para os homens.

Nas estratégias em torno das escolhas matrimoniais, um elemento aparente de conflito era a cor do cônjuge. Em vários momentos do texto, a autora nos relata os conflitos e estratégias que atestam o desprestigio da cor preta nos relações sexoafetivas. Hilda, "*amiga e assistente*" de Menininha decidira ter um filho aos 30 anos, depois de anos antes viver um desastroso caso amoroso com um estudante de medicina branco. Hilda era "*clara, quase branca na aparência, a não ser os cabelos crespos, e Zezé achava que ela poupara a sua beleza todos aqueles anos, visando uma união proveitosa*"[128]. E, naquela época, esta tornara-se amante de Rodolfo Manuel da Costa, um ogã da casa de Menininha, descrito como um homem de 64 anos, mas que ganhava bem como mestre-de-obras, de tez clara, a ponto de nada se ver de seu "*sangue negro, mas somente branco e índio*" e, apesar de casado com uma mulher que ninguém jamais vira, "*dera à Bahia grande número de filhos escuros, todos de mães diversas*" [129].

Hilda esclarece a sua escolha com o seguinte argumento: "*sei que a senhora* [Menininha] *o acha velho demais para mim, mas ele é forte e tem traços tão bonitos! Parece branco... Eu não posso aceitar um preto... a senhora sabe que eu tenho sangue de qualidade. Quem melhor do que ele eu poderia encontrar no nosso mundo do Candomblé*?" A escolha de Hilda havia sido regulada por uma lógica que, não somente levou em consideração a segurança financeira, mas também um padrão de preferência claramente racial, Rodolfo era um quase branco, assim como ela, e também do candomblé. A lógica operada por Hilda tem sido regularmente reconhecida entre os estudiosos sobre as regras que presidem as escolhas matrimoniais dos que se casam em uma sociedade estratificada e hierarquizada de que estes o fazem entre os iguais ou,

[128] LANDES, Ruth, Op. Cit, p. 202.
[129] Idem Ibidem, p. 206

melhor dizendo, entre aqueles que são considerados iguais por um conjunto de variáveis como classe, educação, raça e religião. [130]

Os conflitos conjugais vividos por Amor e Zezé possuíam igualmente esse componente. Zezé, que era uma morena bonita, de cabelos ondulados, que possuía signos de beleza feminina valorizados, enquanto Amor era "*preto como sola de sapato*"! A metáfora da "sola" é por demais evidente da hierarquia que valorizava socialmente Zezé e desvalorizava Amor. A associação da estética branca com a beleza é, a todo momento, destacada pelo texto de Landes, entretanto, pelo que indica seu texto, a cor preta, os cabelos carapinha e o nariz chato poderiam ser minimizados pela boa situação financeira dos homens, mas a autora não nos fornece a mesma associação para as mulheres. O único momento do texto em que a regra se inverte é com o casal Menininha e Álvaro M de Oliveira, um advogado "*com compleição tão clara quanto a dela é escura*"[131]. E pela descrição que Landes faz deste encontro, ocorrido quando este se homiziou no terreiro em busca de proteção à ação policial, fica claro o reconhecimento do poder e prestígio de que ela era possuidora. Menininha não era igual a todas as outras.

Ainda que a condição de amásia e amante proporcionasse um grau de maior fluidez na relação e propiciasse um contato sexo-afetivo mais amplo em relação ao condicionamento estético, racial e de classe que o casamento, devido a seu valor de ordem moral e social e ao seu caráter definitivo, apresentava um leque de associações bem mais restritas, percebe-se claramente uma estratégia de escolhas que fazia com que homens e mulheres fossem preteridos no consórcio amoroso e matrimonial. Os ideais de beleza ligados à estética branca, cabelos lisos, pele clara, traços finos criavam um padrão que, ao mesmo tempo em que excluía, projetava os desejos daqueles que os

[130] HASENBALG, Carlos A e SILVA, Nelson do Valle, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, São Paulo: Vertice, IUPERJ, p.22.
[131] LANDES, Ruth, Op Cit., p.120.

tinham por objetivo a alcançar, mesmo que pela conquista do outro que encarnasse o padrão desejado [132] e, por sua vez, a condição financeira, que permitiria sustentar filhos e amparar a família, representava um elemento a mais na delicada equação que juntava casais e tornava homens e mulheres parceiros preferenciais numa relação amorosa.

2.3. Thales de Azevedo e As Elites de Cor

O livro As Elites de Cor, fruto da pesquisa patrocinada pela UNESCO, publicado em 1955, tem seu diferencial dos outros dois trabalhos aqui analisados por ser seu autor não um estrangeiro, mas um nativo que, apesar de médico por formação, teve sua vida profissional marcada pelos estudos na área da Antropologia e História[133]. Um dado relevante apresentado pelo próprio autor é o seu reconhecimento do limite imposto pela sua própria subjetividade como integrante ativo da cultura que pretendia estudar, pois, mesmo buscando "*apresentar os problemas com espírito científico*", admite a impossibilidade de neutralizar todos os "*preconceitos etnocêntricos*" inerentes a esta [134]. Objetivando estudar os mecanismos operados pelos negros-mestiços nos seus processos ascensionais, este toma o trabalho de Pierson como seu principal interlocutor e ressalta a escassez de estudos antropológicos e sociológicos sobre a sociedade baiana.

É interessante notar que apesar disso e do trabalho de Landes já estar publicado nos Estados Unidos e mesmo sendo um pesquisador criterioso Azevedo ignora a minuciosa etnografia elaborada por ela anos atrás. É provável que o peso das críticas negativas proferidas por Ramos e Herskovits explique, em grande medida, essa omissão numa situação de escassez que o próprio autor aponta como um elemento que dificultara

[132] SANCHES, Ma. Aparecida P. "Sob o jogo do Espelho: Imagens e estereótipos de gênero e raça na conformação de casais na república. Salvador 1900/1950" In Revista **Gênero**, v. 8, no. 1(2º Sem.), Niterói: EDUFF, 2007, pp99-119.
[133] AZEVEDO, Thales de, As **Elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígios**, 2a edição, Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996, p. 11.
[134] Idem Ibidem, p. 29.

seus objetivos de estudar "*os problemas de conflito e de acomodação inter-racial*" [135] na Bahia.

O argumento que permeia o estudo de Azevedo, presente em Pierson, é ser a Bahia "*o melhor exemplo de harmonia racial no Brasil*"[136], uma sociedade multirracial de classe em que os conflitos raciais pouco ou nada interferiam nas interações sociais e nos processos de ascensão social dos não-brancos baianos. Entretanto, Guimarães, em sua análise sobre Azevedo, aponta dois pontos de inovação em relação a Pierson: na etnografia, ao constatar a preponderância do status atribuído (origem familiar e cor) sobre o status adquirido (riqueza e ocupação); e ao demonstrar a permanência ilesa da associação entre status e cor na transição do Brasil colonial, arcaico (sociedade de status) para o Brasil moderno capitalista (sociedade de Classe). [137] Outro dado diferencial entre as duas obras estaria na maior acuidade e no trato diferencial dado por Azevedo à análise do casamento inter-racial invertendo o par dessa relação, divergindo da tradicional associação construída pela literatura histórica e sociológica, em vez do homem branco/ mulher negra (ou mestiça) indica como par preferencial no intercasamento o homem negro/mulher branca, apontando o casamento heterocrômico como o ponto crucial das relações raciais baianas, traduz a um só tempo "*preconceito de classe e de raça, ou melhor de 'cor'* ". [138]

Ao discutir os casamentos inter-raciais, demonstrou como estes representaram um importante canal de "*acesso e de integração de gente de cor nas classes mais altas (...) o casamento entre escuros e brancos confere prestígio aos primeiros e oferece a expectativa de filhos mais próximos do tipo preferido*", mas também converte-se no

[135] Idem Ibidem, p. 28.
[136] Idem Ibidem, p.68.
[137] GUIMARÃES, A. S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**... 1999, p. 121/122. Mas se faz necessário indicar que o texto que Guimarães identifica essa superação, fui publicado anos depois da primeira edição do Elites de Cor, com o titulo de Classes Sociais e Grupo de Prestígio. Na segunda edição de 1996 o artigo é incluído ao texto original, publicado em 1955, e segundo Maria de Azevedo Brandão, que faz o prefacio da edição atual, o ensaio teria sido escrito para compor o texto original, mas retirado por solicitação de Métraux, coordenador geral da pesquisa patrocinada pela UNESCO.
[138] AZEVEDO, Thales. Op cit. p. 80.

"*ponto crítico das relações raciais na cidade*".[139] O prestigio da união inter-racial advinha do fato das regras matrimoniais apresentarem a tendência dos homens, após o casamento, localizarem-se mais próximos à influência da família da mulher, assim, negros e mulatos, quando bem situados financeiramente, poderiam casar com brancas pobres, associando a posição financeira ao prestígio social de integrar uma família branca. E é justamente essa regra que excluiria ou dificultaria às mulheres negras e mestiças escuras participarem ativamente do mercado formal de intercasamentos, pois o "*casamento de homem claro com mulher escura, sobretudo quando esta é muito pigmentada, sofre oposição forte em todas as camadas, muito embora as concepções sobre a morena de traços finos e cor de jambo tornem este tipo desejado por alguns brancos, particularmente por imigrantes*" [140]

A análise proposta por Azevedo indica a sobreposição de duas hierarquias, uma de classe, de ordem econômica, baseada no poder aquisitivo, e outra de status, herdada do período colonial que continuaria dividindo a sociedade entre brancos e negros. [141] Ao analisar a composição dessas classes, Azevedo estabelece nova dicotomia, teríamos as classe "*superior*" composta pela velha aristocracia, grandes comerciantes, profissionais liberais e intelectuais, no extremo oposto à classe "*baixa*", composta de "*gente pobre*" de profissões "*modestas*", "*braçais*" e "*manuais*", quase todos analfabetos. Rigorosamente, para o autor, não haveria uma classe média, mas somente grupos intermediários de "*pequenos empregados*" " *funcionários públicos*" e "*comerciantes*". [142]

Assim, na associação entre status e cor, na divisão de classes, os negros e mestiços seriam alocados nas classes baixas e, em pequena medida, na intermediária; os

[139].Idem Ibidem, pp.73 e 80.
[140] Idem Ibidem, p. 79.
[141] GUIMARÃES, A. S. A, Op Cit. p.123; AZEVEDO, T. Op. Cit. p. 68/69 e 171/172
[142]AZEVEDO, T. Op Cit. p. 67.

brancos ou mestiços muito claros, na classe alta. Como o status atribuído (família, cor) tinha maior preponderância ao adquirido (educação, riqueza), branquear-se significava enriquecer, como também "*adquirir as maneiras dos grupos superiores*", dessa forma o termo branquear significava, simultaneamente, o tipo físico como a posição social numa sociedade estruturada em duas camadas principais (alta e baixa). Assim, mais que classes sociais propriamente ditas, teríamos na sociedade baiana a constituição de dois grupos de prestígio, cujo *status* era resultado da combinação da origem (família de nascimento) e tipo físico. O status poderia ser modificado, ainda que relativamente, pelo concurso da educação, da ocupação e pela fortuna, mas o nascimento e a cor (fenótipo ao qual é acrescido o formato do nariz, a grossura dos lábios e, principalmente, a textura dos cabelos) de um indivíduo limitariam sua mobilidade vertical, não importando os demais elementos condicionantes.[143] Assim, o casamento inter-racial seria uma via ascensional percorrida preferencialmente pelos mulatos claros, do que pela maioria dos não-brancos fenotipicamente mais pigmentados.

É baseada nessa lógica dos grupos de prestígios que se formaria a regra matricentrada de alocação de maridos nas relações familiares da esposa, que criaria barreiras, como ressalta Azevedo, em todas as camadas, ao casamento entre homens brancos e mulheres negras. Ao ser incorporado na família da noiva, o rapaz perderia seu status, enegrecendo com esta; em contrapartida, um homem negro, ao casar com uma mulher branca, seria incorporado à família da mulher, "clareando" junto com esta. Sobre as mulheres negras incidiria um maior grau de preconceito social, racial e de gênero, expressos em duplos processos de rejeição pelos homens brancos e pelos negros nas suas rotas ascensionais. Como esclarece Azevedo,

> "*Na Bahia, como de modo geral em todo o Brasil, são muito mais aprovados os casamentos de rapaz 'formado e bom', ainda que pobre, com moça rica, de alta sociedade, do que os*

[143] Idem Ibidem, pp.170/171/ 179.

> *de homem rico com mulher de 'classe inferior'. No caso do jovem 'formado e bom', que são duas condições muito exigidas para esse tipo de casamento, porém pobre ou de cor, a família da noiva capitalizaria aqueles títulos como uma compensação para a troca que faz de sua fortuna ou branquidade; na situação oposta, os títulos que a moça pobre ou de cor escura possa trazer não têm, ordinariamente, o mesmo poder de compensação para a família de seu esposo."* [144]

A educação, no sentido de boas maneiras, como adesão aos costumes e concepções da cultura dominante, ou no sentido de instrução de elevado nível e uma boa situação financeira[145], como condição *sine qua non* para a ascensão social só funcionaria para os homens, pois além desses predicados outros seriam de igual importância para as mulheres, como o tipo físico, ser branca ou, quando muito, *"morena de traços finos e cor de jambo"*. Mais uma vez os ideais de beleza física, ou seja, cabelos lisos, pele clara e traços finos insidiam como um pré-requisito estratégico quase que puramente feminino no mercado matrimonial formal.

A esse padrão estético racial seriam associados novos símbolos de beleza, agora ditados pelo cinema americano que, a um só tempo, reforçou o padrão branco como ideal, encarnado na loira sensual, e remodelou o corpo feminino, introduzindo novos significados à beleza: ser esbelta, ágil, elegante, atraente, sensual; e introduziu novos padrões de conduta, de aparência feminina, de vaidade, de sexualidade (ver figura 4 e 5). [146]

A estreia do cinema em Salvador ocorreria em meio à recepção ao batalhão que havia lutado na Guerra de Canudos, saldando o "reencontro" da Bahia com os ideais

---

[144] Idem Ibidem, p. 79.
[145] Idem Ibidem, p. 178.
[146] Segundo Goellner a "influencia do cinema, sobretudo o americano, é visível quando o assunto é beleza da mulher, As atrizes são exemplos a serem imitados pela beleza que ostentam, pelo corte dos cabelo, pela maquilagem, pelas roupas que vestem pelas maneiras com que se movimentam, pela juventude que emana dos corpos bem delineados". GOELLNER, Silvia Vilodre, Bela, maternal e feminina: imagens da mulher Physica, Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p49.

republicanos de modernidade e civilização. [147] A popularização do cinema, enquanto um entretenimento para todas as classes, se consolidaria a partir de 1920, quando Salvador já contava com um grande número de salas cinematográficas, além de espaços para exibições públicas a preços populares como nos cinemas-circos, itinerantes nos vários bairros da cidade. Havia também as exibições gratuitas em praças públicas como na Praça Castro Alves. Esse momento de consolidação coincidiria com o início do domínio do mercado cinematográfico baiano pelas películas americanas cujas estrelas passariam a representar um novo modelo de feminilidade. [148]

Em 1928, o Diário de Notícias destacava, em editorial, a presença do modelo melindrosa nas ruas da cidade, inspirado no cinema americano, com cabelo "*la garçon, saias curtas, salto baixo* à" anunciava que "*efetivamente, esta moda deve ser duradoura, porque se compõe pela sua singileza, esthetica e frescura*".[149] A estética melindrosa não ficaria restrita às "mocinhas das elites soteropolitanas". Frequentadoras das salas de projeção populares e das seções gratuitas em praças públicas, negras e mestiças buscavam também seguir a "moda" o que foi sarcasticamente comentado por um articulista do jornal A Tarde em 1927,

> *"(...) Hoje com o advento das melindrosas as negras estão importantes e cheias (...) , e as mulatinhas muito peor, porque entre a cosinha dos outros e a meia de seda de 2$500 no mercado modelo, pó de arroz 'Meu Coração', vestido de voile dev 4$000 o corte na Baixa dos Sapateiros, ir ao cinema 'Olympia', e depois fazer o 'footing'no Saldanha, tomar um chopp com o cabo da guarda (...)"*[150]

---

[147] FONSECA, Raimundo Nonato da Silva, **"Fazendo fita": Cinematógrafo, cotidiano e imagens em Salvador, 1897-1930**, Salvador: EDUFBA/CEB, 2003, p77. Segundo o autor a primeira seção pública ocorreria em 1897 no dia 4 de dezembro sob as bênçãos e as comemorações de da Festa de Iansã/ Santa Barbara.

[148] Segundo Fonseca, a partir de 1910 várias salas de exibição seriam inauguradas, o Cinema Central, na Praça Castro Alves: o Cinema Ideal, no Largo do Papagaio; O cinema Popular, em Itapagipe; o Cinema Castro Alves, no Largo do Carmo; o Recreio Fratelli Vita e o Bijou, no Bonfim. Em 1911 seriam inaugurado o Jandaya, na Baixa dos Sapateiros; o Rio Branco na Praça Quinze de Novembro; o Avenida , no Rio Vermelho. Em 1913 teríamos o Ideal, na Ladeira de São Bento. Em 1915 o Cinema Petit, em Pitangueiras; o Cinema da Barra, na Rua Barão de Sergy. Os cinemas considerados populares encontravam-se nas imediações do centro administrativo e comercial da cidade, localizados na Baixa dos Sapateiros, no Largo do Carmo, no Sto. Antônio e Soledade, além dos cinemas dos bairros, aquela época, distante do centro e da Rua Chile, pedaço "*chic*" e boêmio da cidade onde eram encontrado os Cafés, Confeitarias, lojas e restaurantes elegantes da Cidade do Salvador. Idem Ibidem, pp. 75-116 e 135.

[149] BPEB, Setor de Obras Raras, Diário de Notícias, 1928, p.2.

[150] BPEB, Setor de Periódicos, A Tarde 1927, p 1.

Para o articulista do jornal, a pretensão dessas mulheres em trajar-se como melindrosas, seguindo o estilo de patroas e senhorinhas parecia quebrar as regras hierárquicas que estabeleciam papéis e lugares sociais para cada grupo, o de negras e "*multinhas*" eram as cozinhas e não o *footing* no Saldanha.

Essa nova estética feminina tornaria antiquado e feio o estilo matrona corpulenta, muito em voga no século anterior, como também o da mocinha frágil, de aparência pálida e aspecto doentio.[151]

Figura 4

Fonte:BPEB, Setor de Obras Raras, Almanach das Senhoras, 1918.

[151] Sobre o tema ver: BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da identidade de gênero no Brasil, 1914-1940**, São Paulo EDUSP, 1999, p 13; FONSECA, Raimundo Nonato da Silva, **"Fazendo fita"...** p p. 159/ 160; GOELLNER, Silvia Vilodre, **Bela, Maternal e Feminina**... pp.47/50.

O modelo de beleza feminina, propagado pelo cinema, seria usado para a comercialização de produtos de beleza que acenavam para as mulheres com a possibilidade de, mediante seu uso, transformarem sua aparência para o mais próximo possível das "Divas da tela".[152] Em 1918, o Almanach das Senhoras já fazia propaganda de um remédio que prometia emagrecer as mulheres. O corpo gordo já aparece associado à feiúra, velhice e sofrimento como se depreende da frase "*Engordar é soffrer*", "*Emmagrecer é rejuvenescer*". O remédio anunciado pertencia a um laboratório Francês, o que é ressaltado como garantia de qualidade e de eficiência do produto.

A grande "vedete" dos anúncios publicitários que circulavam em Almanaks, Jornais e Revistas Femininas eram os produtos cosméticos para cabelos e pele. O Tônico Oriental, cujos anúncios eram veiculados pelo Almanach Bristol, comumente associava à imagem glamorosa de mulheres loiras a eficácia de seu produto. Com a sugestiva chamada de "Fascinadora", o Tônico, pela imagem glamorosa da leira sensual e fascinadora, prometia mais que belos cabelos tratados, reforçando um padrão de beleza feminino muito diferente daquele comumente visto nas ruas da cidade.

[152] SEVICENKO, Nicolau, A Capital irradiada: técnica, ritmos e ritos do Rio. In. História da Vida Privada no Brasil, v.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.602; FONSECA, R. N. da Silva, "Fazendo Fita".... pp. 160/164.

Figura 5

Fonte:BPEB, Almanak Ilustrado de Bristl, 1934[153]

O *Jornal das Moças*, revista feminina que circulou em várias capitais brasileiras, inclusive em Salvador, trazia em suas páginas o anúncio de um cosmético capilar que prometia cabelos corridos até "nas pessoas de cor": "*Por mais crespos ou ondulados*

[153] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Almanak Ilustrado de Bristol, 1934. O Almanak Ilustrado de Bristol circulou por um longo tempo entre o público leitor soteropolitano. Dentre os volumes preservados no Setor de Periódicos Raros temos um exemplar de 1898 e outros da década de 40 e 50.

que sejam os cabellos, ate mesmo nas pessoas de cor, ficam lisos, com o uso continuado do novíssimo preparado 'ALISANTE'".[154]

Em 1932, no *A Tarde*, jornal de larga circulação na capital, vamos encontrar o anúncio publicitário de um novo produto "- *Só tem cabello duro quem quer. Pasta Electrica Allemã alisa os cabellos duros em 5 minutos por mais enrolados que sejam. Preço 2$00*".[155] A ressalva às pessoas "*de cor*" , "*cabellos duros*" indica que estes produto eram destinado a esse público específico, mulheres negras e mestiças, cujos cabelos crespos e encarapinhados seriam transformados, pelo uso desses produtos, o mais próximo possível da estética branca do cabelo liso.

A popularização do uso de alisantes entre negras e mestiças é saudosamente criticada pelo médico forense e himenólogo baiano Afrânio Peixoto, no seu livro de memórias, Breviário da Bahia, publicado em 1945. Neste livro, Afrânio Peixoto teme que "*o alisamento americano dos cabelos elimine o torso*", para ele, um "*gracioso turbante*" eliminava o que havia de feio na raça, o "*cabelo e não a cor*". [156] A associação do cabelo encarapinhado com feiúra será reiterado por vários memorialistas que descreviam como vítimas da sorte "*as mestiças que os herdavam da mãe*".[157] Portanto não é de se estranhar que as mulheres buscassem modificar o que era, reiteradas vezes, associado à feiúra e que a prática de alisar cabelos tivesse chegado, com grande escândalo, ao tradicional reduto dos cultos afros na pessoa de Sabina, sacerdotisa de um terreiro de caboclo, que espichava o cabelo a ferro quente, outra técnica muito popular de alisamento. A grande crítica que se fazia à prática era que "*nenhum santo de verdade* [desceria] *numa cabeça que tenha sido tocada pelo*

[154] AFBN, Jornal das Moças, janeiro de 1930.
[155] IHGB, A Tarde, Dezembro,1932, p1.
[156]PEIXOTO, Afrânio, Breviário da Bahia, Rio De Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p.328.
[157] Ver VIANNA, Hildegardes, **A Bahia já foi assim (Crônicas de Costume**), Salvador: Ed Itapuã, 1973, p 136/139. VIANNA, Antônio, **Casos e Coisas da Bahia**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

calor".[158] Na encruzilhada entre a tradição, a obrigação e a beleza moderna, Sabina tinha ficado com a beleza.

Ao que parece, as imposições estéticas a um cabelo liso conseguia driblar as mais ferrenhas tradições, e não é para menos que na pesquisa realizada entre as mulheres negras e mestiças, Azevedo perceba um ressentimento dissimulado, pois além das brancas, na ditadura dos novos padrões de beleza, só as morenas teriam chances reais no mercado nupcial a ponto de ser a ele revelado "*haver certa preta* [que] *tem uma grande quantia reservada* '*para comprar um marido alvo"*" [159]

Tudo que não se enquadra nos novos padrões de beleza é considerado feio, repulsivo, mitos de que os "*pretos*" possuiriam um "*mau cheiro inerente à sua natureza*". O conflito entre corpo e padrão estético alimentava toda uma indústria de cosméticos e de comunicação, voltada para ensinar a manter e ou construir a beleza pela introdução de métodos artificiais das maquilagens dos cremes antirrugas e dos exercícios físicos, respaldada na ideia "*da feiúra como algo a ser curado e a beleza como uma conquista a ser preservad*a" aprisionando as mulheres na eterna angústia de enquadrar-se no inatingível padrão de beleza[160]. Os cremes clareadores da pele e as técnicas de alisar cabelos ganham popularidade entre as mulheres negras e mestiças na busca de aproximar-se o máximo possível do padrão socialmente valorizado, criando uma dissociação cruel das mulheres negras com relação aos seus corpos, numa luta incessante em que o cuidar de si, transforma-se na busca de fugir à sensação de ser incorreta ou invisível, se não atingir o padrão desejado.[161]

A relação descrita por Azevedo é intrinsecamente pragmática, pois os condicionamentos nos campos da emoção, desejo e sentimento, não são levados em

[158] LANDES, Ruth, A Cidade das Mulheres.... p.213.
[159] AZEVEDO, T. Op Cit. p.75
[160] GOELLNER, Silvia Vilodre, Op Cit, p 32.
[161] Sobre tema ver GOLLNER, S. V. Op. Cit. p54.

consideração nesta equação. A erotização das negras e mulatas, que surge de forma recorrente nas análises de Azevedo e Pierson, parece credenciar essas mulheres para o papel de amantes e amásias do homem branco, nunca ao papel de esposa. No campo das relações formais, a cor converte-se em um dado social limitante, como se para negras e mulatas ser esposa fosse uma condição quase impossível, principalmente se a condição de esposa se relacionar a uma união formal com um homem branco. Por outro lado, nesse contexto, as mulheres brancas são também destituídas do seu potencial erótico, limitadas à função de esposa e mãe, sacralizada, restrita também à função social de veículo ascensional, garantidora de uma prole clara.

Em o casal inter-racial, quer na sua versão homem branco/ mulher negra, ou homem negro/mulher branca, pensado apenas como uma via de embranquecimento, esvazia a relação de todo seu potencial emocional, sem questionar o padrão normativo do branqueamento como regra necessária, como objetivo sempre almejado, sempre como sinônimo de superioridade racial, como guardiã silenciosa de privilégios.[162] Tal esquema normativo não ficou restrito às análises antropológicas da sociedade baiana, o romancista Xavier Marques, no livro **As Voltas da Estrada** retrata o casal miscigenador dentro de um quadro explicativo bastante semelhante, ou seja, o atrativo da pele branca como aliança necessária à ascensão e ao embranquecimento social.

[162] BENTO, Ma. Aparecida Silva, "Branqueamento e branquitude no Brasil", In CARONE, Iracy e BENTO, Ma. A. S. (Org.) **Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 2002.,p. 41.

2.4. Xavier Marques: O casal inter-racial na literatura baiana

Publicado em 1930, o romance de Xavier Marques tem como cenário a fictícia cidade de Amparo, no Recôncavo baiano, que serve de palco aos dramas vividos com a decadência do açúcar, a abolição e a emergência de novos grupos na política e no controle do poder econômico que ele denomina de "*nobreza mestiça*". O personagem central da trama é Nazário Ribeiro, filho bastardo de um senhor de engenho Luís Ribeiro com uma de suas escravas. Definido pelos seus analistas como um escritor regional, os enredos e personagens do escritor baiano abrange tanto Salvador como o Recôncavo, a vida praieira, o ciclo da cana, a classe alta e média urbana, os personagens de descendência africana, assim "*sua obra pode ser lida como um projeto literário que contribui para interpretação da Bahia desde o final do século XIX até o início do século XX*". [163]

Entre os sobressaltos que a eminente abolição provocava entre os escravagistas do Recôncavo baiano, Marques nos apresenta o cotidiano das relações entre os senhores, seus escravos e a população pobre/mestiça da cidade de Amparo. É uma relação marcada pelo que Azevedo definiria mais tarde como uma sociedade de grupos de prestígios, na qual a origem familiar e a cor definiam a posição dos indivíduos na hierarquia social. O discurso em torno da miscigenação e o clareamento da população negra vão seguir a trama recorrente nos autores acima analisados, primeiro ocorria a relação sexual entre senhores e escravas, depois como um projeto de ascensão dos mulatos.

[163]JESUS, Lilian Vasconcelos de, "Xavier Marques: Interprete da Bahia na Virada do Século". Texto apresentado no Encontro Regional da ABRALIC, USP, 2007. Mimeo, p. 1. Segundo Vasconcelos de Jesus Xavier Marques vai encarnar na sua literatura o projeto de construção da Bahia a partir da sua riqueza cultural das peculiaridades baianas que a individualizaria frente as outras capitais. A tento a importância da literatura como veículo da construção da nacionalidade, Marques ira enfatizar as festas do povo, seu folclore, sua religiosidade, a exuberância da natureza e de seus costumes, seus aspectos históricos, tudo enfim capaz de contrapor-se a imagem da Bahia do atraso construído pelo sul do Pais.

O desejo de clarear-se e a paixão dos mulatos por mulheres brancas, que em alguns casos beira o irracional, será o mote de várias reviravoltas na história, a entrelaçar a vida dos personagens. Dividido em duas partes, o romance se desenrola primeiro no século XIX, ainda sob o regime escravista já em avançado estágio de decadência, depois em plena República, nas primeiras décadas do século vinte. É curioso perceber que de um ambiente temporal para o outro o par inter-racial muda, se para Marques, o par miscigenador, sob o regime escravista, é o homem branco e a mulher negra/mestiça, na república, ele será formado tanto pelo homem mulato e a mulher branca como pelo homem branco e a mulher mestiça. Na Amparo republicana, a tez de sua gente, já bastante misturada, servia de metáfora a uma Bahia que, se no sul era propagada como africana, clareava, realizando o projeto nacional de Oliveira Vianna da mestiçagem como redenção da raça.

A construção psicológica de Nazário, o mulato em torno do qual gira toda a história, se faz a partir da sua origem e das características de seu pai, o Senhor de Engenho Luís Ribeiro, descrito como avantajadamente gordo, crápula e negrófilo, este havia afastado a família para a casa na cidade a fim de viver desregradamente com as negras do engenho e mais que em qualquer outro lugar, "a *escravatura negra, africana pura e crioula, descoloria-se progressivamente em tipos de mulatinhas e mulatos mais ou menos tisnados*". Os mulatos, muitos alforriados, viviam como vaqueiros ou pagens, como agregados, na cozinha e nas estribarias, vivendo em decorrência do desregramento do senhor "*de coleira larga sem temer ninguém*".[164] Assim, toda insubordinação destes às regras de subordinação e convivência que estabeleciam o "lugar" de cada um na hierarquia social, não se devia ao caráter "degenerado deste", como profetizara Nina Rodrigues, mas ao caráter fraco da elite branca, amolecida pelo

[164] MARQUES, Xavier, **As Voltas da Estrada**, 2ª Edição, São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1982, p. 15

luxo, pelas distorções morais produzida pela escravidão, pelo desprezo ao trabalho produtivo, pelos excessos praticados tanto na cama como na mesa.

Essa descrição é o prelúdio para conhecermos o fraco que o jovem mulato tinha por brancas, tendo inclusive deflorado uma jovem branca, filha de trabalhadores rurais pobres. A proteção do senhor fizera com que o juiz não acolhesse a queixa da família contra o mestiço. Nazário, entretanto, viveria uma paixão não realizada pela filha do Visconde de Itaípe, Augusta Leite, e pagara um preço caro por isso, sendo quase morto pelo açoite do feitor Godofredo. Nesse episódio da vida de nosso protagonista, Marques nos apresenta os limites impostos por uma sociedade fortemente segmentada.

Se aos mulatos era possível viver casos amorosos com brancas pobres, ousar quebrar as regras que mantinham as mulheres brancas de elite a salvo era uma condenação de morte. O diálogo travado entre o filho do visconde Reinaldo Leite com o filho do Juiz da cidade, Alberto Freire, revela as contradições de uma sociedade como analisa DaMatta de múltiplas éticas: [165]

> *- Viram aquela rapariga? Há um mês compareceu à audiência do juiz em companhia dos pais que estão ali, queixando-se de ter sido violentada pelo mulato que a acompanha.*
> *- E quem é ele?*
> *É Nazário, um lacaio de Joanito, e dizem que filho do próprio senhor do engenho Jacutinga com uma escrava. É um liberto.*
> *-Diga antes um libertino.*
> *-Tem fraco pelas mulheres brancas e disso se gaba...*
> *-Mas o juiz obrigou-o a ir com a roceira à igreja...*
> *- Quem diz!... Nesse não caía pai... Indispor-se com Luis Ribeiro... Porque? Não valia a pena, bem estão vendo. É já a terceira que o mulato desfruta.*
> *-Que falta está lhe fazer o chicote de Godofredo... – disse Reinaldo Leite.*[166]

[165] DAMATTA, Roberto, **A casa & a rua**, 5ª, edição, Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.105.
[166] MARQUES, Xavier, Op Cit, p. 27.

Há um misto de admiração masculina, de uma identidade de machos dominantes, permeadas por uma avaliação de conduta moral em defesa da jovem branca violada e da hierarquia quebrada. Entretanto, por ser uma "roceira", a possibilidade de ser protegida em seus direitos pela lei e seus representantes fora descartada pela possibilidade de desagrado a um senhor, o favor se concedera ao senhor, num reconhecimento de seu poder, mas o beneficio fora do mulato que, por estar ainda de namoro como a "roceira", indicava ter ele próprio realizado, no privado, com a moça e a família desta, a solução de sua contenda amorosa.

DaMatta destaca como este sistema de favor numa sociedade escravista e hierarquizada consistia num modo de estabelecer um meio de relacionar pessoas sem extinguir ou ameaçar a hierarquia social, a "*desigualdade e os benefícios estão orientados para mantê-la*".[167] Num mundo em que as relações do privado, de ordem pessoal e familiar impunham limites à ação da lei, somente a justiça no e do privado se mostrava eficaz como na constatação de que o chicote do feitor seria capaz de punir. O que logo ocorreria quando Nazário, de "*coleira larga sem temer ninguém*" resolve galantear a filha do senhor.

Num arroubo, ele oferece à filha do Visconde, o troféu de sua vitória numa cavalhada destinada somente aos filhos da elite de Amparo, na qual ele participa incógnito, protegido por uma máscara. Ao ser descoberto, a família do Visconde sente-se mortalmente ofendida pelo galanteio do mulato, pela ousadia da intromissão em um divertimento que, apesar de estar sendo realizado em praça pública, era privativo aos seus pares, e à assistência cabia o papel de espectadores. A própria Augusta Leite encara tal ousadia como uma ofensa grave à sua honra, irremediavelmente maculada pelos sussurros que poderiam ver naquele gesto do mestiço uma possível aquiescência dela.

[167] DAMATTA, Roberto, Op Cit, p. 105.

Ao discutir os significados da honra entre os baianos dos diversos segmentos sociais, Assis demonstrou como o ponto fraco da honra masculina e familiar estava nas mulheres, um deslize no comportamento, uma aventura amorosa de uma filha, irmã, esposa poderia manchar a honra da família, a mera suspeita era suficiente para causar grande constrangimento. As novas formas de sociabilidade propiciadas pelos bailes, saraus e festas públicas permitiam o convívio mais livre e, consequentemente, maior possibilidade de se desvirtuarem moças e senhoras, cabia portanto um maior controle e cuidados redobrados.[168]

A atitude de Nazário é prenhe de significados, o cavalo sempre foi um símbolo do Status, seu uso era associado a símbolos de nobreza e de dominação que remontam à construção do Brasil como nação. À imagem construída da nossa emancipação, vemos o garboso príncipe português, Pedro I, brandindo sua espada em cima do símbolo máximo de masculinidade e de realeza, o cavalo. Segundo Fonseca "*o belo animal coroa o poder que o senhor de engenho erigira com a posse de terras férteis, negros para o cultivo e na casa-grande que guardasse a família patriarcal*".[169]

E é exatamente numa festa em que se exibe a destreza no domínio do animal, restrita aos senhores, que ele aspira ser um igual. Como analisa Pitt-Rivers, enquanto a honra feminina está associada à virtude, à pureza sexual, a masculina advém de sua coragem, mas, nos seus aspectos subjetivos, ela deve estar em contato com a realidade, fazendo com que ela seja reconhecida publicamente[170]. Nesse sentido, o que para Nazário era uma demonstração de seu valor é entendido pelos que lhe assistem como um ato de desonra e afronta que deve ser punido. Mas é também uma metáfora dos novos tempos que se anunciam, da ruína do grupo senhorial.

---

[168] ASSIS, Nancy R. Sento Sé de, Baianos do Honrado Império do Brasil: Honra, Virtude e poder no Recôncavo (1808_1889), Tese de doutoramento, Rio de Janeiro:UFF, 2006, p. 20-22; ver também

[169] FONSECA, Humberto José, Mentalidade senhorial, escravista no Brasil Colonial (um ensaio de interpretação histórica), dissertação de mestrado, Salvador:UFBa, 1993, p. 94.

[170] PITT-RIVERS, Juliam, "A Doença da honra", In. CZECHOWSKY, Nicole, (Org.) **A Hora: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**, Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 18.

Na segunda parte da narrativa, vamos encontrar um Nazário sexagenário, com três filhos morenos, dois rapazes e uma moça, enriquecido, morando no antigo sobrado do Barão do Cerro, mandatário político e maior latifundiário da região. Nos doze anos que se passara da abolição, diz Marques, fora suficiente para liquidar a velha aristocracia, e o "*povo da Amparo democratizada, vendo gente de sua laia medrar em renda e posição, não distinguia, a não ser pelo acidente da cor, os descendentes legítimos dos antigos senhores de latifúndio dos descendentes da raça cativa*"[171]. Logo nas primeiras páginas da narrativa, vamos encontrar o já Sr. Nazário Ribeiro, cuja necessidade de enobrecer-se projetava planos de aliar sua fortuna a uma descendência branca. Ele, e depois seus filhos, viveriam "*imbuídos do sagrado horror à pele escura e ao pixaim, sentindo fortemente a atração da tez alva, do cabelo fino e sedoso, sonhando com filhos e netos branquinhos e louros como anjos pintados nos retábulos da igreja*".[172] Mas a união não era com qualquer branco, seus planos era juntar os filhos em uniões formais com os descendentes da empobrecida aristocracia baiana de ex-senhores de engenho.

Todo desenrolar da trama se dará pela estratégia de juntar sua filha Pastora ao filho da empobrecida D. Augusta Leite, Paulino; e a tórrida paixão de seu filho primogênito Liodoro, casado com uma descendente do "*falecido senhor do engenho Jacutinga*", por uma imigrante alemã. Nas relações dos amparenses, Marques retrata a etiqueta racial e os pruridos em face à nova elite chamada de "morena", englobando largamente todas as matizes.

Se a relação de Paulino e Pastora enobrecia a família Ribeiro com a concretização de um sonho acalentado pelo patriarca, a paixão de Liodoro por Guilhermina tem um tom passional. A posse da jovem imigrante alemã é tomada como

[171] MARQUES, Xavier, Op Cit, p. 111.
[172] Idem Ibidem, p. 117.

um troféu, uma derradeira reafirmação da sua importância, "*Guilhermina era o seu espetáculo arrebatador de caruru fascinado, era a sua definição de beleza, a mulher cuja posse lhe abriria a alcova das mulheres limpas de amparo, todas inferior a ela".*[173] Na metáfora da paixão, anuncia Marques, os negros somente se realizavam pela constante afirmação do seu branqueamento, e as conquistas realizadas por Nazário com o "tino" para os negócios e para fazer-se líder político, empreitada continuada por seus filhos, é esvaziada de seus significados políticos raciais, reduzindo-se a uma incessante busca por uma honra que parece nunca estar neles, mas sim no outro, no outro branco. É curioso perceber que vamos encontrar essa mesma lógica no Trabalho de Pierson e Azevedo.

Marques, através de Cirino Rocha, apresenta o projeto eugênico da elite baiana,

> *desdenhando com toda a superioridade dos seus preconceitos de antigo senhor-moço e aristocrata a qualidade e os costumes da maioria dos conterrâneos, monologava:- Que é sonho destas larvas humanas? Todos eles, machos e fêmeas, têm o fraco e a volúpia de expurgar-se das suas escórias na pele de gente limpa... E isso é humano, convenho. É a atração dos contrários... E que faço eu? Acudo à regeneração social, à regeneração da economia e do trabalho, juntando a este propósito, único aparente, o meu desígnio secreto de propinar aos cabras excelentes eliminadores de melanina. Lanço-lhes isca à vaidade e à sensualidade. O tempo fará o resto, que é o principal... Atrás dessa família outras virão, (...) de raça apurada e epiderme clara, bela, apetecível.(...) Os resultados me compensarão o sacrifício de praticar esta espécie de lenocínio. Afinal é o mesmo que fazem em família os parentes casamenteiros. Não são estes apenas uma modalidade decente do lançarote?"*[174]

Assim o argumento em torno do par inter-racial é apresentado como um projeto de extinção dos negros, pelo continuado embranquecimento racial, gerado pela sua própria concupiscência. Os termos pejorativos pululam no discurso racialista de Cirino Rocha, uma vez que "*lançarote*" seria o indivíduo que ajuda no cruzamento éguas e jumento, do qual nascem as mulas, uma espécime hibrida e estéril. No discurso de

[173] Idem Ibidem, p. 166.
[174] Idem Ibidem, p. 135.

Cirino Rocha, prostituição e casamento inter–racial se equivaleriam, com a diferença do segundo estar sob o abrigo da lei e o primeiro não.

Mesmo que a tão sonhada colônia caiba em malogro, e a "limpeza" racial pela imigração estrangeira não ocorra, o livro tem um final que parece indicar o desalento definitivo, da aristocracia senhorial moribunda, num cortejo nupcial, semelhante ao que, pela estrada real do Itaípe, levara a filha do Visconde, Augusta Lima, em suas bodas. E que, na casa decadente, amarga o desalento de ver seu filho, Paulino, unido à Pastora, que prazenteira, ostenta no colo o mesmo colar que esta havia recebido do seu marido, o Comendador Raul César.

A união de Paulino e Pastora representa o fim definitivo de uma época, a ascensão definitiva do mestiço Nazário, mas também a sua morte simbólica, pois será afastada definitivamente do seu passado como o liberto que, açoitado por conta de sua ousadia e paixão, tornara-se o líder que promovera a libertação de muitos escravos dos engenhos da região e ajudara a derrubar de vez a escravidão nas terras de Nossa Senhora do Amparo. O mestiço que ascendeu com o trabalho e esperteza nos negócios embranquecia e, ao tornar-se branco, todo o significado de sua luta era perdido, fora vencido. Como troçava Cirino Rocha em irônica quadra,

"Do pai a quem nunca viu
Tem o retrato na sala,
Mas da ... preta que o pariu
Não tem retrato nem fala"[175]

Marques indica no seu texto que a ascensão social dos mestiços foi mais facilitada que a dos negros, mas em ambos os casos o processo pautava-se pela negação da

[175] Idem Ibidem, p.150

descendência africana,[176] e esta, como analisou Fernandes, "*não enriqueceu o grupo social dos negros, uma vez que as pessoas de cor que ascendiam*" [177] eram embranquecidas. Essa associação aparece eloquentemente resumida no adágio recorrentemente repetido por Pierson e Azevedo de que na Bahia "*todo negro rico é branco*"[178]. Ao associar o sucesso financeiro, educacional e social de um negro (aceitação nos círculos sociais das elites baianas e casamentos com mulheres bancas ou mais claras que o cônjuge) ao ideal de embranquecimento, este acabava por depreciar globalmente os negros que permaneciam nos estratos mais pobres da população.

Na sua literatura, Marques também enuncia a assertiva de que o dinheiro "embranquece", o forte preconceito de cor era contrabalançado por razões práticas. O que era impensável, no tempo do Visconde de Itaipe, assumia tons de resignada aceitação no discurso que Alfeu de Lima, neto do Barrão do Cerro, faz ao jovem Paulino, pretendente à mão de Pastora, "*mais vale ser um mulato feliz do que ser branco sem sorte*" [179]. A relação entre Paulino e Pastora é fortemente erotizada, ela encarna a figura da "morena sensual" a "lúbrica mulata" [180], que causa desordem, que faz com que o obediente Paulino, pela primeira vez, vá de encontro aos desejos da mãe e da tia. Mas entre eles não há amor, e sim paixão. O jovem Paulino a deseja ardentemente, a ela, à situação financeira e ao poder político na cidade de Amparo, à qual ele teria acesso com o casamento, a ambição de "*ser trunfo como eram Liodoro e Marcelo, de olhar de cima os homens de palha, gregários e serviçais de quem Nazário era senhor, na república*

[176] BERNARDINO, Joaze, "Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil". In. **Estudos Afro-Asiáticos**, Vol. 24 No. 2, 2002, p. 252
[177] Apude Joaze Bernardino, Op. Cit. P.252
[178] Ao longo do livro, Brancos e Pretos na Bahia, Donald Pierson transcreve falas de contemporâneos que se referem a mulatos (escuros ou claros) como "meu brancos" destacando o fato desses terem uma boa condição financeira.
[179] Idem Ibidem, p. 201.
[180] Tal característica do personagem parece ajustar-se, na literatura de Marques, dentro do modelo de sensualidade com que a construção da mulata como símbolo nacional surgiria na obra de Gilberto Freyre no mesmo período. Sobre o tema ver: CORRÊA, Mariza,"Sobre a invenção da Mulata", In. **Cadernos Pagu**, No. 6, 1996, pp.35-50.

democrática, da mesma sorte que os viscondes e barões, seus antepassados, o foram na monarquia" [181]

Apesar de ter que abrir espaço para os novos membros, é curioso perceber que para Marques isso se faz sem que a sociedade baiana deixe de ser fortemente hierarquizada, pois não será o grupo de negros e mestiços a ascender, concede-se essa incorporação apenas aos mais aptos. A Republica e a Abolição, na sua visão, pouco alterara a subordinação e a exploração do agora então povo e, ironicamente, ele descreve que na "*democratizada Amparo*" a "*massa geral*" que "*passando automaticamente ao governo de outros* ***senhores*** (grifo meu) *ia gozando o imprevisto favorável dos acontecimentos. Ninguém indagava se havia espoliados e vencidos pela nova ordem de coisas".[182]* A aliança entre os bem nascidos e os endinheirados se impunha para além de qualquer prurido ou apego às tradições do passando senhorial, nada mais poderia ser feito frente aos novos tempos que se anunciavam. Pelos casamentos inter-raciais novas alianças de poder eram desenhadas. Se a abolição pusera fim a um estilo de vida marcado por regras de mando e obediência, as alianças matrimoniais garantiam a permanência de frações dos descendentes dos antigos senhores no poder.

[181] Idem Ibidem, p. 200.
[182] Idem Ibidem, p. 111.

Parte II

O Cenário:
A cidade e sua gente

Cor da Bahia
É a paixão da minha vida
Quando olho em redor
A cidade construída
Misturando suor
Quanta história então
De sangue e paixão
Sobre o chão de Salvador...

Capítulo 3

A construção de uma nova cidade

A cidade construída
Misturando suor...

Nos idos da década de 30, quando Pierson chega à Bahia para proceder a pesquisa sobre relações raciais, descreve sua capital, Salvador, como uma cidade "*culturalmente passiva*", referindo-se ao fato da existência de uma "*rotina tradicional e ininterrupta*" de um "*comportamento costumeiro, que originalmente desenvolveu em resposta às necessidades da vida colonial, ainda persistia orientando a vida, quase pelos mesmos velhos e familiares caminhos*".[183] Landes a descreve como o lugar em que "*velhas tradições ganhavam ameaçadora vida*" ao ver-se enredada numa série de restrições impostas à conduta das mulheres brancas, solteiras, das camadas altas e médias, decorrente de valores e normas, que para ela, que se auto identificava como uma mulher moderna, independente, eram extremamente "tradicionais" .[184]

Tal epíteto de "Cidade tradicional" foi sendo construído não somente da vigência de relações de gênero que viam na casa e no privado os únicos lugares em que as mulheres poderiam viver respeitavelmente, que classificavam como desonestas aquelas que ousavam circular sozinhas pelas ruas da cidade sem uma companhia familiar ou masculina responsável, impondo à jovem antropóloga americana a

[183] PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. ..** p. 97.
[184] LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**... p.46.

necessidade do que ela própria definiu ironicamente como seu "*protetor*" para que os mistérios da velha cidade lhe fossem revelados[185]. Mas, também, do embate entre o desenvolvimento urbano industrial que ganhava força na região sul e Sudeste do Brasil e que tinha na cidade do Rio de Janeiro "*a caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo*"[186], e do "imobilismo" a que parecia estar fadada a Bahia e o nordeste, como um todo, com o declínio da economia agroexportadora[187] . Se para Landes esse tradicional assumiu um significado positivo "*pela qualidade excepcional da vida folclórica*" [188] como uma das circunstâncias que havia contribuído para a formação de uma sociedade em que, no seu entender, o preconceito racial não prevaleceria, ganhava contornos, majoritariamente negativos, no discurso das elites letradas locais que criticavam ferrenhamente a persistência desse caráter "colonial".

Em 1908, Octavio Torres da Silva defendia a tese intitulada *A Cidade de Salvador Perante a Hygiene* em que promovia uma longa e pormenorizada avaliação das ruas, praças, chafarizes, habitações populares, logradouros públicos, demonstrando o estado de decadência em que se encontravam, onde o lixo e variados tipos de animais dividiam o espaço com

> "*as tradicionais africanas com seus nojentos quinbandos em barracamentos, vendendo comidas (...) deste amalgama de couzas, tira-se a conclusão do effeito convenienteque, pode produzir essa promiscuidade de objetos com os vehiculos immundos, alli destacados em grande quantidade, os seus condutores maltrapilhos, os animaes*

[185] Durante toda sua permanência em Salvador ela contou com o acompanhamento e parceria do etnólogo e folclorista Edison Carneiro que foi quem a apresentou aos terreiros e a gente de Candomblé.
[186] SEVCENKO, Nicolau, "a Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio", In Sevcenko, N. (Org.), **História da Vida Privada no Brasil**, v. 4, 1998, p 522.
[187] Sobre os problemas econômicos da Bahia Republicana ver SANTOS, Mário Augusto da Silva, **A Republica do povo: sobrevivência e Tensões. Salvador (1890-1930)**, Salvador: EDUFBA, 2001; **A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª etapa: 1890-1930** Salvador 1980; SANCHES, Ma. Aparecida Prazeres, Fogões, pratos e panelas...
[188] LANDES, R, Op Cite p. 42.

> *empestados e a permanente nuvem de poeira no tempo de Sol e a vasta colcha de lama pútrida quando chove".* [189]

Neste trecho fica claro que o incômodo aspecto colonial que Salvador apresentava não dizia respeito somente às ruas estreitas, sujas, sem calçamentos, a inexistência de esgotamento sanitários, aos animais soltos nas ruas, mas à presença de um expressivo número de trabalhadores negros dedicando-se ao exercício de atividades que emergiam quase inalteradas do passado escravista colonial. Carregadores e carroceiros, lavadeiras, que exerciam sua função nos chafarizes públicos da cidade, ganhadeiras a mercadejar, em gamelas e tabuleiros, comidas, frutas e miúdos de boi, compunham um cenário que, para nosso bacharel em ciências médicas, enfeiava a cidade, causando aos visitantes estrangeiros e nacionais, logo na Rua do Cais, porta de entrada da cidade, uma péssima impressão[190]. A presença dos negros e das tradições populares baianas eram identificadas como expressões de atraso e fonte de vergonha e constrangimento.

A Salvador republicana trazia na configuração do traçado urbano, na organização do trabalho, nas atividades econômicas, na vida social e nos padrões mais íntimos da vida cotidiana, a presença indelével do passado colonial. A monocultura e o comércio de importação e exportação, formas tradicionais de produção, continuavam a ser a mola propulsora da riqueza baiana e o pólo de geração de riquezas mais importante para Salvador, impulsionando o crescimento do comércio varejista. Entretanto, a secular vocação mercantil e a agricultura de exportação não protegeriam a economia baiana dos reveses da sorte no mercado internacional [191], cujas crises

[189] AMMS, SILVA, Otavio Torres, A Cidade de Salvador Perante a Hygiene, tese de doutorado, Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1908, p2 .
[190] Idem Ibidem, p. 2
[191] SANCHES, Ma. Aparecida Prazeres, Op Cit, p 16-18; **A inserção da Bahia na evolução nacional, 2ª etapa: 1890-1930** Salvador 1980, p31-33.

atingiam em cheio a economia do Estado, gerando problemas de abastecimento, carestia dos gêneros alimentícios e a escassez de recursos que paralisavam os investimentos públicos e privados na construção civil, retardando as renovações urbanísticas tão almejadas.

Ainda assim, entre o período de 1906 a 1928, a Bahia vivera um relativo crescimento econômico com a importância que o cacau assumiu no mercado internacional, sendo responsável por mais de 20% das rendas auferidas pelo estado, ultrapassando, em importância, a tradicional exportação de fumo.[192]. Além desses produtos, do porto de Salvador saía uma grande quantidade de mercadorias para abastecer o mercado interno, revelando a importância da Bahia como centro redistribuidor de produtos importados dentro do mercado interno.[193] Essa conjuntura favorável será traduzida nos investimentos públicos para as renovações urbanísticas, nas construções prediais e na ampliação dos serviços de água, esgoto, iluminação e comunicação (serviço de bondes, pavimentação de ruas, abertura de estradas e telefonia).

Em 1906 foram finalmente colocadas em prática as obras de modernização do porto[194]. A ascensão de Seabra ao governo do estado, de 1912 a 1916, será seguida de mais um período de reformas, retomado por Góes Calmon entre 1924 e 1928. O ideal de modernização, que será encampado pelo Estado Baiano ao longo da República e discutido apaixonadamente por médicos, jornalistas, engenheiros e juristas, estará concatenado ao discurso produzido pela Capital Federal, cuja racionalidade buscava pela reformulação do espaço urbano, pela reforma sanitarista e reorganização dos logradouros públicos, com a abertura de praças e avenidas, símbolos do progresso, em

[192] **A inserção da Bahia na Evolução...,** p.77
[193] Idem Ibidem, p. 2 - 28; SANCHES, Op Cit p 17.
[194]VASCONCELOS, Pedro de Almeida, **Salvador: Transformações e Permanências** (1549-1999), Ilhéus: Edituros,2002,p261.

uma estratégia capaz de "*atingir e orientar os indivíduos*".[195] O objetivo era civilizar a Bahia em consonância aos novos padrões de comportamento e de valores, que articulassem a "*modernidade como uma nova experiência existencial e íntima*" [196].

Os anseios de modernização assumiam, portanto, múltiplos significados na "velha" Salvador. Se por um lado esta era materializada nos projetos de urbanização de praças e alargamento de ruas, construção de avenidas que facilitavam a comunicação dos bairros e favoreciam o livre escoamento das mercadorias provindas do intenso comércio nacional e internacional que vicejava na cidade, por outro, significava transformar as relações que, desde os tempos coloniais, eram engendradas por homens e mulheres, negros e mestiços, em sua grande maioria, nos espaços públicos, na rua, envolvidos no trabalho ao ganho que tão vivamente desagradava ao acadêmico de medicina e ao articulista do jornal. A Cidade como veremos abaixo.

[195] HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, "O Imaginário moderno no Brasil" In HERSCHMANN e PEREIRA () **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**, Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 26/27.
[196] SEVCENKO, Nicolau, "a Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio"... p 522.

Figura 6

Fonte: Jornal A Cidade – BPEB Setor de Periódicos Raros
Quiosque do Largo do Teatro - Salvado 1918

A aurora do século XX foi pautada pelo desejo das elites letradas em desafricanizar[197] as ruas soteropolitanas que reeditavam nas cantigas e batuques, nas mulheres de camisas desgueladas que lavavam roupas nas fontes, nos moleques de comprar temperos, nas vendedeiras de gamelas e tabuleiros, a equilibrar em suas cabeças os mais variados produtos e quitutes da culinária colonial[198], a Salvador escravocrata e incivilizada, renitente na sujeira e no alarido das ruas. Sob o titulo de "*Os Monstrengos da Cidade. Um aspecto feio da 'Urbs' os 'Kiosques'* o jornal criticava duramente um dos lugares tradicionais de encontros de trabalhadores urbanos pobres, os quiosques.

> *" A' febre de remodelação, que há bem quatro annos, vem fazendo sentir os seus effeitos sobre a nossa 'velha urbs', uns monstrengos escaparam: os ' Kiosques'.*
> *E escaparam por infelicidade nossa. Porque nada mais concorre para afeiar a nossa provinciana city do que esses palanques ao ar livre junto aos quaes se acotovella uma verdadeira multidão de mendingos dessocupados.*
> *- Café, exclama um de voz rouquenha.*
> *O dono, que é ao mesmo tempo, garçon e gerente, serve-o.*
> *-Agora, um ae pura.*
> *-Prompto.*
> *- É da boa?*
> *- Hum! Isto, a falar com franquesa, é Santo Amaro ... mas Santo Amaro misturada com água!*
> *Aos poucos, novos freguesses se aproximam.*
> *Os mais assíduos são os ajudantes de chauffeurs, no Largo do Theatro, os carroceiros, os engraxates... e os desocupados, que quase sempre, 'tem credito no freguez'*[199]

[197] FRAY, Peter, CARRARA, Sérgio e MARTINS-COSTA, Ana Luiza, "Negros e Brancos no Carnaval da Velha Republica". In REIS, J.J. (Org..), **Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o Negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 232-263; Ferreira Filho, A H., **Quem Pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940**, Salvador: CEB, 2003, pp 92- 102 .

[198] Sobre o tema ver VIANNA, Hildelgardes. **Antigamente Era Assim.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994 e **A Bahia Já Foi Assim**. Salvador: Itapuan, 1973; VIANNA, Antônio, **Casos e Coisas da Bahia**, no. 10, Salvador: Publicações do Museu do Estado, 1950;

[199] BPEB, Setor de Periódicos Raros Jornal - A Cidade, 10 de Maio de 1917, p.01

O trecho da reportagem é bem elucidativo acerca dos caminhos que as reformas deveriam trilhar, construindo dispositivos eficazes do controle do espaço urbano, coibindo um amplo repertório de condutas, celebrações públicas, hábitos e diversões ligados às camadas populares. Na reportagem, duas imagens entram em conflito, a de "desocupados" e de "trabalhadores", o desprestígio associado às atividades de ajudante, carroceiros e engraxates fazem com que o articulista as englobe à "*multidão de mendigos desocupados*". A dissociação desses homens ao mundo do trabalho é reforçada pela presença do álcool.

Esses trabalhadores pobres, que compunham o grupo das pessoas sem ocupação fixa, vivendo no limiar entre a pobreza, a miséria e a mendicância, formavam o que se chamou nas cidades republicanas de "classes perigosas" [200], que em nada pareciam com o ideal de trabalhador disciplinado e ordeiro que a ordem republicana buscou construir pelo processo de laboração do conceito de trabalho positivo, associado ao ideal de progresso e bem estar. Por sua vez, é importante lembrar que tais atividades davam aos indivíduos que as exerciam um controle sobre o tempo de trabalho, não havendo regras rígidas de horários a cumprir e isso foi fundamental para a construção da identidade de trabalhador livre no pós-abolição no seio da comunidade negro-mestiça.[201] As elites baianas se mostram incansáveis no intento de associar todo e qualquer símbolo de negritude à feiúra, à decadência moral, à desordem e ao atraso social e intelectual. Nesse sentido, a imprensa de então teve destacado papel ao encarregar-se da função de ridicularizar, condenar e associar negativamente toda e qualquer manifestação da cultura afrodescendente.

---

[200] Nos estamos utilizando o conceito de acordo conforme o usou Chaloub no livro Trabalho, Lar & Botequim, paginas 76 a 80.

[201] Sobre a questão ver FRAGA, Valter, Encruzilhadas da Liberdade: História e Trajetórias de Escravos e Libertos na Bahia, 1870-1910, Tese de Doutorado, UNICAMP: Campinas, 2004, especificamente os capítulos VII e IX.

O processo de modernização de Salvador dar-se-ia de forma muito particular, com o novo convivendo, lado a lado, com antigas práticas que remontavam aos tempos coloniais e pareciam resistir às transformações que os novos tempos lutavam para impingir. Ferreira Filho, ao discutir o cotidiano profissional das mulheres pobres de Salvador, constata a permanência da mentalidade senhorial-escravista, que, afirma ele, "*dificultara a internalização dos novos padrões de conduta coletiva*" [202], apregoados pelo ideal de modernidade da ordem republicana. O autor define o processo de modernização da Bahia como imperfeito, tendo tido limitada expressão frente ao tradicionalismo muito presente na realidade local.[203]

Ao nosso ver, tal afirmação tem que ser relativizada, pois cremos que, mais que limitado, o processo de modernização de Salvador teve um caráter lento, ocorrendo muitas vezes de forma seletiva e sendo mais visível na incorporação de novos hábitos de lazer e nas reformas urbanas. Castro de Araújo, analisando a persistência da economia agroexportadora para a Bahia republicana, entendeu-a como uma estratégia, uma vez que dinamizar outros setores da economia implicava arriscar perder o domínio político, secularmente sustentado sobre formas tradicionais de produção, abrindo espaço à emergência de novos grupos [204]. Assim, o mesmo dilema que faria com que grandes comerciantes e produtores rurais mantivessem inalterada a estrutura de produção vigente, ocorria quanto ao desejo de desafricanizar as ruas da Bahia. Acabar com práticas de trabalho secularmente estabelecidas, necessariamente implicaria abrir canais ascensionais via educação e empregos, que deslocariam negros e mestiços de suas tradicionais posições hierárquicas na sociedade soteropolitana.

---

[202] FERREIRA Filho, A H., **Quem Pariu e bateu, que balance!**... p. 92.
[203] Idem Ibidem
[204] ARAÚJO, Ubiratan Castro de, "Por uma História Política da economia escravista" In **Cadernos CRH**, v 20, Salvador: Centro de Recursos Humanos UFBA/Centro Editorial e Didático, 1994, pp.81-85.

A sociedade soteropolitana, no período em questão, resistiu aos processos de mudança no sistema de hierarquias sociais e de relações de poder. A Abolição colocaria fim à escravidão, mas não aos preconceitos que incidiam de forma cabal sobre a população negro/mestiça. As relações sociais e de trabalho como um todo foram fortemente marcadas pelas ideias de subalternidade e obediência, principalmente para o reconhecimento do "lugar social" que negros e mestiços deveriam ocupar na sociedade.[205] A permanência de um sistema baseado nas relações pessoais e não contratuais implicava a manutenção de costumes e normas tradicionalmente estabelecidas com base na atribuição mais do que na aquisição ou desempenho.[206] As relações urbano-industriais fariam do preconceito de cor um importante mecanismo de exclusão, numa cidade como Salvador, composta majoritariamente por negros e mestiços.[207]

Crônicos e seculares problemas vividos por Salvador ao longo do século XIX ainda se fariam sentir no início do século XX. Os investimentos nas melhorias sanitárias e nos meios de comunicação da cidade teriam alcance restrito, não chegando à maioria da população [208]. A propagação de doenças endêmicas, como a varíola, febre tifóide, febre amarela, tuberculose, entre outras, era estimulada pela precariedade do sistema de abastecimento de água e de esgoto [209]. Os jornais da cidade, nas seções de Queixas e Reclamações, denunciavam os esgotos a céu aberto, o lixo das ruas e, principalmente, o

---

[205] Sobre a questão ver: Sanches, Op Cit, pp 22-24; BARCELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
[206] Idem Ibidem, p. 46.
[207] BAIRROS, Luiza Helena, Pecado no Paraíso Racial: O Negro na Força de Trabalho da Bahia. 1950/1980. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBa, 1987, p. 67. Segundo a autora, que estudou os negros no mercado de trabalho entre 1950 e 1980, o processo de industrialização que teve lugar em Salvador, a partir da década de 50, favoreceu diferentemente brancos e negros, estes últimos ainda encontrados exercendo atividades subalternas.
[208] Sobre a questão ver SANTOS, Mário Augusto da Silva, **A Republica do povo...** pp. 23-25 e LEITE, Rinaldo C. N., E A Bahia Civiliza-se... Idéias de civilidade e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1919, Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBa, 1996, cap 3.
[209] AMMS, SILVEIRA, Carlos Cavalcante da, Aspecto Social da Luta contra a Tuberculoso, tese de doutorado, Salvador: Faculdade de Medicina, 1911; BORG.ES, Francisco Xavier, Prophilaxia da Syfilis, da Tuberculoso, do Alcoolismo, tese de doutorado, Salvador: Faculdade de Medicina, 1907; SILVA, Otávio Torres, A Cidade do Salvador Perante a Higyene, tese de doutorado, Salvador:Faculdade de Medicina, 1908.

hábito secular da população lançar à rua os detritos das casas. Sob o sugestivo título "*Hábitos que devem desaparecer. Os mictórios improvisados,* o A Cidade tecia novas criticas às reformas urbanas e aos hábitos populares: *"Este é um dos mais velhos costumes quiça o mais interessante, vindo, talvez por atavismos, do tempo genuinamente colonial das arrecadas d'oiro de Thomé de Souza* "[210] Assim, o jornal, em longa reportagem pilhada por ironias e associações ao passado colonial, denunciava o hábito popular de urinar nas paredes dos logradouros em decorrência da ausência de mictórios públicos. O articulista, ao caracterizar como "*pittoresca cidade apesar do excellente verniz da civilização (...) continua a mostrar (...) scenas características de burgo pobre*", fazia uma crítica nada velada às reformas iniciadas em 1912, como tendo sido apenas de fachada, sem que os graves problemas de Salvador tivessem sido realmente resolvidos. O alcance restrito das reformas é atestado pela impressão que a Cidade causara em Pierson e em Landes mais de duas décadas depois, descrevendo-a como a "A Mulata Velha", a cidade "dos modos africanos"[211] .

[210] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal A Cidade 19 de Janeiro de 1918, p.01.
[211] LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**... p 43

Capítulo 4
A Roma Negra!?
A População de Salvador e suas Características Raciais e Demográficas

Cor da Bahia
É a paixão da minha vida
Quando olho em redor...

A Bahia não conheceria, desde o final do século XIX até a década de 40, uma expansão demográfica significativa, se comparado ao vertiginoso aumento populacional vivido por outras capitais, a exemplo de São Paulo ou Rio de Janeiro. A vocação agromercantil não atrairia as levas de imigrantes que desembarcavam nestas capitais e, assim, Salvador, apesar de ser o centro urbano mais importante e populoso do Estado, viveria um crescimento demográfico deveras modesto, cujo aumento populacional advinha, quase exclusivamente, de seu crescimento vegetativo. Como demonstra o quadro abaixo, entre 1900 e 1940, o aumento populacional de Salvador passou de 205.813 para 290.443, indicando um crescimento quase estável, se comparado ao crescimento verificado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esta cifra ganha contornos ainda mais significativos se levarmos em consideração que Salvador foi o segundo centro urbano mais importante no Império, sendo, ao longo da República, deslocado para o terceiro lugar em 1900 e para o quarto, em 1950.[212]

[212] IBGE, Anuário Estatístico do Brasil de 1936

Tabela 3: Crescimento Demográfico de Salvador ao Longo do Período Estudado

Capitais	Período				
	1890	1900	1920	1940	1950
Salvador	174.412	205.813	283.422	290.443	417.235
São Paulo	64.934	239.820	579.013	1.326.261	2.198.096
Rio de Janeiro	512.651	811.443	1.157.873	1.764.141	2.377.451

Fonte: IBGE - Sinopse Estatística do Brasil 1972

O debate em torno da necessidade de imigrantes para as lavouras baianas remonta à segunda metade do século XIX, quando o fim do tráfico negreiro e o desenvolvimento da lavoura do café gerou um fluxo de escravos dos plantéis nordestinos para o sudeste. As necessidades da dinâmica lavoura de café em concorrência com a combalida lavoura canavieira não permitiu que os projetos de imigração baiana lograssem sucesso.[213] Segundo Santos, o ingresso de imigrantes para a Bahia nos dez primeiros anos da República não ultrapassou a cifra de 3.000,[214] em sua maioria, portugueses e espanhóis[215] que desembarcavam em Salvador trazidos, muitos deles, pelos patrícios que aqui já se encontravam, engajando-se como empregados nos empreendimentos comerciais destes.[216]

Em 1916, Maximiano de Souza[217] viera de Portugal para trabalhar para a família Gonçalo Luiz de Souza, de quem também era parente, quando acabou por envolver-se em um caso de defloramento com a doméstica da casa, Joana Batista da Mota, mestiça de 13 anos. Já o espanhol Antonio Martinez Fernandes[218] era funcionário da pastelaria Mira-Mar, de propriedade de um seu patrício, quando também se envolveu em outro conturbado caso de defloramento com Maria de Lurdes Dias, preta, 15 anos. A solidariedade dos patrões foi fundamental na absolvição de ambos os

[213] FRAGA, Valter, Encruzilhadas da Liberdade... p. 204.
[214] SANTOS, Mário Augusto da Silva, **A República do povo...** p 14.
[215] Ver Tabela 5 - Nacionalidade Segundo Sexo/Gênero em Anexo.
[216] Idem Ibidem, p.56; BARCELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças**.....pp107-123.
[217] APEB, Seção Judiciária, Processo de Defloramento, Estante 199, caixa 77, Doc. 3, 1916.
[218] APEB, seção Judiciária, Processo de Defloramento, Documento 7, Caixa 43, Estante 199, Ano 1941 .

acusados. O Depoimento do patrão de Antonio Martinez, atestando que entre ele, Antonio, e Maria de Lurdes nada havia a não ser conhecimento de balcão foi decisivo para sua absolvição, assim como a proteção da Família Souza que, vendo-se pressionada pela família de Joana, tratou de tirar Maximiano de Salvador até que tudo estivesse resolvido.

Os casos de Maximiano de Souza e Antonio Martinez confirmam um comportamento apontado por Bacelar nas suas análises sobre os Galegos, grupo de espanhóis que, majoritariamente, vieram para Salvador. O fato de constituírem uma comunidade relativamente fechada, que estabelecia fortes laços de solidariedade como também um controle efetivo para que seus membros não casassem "*com mulheres das camadas baixas da sociedade*", leia-se negras e mestiças; pois, "*comprometer-se com as nacionais*", representaria um desprestígio[219]. A única relação possível era o amasiamento. Ismael Bento[220], português, 30 anos, não queria se casar legalmente com Maria da Silva Ramos, mas estando grávida de Ismael, Maria resolveu retirar a queixa, alegando que havia passado a viver com este e a filha que havia concebido durante o namoro. O comportamento dos galegos refletiria como um todo o comportamento de vários grupos de imigrantes, e, pelo que afirma o autor, tal preocupação parece restringir-se somente aos membros masculinos, já que o receio era de casarem com mulheres das camadas baixas, indicando a um só tempo a recorrência desses relacionamentos, por isso a necessidade de reprimi-los, como atesta os casos acima. O autor não menciona a possibilidade das mulheres se envolverem em relações amorosas com negros ou mestiços baianos, com toda certeza o controle sobre estas era muito mais eficaz, impedindo mais eficientemente que tais relações ocorressem, entretanto

[219] BACELAR, Jerferson, **A presença Espanhola na Bahia. Os galegos no "paraíso racial" 1900/ 1950**, Salvador: Centro Editorial e Didático- UFBA, 1992, p. 26.
[220] APEB, Seção Judiciária, Série Processo de Defloramento, Documento 4, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.

elas não eram de todo impossíveis. Casos como esses geravam escândalo e constrangimento para a família de tais jovens que buscavam abafar o ocorrido. A não abertura de processos de rapto ou defloramento, em grande medida, restringiu a possibilidade de encontrar exemplos dessa natureza, ainda assim, acreditamos que esses eram efetivamente mais raros de ocorrer do que os casos envolvendo homens, cujo controle sobre a sexualidade era mais frouxo que o exercido sobre as mulheres.

De fato não encontramos no período estudado, nenhum processo que envolvesse filhas ou netas de portugueses ou espanhóis. Dos 383 processos de defloramento pesquisados, somente computamos o caso de defloramento de uma jovem italiana, Catarina Elysa Fuqui, empregada em uma pensão que em 1900 foi deflorada à força (violentada) por Ritro Jacob Boss, engenheiro holandês que vivia na pensão em que ela servia como doméstica. Assim como este caso se constitui único nos processos, igualmente singular é o caso relatado por Leonor Santos dos Prazeres, que nos contou que sua avó materna fora uma espanhola que fugira de casa, enfeitiçada por um vendedor de frutas, negro, freguês de sua família, e com ele passara a viver. Da avó materna sabia pouco, pois morrera no parto de sua mãe, Joana, filha única, que fora dada, ainda bebê, pelo pai para ser criada pela madrinha e jamais voltara a procurá-la.[221]

[221] Entrevista concedida em 15/03/1993. A história da mãe de Leonor, Joana dos Santos, novamente nos foi contada por Liece Prazeres Sanches, filha de Leonor.

Tabela 4: Número de Brasileiros/ Baianos e Estrangeiros

	Pessoas e Percentagens Correspondentes							
	1890		1900		1920		1940	
	Número	%	Número	%	Número		Número	%
Brasileiros	1.893.026	98,6	2.088.569	98,6	3.321.014	99,6	3.909.831	99,8
Estrangeiros	26.776	1,4	8.926	0,4	10.600	0,3	7.371	0,2
N D*	-	-	20.316	0,10	2.851	0,1	274	0,0

Fonte: IBGE – Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional Parte XII – Bahia, 1940

Obs. * Nacionalidade não Declarada.

Pelo quadro acima nota-se um decrescimento paulatino da presença de estrangeiros em território baiano. Dentre essa diminuta parcela de imigrantes e estrangeiros que elegeram Salvador, a cidade na qual iriam viver e trabalhar, tivemos também os turcos, sírios e libaneses, "os mascates", dedicados ao comércio de miudezas, "*meias, peças de fita, rolinhos, carretéis e rolo de linha, alfinetes, escovas, fivelas, caixas de pó-de-arroz*", em seu baú de flandres, repartido internamente, de tudo havia "*que pudesse interessar a uma mulher*". Segundo Vianna, eram homens pobres, sem grandes ambições, "*namorando e casando com brasileira*s" igualmente pobres, padecendo também esses, como os portugueses e espanhóis, da exploração de algum "*patrício sabidório"*.[222]

Além desses, Salvador contaria com o que Landes denominou de "pequena colônia" [223] de norte-americanos, ingleses e alemães. Estes eram os empregados e representantes das casas de negócios de importação, dos Bancos estrangeiros e os representantes diplomáticos ali estabelecidos, devido às necessidades impostas pelo comércio internacional que passava pelo porto de Salvador, e integravam o grupo dos que auferiam boas remunerações pelas suas atividades profissionais e, diferente dos

[222] VIANNA, Hildelgardes. **A Bahia Já Foi Assim**... p. 79. Ver em anexo Tabela 5 - Nacionalidade Segundo Sexo/Gênero

[223] LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**... pp. 47/48.

outros, obedeciam a rígidas normas de contato com a porção não branca da cidade. A "colônia", a considerar os comentários de Landes, não permanecera imune aos romances conflituosos como os que envolveram os trabalhadores pobres portugueses, espanhóis ou sírio-libaneses. Só que, em vez dos bairros populares, das baixadas soteropolitanas, estes se desenrolavam nos "*altos mais bonitos e arejados da cidade*" e eram protagonizados pelos casais que "*se separavam por infidelidade e por excesso de lazer e ociosidade*". [224]

Se nossa pequena "imigração" não chegou a alterar o percentual demográfico de Salvador, como se percebe pela relação de percentuais acima apresentados, o paulatino crescimento populacional da cidade teria na migração e no progressivo aumento das taxas de natalidade a sua explicação. Os estudos sobre população que têm sido empreendidos sobre Salvador têm subestimado a contribuição das demais regiões da Bahia para a composição populacional da cidade. Se, por um lado, concordamos que a contribuição foi pequena em termos demográficos, não podemos deixar de reconhecer essa presença nos processos em que vítimas, réus e testemunhas afirmam serem naturais de outras regiões da Bahia, nem desconsiderar que o hábito de se autoindentificar como simplesmente "baiano" tenha contribuído para mascarar essa presença nos percentuais dos processos. Infelizmente, os dados dos censos consultados não discriminaram na população soteropolitana o número de indivíduos vindos de outras localidades e, portanto, contaremos apenas com os números obtidos nos processos que, se não permitem uma avaliação de ordem demográfica, ao menos nos ajudam a corroborar nossa avaliação.

Santo Amaro, Cachoeira, Feira de Santana, são alguns dos municípios declarados por acusados e vítimas dos processos como sendo seus locais de

[224] Idem Ibidem, p 47.

nascimento. Dos processos pesquisados, 23,8% dos envolvidos vieram do interior em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho. Há de se considerar que, com a Abolição da Escravatura, houve um deslocamento de população das áreas rurais para os centros urbanos, como uma das muitas transformações que ocorreram no final do século XIX e início do XX, invertendo a tendência demográfica de distribuição sócio-territorial da população do ambiente rural para os centros urbanos.[225]

Segundo Fraga Filho, uma das possibilidades de liberdade vividas pelos ex-escravos, nos anos imediatos à abolição, foi a movimentação das áreas rurais dos engenhos do Recôncavo para as áreas urbanas, sendo Salvador um desses centros escolhidos. Alerta o autor que "*embora as fontes censitárias não indiquem fluxo migrante de grande monta, sabe-se que, na década de 1880, Salvador foi o destino principal de grande número de escravos fugidos do Recôncavo" [226]*. E para saber em que medida essa movimentação alterou a composição do trabalho urbano em Salvador, ele indica dois setores fundamentais, o trabalho de rua, ao ganho, e o serviço doméstico. Em relação ao trabalho de rua, entre os anos de 1887 e 1893, 11,6 por cento dos 1.703 "*ganhadores registrados no Livro de Matricula*" de Salvador eram oriundos de Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Cachoeira e São Francisco do Conde. [227] Dos processos de defloramento estudados, das 175 vítimas vindas do interior do Estado, 28 delas (68,03%) declararam trabalhar no serviço doméstico. [228]

Os ciclos periódicos de secas reativavam constantemente a saída de homens e mulheres para as cidades prósperas. Salvador, enquanto capital do Estado e centro dinâmico de sua economia, não ficaria imune a esse processo, mesmo que em

[225]WISSENBACH, Ma. Cristina Cortez, "Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível", In SEVECENKO, N. (Org.) **História da Vida Privada** ... p 91.
[226] FRAGA, Valter, Encruzilhadas da Liberdade... p. 324
[227] Idem Ibidem
[228] Ver em Anexo a Tabela 6 - Naturalidade Segundo a Profissão da Vitima.

quantidades relativamente pequenas. Ainda que a Bahia tenha contribuído mais para o adensamento demográfico de outras capitais da federação do que propriamente para Salvador nestes primeiros anos, em 1940 havia 105.875 habitantes residindo no Estado provindos de outras localidades.[229] Não podemos deixar de considerar que, entre as décadas de 40 e 50, Salvador viveria um significativo impulso demográfico oriundo, em sua grande maioria, das zonas semiáridas do interior baiano.[230]

Uma interessante característica desse deslocamento, a partir dos processos de defloramento, é o número superior de mulheres, em relação ao de homens, indo residir em Salvador[231]. As mulheres que deixavam suas cidades para tentar a vida na capital eram, em sua maioria, jovens como Carolina Berta, 19 anos, casada, natural de Serrinha, que em 1945 veio para Salvador em busca de uma vida melhor, influenciada por uma amiga sobre as facilidades de se conseguir trabalho. [232] Não tendo, porém, outro treinamento profissional, que os aprendidos na lida diária de sua própria casa, analfabeta, empregou-se como doméstica quando chegou a Salvador. A história de Carolina Berta, em linhas gerais, é a mesma de muitas mulheres vindas de pequenas cidades do interior baiano.

Acreditamos que essa característica feminina esteja relacionada ao hábito de se "encomendar" jovens entre 10 e 17 anos para trabalharem como domésticas, em casa de família, chamadas comumente de "Catarinas", que vigorou em Salvador por muitos anos.[233] Elisa Maria da Conceição, parda, de 12 anos, natural de Maroim, Sergipe, diz que foi mandada para Salvador, por ordem de sua mãe, na companhia do Capitão

[229] SANCHES, Ma. Aparecida Prazeres, Fogões, pratos e panelas...p.15
[230] BARCELAR, Jéferson. **Etnicidade. Ser negro em Salvador**, Salvador: PENBA/ IANAMÁ, 1989, p.73.
[231] Ver em Anexo Tabela, 3 - Naturalidade da Vitima e 4 - Naturalidade do Réu.
[232] APEB Seção Judiciária, Série Furto, estante 208, caixa 71, doc. 09, 1945.
[233] SANCHES, Ma. Aparecida Prazeres, Op Cit, p. 84/85; VIANNA, Hildelgardes. **A Bahia Já Foi Assim**... pp.169-172

Amado que ficara de lhe arranjar um emprego. [234] O fato delas saírem com destino certo e garantia de emprego, mesmo que fosse para receber um ínfimo salário, quando o recebiam, deve ter minimizado os temores de quem partia para outra cidade, para viver longe dos seus. Dona Hilda de Sena Brandão, de 80 anos, veio para Salvador, saindo da Cidade de Coração de Maria com a idade de 15 anos, trazida por um conterrâneo para trabalhar na casa de uma prima deste. Segundo ela, viera para Salvador porque em sua cidade "*não deu jeito*" de conseguir um trabalho. Hilda só retornaria à sua cidade anos depois, já velha, após servir como doméstica, para três gerações, aos membros de uma mesma família. [235]

Assim como Hilda, Maria Valdelice dos Santos, no depoimento prestado pelas testemunhas, em seu processo de defloramento, residia em Salvador há 2 anos, e aqui chegara com a idade de 16 anos, trazida do Alto Sertão, para ser empregada na casa do Capitão Felipe Castro[236]. Aos 20 anos, em meados dos anos 30, Izabel Rosa da Conceição veio com o marido, ambos de Feira de Santana, para Salvador. Izabel e o marido pedreiro, ambos negros, resolveram mudar-se para a capital, devido a uma proposta de emprego como doméstica que esta recebera de um médico, Dr. Salustro, também feirense, que com toda família mudava-se para Salvador. Izabel e o marido, desempregados e sem perspectiva de trabalho em sua cidade, aceitaram a proposta do médico, que buscava na capital uma melhor assistência para o filho pequeno, acometido de crises constantes de epilepsia[237].

Como vimos, motivações das mais diversas ordens, em diferentes conjunturas da História do Estado Baiano, mantiveram aceso o fluxo de pessoas para a Capital, e além desse, Salvador contaria com o crescimento vegetativo de sua população para

[234] APEB, Seção Republicana, Diário de Notícias de 10/ 11/ 1904.
[235] Entrevista concedida em 14/08/97
[236] APEB, Seção Judiciária, Processo de Defloramento, Estante 198, Caixa 40, Documento s/n, Ano 1941.
[237] Entrevista concedida em 02/ 10/97.

manter, ainda que lentamente, sua expansão populacional, até, pelo menos, a década de 40, quando esse quadro demográfico mudaria. O aumento da taxa de natalidade decorrera de um conjunto de medidas que, consoantes com o projeto de sanitarização, produziram lentas alterações nos hábitos, condições de higiene pessoal e doméstica, nos padrões de saneamento das habitações e dos locais de residência e nas formas de prevenir e curar doenças, que acabaram reduzindo os casos de viuvez e aumentando a sobrevivência da prole, permitindo um lento, porém progressivo crescimento populacional. [238]

Um novo sentimento sobre a infância, pautado num conjunto de ideias que viam nesta fase um momento diferenciado da fase adulta, carente de cuidados específicos que seriam regidos pelo saber médico, acabou por produzir um conjunto de práticas[239] que contribuíram para a diminuição da mortalidade infantil. Esse novo sentimento sobre a infância não ocorreu isolado, ele tinha na família seu ponto fundamental. A educação de filhos física e moralmente saudáveis dependia de relações domésticas igualmente saudáveis, a valorização da infância, portanto, reforçou reciprocamente a conformação de um modelo feminino cujo papel social primordial centrava-se na maternidade.

Como demonstrou Araújo, a mudança de valores e atitudes tradicionais da família em formas modernas de convivência foi favorecida pela ideologia republicana, pelas reformas urbanas que incentivavam um novo comportamento social que permitiu

[238] SANTOS, Luiz A. de Castro, "As Origens da Reforma Sanitária e de Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República", In **Dados**, v. 41, n. 3, Rio de Janeiro, 1998.

[239] A ação Medica sobre as tradicionais praticas de cuidados com as crianças gerou a modificação do habito dos segmentos altos e médios da sociedade baiana de contratar amas de leite. A intensa atividade acadêmica desenvolvi da pelos médicos higienistas a respeito das amas-de-leite pode ser dimensionada pela recorrência de teses que trataram do tema . O tema do aleitamento mercenário era freqüentemente abordado também pelos livros de educação doméstica, e de noivas que associavam, assim como as teses, o aleitamento ao exercício da função natural inerente a idéia de uma "natureza feminina". Sobre a questão SANCHES, Ma. Aparecida Prazeres, Fogões pratos e Panelas... ; RODRIGUES, Andrea da Rocha, **A Infância esquecida: Salvador 1900-1940**, Salvador: EDUFBA, 2003; FERREIRA Filho, A H., **Quem Pariu e bateu, que balance!**...;

à família atravessar o espaço do privado da casa para o público da rua. Embora ainda conservadora, estruturada sobre o fortalecimento do papel feminino, enquanto administradora do lar e dos cuidados com filhos, a urbanização impingiu mudanças nessa função tradicional, cujo processo de socialização deveria ser conduzido pela família mediante os ensinamentos médicos. [240]

Segundo Alves de Souza, a partir da década de 20, na Bahia, as políticas de saúde pública iam ganhando força e provocando a "*elevação dos filhos nascidos vivos por mães no conjunto da Bahia*." [241] O processo de medicalização[242] da sociedade refletiu significativamente entre as camadas populares, gerando aumento dos filhos nascidos vivos, invertendo-se a tendência, para o século XX, das baixas taxas de natalidade verificadas ao longo do século XIX, contribuindo, assim, para o crescimento demográfico do Estado.

2.1. Composição racial da população de Salvador

Um aspecto importante a apreender das características do crescimento demográfico de Salvador é que, devido às características de sua composição quase inalterada ao longo de varias décadas, esta chegou ao século XX como a mais negra das capitais brasileiras e com um perfil etnodemográfico quase inalterado historicamente.[243] A inexpressiva imigração que jamais chegou a 1% da população não irá gerar para a Bahia, no mundo do trabalho, os conflitos de ordem racial/nacional tão comuns na

[240]ARAUJO, Rosa Maria Barbosa, **A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano**, Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
[241] SOUZA, Guaraci Adeodato Alves, "Procriação Intensa na Bahia: Uma "naturalidade" socialmente construída", In **Cadernos CRH**, v7, Salvador, 1992, p70.
[242] Idem Ibidem PP 65-67. O termo aqui empregado foi usado no mesmo sentido que a autora usou, ou seja, a ação da medicina higienista em prol de uma nova conduta da sociedade e numa reestruturação das formas de Org.anização familiar de acordo com o estilo de vida burguês.
[243] BACELAR, Jeferson, **A Hierarquia das Raças** ... p.43 RISÉRIO, Antonio, **Uma História da Cidade da Bahia**, Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 459.

região Sudeste, entretanto a ausência de uma economia dinâmica, associada a uma sociedade que se pautou pela permanência de um secular sistema de valores e práticas que vinculavam simbioticamente cor e hierarquia social, dificultou a competição de negros e mestiços pelos melhores postos de trabalho.

Na introdução, a segunda edição de **Brancos e Pretos na Bahia**, de 1971, Pierson avalia esse processo, demonstrando como a industrialização dos centros urbanos facilitou processos de ascensão, segundo ele.

> *"(...) o aparecimento de novas oportunidades de emprego (...) tem também facilitado a mobilidade social. Isso provocou uma mudança significativa, especialmente quanto a pessoas das camadas ' inferiores', que são largamente (mas longe de ser exclusivamente) de cor, e cuja posição econômica se tem mantido, desde há muito, em grande parte, estacionária (...). Ao mesmo tempo, o crescente anonimato imposto pelas grandes cidades em desenvolvimento vem tornando as relações humanas mais impessoais (...) o que facilitou a fuga dos indivíduos de cor aos controles das antigas relações de chefia e subordinação (...)"*

A permanência de Pierson por quase três décadas no Brasil permitiu acompanhar as mudanças operadas a partir de 1950 com a Petrobrás, o Centro Industrial de Aratu e a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, que ampliou as ofertas de emprego e permitiu o surgimento e consolidação de uma classe média negro-mestiça em Salvador.

Antes que esse processo de industrialização se operasse, a sociedade soteropolitana era marcada pela manutenção de hierarquias sociais que reafirmavam a superioridade de brancos em relação aos não-brancos e gerou um sistema de desigualdades sociais, ficando eles, em sua maioria, relegados ao exercício de atividades manuais de caráter subalternos a que já se dedicavam no período da escravidão[244]. O

[244] Como demonstrou Fraga filho em seu trabalho, nos anos posteriores a Abolição grande parte dos ex-escravos permaneceram em nas antigas fazendas do Recôncavo, trabalhando em parcerias nas antigas roças em que viviam no tempo da escravidão. As novas relações que iam sendo constituídas não foram destituídas de conflitos, mas os ex-escravos lutaram para garantir antigas concessões não só de uso como liberdade para comercializar o produto de seu

processo de organização e hierarquização da sociedade baiana buscava criar mecanismos que lhe possibilitasse conviver com a mudança causada pelo fim da escravidão, sem transformar seu secular sistema de valores e práticas. Uma sociedade assim demarcada criaria grandes obstáculos aos processos de ascensão de negros e mestiços, sendo esta mais facilmente realizada pelos mestiços quanto mais clara fosse a tonalidade de sua pele. A cor foi um importante demarcador social para a Bahia que, para além de brancos e pretos, a miscigenação da população baiana construiu um leque de gradações cromáticas que determinavam a aproximação ou a distância desses dois níveis cromáticos básicos, quanto mais próximo do fenótipo branco, maiores eram as chances ascensionais para os indivíduos.

Mesmo o item cor sendo fundamental para precisar o grau de participação e inserção da população negro-mestiça na sociedade como um todo, uma vez que "*é na complexa inter-relação família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar que as pessoas irão ocupar na hierarquia socia*l" [245], na política dos primeiros recenseamentos do século XX, para os anos de 1900 e de 1920, o quesito cor foi subtraído da ficha de inquérito que seria aplicada à população do Brasil. No volume introdutório do Recenseamento de 1920, a justificativa para tal supressão dizia respeito ao "*fato das respostas occultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muitos numerosos em quase todos os Estados e, de ordinário, os mais refratários às declarações inherentes à cor originaria da raça a que pertencem*"[246].

Mesmo que a justificativa fosse pragmática, se pensarmos o contexto em que está inserida, tal justificativa era marcada por um forte discurso com base no racismo

trabalho nas feiras locais. FRAGA Filho, Walter, Encruzilhada da Liberdade: Histórias e trajetórias de Escravos e Libertos na Bahia, 1870-1910. Tese de Doutoramento, São Paulo: UNICAMP, 2004.

[245] HASENBALG, Carlos, "Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil", In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.), **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB,1996, p. 242.

[246] IBGE, Censo Demográfico do Brasil 1920, pp. 488/489.

científico, tal supressão diz respeito mais ao projeto de construção de uma imagem da Nação Brasileira como branca do que à possibilidade de omissão da "verdade" por parte dos entrevistados negro-mestiços. Os primeiros anos da República foram marcados por um discurso político e científico que se pautou no desejo de branqueamento da população brasileira, colocado como meta. A ausência do quesito cor no recenseamento de 1920 pode ser creditada ao início da guinada nos discursos sobre mestiçagem que, da percepção negativa de finais do século XIX, considerava-a como evidência da falência da nação, substitui o pessimismo anterior por uma imagem positiva da mestiçagem que seria sintetizado de forma cabal na obra de Gilberto Freyre. Segundo Schwarcz "*comparado com o período anterior, quando miscigenação significava no máximo uma aposta no branqueamento*", neste novo contexto, teríamos o início da valorização da mistura, sobretudo no campo da cultura, e a mestiçagem ia sendo transformada em símbolo nacional, gestando-se assim o mito da democracia racial.[247]

A ambiguidade, entretanto, do discurso em torno da cor e da classificação racial fica evidente ao compararmos a justificativa expressa pelos técnicos responsáveis pelo Censo de 1920 com as declarações veiculadas no mesmo ano, pelo Jornal *O Paiz,* quando da visita do Rei e da Rainha da Bélgica ao Brasil, afirmando que os "*mestiços de varias raças*" do Rio de Janeiro com que estes haveriam de encontrar não se envergonhavam "*de o serem, e que não tem mesmo a idéia de que possa haver vergonha*" [248]. Quando era para apresentar ao mundo uma sociedade "harmoniosa e ordeira", a mestiçagem era proclamada como orgulho nacional, quando era para compor uma análise da população e suas hierarquias socioeconômicas, a mestiçagem se tornava um constrangimento a que os mestiços buscavam ocultar.

[247]SCHAWARCS, Lilian Moritz, "Nem preto nem branco, muito pelo contrário:cor e raça na intimidade"In SCHAWARCS, L. M (Org.) **História da Vida Privada**, São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 177/178.
[248] Apude CAULFIELD, Sueann, **Em defesa da Honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**, Campinas: Ed. UNICAMP, 2000, p. 271.

A ausência da cor nos documentos oficiais (censos, processos cíveis e criminais, registros cíveis e paroquiais) não é um advento específico do século XX, sendo uma prática já observada no século XIX. O silêncio da cor foi analisado por Mattos como um fenômeno que se generaliza a partir da segunda metade do século XIX e decorre do crescimento demográfico de negros e mestiços livres, de brancos empobrecidos, assim como da construção dos significados da liberdade engendrados no contexto de resistência à escravidão. Este silêncio não decorreria simplesmente de uma política de branqueamento imposto pelas elites imperiais, mas sim da "*crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos*". Para a autora, a supressão da cor nos documentos oficiais relacionava-se "*a desconstrução social da igualdade conferida pela liberdade, ou seja, a desconstrução social de uma identidade construída com base na cor branca*"[249] . Deixando, portanto, de ser a cor uma marca fundamental sobre a qual se construíam as identidades sociais.

Lima, ao analisar os sentidos da mestiçagem para o mesmo período, mostra como a população não-branca resistiu de todas às formas as tentativa por parte do governo imperial de produzir um inventário da população brasileira que "*temendo impostos, recrutamento, ou às vezes - quem sabe? – a própria classificação*"[250] recusou-se a fornecer as informações. Além disso, os receios de uma possível reescravização, num contexto de aumento da população livre negro-mestiça, teria sido o mote da revolta contra o regulamento do registro civil de nascimento na qual a cor seria um item a ser declarado. Segundo a autora, a indisposição do "*povo mais miúdo*" ao registro indicava uma indisposição à classificação oficial como pretos, pardos ou cabras, e os significados sociais depreciadores, por exemplo, da classificação como "pretos"

[249] MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escrevista**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p 106.
[250] LIMA, Ivana Stolze, **Cores, Marcas e Falas. Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p 91.

associado à condição servil. Haveria por parte dos grupos livres pobres o reconhecimento de que o registro era um "*instrumento de poder que pretendia fixar uma situação, exorcizando quaisquer mobilidades*"[251].

A ausência da cor nos documentos oficiais para a segunda metade do século XIX relacionava-se tanto ao aumento da população livre como às concretas possibilidades ascensionais vivenciadas por negros e mestiços que, mesmo ainda vivendo num contexto fortemente marcado pela presença da escravidão, ainda que em franco processo de desagregação, buscam construir sua identidade de forma não racializada[252]. Como bem ponderou Mattos,

Para a Republica, já no pós-abolição, a ausência da cor estava relacionada ao processo de construção da cidadania republicana e ao projeto de nação que buscava constituir-se como branca, e na contramão dos anseios expressos pelos grupos negro mestiços nos anos finais da monarquia, racializada cada vez mais as hierarquias sociais, associando a cor preta e as gradações mestiças a significados sociais desqualificadores.[253] O pós-abolição seria marcado por um processo premente de racialização das hierarquias sociais baseadas na cor e na oposição entre brancos e pretos, construindo mecanismos discriminatórios em que a cor como distinção fenotípica marcava socialmente aqueles considerados inferiores numa sociedade que a todo tempo buscava constituir-se como branca.[254]

---

[251] Ibem Ibidem, p 108.
[252] Sobre a questão ver MATTOS, Hebe Maria, Op Cit, parte I, capitulo V; CAULFIELD, Sueann, "Raça, sexo e Casamento: crimes sexuais no Rio de Janeiro, 1918-1940", In **Afro-Asia**, no. 18, 1996, p. 136.
[253] MATTOS, Hebe Maria, Op Cit, pp 361/362.
[254] Sobre a questão ver: MAGGIE, Yvonne, "'Aqueles a quem foi Negada a cor do Dia': As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira", In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.), **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996; SANSONE, Livio, **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção Cultural negra do Brasil**, Salvador: Edufba;PALLAS; HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle, **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**, Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, IUPERJ, 1992; HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, São Paulo: Vertice, IUPERJ, 1988.

A cor preta e a desqualificação social são comumente associadas nos jornais baianos do período estudado, em que as relações familiares, amorosas e conflitos das mais diversas ordens estampavam notícias nas quais a cor e o desregramento moral associavam-se, generalizando comportamentos e condutas individuais como inerentes a todo um segmento social. A notícia veiculada pelo jornal A Tarde é elucidativa desse comportamento. Com a chamada *Arrulhava na praia do Rio Vermelho – Veio um saldado e metteulhes o facão*, em 1925 assim o jornal relatava a agressão sofrida por Maria de Jesus e Dyonisio Theodoro Fernandes. Ela descrita como "*uma crioula de cor negra retinta, farta plástica de cosinheira e 35 anos nos costados. É cellibataria sem ser, contudo, uma vestal no sentido estricto da pureza*", ele como "*também de pele escura, com os mesmos 35 anos igualmente celibatários o pescador, tal qual sua amante*". A zombaria continuaria ao descrever a cena amorosa, "(...) *as 23hs, passeavam elles na praia do Rio Vermelho trocando clássicas juras morosas sonhando venturas e contemplando as ondas (...) O cenário inspirava e de fato Dyonisio inspirou-se furtando um beijo dos lábios de Maria que languida deixou pender a cabeça no ombro do sedutor negroide*".[255] A conclusão da notícia narra a agressão, sem explicação, que ambos sofrem desferida a facão, por um policial.

A associação que o jornal faz entre a cor e as características físicas e morais de Maria e Dyonisio buscava, a todo momento, designar o lugar social a que ambos pertenciam, ou seja, eram pobres. O uso do termo "*Negro*", "*Crioula*" remontava à origem, à condição de ex-escravos A reportagem, em tom de zombaria e forte ridiculização, reforçava ainda mais os significados desqualificadores que eram impingidos não somente a Maria e Dyonisio, mas a todos os não-brancos pobres de Salvador. Em nenhum momento a agressão ou o direito que ambos tinham de estar ali

[255] IHGHB, A Tarde 14/10/1925 p 2.

namorando é levado em conta. As razões da agressão são creditadas à má sorte de terem sido vistos pelo soldado de polícia que, como representante do Estado, em vez de dar segurança, converte-se no agente da agressão. Sohiet, em artigo instigador, demonstrou como a zombaria se constitui em "*arma ideológica e de caráter moralizante e hierarquizante*", quando empregada sistematicamente sobre um grupo social desmoraliza e, ao mesmo tempo, tenta desacreditar socialmente as demandas políticas do grupo ridicularizado,[256] Assim, o constrangimento agia como forma de coibir comportamentos e, ao mesmo tempo, impor um lugar social subordinado, expressando desprezo por aqueles que são alvos do ridículo como exposto na charge abaixo. A mulher negra é retratada como disforme, em um vestido que não lhe cai bem, num sapato que parece desconfortável, em uma arrumação caricata da mulher branca. Sua fala é vulgar e denota sua ignorância nos erros de gramática.

[256] SOIHET, Rachel, "Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservados entre libertários" In **Estudos Feministas**, Florianopolis: UFSC, 1999, pp. 592/593.

Figura 7

Fonte: Almanaque do Sacy 1927 – BPEB/Setor de Periódicos Raros

Se por um lado a ausência do quesito cor, em 1920, é justificada pela Directoria Geral de Estatística por ser "*a democracia recém-criada no Brasil (...) incompatível com a classificação racial*" [257], a perspectiva do branqueamento ainda é explicitada em documento oficial com ênfase nas diferenças biológicas e em um texto marcadamente racializado da introdução do Censo, escrito por Oliveira Viana, o que reforçava as ambiguidades desse momento em torno da construção do discurso da democracia social. Neste texto, *Povo Brazileiro e sua Evolução da Raça*, o proeminente intelectual afirmava que

[257] Apude HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle, **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo...** p. 102

> "*os elementos inferiores que formam o nosso povo, estão sendo rapidamente reduzidos (...) Esse movimento de aryanização, porém, não se limita apenas ao augmento do volume numérico da população branca pura; também as seleções étnicas estão operando, no coefiçiente dos sangues inferiores. (...) nossos grupos mestiços o quantum de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurada da raça*" [258].

É interessante perceber como esta cresça no branqueamento, que impregna o debate intelectual, é tão tenaz a ponto de, mesmo em face de um expressivo contingente negro e mestiço que compunha a população soteropolitana na década de 30 e de uma perspectiva teórica oposta ao evolucionismo biológico de Vianna, Pierson a perceber como "*adquirindo uma aparência mais européia e menos negróide*" com os mestiços sendo "absorvidos" pelos brancos e os pretos pelos mestiços.[259]

A cor voltaria a aparecer nos censos de 40 e 50, o seu retorno está associado tanto à superação definitiva da visão pessimista sobre a miscigenação como à consolidação do discurso da democracia racial, e como, sobretudo, à necessidade de controle das massas urbanas que, com o intenso processo de urbanização e de industrialização ao longo da república nas capitais brasileiras geravam demandas as quais o Estado Varguista buscava compreender, gerenciar e reprimir. A ascensão de Vargas ao poder resultou do desgaste dos acordos políticos dos governadores com as demandas sociais que, ao longo da república velha, redundaram na mobilização dos trabalhadores em organizações sindicais e movimentos grevistas, e no descontentamento dos setores médios urbanos e os anseios reformistas encampados pelo tenentismo.[260]

---

[258] IBGE, Recenseamento Geral do Brasil 1920, Introdução pp.340/341. Grifo nosso.
[259] PIERSON, Donald, **Brancos e Pretos na Bahia**... p.184.
[260] Sobre a questão ver FAUSTO, Boris, **A Revolução de 1930. História e Historiografia**, São Paulo: Brasiliense, 1983; CHALHOUB, Sidney, **Trabalho Lar e Botequim, O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Ed UNICAMP, 2001; RAGO, Margareth, **Do Cabaré ao Lar. Utopia da Cidade Disciplinada. Brasil 1890-1930**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1895.

A construção da moderna nação brasileira não poderia ser realizada sem a inclusão da população negro-mestiça, ao mesmo tempo em que estabelecer um controle eficiente do espaço urbano e das camadas populares era colocado como fundamental, pois essa era a própria medida de sua inclusão.[261] O moderno discurso sobre a construção da Nação, como demonstrou Cunha, dava-se pela visão "*de que negros e mulatos eram parte da Raça Brasileira* [mas] *caberia ao Estado dignificar sua presença*" combatendo o alcoolismo, a prostituição, o analfabetismo, a vadiagem[262]. Não foi mera coincidência que o silêncio da cor nos documentos oficiais, analisados por Mattos nos últimos anos do século XIX, ressurgisse, sistematicamente, nos relatórios e estatísticas policiais e assumisse grande importância na política de 1920 a 1940. O número de habitantes de Salvador praticamente dobra num período de 10 anos, de 290.443 habitantes a população de Salvador salta para 417. 235.[263] Esse aumento corresponderia tanto ao crescimento vegetativo, que se mantém ao longo das décadas, como à identificação criminal colocada em prática pelo governo Vargas com a reforma do Gabinete de Identificação, implantado na Capital da República, e que deveria servir de modelo para as demais capitais da federação. [264]

É revelador que entre os dados computados em 1940 na subdivisão designada por *Censo Social,* encontremos entre os itens que dele fazem parte a análise sobre *Organização Urbana* da qual fazem parte os dados sobre *Higiene e Conforto; Segurança; Defesa médico-sanitária; Repressão ou Regeneração; Objetivos funerários.*[265] Assim como nas estatísticas criminais que passam a ser produzidas com o rigor da ciência antropológica da época, a inclusão do quesito cor, assim como de

[261] SUEANN, "Raça, sexo e Casamento: crimes sexuais no Rio de Janeiro, 1918-1940"... p. 126.
[262] CUNHA, Olivia Maria Gomes da, "1933: Um ano em que fizemos contato" In **Revista USP**. Dossiê Povo Negro – 300 Anos, v. 28(dez/fev), 1996, p.145.
[263] IBGE, Recenseamento Geral do Brasil. Volume IV (1ª parte), 1920; Série Regional Parte XII – Bahia, 1940.
[264] Idem Ibidem, p.148.
[265] IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional Parte XII – Bahia, 1940.

segurança e repressão, relaciona-se à necessidade de classificar, controlar e de instituir uma melhor ordenação das cidades e das massas indistintas que dela faziam parte.

Os dados censitários sobre Salvador indicam que entre as décadas de 40 e 50 inverte-se a tendência de um lento crescimento demográfico, verificado entre os anos de 1920 a 1940. O processo de estagnação da região cacaueira, que deixa de competir com Salvador como polo atrativo para grupos migrantes, contribui para esse aumento populacional da Capital. [266] De 1940 a 1950 a população da cidade cresceria na ordem de 44% contra 2% no período anterior, de 1920 a 1940.[267]

Tabela 5: Homens e mulheres segundo a cor

	1940				1950			
Cor	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	No	%	No	%	No	%	No	%
Brancos	47.148	35,64	54.744	34,62	64.584	33,67	75.139	33,52
Pretos	34.185	25,83	42.287	26,74	46.783	24,39	56.399	25,16
Pardos	50.819	38,41	60.855	38,48	80.404	41,92	92.586	41,31
Amarelos	54	0,04	94	0,06	31	0,02	05	0,00
N.D.	99	0,07	160	0,10	-	-	-	-
Totais	132.305		158.140		191.802		224.129	

Fonte: IBGE - Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Bahia, Parte XII, 1940 e Volume XX, Tomo I, 1950

A relação entre o número de mulheres e homens já apresenta certo desequilíbrio que só viria a aumentar nas décadas posteriores. Em relação aos grupos de cor, vemos um decréscimo no número de pretos e brancos em relação ao número de pardos. A porcentagem de homens pretos mantém-se inalterada para as duas décadas com uma ligeira queda do número de mulheres. Essa mesma tendência se verifica entre a população branca, invertendo-se apenas quanto ao sexo, ou seja, mantendo-se o percentual de mulheres com um leve decréscimo no número dos homens. O crescimento tanto para o número de mulheres quanto para o de homens se verifica entre os pardos.

[266] BACELAR, Jeferson, Etnicidade. **Ser Negro em Salvador**, Salvador : PENBA, IANAMÁ, 1989, p. 73/74;
[267] SANTOS, Mario Augusto da Silva, "Crescimento Urbano em Salvador (1890-1940) "In **Ruas**, Salvador: UFBA, p. 21.

Tal crescimento indicaria um aumento da mestiçagem? Os pretos estariam sendo absorvidos pelos pardos, como indicara Pierson na década de 30? Isto refletiria uma estratégia de casamentos, como apontara Azevedo, em que os pretos tenderiam a casar com mulheres mais claras que eles, gerando um progressivo clareamento da população? Por ora ainda não será possível responder a todas essas questões, mas entender o real significado do quesito cor no inquérito censitário constitui um primeiro caminho para chegar a essas respostas.

A designação sob a qual se reuniu os grupos segundo a cor foi Brancos, Pretos, Pardos e Amarelos. Na introdução, ao explicar como foi procedido ao inquérito cor, vemos que a metodologia usada foi, "*Responda-se 'preta', 'branca', 'amarela', sempre que for possível qualificar o recenseado segundo, o previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta (...*) *Daí resultou a classificação da população em três grandes grupos étnicos*"[268] Uma das primeiras indicações que depreendemos é que, tentando fugir da classificação em termos raciais, como havia sido aludido em 1920 com a afirmação de que o classificação racial era incompatível como nossa democracia, buscou-se, em 40 e repetindo em 50, estabelecer designações de cor que assumissem uma condição meramente descritiva, mas a associação que é feita ao remeterem aos grupos formadores da nação, ou seja, preta/africano, branca/portuguesa/europeia, amarelo/indígena, acabava por afirmar justamente o contrário, atestando como a cor estava carregada de conotações de ordem racial, além do grau de subjetividade que tal designação assumia na inclusão do termo pardo:

[268] IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional Parte XII – Bahia, 1940, p. XIV.

> *"a constituição de um grupo genérico, sob a designação de pardos, para que registraram declarações outras como 'caboclo', 'mulato', 'moreno', etc., ou se limitaram ao lançamento do traço. Sómente nos casos de completa omissão de resposta foi atribuída a designação 'côr não declarada'. Apenas nos quadros 4 e 62 figuram separadamente os grupos 'pardos' e pessoas de 'côr não declarada'; em todos os demais foram os dois englobados, atendendo ao pequeno número dos que constituíam o segundo grupo e ainda a que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração da mestiçagem*"[269]

À designação de pardo eram incluídos todos os demais matizes de cor declarado pela população. Qualificada como "*genérica*", a designação de pardo assumia um significado curinga capaz de conter as várias nuances pigmentares dos variados tipos de miscigenação, até a que era silenciada pelos recenseados e mantida, em grande medida, o seu significado historicamente associado à mestiçagem e à denominação geral dos não-brancos[270]. A classificação por cor, se a um tempo assumia um caráter de oposição pigmentária preto e branco, remontando às origens raciais, por outro abria a possibilidade de uma classificação mais pelo lugar social que a ambiguidade do termo pardo poderia comportar, caboclos, mulatos, morenos. Em suas análises sobre relações raciais em São Paulo, Nogueira relata um episódio revelador da intricada associação entre cor e lugar social. Uma recenseadora, ao entrevistar um médico negro de muito prestigio na cidade de Cunha, interior do estado, ao fim das perguntas inquiriu ao médico, "- *Que cor ponho, Doutor?"* Ao que este respondeu, " - *Ponha azul*! ".[271]

Fica patente que para um médico famoso e respeitado ser chamado de preto, parecia aos olhos de quem recenseava uma possibilidade de ofensa, a pergunta feita pelo recenseador abre ao médico a possibilidade de ser classificado não unicamente pela sua

[269] IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional Parte XII – Bahia, 1940, p. XV.
[270] Sebre a questão ver MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio**... cap. 5.
[271] Apude NOGEIRA, Oracy, **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**, São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, p.51.

cor, mas também pela sua condição social de médico. Há, portanto, uma lógica não declarada no processo de classificação que levaria em conta não somente os atributos físicos, mas também sociais como relações parentais, escolaridade, profissão, ou seja, o grau de inserção nos segmentos sociais considerados como dos brancos. Poderia ser então nosso médico negro classificado como pardo?

A literatura antropológica e sociológica que tem se debruçado sobre o estudo da cor demonstraram que a classificação por cor, que na sua multipolaridade remonta ao período colonial[272], seria afetada pelas circunstâncias e mudar de acordo com o observador tanto externo, que classifica alguém, como na autoclassificação. E nesse processo outras características, além da cor da pele propriamente dita, são considerados outros atributos físicos como textura do cabelo, a grossura do nariz e dos lábios.[273] Ao estudar duas localidades da Bahia, Sansoni demonstrou que em face da possibilidade de discriminação, os grupos negros e mestiços que dela fazem parte tendiam a designar sua cor como mais clara, expressa muitas vezes com o uso de diminutivos ou como os termos negociáveis como pardos e morenos[274]. A rigor, o termo moreno, assim como o pardo, indica sutilmente a cor, uma vez que moreno pode referir-se à tonalidade da pele de um preto ou, simplesmente, a cor do cabelo de um branco, ou os variados matizes de cor das gradações mestiças. Como afirmou Maggie, o moreno "*é a metonímia por excelência*" [275], do processo de classificação e, assim como pardo, constitui o vocábulo da negociação[276], uma vez que permite embranquecer ou enegrecer, de acordo aos atributos sociais que permeia a negociação.

---

[272] SANTOS, Jocélio Teles, "De pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros: Classificações Raciais no Brasil dos século XVIII-XIX", In **Afro-Ásia**, v. 32, 2005, pp115-137.
[273] Segundo Pierson observou para a década de 30 a textura do cabelo parece ganhar maior importância que a pigmentação da pelo na hora de classificar um indivíduo. A expressão ' Êle é um escuro, mas o cabelo é bom" indicaria a importância da textura do cabelo nos processos de classificação. Pierson, Op Cit p. 197.
[274] SANSONE, Livio, **Negritude sem etnicidade ...** p
[275] MAGGIE, Yvonne, " 'Aqueles a quem foi Negada a cor do Dia'" ... p.233.
[276] SANTOS, Jocélio Teles, "De pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros"... p.127

Em 1936, durante suas pesquisas, Pierson relatou como os baianos, a miúdo, usavam o termo moreno para referirem-se a pessoas de cor, mulatos em todos os exemplos citados. Segundo este, a "*expressão moreno é um termo mais elegante*" numa sociedade em que a etiqueta social considerava atitude deselegante chamar uma pessoa de "negro" ou "mulato" no trato social. [277] Os argumentos e situações descritos por Pierson nos levam a concluir que a posição social e o prestígio desses indivíduos não "apagavam" a origem racial desses homens como supôs o autor, o uso da cor como referência à raça era sempre expressa no insulto, com objetivo de "*injuriar*" e retirar o status daquele a que se pretendia ofender. Os mestiços que conseguiam formar-se em médicos, advogados, engenheiros ou professores (profissões valorizadas socialmente) tinham que estar constantemente reiterando competências, demonstrando capacidades sem a qual corriam sempre o risco de serem julgados segundo padrões desvalorizados socialmente. A mudança de "pertencimento" tinha que ser continuamente exercitada, afirmada e demonstrada para que ela pudesse ser reconhecida e os indivíduos que haviam ascendido poderem usufruir e apropriar-se das vantagens sociais que esta conferia: poder, prestígio, e conservarem o *status*.

A lógica de classificação por cor utilizada pelo censo reaparece nos processos por mim estudados, quer para os de defloramento quer para os de Homicídio, Tentativa de Homicídio e Lesões Corporais, demonstrando haver um consenso na classificação empregada pelos órgãos oficiais e uma lógica de classificação igualmente ambígua. Nos processos, as cores com que as vítimas e réus foram classificados de forma recorrente foram branca, preta, parda e mestiça, mas a estes termos básicos, iam sendo introduzidos adendos como claro, escuro, mediana ou mudava-se a terminologia de acordo com o andamento do processo e aos documentos a que iam sendo incorporados.

[277] PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. ..** pp.260/261.

Em 1933, Corina de Santa'Ana Maia[278] , 12 anos, no inquérito aberto para apurar seu defloramento foi designada como morena, mas foi classificada como parda no seu exame de defloramento. Já Lindaura Jacob Santhiago,[279] com 18 anos aparece como mestiça no inquérito, parda no exame de defloramento e preta na certidão de nascimento, e Alzira de Araújo Portella[280], 19 anos, sabendo ler e escrever, foi descrita como parda no exame e como branca na certidão de nascimento.

Expressões como melanoderma, faioderma e leucoderma também aparecem nos processos, mas como expressões usadas pelos médicos legistas nos exames de defloramento, indicando a busca de uma objetividade descritiva. A variedade, porém, de termos usados na classificação, inclusive pelos próprios médicos nos exames, demonstra o grau de subjetividade que permeava o processo de classificação. No processo de Maria José de Araujo[281], essa subjetividade é ressaltada pelo advogado de defesa de Hugo Ourico, ex-namorado da Maria José, ao declarar que no exame não existe nenhuma prova "*fidedigna*" apresentando como equivocada a descrição da cor "*causa de mui mais simples reconhecimento, dizendo que a examinada é BRANCA, quando toda gente sabe que é mulata. (...) Ainda, porém que se queria assentado que, na Bahia, quem não é preto é branco, e se queira haver por muito valido aquelle exame*"[282]

A suspeita de um exame mal feito, como argumenta o advogado Ubaldino Gonzaga, tem por base justamente a cor, que para este seria mais facilmente detectável que o tempo de ruptura do hímen e se o médico responsável não fosse capaz de classificar corretamente Maria José quanto à sua cor, saberia fazê-lo sobre uma prova de

[278] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa 25, Estante 198, Ano 1933.
[279] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 06, Caixa 26, Estante 198, Ano 1932.
[280] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 07, Estante 198, Ano 1927.
[281] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 20, Estante 198, Ano 1931
[282] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 20, Caixa 20, Estante 198, Ano 1931

muito mais difícil determinação? Não há no exame maiores dados físicos para sabermos o que levou ao médico perito a classificá-la como branca, a textura do cabelo? Uma tez de pele clara? A contestação do advogado, entretanto, teve por base a cor da mãe de Maria José, Alice Araujo, descrita pelo mesmo como mulata escura em uma solicitação feita à subdelegacia do distrito em que ambas moravam. Para ele, Maria José era mulata porque sua mãe o era, operando com uma lógica de raciocínio que lhe atribuía sua cor pela descendência materna. E dizê-la mulata, negando a validade do dado pericial, com certeza ajudaria o advogado a provar a tese, em que baseou sua defesa, de depoimentos falsos e provas circunstanciais da acusação, com o único objetivo de forçar o réu ao casamento.

Na tabela 4 podemos verificar o gradiente de denominações de cor que foi usado para designar as defloradas e se compararmos os resultados obtidos, teremos, assim como para o censo de 40 e 50, praticamente a mesma percentagem de brancas e pretas, em torno de 16,0%, e um número efetivamente alto de pardas, 30,0%.

Tabela 6: Vitimas Segundo a Cor

	Variação	
Cor	No	%
Branca	**63**	**16,94**
Branca/Mestiça	2	0,54
Branca/Morena	2	0,54
Branca/Parda	5	1,34
Faioderma	13	3,49
Leucoderma	4	1,08
Melanoderma	6	1,61
Mestiça	51	13,71
Mestiça-clara	2	0,54
Morena	4	1,08
Parda	**114**	**30,65**
Parda/Faioderma	2	0,54
Parda/Mestiça	14	3,76
Parda/Morena	3	0,81
Preta	**60**	**16,13**
Preta/Mestiça	6	1,61
Preta/Parda	2	0,54
NC*	19	5,11
Totais	372	100,00

Fonte: APEB, Serie Defloramento[283]
NC* – Não Consta

A cor dos réus foi muito menos recorrente do que a das vítimas. Do total de processos pesquisados, apenas 5,0% não tiveram sua cor descrita. Já para os homens, esse número foi considerável, ou seja, 82,2% réus no processo não tiveram sua cor designada.

[283] Na Tabele foram selecionados apenas as denominações de cores que foram usadas mais de uma vez para descrever as defloradas.

Tabela 7: Réus segundo a cor

	Recorrência	
Cor	No	%
Branca	25	6,5
Escuro	1	0,3
Melanoderma	1	0,3
Mestiça	3	0,8
Morena	1	0,3
Mulato-claro	1	0,3
Negra	1	0,3
Parda	15	3,9
Parda/morena	1	0,3
Parda-escura	1	0,3
Preta	18	4,7
NC*	315	82,2
Totais	383	100

Fonte: APEBA – Série Defloramento
NC* - Não Consta

Nos processos de Homicídio, Tentativa de Homicídio e Lesões Corporais[284], teremos uma maior designação de cor para os réus, mas, ainda assim, estas serão muito menos apontadas. Ao que tudo indica, para efeito do processo, a designação da cor parece ganhar maior relevância para a vítima que para o réu, uma vez que é sobre esta que incidiam os laudos dos exames periciais na busca da melhor caracterização do crime e, consequentemente, melhores possibilidades de punição dos acusados.

Para os réus, mais particularmente nos processos de defloramento, a relevância incide na referência à profissão e ao grau de instrução. Na caracterização dos indivíduos que quebraram as normas dos preceitos penais no mundo do trabalho livre e da repressão ao crime de vadiagem, ser um homem honrado significava ser um trabalhador. Nos jornais como também nos processos, a vadiagem, ainda mesmo que de forma não explicita, estava associada à origem dos crimes que impedia o pleno desenvolvimento da sociedade e da civilização dos costumes que se buscava impingir à nova ordem

[284] Ver em anexo Tabela 7 - Vitimas e Réus Segundo a Recorrência da Cor.

urbana[285]. Vale relembrar a associação que o Jornal *A Cidade* fez entre remodelação urbana, civilização dos costumes e a presença de trabalhadores autônomos, que viviam ao ganho nos quiosques:

> *E escaparam por infelicidade nossa. Porque nada mais concorre para afeiar a nossa provinciana city do que esses palanques ao ar livre junto aos quaes se acotovella uma verdadeira multidão de mendingos dessocupados.* [286]

A associação entre ser honesto e possuir uma atividade de trabalho regular aparece no processo movido por Leocádia Maria de Jesus contra Januário Acácio da Silva, 25 anos, roceiro, sabendo ler e escrever, acusado de deflorar Martinha Maria de Jesus, preta, 17 anos, analfabeta. O advogado de Januário o descreve como: "*um pobre trabalhador, humilde, vivendo de sua roça*" [287]. José Barbosa dos Santos, mecânico, 18 anos, sabendo ler e escrever, é descrito por Izidoro Martins Leite, testemunha de acusação no processo de defloramento movido por Maria Luiza da Conceição, 16 anos, parda, analfabeta, como "*um rapaz trabalhador e bem procedido*", e seu advogado descreve-o como "*rapaz trabalhador e honrado*" [288]. A honestidade e a honra masculina advinham do caráter de trabalhador. O trabalhador por excelência era considerado o respeitador da lei, como analisou Esteves, e na sociedade burguesa em formação, o atributo de trabalhador tornava-se um qualificativo positivo fundamental para um acusado num processo de defloramento[289]. A ideia que se buscava passar é que um trabalhador ordeiro e honesto não se comprometeria com uma promessa de casamento

[285] Sobre o tema ver Assis, Nancy Rita Sento Sé de Assis, Questões de vida ou de morte na Bahia Republicana...; FAUSTO, Boris, **Crime e Cotidiano: Criminalidade em São Paulo 1880-1924**, São Paulo: Brasiliense, 1986; Dias, Adriana Albert, A Malandragem da Mandinga: o cotidiano dos capoeira em Salvador na Republica Velha(1910-1925), Dissertação de Mestrado, salvador:UFBA, 2004.
[286]BPEB, Setor de Periódicos Raros Jornal - A Cidade, 10 de Maio de 1917, p.01. Grifo nosso
[287] APEB, Série Defloramento, Caixa 6, Documento 3, Ano 1929.
[288] APEB, Série Defloramento, Caixa 6, Documento 3, Ano 1926
[289] ESTEVES. Marta Abreu, **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp.78/79

nem desonraria uma moça honesta, ganhando assim maior relevo que a qualificação por cor.

A referência à cor dos acusados aparecia, ocasionalmente, na fala de algumas testemunhas ao narraram conflitos entre os familiares das defloradas e seus namorados, como ocorreu em 1929, no caso do defloramento de Domiciana Marinho dos Santos[290], 14 anos, parda, sabendo ler e escrever, em que Caetano Bispo da Silva é acusado. Segundo Antonio Cyriaco Ramos, testemunha de acusação e vizinho da família da vítima e do acusado, Caetano havia sido "*descomposto*" pelo pai de Dazinha, como era conhecida na rua, sendo chamado de "*negro miserável*" em uma briga travada entre Amâncio Bispo da Silva, pai de Dazinha e Caetano. Como ressaltou Pierson[291], a expressão "negro" constituía uma grave ofensa pelas associações com o passado escravista e somente usada para desqualificar desafetos e contendores, como no caso de Amâncio e Caetano.

Como discutimos anteriormente, as relações sociais em Salvador foram marcadas por hierarquias na qual superioridade e inferioridade se constituíam a partir de signos que associavam riqueza, prestígio, cor e raça, gênero, educação e família. O acesso à educação formal foi para os segmentos médios e baixos, em grande medida, a única forma de almejar um processo ascensional pela competição de melhores postos de trabalho. Entretanto, a ausência do dinamismo econômico e a permanência de uma estrutura social pautada na simbiose de cor e hierarquização social criariam muitos obstáculos aos não brancos na competição pelos melhores postos de trabalho e lhes limitava as possibilidades ascensionais. Entender o significado das atividades profissionais, não só como base de melhoria econômica mas também lócus de prestígio

[290] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa14, Estante 198 , Ano 1929.
[291] PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. ..** pp.196 e 260.

social, nos permitirá entender os caminhos da ascensão na Bahia. O que veremos a seguir.

Capítulo 5

Onde trabalham e como vivem

Quanta história então
De sangue e paixão
Sobre o chão de Salvador...

Como vimos nas reflexões anteriores, a economia baiana no alvorecer da República caracterizava-se por manter muitos atributos ditos tradicionais em decorrência do seu caráter eminentemente agroexportador. Essa natureza mercantil manter-se-ia inalterada até a década de 40, quando a Bahia, sob o impulso da implantação da Petrobrás, com a descoberta de petróleo em 1939, na localidade de Lobato, veria sua economia modificar-se substancialmente. O impacto econômico que a Bahia sofreria promoveria modificações no traçado urbano da cidade, assim como na sua densidade demográfica, dinamizaria a construção civil, elevando o valor dos salários pagos e tornando-se sinônimo de mudança e enriquecimento. [292]

Mas até que essas modificações ocorressem, o mercado de trabalho soteropolitano se manteria, para o final do XIX e as primeiras décadas do XX, pouco alterado, sendo o comércio, grossista e varejista, um dos principais pólos de geração de empregos em cujas atividades vamos encontrar representantes de todas as categorias sociais e raciais da cidade. Segundo as estimativas de Santos, em torno de 10.000 a 12.000 indivíduos viviam de seus empregos no setor comercial no ano de 1920 [293], mas havia uma variedade de atividades que envolviam o comércio cujos significados em termos de sobrevivência e prestigio em muito divergiam. Na atividade comercial, trabalhavam

[292] Sobre as transformações sofridas em Salvador e no Recôncavo ver RISÉRIO, Antônio, **Uma História da Cidade da Bahia**, Rio de Janeiro: Versal, 2004, p. 524-530.
[293] SANTOS, Mario Augusto da Silva, **A República do Povo**... p.26.

desde os funcionários qualificados, na sua maioria brancos, com boa escolarização, dedicados aos negócios de exportação e importação, até funcionários menos qualificadas[294] que exerciam atividade de vendedores de balcão, caixeiros, ajudantes, faxineiros, guarda-livros, a exemplo do estudante Corinto Gouveia, branco, 23 anos, empregado no comércio, o português Antonio Gomes de Freitas, branco, 24 anos, sabendo ler e escrever, caixeiro[295] e Pedro Lopes de Moura, 35 anos, analfabeto, empregado de Farmácia[296].

O pequeno comércio ambulante, que carecia de parcos recursos e pouca ou nenhuma escolarização, constituía-se em uma atividade mais "democrática", absorvendo um grande número de homens e mulheres, quase todos não brancos que viviam de vender miúdos de boi, carne fresca, peixes, frutas e verduras, temperos, leite, comida, queimados, bombom e toda sorte de miudezas. [297] Em 1917 *A Cidade*, sob o título de "*As vendedeiras* de *cocada no Cabeça*", relatou a vendagem dessa iguaria baiana numa rua do centro da cidade, a do Cabeça, ao 2 de Julho. Segundo o articulista:

> "*As vendagens de cocada nesta capital, têm fascinado muitas das nossas mulheres do povo. Nem todas resistem à laboriosa mania de vender cocadas. Pelas ruas, avenidas e nos mais longínquos pontos urbanos, ellas ahi estão, com os seus turbantes exóticos, amarfanhados na cabeça, a bandeja exposta na calçada, abarrotadas de 'bonbons" feitos de rapadura e côco. No Cabeça, então, é que as 'yayás' organizaram a sua feira de guloseimas, a maior feira de cocadas que temos visto na Bahia. Disse-nos uma sorrindo, quando por nós interpellada, sobre a venda dos seus produtos 'mélificos': - Ah! Yoyô, eu não gosto de gente branca porque é má e só quer acabar com nosso 'negociação'... Veja que isto constitue o nosso meio de vida. O que nós dá alguns vinténs. Vendemos muito, yoyô. E começou*

[294] AZEVEDO, Thales, **As Elites de Cor Numa Cidade Brasileira**, pp.81-82; SANTOS, Mario Augusto da Silva, Op Cit, p.26.
[295] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 3, Caixa 9, Estante 198, Ano 1922.
[296] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 14, Caixa 37,Estante 198, Ano 1924.
[297] Ver BACELAR, Jeferson, **A Hierarquia das Raças**... p. 67, Santos, Mario Augusto Silva, **A República do Povo** ... p. 27, Ferreira Filho, Alberto Heraclito, **Quem Pariu e Bateu, que Balance!** ..., pp 40-48; AZEVEDO, Thales, **As Elites de Cor** .... pp. 85/86,

> *a contarolar uma trova de 'samba', que nos trazia à evocação o anoitecer ardente das terras africanas* "[298]

Com foto sugestiva, o jornal nos apresenta o conjunto dessas mulheres negras, sentadas à beirada da calçada, com seus tabuleiros ao lado à espera de freguês. Pela cena veem-se homens e mulheres negros, reunidos nesse mesmo espaço, alguns sentados outros de pé. Na imagem de cima, vemos um close de um mascate de pé, junto às vendedoras. Companheiros de trabalho, amásios? Infelizmente nosso articulista não fornece maiores detalhes sobre a relação dos participantes da cena.

Figura 8

Fonte BPEB, Jornal A Cidade 1917
Vendedoras de Cocadas e Mascate

[298] BPEB, Setor Periódicos Raros, A Cidade, dezembro 1917.

Ainda como trabalhadores do comércio de rua, teremos a presença do mascate, a quem o articulista chama de '*Ashaverus*', árabes dedicados ao comércio ambulante. Além desses, trabalhando no comércio vamos encontrar Tiburcio Rodrigues de Sousa, pardo, 36 anos, sabendo ler e escrever, vendedor de carne de porcos que ele próprio abatia, [299] e Manoel Eugenio de Azevedo, 36 anos, sabendo ler e escrever, proprietário de um pequeno açougue na rua da Lapa,[300]assim como Bartolomeu dos Prazeres, preto, instrução primária incompleta, comerciante ambulante na feira de Água de Meninos, [301] Terêncio Ribeiro da Silva, preto, 34 anos, analfabeto, vendedor ambulante e Lourdes Ferreira Lima, 22 anos, preta, vendedora de vísceras de boi no Porto da Barra.[302]

A ligação desse pequeno comércio com o passado africano marcava essa atividade com signos de desprestigio social, e aqueles a ele dedicados eram constantemente acusados de enfear a cidade. Sob o titulo de "*Os Aspectos feios da Urbs - Vestigios de Colonia*", o *A Cidade* renovava suas duras críticas à presença desse comércio nas ruas de Salvador:

> *(...)É um dos abusos que devem desaparecer. As Feiras do Largo 2 de Julho, na Ribeira de Itapagipe, na Conceição da Praia, na Baixa dos Sapateiros, na Fonte Nova,etc.*
> *Em certas ruas, como na do Maciel, por exemplo, 'africanas' vendem, em 'gamellas' immundas, immundas 'bugigangas'.*
> *Não há muito, A Cidade estampou o retrato de Henriqueta Maria das Dores, vulgo Quequerê, a preta mais velha da capital. Essa nagô faz ponto na esquina da rua Pedro Jacome com o Largo 2 de Julho(...)"*[303]

Esse comércio nas feiras livres e nas ruas foi descrito por Landes, em 1930, como uma das atividades a que se dedicavam muitas das mães e filhas de Santos dos terreiros de Candomblé em Salvador, a exemplo de Luiza, mãe-pequena do Terreiro do

[299] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 4, Caixa 8, Estante 198, Ano 1921.
[300] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 8, Caixa 1,Estante 198 , Ano 1902.
[301] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, documento 3, Caixa 45, Estante198, Ano1944.
[302] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 5, Caixa140, Estante 198, Ano1946.
[303] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade 1918.

Engenho Velho, que vivia do comércio de carne verde (fresca), mercadejado numa tenda de feira e cuja competência nos negócios lhe possibilitou adquirir, após longos anos de trabalho junto com o amásio, uma venda de artigos religiosos.[304]

Porém, em que pese a importância das mulheres negras no tradicional comércio de alimentos nas ruas da cidade[305], os dados consultados a partir dos processos estudados, vemos um percentual significativamente maior de homens e não de mulheres nas atividades comerciais como um todo[306]. Nos processos de defloramento, apenas 9 vítimas envolvidas declararam trabalharem no comércio, sendo que 5 foram descritas como brancas, 1 como mestiça, 1 como parda e 1 como morena. Já entre os acusados, 90 deles indicaram o comércio como sua atividade de trabalho, sendo 13 descritos como brancos, 4 como pardos e 3 como preto, sendo estes três últimos do comércio ambulante. Entre as testemunhas, novamente vamos encontrar o maior índice de homens, 221 deles trabalhavam no comércio contra 22 mulheres.

Em relação à cor dos empregados do comércio, os dados das tabelas confirmam as análises tanto de Azevedo como de Pierson, ao indicarem uma forte hierarquização por cor nessa atividade, uma vez que dos 25 acusados brancos, 13 deles indicaram o comércio como atividade de trabalho. Nos quadros de distribuição de atividades por cor, apresentados por Pierson à época de sua pesquisa, os brancos corresponderam a 54,8% dos empregados no comércio, enquanto os pretos 1,6% e mulatos 27,4% [307]. No comércio de balcão das lojas do centro, segundo Azevedo, só se empregavam "*brancos ou morenos*", ainda pelos dados apresentados pelo autor das

[304] LANDES, Ruth, **A Cidade Das Mulheres**... p. 85.
[305] Ferreira Filho, **Quem Pariu e Bateu, Que Balance!** ... p46/47; VIANNA, Hildegardes, **A Bahia já Foi Assim**... pp 114-199; VIANNA, Antônio, **Casos e Coisas da Bahia**... pp.113-115.
[306] Ver as tabelas 8, 9, 10,11,12,13 dos Grupos de Profissão segundo a Cor e o Sexo/Gênero em anexo.
[307] PIERSON, Donald, **Brancos e Pretos na Bahia**... p 229

> "*150 médias e pequenas lojas de fazendas, miudezas, artigos femininos, louças e artigos domésticos, eletricidade e ferragens, calçados, em farmácias, armazéns de gênero alimentícios, padarias, duma rua comercial freqüentado pelo operariado e pela população mais pobre, não foi vista nenhuma pessoa preta ou mulata escura nas funções de gerentes, caixas ou vendedo*r" [308]

É interessante perceber que essa seleção racial que vinha sempre codificada na frase "*boa aparência*" acabara investindo o trabalho no comércio de loja de relativo prestigio, principalmente para as jovens, ainda que, segundo Azevedo, a incorporação das moças de cor clara fosse facilitada não somente pela cor mas também por concordarem em trabalhar por salários menores que os que seriam pagos aos rapazes[309]. Um exemplo dessa forma de seleção pode ser apreendido no anúncio publicado pelo jornal *A Tarde,* em 1914, solicitando "*Moças. Brancas ou quase. Trabalhadeiras e de bom comportamento, precisa-se para endereçar envelopes e outros trabalhos leves de propaganda. Rua do Corpo Santo 75 – 2 andar, das 11 às 12*".[310]

A discrepância entre o número de homens e mulheres dedicados ao comércio ambulante nos chamou a atenção uma vez que a literatura tem ressaltado a importância dessa atividade para muitas mulheres não brancas na luta pela sobrevivência e de suas famílias. Ferreira Filho, analisando os documentos de arrecadação municipal, demonstrou que a forma desses dados serem registrados não permite uma avaliação quantitativa da relação entre os sexos, computando dos 604 vendedores ambulantes que pagaram tributos, apenas 35 mulheres, inferida pela sua atividade de fateiras. [311] Se levarmos em conta as consideração de Ferreira Filho, é provável que o baixo número de inscritos fosse resultado das resistências cotidianas ao controle da municipalidade sob as

[308] AZEVEDO, Thales, **As Elites de Cor**... p 85
[309] AZEVEDO, Thales, Op. Cit. p 85; Segundo Santos os parcos rendimentos dos empregados do comércio fazia com que estes só conseguisse sustentar sua família com o concurso do trabalho das esposas e filhas, com bolos, doces, costuras e bordados. SANTOS , Mario Augusto da Silva, **A Republica do Povo**... p 23.
[310] BPEB, Setor de Periódicos, A Tarde, 1914.
[311] FERREIRA FILHO, **Quem Pariu e Bateu, que Balance**! ... p.42.

atividades ao ganho e ao pagamento de impostos, que onerava, e muito, a manutenção desses pequenos negócios.[312] Assim, para capturar esses atores sociais em suas atividades cotidianas nos restaram a utilização das referências dos folcloristas, memorialistas, romancistas e fotógrafos da época.

Uma característica que surge nesses relatos, a exemplo dos memorialistas e romancistas, é a descrição dessas mulheres como maduras, algumas já entrada na idade, gordas, apelidadas por Titias da Costa[313] ou Mamãe-bota[314]. No romance **Suor,** do escritor Jorge Amado, vamos encontrar a *titia*, uma negra que vendia munguzá, mingau e acarajés na porta do P*rédio 68*, uma casa de cômodos no Pelourinho. Amado descreve a vendedora como de "*carapinha branca*", fartos peitos que "*já não seduziam*" [315]. Ao referir-se à "*mulher do mingau*", Vianna as descreve como mulheres que "*sustentavam infalivelmente uma família inteira, filhos, netos e, algumas vezes, um companheiro inútil por invalidez ou falta de caráter*" [316]. Landes, no seu primeiro contato com a população negra de Salvador, descreve as mulheres que trabalhavam numa Feira na Cidade Baixa como

> "*pretas de saias e torsos coloridos e blusas brancas (...). Eram, em geral, mulheres velhas, na aparência robusta, confiantes em si mesmas, profundamente interessadas no trabalho do momento. Geriam açougues, quitandas, balcões de doces e frutas e as barracas onde vendiam especiarias, sabão contas e outras especialidades vindas da costa ocidental da África*". [317]

---

[312] Maria Odila da Silva Leite, em Quotidiano e Poder, descreve essas atividades realizadas nas ruas da São Paulo do século XIX e demonstra as mulheres que viviam ao ganho driblavam as recorrentes tentativas de controle estabelecida pela municipalidade paulista. Ao nosso ver essas resistências vararam o século XX como uma característica intrínseca a essa atividade, tanto para São Paulo, como Salvador. DIAS, Ma. Odila da S., Quotidiano e Poder, em São Paulo no século XIX, São Paulo: Brasiliense, 1995.

[313] Hildegardes Vianna no capitulo em que descreve o cotidiano de trabalho dessas vendedoras de comida chama-as por "tias da Costa". Landes em seu primeiro contato com a gente da terra levada pelo Dr. Oliveira a um mercado na Cidade Baixa, é apresentada a uma negra que trabalhava nesse mercado a qual o médico chama de *Titia* e *Tia Julia* . Tal denominação remonta ao período escravista, e o *da Costa* remete a origem Africana dessas mulheres. Vianna, H. **A Bahia já foi Assim**... p. 128 e 131; Landes, Ruth, **A Cidade das Mulheres**... p 53-55.

[314] VIANA, Antonio, Casos e Coisas da Bahia... p.114

[315] AMADO, Jorge, Suor, 13ª edição, São Paulo: Martins Editora, 1966, p. 203.

[316] VIANNA, Hidelgades, **A Bahia já foi Assim**... p.144.

[317] LANDES, Ruth, **A Cidade Das Mulheres**... p 54.

No folhetim, *A Ciganinha,* publicado no ano de 1912 pelo jornal *Gazeta de Notícias*, vamos encontrar novamente a descrição dessa vendedora de rua, à porta de uma taverna nas imediações da Igreja do Rosário, no Pelourinho, como uma "*negra, (..) de carnes molles, pelle luzidia, carapinhas retorcidas,brancas*". [318] Esta se fazia acompanhar por uma jovem, parda, de 18 anos que a ajudava no serviço, e era constantemente beliscada e apalpada pelos homens que se aproximavam para a compra da iguaria.

Ao que parece, a referência a essas mulheres como "Tias" ou "Mães" indica que esse comércio de rua não era, preferencialmente, exercido por mulheres jovens, inexperientes, mas sim por mulheres que já haviam constituído família, mãe de filhos, casadas ou amasiadas, com idade ou aparência de mulheres maduras. A condição de "mães" e "tias" deveria proteger essas mulheres dos conflitos que comumente estouravam nas ruas da cidade, além de impor certo respeito.

Em 1946, Lourdes Ferreira de Lima, 22 anos, parda, quando mercava fato no porto da Barra ao lado de uma companheira de trabalho, Odete Eduarda dos Santos, 19 anos, amasiada e mãe de um filho, envolveu-se num conflito com Terêncio Ribeiro da Silva, 34 anos, preto, vendedor ambulante. A origem do conflito foi uma brincadeira de Terêncio para com Lourdes, que revidara "*descompondo*" este, afirmando que não o conhecia e que este a *"respeitasse*". Durante a confusão, que redundou no esfaqueamento de Lourdes, sua companheira Odete tentou socorrê-la, indicando que dividir um mesmo ponto de venda era uma forma de apoio, de mútua proteção para elas. Ao nosso ver, ambas, pela pouca idade, deveriam constituir uma exceção no comércio de rua. Se levarmos em conta a cena fotografada por *A Cidade,* é possível que, quando jovens, essas mulheres se fizessem acompanhar por amásios, filhos, irmãos ou

[318] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Gazeta de Notícias, 1912, p2.

acompanhassem suas mães, tias e ou madrinhas, donas do negócio, que as ensinavam e as protegiam do assédio de homens afoitos, como era o caso da "tia" do Folhetim Ciganinha que, a todo momento, chamava a atenção das moças ou dos homens que encostavam para comprar o mingau.

A ousadia dos gracejos a Lourdes mistura-se a uma tentativa de sedução de uma jovem mulher que trabalhava na rua. A presença da violência no trato das relações pessoais e amorosas entre homens e mulheres será uma constante na documentação coligida, cuja lógica será pautada pela desigualdade social, simbólica e física entre eles. Para os homens, bastava ser agressivo, inoportuno e dominador para submeter as mulheres aos seus desejos[319]. Assim, o espaço da rua assumia significados ambíguos para as mulheres, pois a um só tempo era o espaço da sobrevivência, das solidariedades construídas entre iguais, mas também era o espaço da violência como a experimentada por Lourdes e Odete. Para muitos homens, a presença das mulheres na rua significava disponibilidade sexual, pois um dos significados que a rua assumia era como espaço de prostituição, de mulheres vividas, experientes sexualmente, mulheres jovens ou virgens, rezava os preceitos, deveriam ficar em casa e só sair acompanhadas com responsáveis. Julia Nery de Jesus, parda, com 17 anos, do serviço doméstico, em 1922, foi mandada pelo seu patrão, às oito da noite, aviar uma receita médica na farmácia Piedade, como esta tivesse de esperar que o medicamento aprontasse, foi sentar-se, sozinha, num banco de jardim na praça de mesmo nome, um cabo da brigada policial, vendo-a sozinha, acabou por prendê-la sob suspeita de vadiagem e prostituição. Ao chegar à subdelegacia, presa, Júlia é estuprada pelo policial que a conduziu.[320]

[319] Sobre a questão ver FAUSTO, Bores, **Crime e Cotidiano**... p 192.
[320] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 10, Caixa 9, Estante 198, Ano 1922.

No depoimento do Cabo Manuel dos Santos, acusado, e de outros policiais envolvidos na prisão, fica patente que fazia parte das suas funções "*mandar debandar*" mulheres suspeitas, e que Júlia já fora vista andando pela rua, sozinha, após as dezoito horas da noite. No relato de suas experiências em Salvador, Landes destaca essas restrições ao movimento das mulheres, descrevendo a carreira que levou de umas prostitutas que a confundiram com uma rival por estar na rua, no final da tarde, desacompanhada, usando um par de sapatos semelhante aos que eram usados pelas meretrizes que faziam ponto na rua pela qual Landes passava.[321]

Portanto, estar na rua significava saber se defender das muitas possibilidades de violências e demandava experiência, o que faltara a Júlia, e capacidade de negociação para saber lidar com gracejos, o que faltara a Lourdes, para que os encontros cotidianos na rua não descambassem para violência, não sendo, pois, estranho que o comércio na rua fosse ocupado no geral por mulheres experientes o que explicaria as poucas referências a essa atividade nos processos de defloramento nos quais as mulheres arroladas, em sua maioria, tinham entre 13 e 18 anos.[322]

O setor de atividades em que as mulheres estarão mais representadas, será o serviço doméstico (65,01% das vitimas), seguido pela atividade de costura (14,62%) e pelo trabalho na indústria (7,05).[323] O serviço doméstico constituiu-se numa importante alternativa de trabalho na luta pela sobrevivência de muitas mulheres pobres, mas, ainda assim, essa atividade, devido ao seu caráter de subordinação e subalternidade social, era marcada por grande desprestígio social, e aquelas que dele dependiam estavam sempre sujeitas a formas extremas de exploração e violência. Mas é necessário distinguir a atividade doméstica exercida pelas mulheres em suas casas, e aquela exercida na casa de

[321] LANDES, Ruth, **A Cidade Das Mulheres**... p.46.
[322] Ver em Anexo tabela 26 - Idade da Vitima
[323] Ver em Anexo Tabela 9 - Cor Segundo Sexo/Gênero

outrem. O trabalho doméstico, quando associado ao padrão de feminilidade, com base na concepção de família burguesa que se consolidava na república, associado ao papel de esposa e mãe, não desqualificava socialmente a mulher que o exercia, pois o espaço doméstico era constituído como o local de construção do ideal de feminilidade, mas as posições hierárquicas que donas de casa e empregadas assumiam nesse universo as distinguia socialmente. Quando o trabalho doméstico é realizado na casa de outrem, ele se associa à condição de pobreza e despreparo educacional para o exercício de atividades mais prestigiosas [324].

A condição de pobreza está sempre associada à necessidade de trabalhar como doméstica. Em 1924, as testemunhas arroladas no processo de defloramento de Francisca Borges dos Santos, preta, sabendo ler e escrever, 16 anos, serviço doméstico, são unânimes em afirmar que "*a ofendida é pobre pois vive como empregada*"[325]. Assim como no processo de Francisca, Anália Alves dos Santos, parda, 18 anos, serviço doméstico, foi descrita pelas testemunhas de seu processo como "*pobrezinha, órfã de pai e mãe, e precisa viver empregada para ganhar a vida*". [326] Júlia Marta Pereira, em 1928, foi igualmente descrita como "*pessoa pobre, vivendo de seu trabalho como doméstica*[327]". A falta de recursos de Edith Apolinária Baptista, parda, 20 anos, de serviço doméstico foi a razão alegada pela testemunha, Stellita Dias de Carvalho, para a recusa de Pedro Evangelista do Nascimento, cabeleireiro e dono de barbearia, cumprir a promessa de casamento feita a esta. Segundo Stellita, aquele resolvera casar com outra moça de nome Elizabeth, "*que deflorou na mesma ocasião, apesar de ter deflorado primeiro Edith, dizendo que proferiu a outra por que tinha dinheiro*" [328].

[324] Sanches, Ma. Aparecida P., Fogões, Pratos e Panelas... p. 32-34.
[325] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 8,Caixa6, Estante 198, Ano 1924.
[326] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento1, Caixa 19, Estante 198, Ano 1930.
[327] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 1, Caixa 16, Estante, Ano 1928
[328] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 12, Caixa 22,Estante 198, Ano 1931.

Viver como empregada doméstica aparece também como a única alternativa para muitas mulheres diante dos reveses da sorte, como ocorrera com Dulce, que após a morte do pai foi obrigada a ir morar com a mãe na casa de uma irmã casada. Mas o custo de moradia e alimentação não permitia a esta viver sustentada pelo cunhado, assim restou a Dulce empregar-se como doméstica. As humilhações e constantes conflitos com as sucessivas patroas levam Dulce a um ato desesperado, suicidando-se.[329] Humilhações, espancamentos, xingamentos e castigos aparecem de forma recorrente nos jornais do período como resultado de conflitos entre patrões e empregadas, como ocorrido entre Maria da Conceição, cozinheira, agredida pelo caixeiro espanhol Manuel Rodrigues, para quem trabalhava, por conta de uma lata de carvão. [330] Na Bahia, o estigma da escravidão, tão presente nas relações de subalternidade que permeavam a atividade doméstica, associado à construção ideológica da inferioridade de negros, pobres e mestiços, propalada pela nossa elite pensante, acabavam por justificar e naturalizar o uso da violência sobre os empregados domésticos, reforçando ainda mais os laços com a escravidão extinta e o desprestigio da profissão[331].

É provável que para Dulce os significados de subalternidade e de desqualificação social do trabalho doméstico, tenham sido um fardo pesado para quem, até os 18 anos, jamais havia trabalhado fora de casa. Os significados sociais negativos do trabalho doméstico podem ser melhor entendidos a partir da fala de Antônia Maria da Conceição que, em 1904, foi às vias de fato com seu o amásio, Manuel Teixeira, por negar-se veementemente a permitir que ele colocasse uma filha de 13 anos para trabalhar como doméstica. O desemprego de Manuel levara-o a tomar tal decisão, mas

[329] APEB, Seção Republicana, Jornal Diário da Bahia 1933, p1.
[330] APEB, Seção Republicana, Jornal Diário da Bahia 1933 p. 8.
[331] SANCHES, Ma. Aparecida P. Fogões, Pratos e Panelas... p. 99.

Antônia opunha-se, dizendo que "*duplicaria os esforços, matar-se-ia no trabalho, sujeitar-se-ia a todas as privações, porem jamais consentiria em que sua filha, com tantos mimos creada descesse à humilhante condição de uma alugada*". [332] É interessante que o termo que Antônia usa para o ato de empregar-se como doméstica, a expressão "*alugada*" remetendo-se ao período da escravidão, quando era comum alugarem-se escravas para o trabalho doméstico.

Apesar do Censo de 1920 definir como indústria de vestuário e toucador as atividades que consistiam na confecção de chapéus, roupas, acessórios, sapatos etc e empregar cerca de 22.442 indivíduos (sendo 6.281 homens e 16.161 mulheres), a considerar as análises de Santos, essas indústrias eram, na sua maioria, o que ele define como fabriquetas, via de regra instaladas na residência do dono, com emprego mínimo de mão-de-obra assalariada.[333] Essa era o caso de Maria Catarina Scham, casada com o engenheiro e funcionário público João Scham, que mantinha, no ano de 1948, em sua residência, na rua General Labatut, número 50, um atelier de costura e bordados, contratando os serviços da bordadeira Amélia Nilza da Costa, preta, solteira, com 23 anos, sabendo ler e escrever.[334] Em 1925, Francisca da Silva Garcia mantinha, em sua residência, na rua Conselheiro Almeida Couto, número 35, uma confecção de chapéus, e recebeu como aprendiz, "*sem ganhar coisa alguma*,"[335] Ambrosina Evangelista da Piedade, lá colocada por sua mãe. O número elevado que o censo populacional apresenta decorre, com certeza, do fato de incluir nesse total, empreendimentos como o de Maria Catarina Scham e de Francisca da Silva Garcia, além das pequenas oficinas de sapateiros. Se compararmos os valores do Censo Populacional com os valores apresentados pelo Censo industrial, teremos um número bem menor para esse setor, de

[332] APEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Diário da Bahia, 1904, p 2
[333] SANTOS, Mario Augusto Silva, **A República do Povo**... pp 17-25.
[334] APEB, Seção Judiciária, Série Furto, Documento 18, Caixa 82, Ano 1948.
[335] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 5, Caixa 5, Estante 198, Ano 1925.

1.181, que corresponderia aos empregados em manufaturas de grande e médio porte, com emprego generalizado de assalariamento.

A costura compunha, mesmo, o conjunto de atividades definidas como artesanato doméstico, do qual faziam parte ainda o bordado, a confecção de chapéus, de flores, rendas, luvas, gravatas, passando também pelo fabrico de variados doces, como no caso das cocadas acima discutido. E foi no artesanato doméstico que muitas mulheres encontraram vias seguras de acesso ao trabalho remunerado, cuja produção abastecia o comércio ambulante, os armarinhos e lojas da cidade, renovando continuamente os estoques de acessórios de roupas masculinas, femininas e infantis. Nessa atividade, vamos encontrar mulheres solteiras e casadas que trabalhavam para seu sustento e de suas famílias.

O trabalho de costuras assemelhava-se, em muitos casos, aos contratos de serviço doméstico, com as jovens indo residir na casa de seus patrões, como ocorreu com Amélia, ou lá ficando por tempo determinado para executar um serviço encomendado. O aprendizado da profissão necessitava de aptidão, adestramento e especialização, que era muitas vezes iniciado junto às mães, tias ou madrinhas que já dominassem o segredo da tesoura, linha e agulha, ou através dos ateliês de costura, onde as meninas eram colocadas como aprendizes. Em 1927, Eulina Batista de Jesus, 19 anos, preta, sabendo ler e escrever, disse em seu depoimento que "*há cerca de 06 meses aprendia a bordar com Laura Batista*". Eulina foi posta a aprender bordado por sua mãe Sebastiana Batista de Jesus após ter deixado a "*casa de sua patroa onde era empregada em Itapagipe*".[336] Foi também buscando a profissionalização para conseguir melhor empregar-se que a madrinha de Hilza Urpia,16 anos, parda, instrução primaria, Venancia dos Santos Rodrigues, colocou-a para aprender costura em sua casa e assim

[336] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 03, Caixa15, Estante 198, Ano 1927.

poder ajudar a sua mãe no sustento da casa e de suas irmãs.[337] Foi com o trabalho de costura e bordado, aprendido com a idade de 12 anos, que Leonor Santos dos Prazeres, parda, ajudou o marido a sustentar a família. Segundo ela, o trabalho com enxoval e vestido de noiva eram os mais rentáveis, porém demandavam a permanência, durante meses, na casa da noiva para que todas as peças ficassem prontas. Entretanto a costura de vestidos, se a costureira fosse boa, rendia com o aumento da clientela, que se mantinha fiel, retornando sempre para um novo vestido em tempos de festas. [338]

Nos ateliês, o trabalho da costura era exaustivo, em reportagem de 1935, o Jornal *A Tarde* denunciava a longa jornada de trabalho das costureiras de ateliês, que duravam "*9 horas por dia, com alguns minutos para almoço (...) Não lhes concedem férias (...) Sua remuneração pelo trabalho diário,(...) é de 2$500 e às vezes 3$000*"[339] Em sua crítica o articulista alerta para o fato da legislação trabalhista não ser respeitada pelos donos de ateliês, comparando a costura com o trabalho doméstico, sendo este último considerado mais vantajoso. É provável que a vantagem a que se refere o articulista reside no fato da alimentação e moradia correr por conta dos patrões, sem levar em conta a carga de desqualificação social que o trabalho doméstico ensejava e a costura não. Izabel dos Santos Lima,[340] doméstica, 19 anos, analfabeta, envolveu-se com o engenheiro maquinista, Diomedes Ribeiro de Souza, 48 anos, casado. Nas declarações prestadas pelas testemunhas, Izabel havia resolvido viver com Diomedes pela promessa dele montar casa e sustentá-la, o que permitiria a Izabel deixar de ser doméstica. No seu depoimento, Diomedes reforça esse acordo entre ambos, afirmando ter mantido Izabel de tudo, inclusive dando-lhe uma máquina de costura, para sua profissionalização. Como visto, a costura era considerada uma atividade profissional e

[337] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 12, Caixa 96, Estante 198, Ano 1944
[338] Entrevista realizada em 15/03/1993.
[339] IGHB, A Tarde 05 de setembro de 1935, p 5.
[340] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Caixa 56, Estante 198, Ano 1941

via segura para deixar o trabalho doméstico. Ainda que toda forma de exploração do trabalho consista em atitude condenável. A exploração do trabalho nos ateliês parecia menos indigna que a sofrida nas casas particulares.

Figura 9

Fonte: BPEB – Jornal A Tarde 1914, Ateliê de Costura

Outro dado importante no trabalho de costura é que este era exercido, na maioria das vezes, por mulheres claras, pardas, brancas ou mestiças, a presença das negras parece ter sido em número bem menor, demonstrando haver um claro recorte racial no exercício de determinadas atividades femininas. Na foto do ateliê de costura, mulheres reunidas são majoritariamente claras. O Diário da Bahia, em sua edição de janeiro de 1925, faz uma enquete entre os trabalhadores e populares para saber as expectativas para o ano que se iniciava, retratando dois tipos muito comuns de trabalhadoras que frequentemente trafegavam pelas ruas da cidade: a costureira e a quituteira. A primeira é retratada como um jovem, senão branca, com certeza clara. A nota que acompanha o

desenho nos fala de uma moça pobre, clara, que sofrera a amargura no ano anterior, 1924, de ter sido abandonada pelo noivo. Mas uma deflorada?

Figura 10

A costureira

Depois de ouvirmos uma costureira.

Essa não tem recordações agradaveis do anno passado. Disse-nos.

—Felizmente acabou. O novo o que é que posso esperar?

Mais ou menos a mesma coisa.

Emfim tenho fé em Deus. Pode ser que eu seja sorteada na mutua de que faço parte e arranje uma casinha.

E era doloroso ver uma creatura moça com seus 17 annos, se tanto, já tão desesperançada. Arriscamos:

—Talvez case e [illegible] anno...

—Quem me [illegible]terá pobre como sou? Tinha um noivo, mas elle deu o fora.

Uma lagrima empanava-lhe o brilho dos olhos pretos.

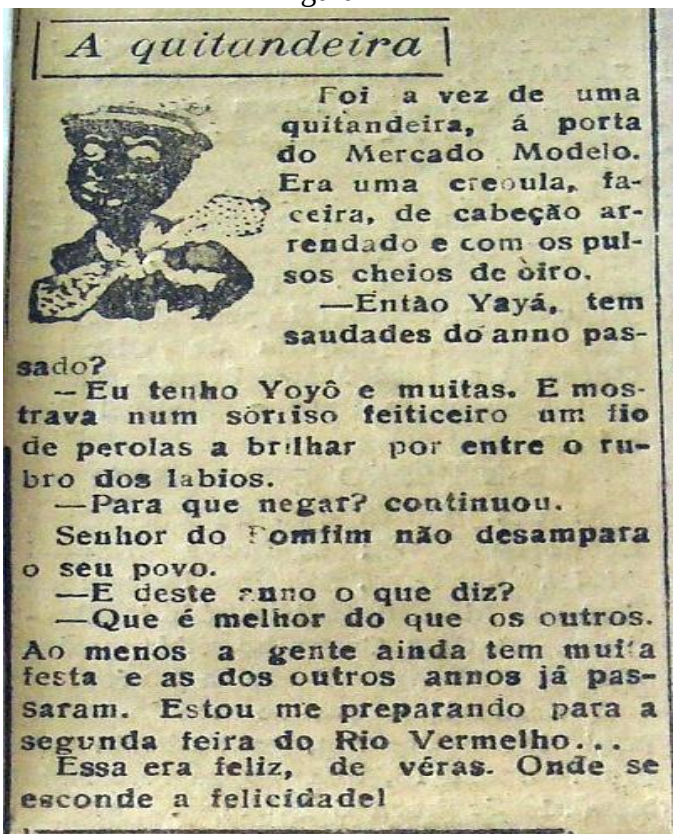
Estava explicada a razão da tristeza e do desanimo. Cupido não a protegera.

Fonte: Diário da Bahia, 1925[341]

A tabela 11, do anexo, na qual contabilizamos a cor e a profissão das defloradas, vemos que no total das 53 costureiras envolvidas nos processos, 5 eram brancas, 11 mestiças e 23 pardas e somente 15 eram pretas. Indicando a presença diminuta de mulheres negras nessa profissão. Em contrapartida, a imagem reproduzida da quituteira é deveras indicadora de sua cor e origem social.

[341] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Diário da Bahia, 1925, p. 1.

Figura 11



A quitandeira

Foi a vez de uma quitandeira, á porta do Mercado Modelo. Era uma creoula, faceira, de cabeção arrendado e com os pulsos cheios de òiro.

—Então Yayá, tem saudades do anno passado?

—Eu tenho Yoyô e muitas. E mostrava num sorriso feiticeiro um fio de perolas a brilhar por entre o rubro dos labios.

—Para que negar? continuou. Senhor do Bomfim não desampara o seu povo.

—E deste anno o que diz?

—Que é melhor do que os outros. Ao menos a gente ainda tem muita festa e as dos outros annos já passaram. Estou me preparando para a segunda feira do Rio Vermelho...

Essa era feliz, de véras. Onde se esconde a felicidade!

Fonte: APEB, Diário da Bahia, 1925

A fala, as expressões, a imagem desenhada não deixam dúvidas de tratar-se de uma negra retinta. Se a aparência da costureira é singela, os traços da quituteira são exagerados e grotescos. O desenho sugere também ser esta uma mulher de certa idade, diferente da descrição da mocinha de coração partido, confirmando que as mulheres presentes nesta atividade não eram jovens. Em 1936, o A Tarde sob o titulo de "*As profissões anonymas, na cidade. Em defeza da vida – vivendo aos pés do próximo- os vendedores da sorte – A preta da cocada e do acarajé. Como se luta nos dias sombrios que passa"* [342] descreve as profissões dos "*trabalhadores obscuros*", frente à carestia dos gêneros alimentícios no ano 1936, e a negra vendedora de cocada e acarajé é retratada como representante desses trabalhadores, sentada ao meio-fio, com seu tabuleiro ao lado, à espera do "freguês". Os trocadilhos empregados pelo articulista,

[342] BPEB, A Tarde, 05 de Setembro, 1936, p2.

"*viver aos pés*", "*trabalhadores anonymos*", "*trabalhadores obscuros*", mais que um recurso de linguagem, nos dá conta da subalternidade e do desprestígio do trabalho de quituteira. A imagem congelada no tempo parece atemporal, retratada no ano de 1936, em nada difere das litogravuras e desenhos das quituteiras escravas do século XIX.

Figura 12

Fonte: A Tarde, 1936
Vendedora de Acarajé

O aprendizado da profissão de costureira era também oferecido por instituições como o Asilo da Santa Casa de Misericórdia que, no seu regulamento, estabelecia que as meninas asiladas receberiam uma educação que consistia em

> "*costurar à mão e à máquina, cortes e confecções de roupa, especialmente de creanças e senhoras; bordado e rendas, à mão e a machina; fabrico de flores e suas applicações; preparo e ornamento de chapéus; desenho e pintura em cetim, serviço doméstico, asseio e*

> *arranjo de casa, trabalho de cozinha, lavar e engomar; musica e canto; datilografia*" [343]

O objetivo do curriculum estabelecido pela instituição visava profissionalizar as meninas asiladas, dando-lhes oportunidade de inserção no mercado de trabalho soteropolitano, demonstra também, a importância da costura e afins nesse processo, assim como as concepções da época acerca do trabalho feminino. Além da Santa Casa de Misericórdia, pelo depoimento de Amélia Nilza da Costa, as recolhidas dos conventos, a exemplo do Convento da Lapa, também eram preparadas para o mercado de trabalho.

A inclusão da datilografia, que destoa dos demais aprendizados ligados ao mundo doméstico, provavelmente decorria da percepção dos provedores da Santa Casa, sobre a possibilidade de atuação das jovens no trabalho de escritório, no comércio da cidade, apontando para o surgimento de uma nova profissão feminina, o secretariado, como indica o processo de Nair Coelho da Silva[344], 16 anos, descrita duplamente como branca e morena, que, em 1932, empregou-se como datilógrafa no escritório comercial de Mariano Celestino da Silva. Segundo declarações de Nair ao *Jornal Imparcial*, "*há dois meses, com grande esforço de seus pais, diplomou-se em datilografia pela Escola Urania Oficial* "[345]. A percepção que fizera os provedores incluir a datilografia na profissionalização das jovens asiladas, norteara os esforços dos pais de Nair ao colocá-la para aprender datilografia. Até porque, com o fenótipo banca/morena, haja vista as análises de Thales de Azevedo, Nair tinha boas chances de encontrar trabalho no comércio. Como uma nova profissão que envolvia aprendizado tecnológico, a

[343] Arquivo da Santa casa de Misericórdia – Bahia. Regulamento do Asylo dos Expostos aprovado pela junta de 25 de Março de 1914.
[344]APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 2, Caixa 23, Estante 198, Ano1932.
[345] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Imparcial, 1930 p1.

datilografia era investida de certo prestígio social, pois em 1933, o *A Tarde* veicula em suas páginas a formatura da turma de datilógrafos, diplomada pela *Escola Urania Oficial*, com a presença de autoridades locais, paraninfos e discursos.[346] Este prestígio e o fato de ser uma profissionalização paga, a escola Urania era particular, explicam, em grande medida, o fato de, assim como Nair, Eunice Edith Ribeiro, 19 anos[347], e Maria Rosa Labosco, 20 anos[348], que declararam ser datilógrafas de escritório comercial, serem igualmente brancas.

A indústria aparece como a terceira atividade a que se dedicavam as mulheres envolvidas nos processos de defloramento, compondo o percentual de 6,8%. Para os homens, o percentual foi de apenas 3,9. Se compararmos com a tabela das testemunhas, o percentual inverte, e passamos a ter um número maior de homens que de mulheres dedicados ao setor da indústria. Ainda assim os dados indicam um número baixo de operários, o que atesta o caráter incipiente da indústria até o inicio dos anos 50. Segundo Santos, na Bahia, a maioria dos empreendimentos industriais era constituída de oficinas e pequenas indústrias de caráter familiar e com baixo emprego de mão-de-obra assalariada, havendo poucas fábricas de grande e médio porte.[349] Entre 1910 e 1930, o número de operários empregados variou de 2.000 a 10.000, divididos entre os 316 empreendimentos. Para o período de 1940 a 1950, havia pouco mais de 449 empreendimentos industriais, contando com pouco mais de 13.682 empregados[350]. Demonstrando a baixa absorção pela indústria da mão-de-obra disponível.

Os setores de atividade mais indicados pelos homens envolvidos em processos de defloramento foram a Construção Civil, com 11,5 %; o Funcionalismo Público, com

[346] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Tarde, 06 de março de 1933, p2.
[347] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 4, Caixa17, Estante 198, Ano 1932.
[348] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, documento7, Caixa 15, estante 198 ,Ano 1928.
[349] SANTOS, Mario Augusto Silva, **A República do Povo**... pp. 17/18.
[350] FREITAS, Miriam Tereza M. G. de, Populismo e Carestia. 1951/1954, Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1985, p 33.

8,6 %; a Segurança Pública, com 7,8%; o Setor de Transportes, com 8,1% e o de Serviços, com 16,2%. Numa economia pouco dinâmica, o Estado fora um grande empregador, segundo Azevedo, nas repartições públicas havia muitos "*funcionários de cor, principalmente nos cargos mais modestos*" e a instituição de concursos públicos para provimento de vagas facilitava o ingresso de "*funcionários escuros*".[351] Somando-se o percentual do funcionalismo com o da Segurança Pública, temos o total de 16,4% dos envolvidos em casos de defloramento trabalhando nos mais diversos setores de atuação da estrutura estatal. Das repartições que mais absorviam a mão-de-obra soteropolitana, temos a Alfândega, onde trabalhava o pai de Isabel Lopes da Cunha, que teve sua condição de pobreza questionada pelo advogado de defesa por conta de seus vencimentos como funcionário público; [352] os Correios e Telégrafos, onde trabalhavam Mario Novais da Silva,[353] 18 anos, sabendo ler e escrever, Manoel Lopes Sodré[354], 28 anos, sabendo ler e escrever e Altamiro Fonseca,[355] 24 anos, sabendo ler e escrever, e a Segurança Pública.

Segurança pública, polícia civil, militar e bombeiros tiveram, tradicionalmente, em suas fileiras muitos não brancos, constituindo-se em um dos veículos ascensionais para os "*homens de cor*", cujos sistemas de promoção não impediam "*soldados mulatos e pretos subirem aos quadros oficiais*" [356]. Mas essas corporações não possuíam o mesmo prestigio das Forças Armadas, o que tornava mais fácil o ingresso dos negro-mestiços, principalmente na corporação de Bombeiros, a menos prestigiada das três. A partir das informações de Azevedo, vemos que o aumento de prestígio social que a carreira de oficial da milícia estadual ganha com a criação de uma escola de formação

[351] AZEVEDO, Thales, **As Elites de Cor** ... p 95.
[352] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 19, Documento 4, Estante 198, Ano 1930.
[353] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 15, Documento 1, Estante 198, Ano1928
[354] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 14, Documento 10, Estante 198, Ano 1929
[355] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa27, Documento 6, Estante 198, Ano1934
[356] AZEVEDO, Thales, Idem Ibidem, p. 101.

de oficiais, vê-se rarear o número de escuros, havendo um progressivo clareamento no seu oficialato.[357]

A construção civil era outra fonte geradora de empregos, mas a maior ou menor oferta esteve associada à disponibilidade de investimento de capital privado ou público. A crônica escassez de moradia, comumente alardeada pela imprensa, denota os investimentos de pouca monta de capital privado na construção predial, e os investimentos públicos nas reformas urbanas variam muito, tendo seus melhores momentos nos governos de Seabra e Góes Calmon. Na construção civil, temos pintores, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, vidraceiros, marmoristas, encanadores, eletricistas. Estas eram profissões cujos aprendizados também se faziam junto a aqueles já profissionalizados, na categoria de aprendizes e ajudantes, ou em instituições como a já citada Santa Casa de Misericórdia, A Casa Pia dos Órfãos de São Joaquim e o Liceu de Artes e Ofícios que, além da alfabetização dos órfãos e expostos, a exemplo dos dois primeiros, promoviam a profissionalização dos filhos dos segmentos populares[358]

Se os grandes investimentos eram escassos para a construção de moradias, pedreiros, carpinteiros, marceneiros e mestre de obras encontravam serviço certo na construção ou reforma de casas particulares na qual o proprietário, em muitos casos, para baratear os custos da obra, fazia as vezes de ajudante e, com sacrifício, ia devagar levantando sua moradia. Em 1940, Joaquim Francisco de Oliveira, guarda 124, levantou, com sacrifício, confiando o trabalho a um mestre pedreiro, na rua do Céo, em Itapagipe, uma casa na qual iria morar com a mulher e seus 4 filhos, o dinheiro para financiar o empreendimento viera de um empréstimo que ele quitaria em parcelas como

[357] AZEVDO, Thales Idem Ibidem, p 99-102.
[358] Ver LEAL, Maria das Graças de Andrade, A Arte de ter um ofício. Liceu de Artes e Ofícios da Bahia(1872-1972), dissertação de mestrado, UFBA:Salvador 1995.

o salário[359]. Leonor Santos dos Prazeres relatou-nos, em sua entrevista, que demorou sete anos para realizar seu casamento, pois, além do preparo do enxoval, seu noivo, José Cupertino dos Prazeres, levou dois anos para concluir a reforma da casa que a mãe de Leonor lhe deixara na Amaralina. Para as alterações, José Cupertino fazia as vezes de ajudante do pedreiro, cujo trabalho ele contratava, por empreitada, para concluir frações da reforma pretendida, sem onerar muito seu salário de funcionário público.[360]

Nos transportes terrestres, encontraremos uma gama de atividades que absorveram a mão-de-obra masculina. Os dados do Censo de 1920 apontam 5.770 indivíduos nessa atividade, para 1940, esse número sobe pouco, 7.530; a novidade é a presença de 224 mulheres. Se considerarmos que para a década de 40 foi computado junto com os transportes o serviço de comunicação, encontraremos essas mulheres no trabalho de telefonistas e nos correios.[361] Nessa atividade, encontraremos carroceiros, motoristas de automóveis, os *chauffeur* de carros, que alugavam seus serviços em pontos determinados da cidade, condutores e motorneiros empregados a serviço das companhias Linha Circular, Municipal e Trilhos Centrais, além dos ferroviários.[362] Em 1936, Artur Moura de Lima, 34 anos, sabendo ler e escrever, afirmou em seu

[359] BPEB, Setor Periódicos Raros, Jornal A Tarde, 1940, p1
[360] Entrevista em 13/ 03/1993.
[361] IBGE, Biblioteca virtual, Censo Demográfico de 1920. Segundo Vasconcelos as primeiras empresas de transporte urbano surgem na segunda metade do século XIX, quando ainda se faziam uso das cadeiras de Arruá, onde negros e escravos carregavam brancos e senhores pelas ruas da cidade. Em 1851 duas linhas de diligencia foram implantadas, nas quais os passageiros para freqüentar tinham de estar bem vestidos e portar cartolas. Em 1866 foi inaugurada a primeira linha de bondes por animais fazendo o trajeto Água de Meninos ao Bonfim. Em 1869 inicia-se a construção da linha de bondes Piedade-Vitória. Entre 1869 e 1873 foi construído o Elevador Hidráulico Lacerda, ligando a Cidade Alta a Cidade Baixa. E em 1897 inaugura-se a primeira linha de bondes elétricos,Cia de Carris Elétricos. Em 1908 Salvador contava com 363 aparelhos telefônicos, passando para 3.221em 1925. Em 1918 foi inaugurada a Rodovia Bahia Feira 1939 a Rio - Bahia. Em 1901 circulou pelas ruas da Cidade o primeiro automóvel, em 1915 esses já eram em número de 118, passando a 1.328 em 1928, entre carros, ônibus, e caminhões. VASCONCELOS, Pedro de Almeida, Salvador: Transformações e Permanências (1549-1999), Ilhéus : Editus, 2002, pp. 220/261/268/269. As reformas e melhoramentos nas vias de comunicação urbana ocorreram no perímetro comercial promovendo uma maior integração entre as regiões da cidade. Tal integração foi posteriormente estendida as localidades dentro do Estado, não podemos esquecer a importância de Feira de Santana para o abastecimento da cidade em gêneros alimentícios e em carne de gado, além disse será a partir dessa rodovia que se fará a integração da Bahia com a Capital Federal no Rio de Janeiro.
[362] Na nossa amostragem os motoristas de carros particulares foram incluídos entre os trabalhadores de transporte, mas para os censos esses profissionais eram computados entre os trabalhadores domésticos.

depoimento trabalhar como *chauffuer*[363]; já em 1927, Basílio Alves dos Santos, 25 anos, sabendo ler e escrever, também afirmou trabalhar como *chouffeur* de praça, no carro pertencente à "*garagem Aloizio Bahia*", fazendo ponto do veículo no "*Largo do Teatro*"[364], local onde sua namorada, Antonina Magalhães, 16 anos, parda, o encontrava para passeios de automóvel. Em 1923, Sabino Paulo Dias, 24 anos, sabendo ler e escrever, declarou-se condutor de bonde da linha circular que Maria do Carmo Guimarães, mestiça, 20 anos, costumava pegar para ir de sua residência para o trabalho de modista no centro da cidade, quando o conheceu.[365] Trabalhar fora, em lojas, escritórios, ateliês, fábricas, que demandassem deslocamento pela cidade, constituíam momentos propícios para encontros, conhecimentos e para dar início a namoros.

[363] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa31, Documento 1, Estante 198, Ano 1936.
[364] APEB Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 18, Documento 6, Ano 1927.
[365] APEB Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 10, Documento 14, Ano 1923. A Cia Circular possuía 100 Km de linhas que percorriam trajetos a ligar a cidade alta com a Cidade baixa, o centro com os bairros mais afastados sendo seu limite o bairro da Amaralina, na orla, e o da Ribeira, na península Itapagipana, na Cidade Baixa. No Terreiro de Jesus (Praça 15 de Novembro) podia pegar o bonde para Nazaré, São Bento, São Pedro , Lapa. Daí podia-se pegar bondes para a Barra, seguindo pela Piedade, Rosário Mercês, Ladeira da Barra, Avenida Oceania. Os ramais para o Rio Vermelho, no qual trabalhava Sabino Paulo Dias fazia o caminho pela Sete Portas, Vasco da Gama e Lucaia (Rio Vermelho de Baixo); ou o ramal da Barra (Rio Vermelho de Cima), em direção ao Palácio da Aclamação, Forte São Pedro Campo Grande, Garcia, trajeto que percorria Maria do Carmo Guimarães para chegar ao seu trabalho no São Pedro. Silva, Ma. Elisa L. N. da, Entre Trilhos, Andaimes e Cilindros: Acidentes de Trabalho em Salvador 1934-1944, Dissertação de Mestrado, salvador: UFBA, 1998, p50.

Figura 12

Fonte WWW.skycrapercity.com
Praça Castro Alves/Cidade alta, Linhas de Bondes e Carros[366]

É interessante que dentre todos esses, os *chauffeurs* de carro pareciam exercer um fascínio nas jovens, e o carro assume, no discurso de vitimas e testemunhas, um significado de poder, símbolo de masculinidade, assim como um local reservado para encontros amorosos, assumindo a função de instrumento de trabalho e local para vivência dos prazeres. Possuir um automóvel acabava sendo indicativo de duas qualidades consideradas positivas, ser um homem de recursos, ou um poupador, pois somente aqueles, dentre os segmentos médios ou pobres, que conseguiam juntar algum recurso, poderiam fazer frente ao valor da compra de um automóvel.

[366] Nesse período a Praça Castro Alves recebia também a denominação de Largo do Teatro, pelo presença do Teatro São João ao fundo, inaugurado no século XIX em 13 de Maio de1812 o teatro passou a ser um ponto de referência na cultura da Cidade do Salvador, localizado na rua Chile, que abrigaria restaurantes, cafés, lojas de artigos femininos e masculino e para o comércio chique, transformando-se também por conta dos cafés e confeitarias em reduto para os intelectuais e políticos na Cidade, e ponto de passeios das famílias importantes soteropolitanas. Na década de 20 o Teatro perece, devido a um grande incêndio que consumiu seu prédio.

Foi a propósito de um passeio de automóvel que muitas moças acabaram sendo defloradas, como ocorreu com Antonina Magalhães, segundo esta

> *"desde o dia 8 de agosto de 1926 a respondente começou a ter relações de namoro com o acusado; e desta forma, sempre Basílio convidava a respondente para passear de automóvel, o que isto faziam juntos à noite, que na noite do 01 de abril passeando de automóvel com o acusado, ao chegar às imediações do lugar denominado 'Itapagipe', e no interior do veículo, Basílio levou a cabo o seu defloramento".*[367]

As testemunhas no caso de defloramento de Anália Alves dos Santos, 18 anos, parda, do serviço doméstico, apontam o automóvel do rico "*lavrador*", branco, José Padilha de Souza, como o local dos passeios que estes faziam juntos, no "*Cristo, no bairro da Barra"*, como na *"festa de São Lázaro, na Federação*". As testemunhas insinuam ter José usado do automóvel, símbolo de prestígio e dinheiro, para seduzir Anália, moça pobre, "*vivendo de seu trabalho como copeira*".[368]

Apesar de ser um bem cuja aquisição demandava recursos, a compra de um automóvel, para circular na praça, se fazia usando meios ainda hoje em voga. Ulysses Gabriel da Silva[369] fora *chouffeur* do procurador Guilherme Pedroso Amaral Brandão que, ao adquirir um novo carro, vendeu seu antigo veículo para Ulysses, na condição deste "*pagar o restante das prestações*". Ulysses, descrito como homem pobre e honrado, passou a fazer praça no ponto junto ao *Mercado Modelo*, no *Comércio,* local de grande movimento na cidade, centro financeiro e alfandegário, sendo ele próprio condutor do veículo, como um seu ajudante, o também *chauffeur* Januário Maximo da Costa, que rodava com o veículo sempre que seu proprietário, Ulysses, era contratado para fazer viagens longas, fazendo as vezes de motorista de carro particular, como a

[367] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 18, Documento 06, Estante 198, Ano 1927.
[368] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 19, Documento 01, Estante 198, Ano 1930.
[369] APEB, Seção Judiciária, Série Homicídio, Caixa 10, Documento 07, Ano 1928.

contratada pelo *Dr. Bahia* para *Feira de Santana*, assim o carro jamais ficava parado, gerando os recursos para fazer frente aos pagamentos mensais.

A lógica, que associava vários *chauffeurs* a um veículo, de propriedade particular ou não, associava os carroceiros que transportavam mercadorias, móveis e cargas variadas pela cidade. Os carroceiros geralmente ficavam parados em pontos estratégicos do comércio à espera de um carregamento, como na Praça Deodoro da Fonseca, próximo à Alfândega. A viagem da Cidade Alta para as docas, no Comércio, custava 2$000 a 1$500, mas, de acordo com a distância, o valor poderia variar chegando a 5$000[370]. Já para um c*hauffeur*, uma viagem aos subúrbios da cidade poderia custar entre 50$000 a 80$000[371].

A locação de carros de aluguel para viagens aos arrabaldes da Cidade parece ter se constituído em prática corrente; em 1938, Landes descreve uma viagem ao subúrbio de São Caetano para uma festa de Cosme e Damião. Pela descrição percebe-se que a cidade não havia sido preparada, ainda no final da década de 30, para os automóveis, felicitando a destreza do motorista de "*táxi Almerindo*", que rodava com destreza por calçamentos de pedras irregulares ou lisas que muitas vezes o obrigavam a "*montar no trilho dos Bondes*". As estradas para os subúrbios são descritas como "*pavorosas*", de "*leito lamacento, fofo e cheio de profundos buracos*" o que exigia do condutor "*sangue frio e muita destreza*". [372]

Em 1928, em seu auto de perguntas, Pedro de Alcântara Conceição, 37 anos, artista, relatou que contratara o carro de Ulysses Gabriel da Silva, pela manhã, no ponto do Mercado Modelo, marcando a viagem para "*Itapoan*" para as 19:00h. Encontrando depois, "*no Taboão*", Afonso Joaquim de Souza, estivador, 31 anos e informando-lhe da

[370] BPEB, Jornal A Cidade, 1918
[371] APEB Seção Judiciária, Série Homicídio, Caixa 10, Documento 7, Ano 1928
[372] LANDES, Ruth, **A Cidade Das Mulheres**... pp. 162/163.

viagem "*tendo este se prontificado a pagar a sua parte da passagem pois iria passar a* "*Sexta-feira Santa na casa de uma sua amásia*". Como estava a procurar passageiros que dividissem as despesas de viagem para fazer frente aos 50$000, aceitou.[373]

A propaganda de carros para alugar comumente aparecia em Jornais, Revistas e Almanaks. Os automóveis já na década de 20 eram usados tanto em ocasiões especiais, como casamentos e batizados, como em passeios e viagens, como indica o anúncio abaixo. A distinção entre c*hauffeur* e carroceiro era também significativa, o gestual orgulhoso e distinto do homem retratado em muito destoa da imagem do carroceiro descalço numa expressão corporal recolhida e levemente envergada.

Figura 13

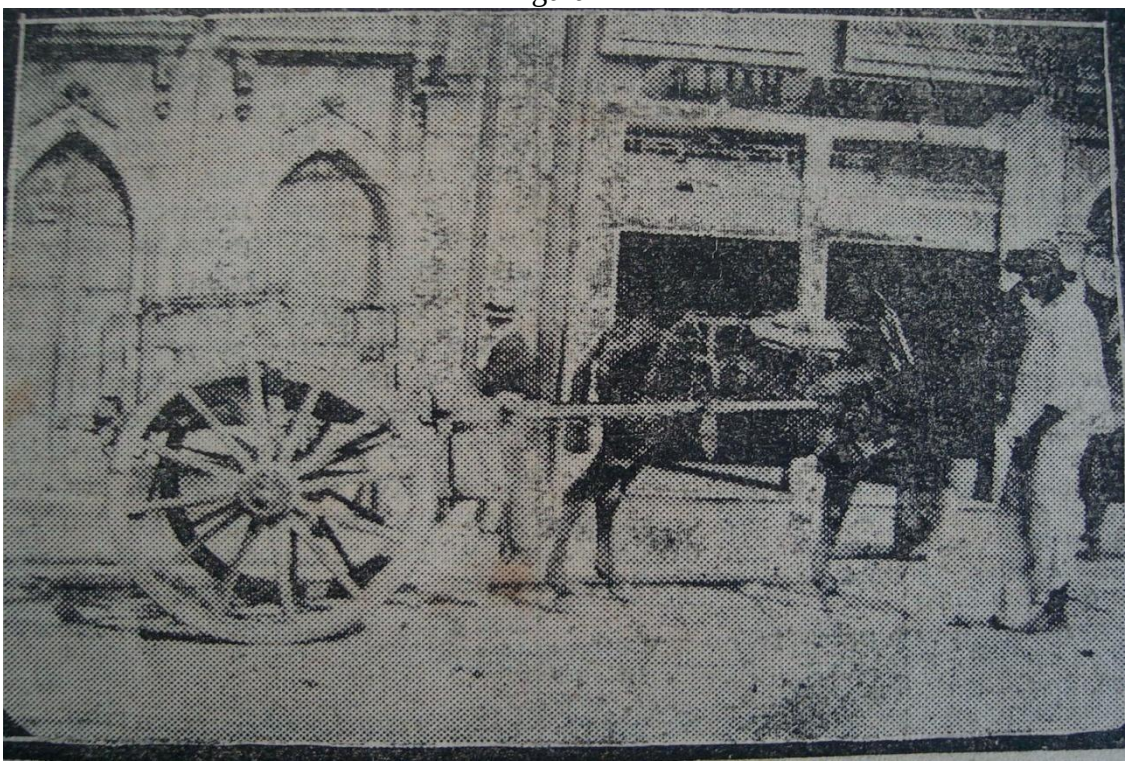
Fonte: BPEB, Setor de Periódicos Raros, Almanak do Estado da Bahia, 1919/1920

[373]APEB, Seção Judiciária, Série Homicídio, Caixa 10, Documento 7, Ano 1928.

Como acontecia com os chauffeurs, nem todos os carroceiros eram proprietários de carroças e burros, muitos "*pertenciam a pessoas que, explorando aquele serviço, contratavam carroceiros para a labuta diária*" dividindo entre ambos a diária, ao fim de um dia de trabalho. Outros prestavam serviço arrendados às lojas de móveis, carpintaria, armazéns, fazendo diariamente a entrega ou a busca de produtos, este serviço rendia melhor, pois o pagamento era certo. [374] Em seu auto de perguntas, Raul dos Santos, vulgo Negro Bamba, *carregador avulso*, proprietário de sua carroça, fez uma entrega para uma loja de móveis "*Casa Porvir de uma cama ao valor de 6$000 ao Bom Gosto da Calçada"*.[375] Para os que ficavam à espera de frete, esta poderia ser longa e o dinheiro incerto, pois com o advento dos Bondes Elétricos de Bagageiro, muitas pessoas optavam por transportar mercadorias, utensílios e bagagens neles, promovendo uma concorrência aos carroceiros que fazia escassear a freguesia das carroças, aumentando as dificuldades para quem tinha nelas seu meio de vida. [376] As condições de trabalho dos carroceiros eram mais duras, pois, além de manejar com o animal, eram eles que levavam as mercadorias para carregar e descarregar as carroças, além de seus rendimentos serem inferiores aos dos motoristas, estes viviam no limiar da pobreza, ganhando o mínimo para a sobrevivência.

[374] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal A Cidade, 1918
[375] APEB, Seção Judiciária, Série Homicídio, Caixa 30, Documento 2, Ano 1940.
[376] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal A Cidade, 1918.

Figura 14



Fonte: BPEB – Jornal A Cidade 1918, Carroceiros na Rua da Alfândega

Entre os carroceiros, encontraremos o maior número de negros e mestiços escuros, mas, quer pelos dados das tabelas Profissão Segundo a Cor, quer para os processos de Defloramento, quer para os de Homicídio, Tentativa de Homicídio e Lesões Corporais, dos que foram possíveis identificar a cor, não encontramos nenhum indivíduo descrito como branco trabalhando como carroceiro, ou mesmo, como motorista de carros de praça, sendo entre esses últimos, a maioria era de pardos.

Outro importante grupo de trabalhadores que aparece bem representado nos processos são os sapateiros, alfaiates, mecânicos, barbeiros, cabeleireiros e artistas, que viviam do trabalho nas tendas de sapateiros, nas oficinas, nas barbearias e nas tendas de alfaiates.[377] Estes compunham 16,2 % do total dos acusados e dos que foram possíveis

[377] Em 1920 o Censo alocava sob a definição vestuário e toucador 22.442 homens e mulheres, soteropolitanos, dentro desse grande contingente estavam os sapateiros, mecânicos, barbeiros, alfaiates, cabeleireiros, artistas, trabalhadores autônomos, proprietários de pequenas oficinas e salões, costureiras. O Censo de 1940 agrupa estes trabalhadores na indústria de transformação, incluindo ai as costureiras autônomas, os sapateiros de tenda, junto com os trabalhadores da indústria grande e médio porte. Assim, achamos por bem agrupar esses trabalhadores sob a designação de

determinar a cor, eles são descritos como pardos e pretos. O aprendizado desta profissão se fazia na condição de aprendizes, junto a um profissional já estabelecido no mercado, a exemplo de Edgard Santos, com 17 anos de idade que declarou no seu auto de perguntas ser aprendiz de sapateiro. Como aprendiz, frequentava assiduamente a casa do pai de Bellanisia, Laurindo Rosado Telles, artista sapateiro, permanecendo ali por dias.[378] No trabalho do aprendiz, muitas vezes, embutiam-se formas extremas de exploração e, no processo de aprendizado, muitos podiam sofrer graves acidentes que comprometiam sua capacidade de trabalho permanentemente. Ao analisar os acidentes de trabalho entre os anos de 1934 e 1944, Silva encontrou entre os acidentados vários aprendizes de mecânico, com idades entre 13 e 17 anos que, no exercício do trabalho, tiveram mãos e dedos amputados pelas máquinas que manejavam. [379]

Assim como para as meninas, a Santa Casa de Misericórdia mantinha oficinas para a profissionalização dos jovens asilados. Segundo o regulamento, seria ensinado o ofício de "*marceneiro, sapateiro, tornearia, typografia, brochura e encadernação, musica e canto, dactylografia, jardinagem e horticultura*".[380] O regulamento também previa a possibilidade dos alunos serem contratados por oficinas estabelecidas na cidade, sob a forma de aprendizes, o que significava reconhecer e incorporar uma prática tradicionalmente usada pra o aprendizado de tais profissões. Além da Santa Casa, o Liceu de Artes e Ofícios e a Casa Pia dos órfãos de São Joaquim propiciavam o aprendizado das primeiras letras e dos ofícios de alfaiate, sapateiro, marceneiro e tipógrafo. [381]

---

serviços, diferenciando-os das costureiras que designamos por artesanato doméstico e dos trabalhadores da indústria propriamente dita.

[378] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Caixa 10, Documento 2, Ano 1922.

[379] SILVA, Ma. Elisa L. N. da, Entre Trilhos, Andaimes e Cilindros..., pp. 92-94.

[380] Arquivo da Santa Casa de Misericórdia – Regulamento do Asylo dos Expostos, aprovado em 1914.

[381] LEAL, Maria das Graças de Andrade, A Arte de Ter um oficio... p. 289.

Será no Liceu de Artes e Ofícios que os dois principais personagens amadianos do romance **Tenda dos Milagres**, Lídio Corró e Pedro Archanjo, serão educados na profissão de tipógrafo, como tantos outros meninos pobres e negros-mestiços da cidade da Bahia. Lídio, primeiramente, fora posto pelo pai, Emo Corró, a aprender com ele o seu ofício de barbeiro, mas como não desse para a coisa, foi levado pelo padrinho, mestre tipógrafo e professor do Liceu, ali aprendendo o ofício de tipografia, passando "*de aprendiz a mestre*". E foi lá que também aprendera sua segunda profissão, de desenho e gravador na madeira que lhe valeria a profissão de riscador de milagres.[382] É também no Liceu que Archanjo desvendara a arte da caligrafia e da leitura, que o ajudaria a trilhar, como autodidata, os caminhos da antropologia e da etnografia. Ainda que as três instituições se dedicassem a escolarizar e profissionalizar os filhos das classes populares, o Liceu se diferencia dos outros dois por "*não obstante propor uma educação profissional (...), na prática adotou, em seu currículo, disciplinas predominantemente humanísticas, mantendo, desta forma, a tradição brasileira da educação escolar (...) de primeiras letras, desenho, música, gramática, filosofia e francês*".[383] Já no regulamento do Asylo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, vê-se que a lógica educacional estabelecida pela instituição, diferenciava-se do Liceu pelo pouco investimento na formação "humanística" dos alunos, restringindo a instrução ao aprendizado da leitura, escrita, e aritmética. O maior investimento era na aprendizagem do oficio, especializado e técnico.

Eminentemente manual e identificado por excelência como a profissão de pobres, negros e mestiços e cujo objetivo era formar uma massa de trabalhadores qualificados que ocuparia os postos de trabalho que a dinâmica mercantil da economia baiana conseguiria produzir. Estes ofícios não eram carregados de um caráter tão

[382] AMADO, Jorge, **Tenda dos Milagres**, Rio de Janeiro Record, 2001, pp88/89.
[383] LEAL, Maria das Graças de Andrade, A Arte de Ter um oficio... p.170.

desqualificante como o de carregador ou carroceiro, por exemplo, devido à sua especialização, mas numa cidade marcada por um nítido recorte racial nas categorias profissionais e cujo título de bacharel equivalia a um símbolo de nobreza identificado às elites brancas e aos poucos branqueados, os ofícios manuais de sapateiro, alfaiate, marceneiro, costureira, bordadeiras, etc se não chegavam a desqualificar completamente, também não produziam importantes símbolos de honra numa sociedade extremamente hierarquizada. Entretanto, como demonstrou Mattoso, a possibilidade de ascensão social dependia do "*talento individual*", da capacidade de cada um enriquecer, "*promovendo-se assim a ascensão*".[384]

Esses profissionais, por terem melhor qualificação, podiam mais facilmente ascender financeiramente, como se depreende das condições econômicas do pai de Bellanisia de Amorim Telles, Laurindo Rosado Telles, preto, natural de Cachoeira, residente em Salvador, no Tororó, distrito de Sant'Ana. O Tororó constituía-se em uma moradia da pobreza remediada, que podia pagar o aluguel da casa e viver decentemente, como João Francisco Rosa, artista cabeleireiro e proprietário de barbearia.[385] Em Suor, de Jorge Amado, ao descrever a trajetória de decadência que se abatera sobre Linda e D. Risoleta, sua madrinha, relata-se que "*enquanto puderam,haviam morado numa casinha no Tororó, com boa comida e boa escola*", [386] mas os reveses da sorte levaram ambas à casa de cômodos 68, no Pelourinho, fronteira a separar os muito pobres, como era naquele momento a situação de ambas, da miséria absoluta.

Laurindo havia constituído, por casamento civil, matrimônio com Thereza de Amorim Telles e tido 4 filhos, dentre estes Bellanisia, sabia ler e escrever e tinha por profissão a costura. Para o processo de defloramento da filha, este constitui como seu

[384] MATTOSO, Katia, Bahia. **A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX**, Salvador: Hucitec, 1978, p p.153/154.
[385] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 10, Documento 2, Ano 1922.
[386] AMADO, Jorge, **Suor**, Martins, 1966.

advogado Ranulpho Contreiras, que passa a acompanhar todo o processo. Contratar um advogado, como fizera Laurindo, constituía exceção, até porque o impedia de alegar pobreza e solicitar isenção das taxas processuais, como a de 12$000 (doze mil reis), pagos em outubro de 1922 pelo auto de qualificação, inquirição das testemunhas e interrogatório. Essas taxas não eram baratas, equivalendo a 4 dias de trabalho de uma costureira de Atelier ou de um carroceiro, fora as despesas com o advogado contratado. Sua disposição em financiar o processo indica que o mesmo possuía recursos para tal, além de indicar sua firme intenção de fazer Edgard Santos casar-se com sua filha deflorada e grávida. Infelizmente o processo encontra-se incompleto, não nos permitindo saber se os esforços de Laurindo surtiram o efeito desejado.

Ainda no âmbito das ocupações declaradas pelos réus e testemunhas do gênero masculino, encontraremos o grupo dos portuários - estivadores, doqueiros, marinheiros, embarcadiços. Em se tratando de uma cidade em que o porto era a principal via de entrada de mercadorias, articulando a região do recôncavo e demais regiões do interior à capital pela navegação dos rios à da baía de Todos os Santos, [387] o porto representava uma importante via de geração de empregos, sendo nele alocados, pelo Censo de 1920, um total de 3.212 trabalhadores.[388] A importância dos rios e do mar costeiro na circulação de mercadoria só começaria a declinar a partir da década de 50 com a ampliação da malha rodoviária, por onde passariam a escoar as mercadorias, suplantando as vias fluviais e marítimas no transporte de passageiros.

[387] MATTOSO, Katia, **Bahia. A cidade de Salvador e seu mercado**..., 72. Essa navegação entre portos de via fluvial e marítima denomina-se "navegação de cabotagem e se divide em dois tipos: a "grande cabotagem", que se realiza entre portos de um mesmo país: e a "pequena cabotagem", feita entre pontos afastados no máximo 250 milhas, e dentro de 15 milhas da costa. Esta última aqui na Bahia era realizada por embarcações de tamanho e características distintas, denominadas de barcos do Recôncavo, saveiros de carga, saveiros de pesca, lanchas-rabo-de-peixe, jangadas de xaréu, jangadas a remo, jangadas a vela, canoas e barcaças". MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa, Estivadores além do Porto. Sociabilidade e trabalho na Cidade da Bahia, Dissertação de Mestrado, PUC: São Paulo, p 8.

[388] IBGE, Recenseamento Geral do Brasil. Volume IV (1ª parte), 1920.

Dentre os portuários, os estivadores possuíam uma característica que os diferenciava dos demais, o controle do processo de trabalho através da União dos Operários Estivadores, fundada em 1912,[389] e dentre as atividades de trabalho comuns entre os pobres, a estiva era uma das mais rentáveis. Segundo Pierson ao descrever a condição econômica de um estivador[390], diz que este ganhava quinze mil reis por oito horas de trabalho[391] ou sete mil reis por meia jornada, acrescia-se ao salário um ganho por produção e periculosidade da carga[392]. Ao descrever a casa de Filipe Neri, estivador e ogã da Casa Branca, Landes descreve uma moradia nos "*arrabaldes da cidade", em um bairro proletário, "com móveis, que pareciam novos*, (...) *encontrados nas casas dos operários que podiam adquiri-los*. (...) *nunca fora necessitado, o que diz muito. Sempre pudera comer e vestir-se, sustentar as suas mulheres, presentear filhos e amigos, contribuir para o terreiro de sua devoção*".[393]

Em 1931, Agenor Pereira dos Santos, 32 anos, estivador, diz em seu depoimento estar sendo vítima de uma "*armação*" perpetrada pela vítima e pela mãe desta com vistas a obrigá-lo a casar. [394] A situação privilegiada de um estivador tornava-o atraente como possível marido, sua situação financeira permitia-lhe organizar uma vida decente para a futura esposa e a família desta, caso fosse morar com o genro de "condição". Pierson, ao descrever o estivador, preto, que conhecera na Mata Escura, um bairro popular de Salvador, diz-no que na casa de quatro cômodos em que morava, além da mulher e dos 3 filhos, viviam a irmã com suas duas filhas.

---

[389]MARAUX, AméliaTereza Santa Rosa, Mar Negro,Um Estudo sobre os Estivadores do Porto de Salvador(1930-1950), Monogreafia, UFBA: 1993, p 29.
[390]O estivador descrito por Pierson tratava-se de Felipe Neri ou Filipe Mulexê ou Felipe Xango de Ouro. Landes, Ruth, **A Cidade das Mulheres...** p. 105.
[391] PIERSON, Donald, **Brancos e Pretos na Bahia**... p.102
[392] MARAUX, Amélia T. S. R., Mar Negro..., p.59
[393] Op Cit, pp.105 e 110
[394] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 43, Documento 3, Estante 198, Ano 1941.

No depoimento de Valdelice Alvezs dos Santos, sergipana, 16 anos, preta, afirma que Agenor dava-lhe muitos presentes, inclusive vestidos de seda. Ao ressaltar a qualidade do tecido dos vestidos presenteados, Valdelice a um só tempo nos deixa entrever que estes eram presentes caros, fora das posses e costumes dos pobres, como também tenta comprovar com isto a seriedade do compromisso. Agenor não lhe daria presentes dispendiosos se esta não fosse sua noiva, e este não tivesse intenção de com ela casar. A boa situação econômica dos estivadores é novamente atestada por Afonso Joaquim de Souza, 31 anos, estivador, ao contratar uma viagem de carro para passar a Sexta-feira Santa com a amásia, moradora de Itapoan, subúrbio distante e moradia de pescadores. Este pagaria a quantia de 50 mil reis sozinho, o que não era pouco, caso não achasse quem quisesse dividir com ele as despesas da viagem.

Ao estudar o trabalho na estiva, Maraux aponta que 88,64% dos estivadores eram não brancos, enquanto os tidos como brancos representavam apenas 7,16%, demonstrando que esta atividade possuía um recorde racial muito demarcado. Ainda segundo a autora, os antigos estivadores por ela entrevistados, associavam o trabalho na estiva à cor escura, os claros e morenos não queriam "*se sujeitar a esse tipo de trabalho, daí dando oportunidade aos de cor escura assumir*".[395] Essa característica racial do trabalho na estiva, como do porto como um todo, é confirmada pelos processos coligidos. Entre os réus e testemunhas que indicaram trabalhar numa das muitas atividades do porto e que foi possível confirmar a cor, apenas um deles foi descrito como branco, os demais eram pardos ou pretos.

Por fim vamos encontrar os trabalhadores dedicados às atividades agrícolas. Salvador, mesmo sendo a maior e mais importante cidade do estado da Bahia, ainda contava, ao longo dos primeiros 50 anos do século XX, com bairros de características

[395] MARAUX, AméliaTereza Santa Rosa, Mar Negro... P.69.

rurais onde se situavam roças, hortas, estábulos e chácaras, que abasteciam a cidade de leite, carne de porcos, galinhas, ovos, raízes, frutas, verduras e legumes diversos, provendo o comércio das feiras de toda sorte de gêneros alimentícios. Como agricultores vamos encontrar Januario Acácio da Silva, 25 anos, que declarou em seu auto de perguntas que era roceiro, e dono da roça em que trabalhava.[396] Em que pese a lógica mercantil que embalou a economia baiana e brasileira de sempre privilegiar a grande propriedade com cultura voltada para a exportação, o acesso à pequena propriedade foi historicamente possível, sob a forma de arrendamento, parceria e compras e assim pobres, negros e mestiços bem como ex-escravos foram conquistando um pedaço de chão e dedicando-se às culturas de subsistência.[397]

Na orla da cidade, nos subúrbios distantes como Itapoan, Lobato e Matoim, no qual residia Januario, e nas freguesias de Brotas e Cabula se localizavam as roças, chácaras e sítios que abasteciam a cidade. No Cabula vivia Lima Nunes[398], 16 anos, analfabeta, parda, morando com a avó, que possuía uma pequena roça na qual Firmino Martins da Silva, 27 anos, analfabeto, lavrador também morava sendo proprietário de uma roça vizinha à casa da avó de Lina, que contratava Firmino para alguns serviços que a idade lhe impedia de executar. Em Brotas, no Matatu Grande, João Manuel da Cruz[399], 28 anos, mestiço, analfabeto, possuía uma roça, declarando em seu auto de perguntas ser horteleiro. E foi lá que manteve relações sexuais com Esmeralda Machado de Almeida, 19 anos, mestiça. João era vizinho de Esmeralda, além de namorado, ambos moravam na rua da Lama, no Garcia, demonstrando que nem sempre as pequenas propriedades eram o local de moradia desses pequenos agricultores. Mas nem

[396] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Caixa 14, Documento 9, Estante 198, Ano 1929.
[397] Sobre o tema ver MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio**... 1998.
[398] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 15, Documento10, Estante 198, Ano 1928.
[399] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 26, Documento 7, Estante 198, Ano1932.

todos eram proprietários como Januario, Firmino e João Manuel. Cassiano Ramos[400], por exemplo, 33 anos, arador, trabalhava em uma chácara no Cabula, de propriedade de Vitor Wibiring, cuidando do pomar e das plantações. Nem todos os horteleiros/roceiros eram negro-mestiços, a exemplo de Ismael Bento[401], branco, português, com 30 anos, analfabeto, declarou ser horteleiro e proprietário da roça onde passou a viver em concubinagem com Maria da Silva Ramos, 20 anos, mestiça, doméstica, depois de seu defloramento. Maria envia petição ao juiz solicitando o cancelamento do processo, pois estava vivendo com Ismael que provinha seu sustento e do filho de ambos que nascera durante o transcurso do processo. Esta diz ao Juiz que se encontrava grávida do segundo filho de Ismael e, caso fosse preso, não haveria quem cuidasse da roça de onde Ismael tirava o sustento dela e do filho.

A análise das profissões declaradas por vítimas e réus envolvidos em crime de defloramento nos permite afirmar que a grande maioria deles possuía uma origem humilde, os poucos representantes dos segmentos médios e altos da sociedade indicam que os casos que os envolviam deveriam encontrar uma resolução no âmbito do privado, não carecendo a intervenção da justiça. O único caso envolvendo segmentos médios, com denúncia e processo, foi de Esther Maria de Castro[402], 18 anos, sem profissão, descrita como branca em sua certidão de nascimento e parda no exame de defloramento. Esther namorava Samuel Bedê Filho, 21 anos, estudante de medicina e empregado no Diário Oficial. Filha de um funcionário público, já falecido, ela vivia junto à mãe uma situação financeira folgada o suficiente para não precisar trabalhar para sobreviver, como ocorrera com Dulce[403] que, após a morte de seu pai, passou a empregar-se como doméstica. No depoimento das testemunhas fica claro o empenho da

[400] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 46, Documento 1, Estante 198, Ano 1944.
[401] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 27, Documento 4, Estante, Ano 1934.
[402] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 14, Documento 5, Estante 198, Ano 1929.
[403] APEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Diário da Bahia 1933, p1.

mãe e da irmã casada de Esther no sentido de casá-la sem alardes e sem o recurso de uma queixa policial. A fuga do noivo, três dias antes da realização do casamento civil, é que leva à denuncia. Natural do Ceará, Samuel fugira para lá. Sem outras alternativas, a mãe resolve denunciar o caso à justiça; a esperança era de que a justiça conseguisse prender Samuel em Fortaleza, trazendo-o de volta a Salvador para um casamento forçado.

Os outros casos tratavam-se de homens casados, "bem situados" social e financeiramente, envolvidos com moças pobres em relações que, apesar de terem sido tratados como defloramento, eram casos de estupro.[404] Zilda Gomes da Silva, 18 anos, trabalhava como copeira na casa do professor da Escola de Engenharia, Pedro Muniz Tavares, casado, 38 anos, quando foi por este estuprada. Nair Coelho da Silva[405], morena, 16 anos, datilógrafa, trabalhava no escritório de representação de Mariano Celestino da Silva, casado, 47 anos, quando foi forçada a fazer sexo com o patrão. Amélia Augusta do Sacramento, mestiça, 16 anos, costureira, trabalhava no atelier pertencente a Manoel Marcos Batista, casado, 44 anos, quando foi estuprada por ele no depósito da dita loja. Em todos os casos as vítimas afirmaram categoricamente terem sido forçadas a fazer sexo sob o emprego de força física e ameaças, o que caracterizaria o crime de estupro. Entretanto todos os casos foram conduzidos na justiça como crime de defloramento, em que pese os envolvidos serem homens casados legalmente o que inviabilizava qualquer forma de reparação pelo matrimônio.

---

[404] O Estupro e Defloramento constituem, pelo Código Penal de 1890, "*Crimes contra a segurança da Honra e da Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor*". A diferença entre eles é que no crime de estupro a condição de virgindade não constituiu condição fundamental para caracterização do ato criminoso e sim o emprego da violência, da força física ou moral (ameaça) para subjugar a mulher. Segundo Oscar de Macedo Soares no conceito de estupro "*a falta de vontade na mulher, assignala a diferença entre o defloramento e o estupro. No defloramento a Mulher consente, ainda que esse consentimento fosse obtido pela sedução, pela fraude, pelo engano (...)*". Enquanto o defloramento so se dá com mulheres virgens de menor idade, o estupro pode-se dar com mulheres de qualquer idade. Soares, Oscar de Macedo, Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Ed. fac-similar, Brasília: Ed. Senado Federal, 2004, p540. O Código Penal de 1940 traz poucas modificações em relação ao crime de estupro, constituindo o emprego da violência a condição fundamental para sua caracterização. O crime de defloramento é que apresenta diferença mais significativas, mas essas reflexões serão analisadas em capítulos posteriores.

[405] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 23, Documento 2, Estante 198, Ano 1932.

A atitude dos acusados revela que eles tentaram resolver a questão oferecendo quantias de dinheiro às suas vítimas, mais para que o escândalo não chegasse aos seus respectivos lares do que pelo receio de serem presos. Otavio Martins Barreto, bacharel e diretor da Casa de Detenção, após estuprar Esther Santos, [406] 18 anos, doméstica, parda, ofereceu a esta 150$000 e quando ela lhe disse que ia dar queixa, este disse nada recear, dizendo que "*fizesse o que bem quisesse*". O rápido arquivamento do processo, sem que o réu precisasse ao menos constituir um advogado, demonstra que o bacharel contava com o apoio dos seus pares para que o caso não fosse adiante. A profissão, a cor, o status e as relações pessoais que os réus possuíam eram decisivos para que, ao final, eles permanecessem impunes, mesmo que as vítimas contassem com o apoio da imprensa, como no caso de Nair Coelho da Silva, que teve seu caso divulgado pelo jornal Imparcial em artigo claramente favorável a ela e a sua versão dos fatos. O advogado constituído por Mariano Celestino da Silva usou a divulgação do caso na impressa para argumentar que seu constituinte estava sendo vítima de um plano de extorsão por parte da família de Nair que objetivava não a reparação da virgindade perdida, mas auferir lucros com o caso.

Nos outros casos envolvendo homens abastados, as vítimas eram todas domésticas envolvidas com parentes da casa de seus patrões e nos quais havia um envolvimento amoroso oculto, anterior ao defloramento. Igualmente aos anteriores, eram homens casados, e a relação pressupunha uma concordância tácita de viverem amasiados, sem que a relação oficial fosse desfeita. Todas as "vítimas" eram menores de idade, mestiças e que viam nessas relações a possibilidade de uma vida financeira segura. Para Euridice Mattos[407], 15 anos, parda, ex-interna da Santa Casa de Misericórdia, cujos serviços haviam sido contratados pelo Coronel Athalidio Caldeiras,

[406] APEB Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 22, Documento 11, Estante 198, Ano 1932.
[407] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa7, Documento 4, Estante 198, Ano 1927.

tornar-se "manteúda" de Otto Fonseca de Andrade, cunhado do Coronel, fora justificado por esta como uma "*forma de melhorar de vida*". Para Izabel dos Santos Lima[408], 19 anos, mestiça, a relação com Diomedes Ribeiro, "*seu rapaz endinheirado faria dela uma dona-de-casa, deixando de viver empregada nas casas aléias*". Nestes casos, o processo foi instaurado por pais e responsáveis que, ao darem queixa na polícia, demonstravam desacordo com a decisão das jovens de viverem um relacionamento com um homem casado. As razões para estes desacordos serão analisadas mais adiante.

Esses relacionamentos, mesmo não tendo as garantias legais de um casamento, poderiam ser duradouros e produzir o amparo financeiro desejado, como indicam os depoimentos. A opção dessas jovens pode ser entendida no contexto do desprestigio do trabalho que exerciam já que todas trabalhavam no serviço doméstico, mas indica também as poucas vias ascensionais para as mulheres pela via do trabalho formal remunerado. Com relação à atividade profissional, a maioria delas era do serviço doméstico, operarias de fábricas ou costureiras, sendo que apenas as costureiras/bordadeiras possuíam um maior investimento na sua formação profissional dada as especificidades da profissão. O trabalho em lojas e escritórios, apesar do prestigio, não estava acessível a todas elas, pois dependia de uma formação educacional e técnica, como no caso das datilógrafas, que a maioria não tinha como conseguir, além da necessidade de uma adequação fenotípica que o tornava pouco acessível à maioria delas. Temos que contar também que alinhado aos preceitos de civilização e modernidade reinantes no Brasil, desde o final do século XIX, na Bahia, a construção do ideal feminino passava pela família, pelo casamento e pela maternidade e pela mulher dedicada às tarefas do lar, amparada e protegida pelo homem provedor. E para

[408] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 56, Documento 8, Estante 198, Ano1941.

realizar esse ideal é possível que para muitas delas valesse a pena dividir com outra mulher o mesmo homem.

Não foi possível diferenciar de forma precisa o tempo de escolarização entre as ofendidas e os acusados envolvidos nos processos de defloramento. Aqueles que eram alfabetizados e possuíam escolarização declaram apenas saber ler e escrever, assim como vítimas e réus semi-alfabetizados, que mal assinavam o nome, em alguns casos, também declararam saber ler e escrever. Pensados no conjunto dos processos e em relação aos que não sabiam ler, teremos que 19,3% das defloradas eram analfabetas contra apenas 8,4 dos homens implicados. Se considerarmos o grupo dos que declaram saber ler e escrever, teremos novamente um maior número de homens alfabetizados (69,5%) que de mulheres (60,3%) ainda que essa diferença apresente índices um pouco menores que as taxas de analfabetismo.[409]

No geral, as mulheres pobres, negras ou mestiças, usufruíram pouco do aprimoramento educacional e das oportunidades profissionais que a boa educação propiciava, sendo-as como um todo desfrutadas pelos homens. Tal relação só pode ser entendida no contexto das assimetrias de gênero[410] que prevêm atribuições diferenciadas para homens e mulheres nas relações familiares, cabendo aos homens o papel de provedor, mantendo mulher e filhos com seu trabalho. Os papéis de gênero assim distribuídos valorizavam o trabalho masculino em detrimento ao feminino, fazendo com que os recursos familiares, quando existiam, fossem empregados no aprimoramento

[409] Ver em Anexo Tabela 19 - Réu Segundo o Grau de Instrução e 20 - Vitima Segundo o Grau de Instrução.

[410] Segundo Besse os mecanismos de modernização e reatualização das relações assimétricas de gênero no Brasil entre os anos de 1914 à 1940, no qual processou-se um rápido processo de desenvolvimento urbano-industrial, as mulheres dos segmentos médios e altos foram as que mais usufruíram das maiores liberdades decorrentes "da economia de consumo, das crescentes oportunidades educacionais e profissionais, das novas funções femininas no setor de serviços. As mulheres das camadas populares impossibilitadas de usufruir das mesmas oportunidades educacionais e profissionais abertas pela economia urbano-industrial, tornam-se cada vez mais dependente economicamente de seus maridos. BESSE, Susan K. no Livro **Modernizando a Desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**.São Paulo: Ed. USP,1999.

educacional dos homens em detrimento das mulheres. Casos como o de Nair Coelho da Silva, colocada para aprender datilografia "*com grande esforço de seus pais*" na *Escola* "*Urania Oficial*" [411], de Odette Ferreira de Freitas[412], 18 anos, parda, filha de um funcionário público, estudante e Olga Pinto de Carvalho Vasconcellos[413], 19 anos, branca, aluna do Instituto Normal, constituem exceções, no conjunto dos processos pesquisados. Com toda certeza, ser uma estudante gerava status para as moças de tal forma que Valdete Mariana do Nascimento[414], 15 anos, preta, em 1948, ao depor no processo de defloramento aberto por seu tio e tutor, Feliciano Vivaldo do Nascimento, contra Paulo Scheffier, 21 anos, comerciário, branco, seu namorado, declara ter por profissão "ser estudante". Um mês depois no seu exame no Instituto Médico Legal, Valdete refaz as declarações sobre sua profissão, declarando ser uma costureira de instrução primária.

Em **Suor**, Linda, o personagem feminino central na trama amadiana, frequentou a escola enquanto a madrinha pôde custear, mas a penúria fizera "*andarem por Ceca e Meca, até pararem no sótão do 68. Um habito, porém conservara – o de não deixar Linda trabalhar. Sonhava um noivo rico pra a afilhada*". [415] Na lógica burguesa da Madrinha de Linda, um bom casamento e trabalho não eram compatíveis, e a instrução de Linda visava aprimorá-la para o casamento. Para um bom consórcio matrimonial, Linda precisava ser resguardada em casa até ser "encontrada" pelo homem que a alçaria da miséria à condição de esposa. A vivência dos dramas pessoais e coletivos, no 68, vai transformando a jovem Linda, que já pensa em trabalhar fora, para o horror de sua madrinha, que via no desejo de trabalhar da afilhada a inviabilização dos sonhos e esperanças de casá-la bem.

[411] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Imparcial, 1930 p1.
[412] APEB Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 28, Documento 2, Ano 1935.
[413] APEB Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 18, Documento 9, Ano 1930.
[414] APEB Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 29, Documento 4, Ano 1948.
[415] AMADO, Jorge, **Suor**... p 301

A educação feminina visava treinar a mulher para a sua função primordial de esposa e mãe, e não para a vida profissional fora de casa. Em "*Cartas a uma Senhora*", Maria Abúndio da Silva, reiterava esses propósitos educacionais, recomendando que esta deveria "*torná-la uma perfeita administradora do lar*".[416] Em a *Paladina do Lar,* de 1913, a professora Cordula Spinola de Atahyde, ao discutir a validade do ensino profissional para as mulheres, alerta que este seja adequado em "*harmonia com a delicadeza e a fraqueza de sua compleição e as funções a que seu sexo a destina*", [417] ou seja, a costura, as artes – desenho, pintura e bordado - culinária, escrituração e a função de professora. Esta educação não visava desviar a mulher de sua "função natural de esposa", mas prepará-la para a eventualidade de não conseguir casar ao ver-se viúva, jovem e sem recursos, podendo dignamente prover seu sustento. Ser professora era considerado, por excelência, a profissão das mulheres fora do lar, uma vez que educar crianças fazia parte da sua função social.

Assim, os receios e anseios da Madrinha de Linda coadunavam-se aos preceitos e condutas considerados adequados a uma mulher. Ser uma trabalhadora ativa, saindo de casa para ganhar o pão de cada dia, ou uma moça instruída, com escolaridade, em alguns casos, foi usado contra as moças defloradas, sendo indicado como prova de que essas fossem mulheres "livres" e, portanto, não cabendo a proteção à honra reclamada. O advogado de Joselito Muniz, 21 anos, branco, instrução primária, Durval Pereira Fraga alega que Valdete dos Santos Reis,[418]18 anos, parda, não poderia ser considerada "*inexperiente*" como exigia o código, alegando ser ela "*normal, intelligente, lendo e escrevendo bem, tendo instrucção secundária*". Já o advogado de José Barboza dos Santos, ao tentar desacreditar a acusação de sedução prestada pela mãe de Maria Luiza

[416] SILVIA, Maria Abúndio da, Feminismo e Ação Feminina (Cartas a uma Senhora), Lisboa: Ed. Cruz e Braga, s/d, p. 199.
[417] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Revista Paladina do Lar, 1913, p. 281.
[418] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 44, Documento 2, Estante, Ano 1943.

da Conceição, parda, 16 anos, argumentou que ela era "*uma moça de 17 anos, nascida e creada na cidade, na fabrica e no cinema*" [419] não poderia ser tomada por ingênua e, portanto, o elemento moral, fundamental para que a denúncia fosse considerada procedente, não existia. Enquanto o trabalho na fábrica, a vivência na cidade, a diversão (o cinema), a instrução e a inteligência eram colocadas como prova de que se tratava de moças que não mereciam crédito, José Barboza dos Santos, o ex-namorado de Maria Luiza da Conceição, era descrito como um rapaz "*injustamente caluniado em sua boa fama de trabalhador Honrada*". [420] Assim como José Barbosa, muitos réus tiveram sua atitude de descumprir a promessa de casamento relativizada por testemunhas de defesa, advogados e, até mesmo, por testemunhas de acusação, por conta da sua condição de trabalhador honesto.

Viveiro de Castro, no famoso texto *Os delitos Contra a Honra da Mulher***,** de 1936, apontava para as dificuldades de se definir o significado de Mulher Honesta. Para ele Honestidade, que o código buscava proteger, era a "*inexperiência, a ingenuidade das menores contra as seduções, os enganos e as fraudes*" [421]. A inexperiência e a ingenuidade eram características das "moças de família", ou seja, aquelas que haviam recebido a proteção da família mediante uma rígida educação pautada em preceitos morais, recato, castidade e pudor. Uma "moça de família" não saía sozinha à rua, não frequentava lugares suspeitos ou cinemas, bailes e praças sem um responsável por sua honra, - o pai, a mãe, um irmão ou um parente e não trabalhava fora de casa. Em oposição a essa noção de honestidade feminina, a honestidade masculina advinha do caráter de trabalhador, pois um homem trabalhador era, por definição, um respeitador da lei, como analisou Esteves. Na sociedade burguesa em formação, o atributo de

[419] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 6, Documento 3, Estante 198, Ano 1926.
[420] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 6, Documento 3, Estante 198, Ano 1926. Grifo nosso.
[421] CASTRO, Viveiro, **Os delitos Contra a Honra da Mulher**, Rio de Janeiro: Ed Freitas Bastos, 1936, p 64.

trabalhador torna-se um qualificativo positivo fundamental para um acusado num processo de defloramento.[422]

A mesma lógica foi usada para desacreditar a acusação feita por Leocádia Maria de Jesus contra Januário Acácio da Silva, 25 anos, acusado de deflorar Martinha Maria de Jesus, preta, 17 anos. Segundo o advogado de Januário, Martinha havia trabalhado como doméstica, durante um ano, na casa de uma professora em Itapagipe, longe da mãe e de seus cuidados. Mesmo sendo descrita pelos seus vizinhos como trabalhadeira, honesta e boa filha, sua denúncia foi julgada improcedente pelo Juiz. Ainda que possamos argumentar tratar-se de uma estratégia da defesa, esta era produzida dentro de uma lógica estabelecida segundo os ensinamentos médicos, que considerava o trabalho um elemento deturpador da moral feminina. O trabalho feminino fora de casa foi amplamente condenado pela literatura médica do período e, segundo essas mulheres, consideradas como portadoras de uma "franqueza moral" inerente a sua "natureza feminina", estariam sujeitas a corromper-se e prostituir-se [423] sem o amparo da família, trabalhando fora de casa.

Ainda que entre os pobres ter bom procedimento era sinônimo de ser trabalhador e essa definição fosse estendida também às mulheres, como atesta o depoimento das testemunhas no processo de Martinha, que foram unânimes em associar o bom procedimento dela e da mãe ao fato de serem trabalhadoras, ter um marido ou, ao menos, um homem que as amparasse, era considerado importante tanto para as testemunhas do processo como para os operadores do direito envolvidos no processo. Tal importância pode ser medida pela grande recorrência de processos e queixas de defloramento, amparar a jovem deflorada, principalmente se estivesse grávida, foi o

[422] ESTEVES, Martha de Abreu, **Meninas Perdidas. Populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pp. 78/79.
[423] MATTOS, Maria Izilda Santos de, **Âncoras de Emoção. Corpo, subjetividade e sensibilidades**, São Paulo: EDUSC, 2005, p. 51.

mote de muitas queixas. Mas, em contrapartida, evidenciava igualmente que essas moças conduziram suas vidas e suas relações amorosas desafiando normas e preceitos do que seria o “bom comportamento feminino” na vivência de seus desejos, na luta pela sobrevivência.

Parte III

A FLOR DA PELE: RELAÇÕES AMOROSAS, NAMORO E SEXO

Na Bahia
Grão de amor é forte medra
E eu sou flor da Bahia
Semeada em chão de pedra
Flor da Bahia
Que oferece a primavera
Desse grão
Dessa flor
Desse chão
Desse amor

Capítulo 6

"Expectativas, irreais e desleais": O processo e suas especificidades

"Tudo que quer me dar
É demais, É pesado, Não há paz
Tudo que quer de mim
"Irreais, Expectativas, Desleais"
Boa Sorte – Vanessa da Mata.

Em 1901, Susana Barbosa de Seixas deu queixa do defloramento de sua filha, Amélia Constança de Seixas. De acordo com registro feito na Delegacia da 1ª Circunscrição, a queixa foi feita nos seguintes termos:

> "*Diz Suzana Barbosa de Seixas, casada com Guilherme Alexandre Frederico de Seixas e que reside à rua Carlos Gomes, n.102, distrito de São Pedro, que tendo em sua companhia desde (sic) outros filhos menores, a de nome Amélia Constança de Seixas, com 16 anos de idade, foi esta por sedução e engano deflorada por Adalardo Bacellar empregado na casa comercial de Madim e Companhia, à rua do Conselheiro Dantas em a noite do dia 17 de Janeiro do corrente ano, fato este que só chegou ao conhecimento da suplicante em dias da semana última.*
> *Que o fato praticado pelo referido Adalardo segundo confessa a ofendida em um quarto de uma casa no Sangradouro, em a noite do referido dia, para onde seu sedutor a levara, que este com promessas de casar-se com a referida menor sua filha teve entrada de sua residência.*
> *E por que não possa a suplicante por ser minimamente pobre como em tempo provará, e bem assim a menoridade da ofendida perseguir o seu ofensor vem fundada no art. 274 $1ª do Cod. Penal apresentar a V S. sua queixa para serem tomadas as providências necessárias.*
> *A suplicante apresenta como testemunhas do que alega, Francisca, Emilio de tal, residente à Barroquinha, Idalina de tal, João, cabelereiro, amigo de Adalardo Barcelar, Guilhermina Ferreira Barbosa e Alzira, esta irmã e avó da ofendida, e Paulo de tal."* [424]

[424] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 09, Caixa 01, Estante 198, Ano 1901.

As queixas de defloramento que inundaram as delegacias dos bairros soteropolitanos e os processos delas decorrentes foram palcos de contendas que estampavam as manchetes dos jornais, produziam fervorosos debates jurídicos, dividiam opiniões, separavam casais ou uniam, pela força da lei, namorados e noivos que, renitentes, recusavam-se a cumprir a promessa de casamento feita às namoradas e noivas. Na contenda que se estabelecia, além dos personagens principais, os namorados/noivos, outros indivíduos viam-se envolvidos no caso, parentes, amigos, vizinhos eram chamados a prestar seus depoimentos relatando os fatos que dariam foros de verdade à história narrada pela vítima e seu representante junto às instâncias legais: delegacias, tribunais.

O crime de defloramento[425] foi o dispositivo legal que visava proteger a honra sexual das "mulheres honestas". Definido como "*cópula completa ou incompleta com mulher virgem, de menor idade, tendo na grande maioria dos casos, como conseqüência o rompimento da membrana hymen, obtido o consentimento da mulher por meio de sedução, fraude ou engano"*[426]. Esta definição, contida no Código Penal 1890, distingue dois elementos básicos: de caráter material - a existência física da virgindade, ou seja o hímen, e a menoridade (de 16 a 21 anos); de caráter moral - o engano, a fraude, a sedução. [427] O crime de defloramento fazia parte Título VIII Dos Crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor, Art. 267 cuja pena prevista era de 1 a 4 anos de prisão celular.

O Defloramento não constituía o único crime sexual punido pelo Título VIII, além dele estava previsto o Rapto, o Lenocínio, Adultério e o Ultraje Público ao Pudor. O defloramento, portanto, fazia parte do conjunto de práticas sexuais consideradas

[425]SOARES, Oscar de Macedo, **Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Brasília – 1890**, Brasília: Senado Federal, 2004, p. 532.
[426]CASTRO, Viveiros de, **Os Delitos contra a Honra da Mulher**, Rio de Janeiro: Ed Freitas Bastos, 1936, p.57.
[427] SOARES, Op. Cit. 2004, p. 537.

ilícitas, definidas como Violência Carnal, da qual ainda faziam parte o Atentado Contra o Pudor, Corrupção de Menores e Estupro. A rigor, na definição dos crimes de Violência Carnal, somente as mulheres aparecem como vítimas, nunca os homens, que surgem no texto penal sempre como agentes do delito. Esta noção é claramente explicitada por Viveiro de Castro ao afirmar que "*o respeito pela honra da mulher não é um sentimento innato ao homem e sim uma conquista da civilização, a victória das ideas moraes sobre a brutalidade dos instintos*". [428] Corroborando esta noção, Oscar de Macedo Soares afirma, nos seus comentários ao Código de 1890, que nos códigos modernos o legislador "*preoccupou-se da honra da mulher e garantio-a contra os assltos do homem pela severidade da punição*" [429]

Assim, o crime sexual nasce como uma forma de controle sobre a sexualidade, ditando os limites daquilo que era considerado "normal", o socialmente aceitável e punindo todas as práticas classificadas como desviante. A lógica do texto penal, entretanto, baseava-se numa percepção desigual entre homens e mulheres, reforçando imagens que colocam a mulher como frágil, sexualmente apática e indefesa frente ao desejo masculino. O homem potente, viril teria como condição intrínseca à sua natureza o desejo, somente controlável pela repressão social em prol dos bons costumes. Apesar do texto penal se orientar por uma percepção heterossexual hegemônica, o que a priori torna toda e qualquer prática homossexual como desviante, a expressão dessa sexualidade heterossexual teria de se dar dentro de limites considerados aceitáveis, nesse sentido, analisa Abreu, a entrada em vigor do código republicano de 1890 "*teria um grande papel na organização de uma política voltada para disciplinar os comportamentos sexuais e amorosos*". [430] Na medida em que o Código Penal, assim

[428] CASTRO, Viveiros, Op Cit, p.11.
[429] SOARES, Op Cit. p. 533.
[430] ABREU, Marth, "Meninas Perdidas". PRIORE, Mary Del (Org.), **História das Crianças no Brasil**, São Paulo: Ed. Contexto, 2004, p. 292.

como os livros de Medicina Legal, as Teses Médicas e os textos jornalísticos produziam estudos e avaliações sobre a conduta sexual da população, iam também estabelecendo diferenças entre o que era considerado um comportamento sexual "normal" e o "patológico", [431] visando assim "*educar a população para adotar valores morais 'civilizados', incluindo a valorização da honra sexual feminina, como uma medida de estabelecer a ordem e o progresso*". [432]

A punição do crime do defloramento se prestaria sobremaneira à tentativa de implementação de uma nova conduta sexual e afetiva. Alvo de debates, tanto nos bairros onde moravam as vitimas e seus sedutores, em que a socialização da informação pelo falatório dos vizinhos, que muitas vezes tornavam-se testemunhas dos processos, os casos de defloramento geravam grandes comoções, sussurros, opiniões formadas no ouvir dizer, como também dava margem a bombásticas reportagens nos periódicos Soteropolitanos, em que os articulistas produziam incisivas condenações aos comportamentos sexuais e amorosos considerados desregrados. Nesse sentido, os jornais baianos tiveram um papel preponderante na divulgação desses ideais e valores, cumprindo um papel pedagógico de educar a população ao difundir e formar opiniões acerca do acontecido. [433]

---

[431] A cerca do tema tratado pela bibliografia da época ver: SOARES, Oscar de Macedo, **Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Brasília – 1890,** Brasília: Senado Federal, 2004, p. 532. PEIXOTO, Afranio, **Sexologia Forense**, São Paulo: Cia Ed Nacional, s/d; CASTRO, Viveiros de, **Os delitos contra a honra da mulher...** 1936; GUSMÃO, Chrysolito de, **Dos Crimes Sexuais**, 1ª Ed 1920, 5ª Edição, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981. O debate sobre a prostituição também foi um tema candente entre os médicos da época a exemplo de: SANTOS, Angelo de Lima Godinho, Influencia da Prostituição sobre a Sociedade Atual, tese de doutorado, Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1909; Silva, Samuel Dutra da, O Casamento e a Prole, tese de doutorado, Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1915. Sobre as discussões atuais ver: GIDDENS, Anthony, **A transformação da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**, São Paulo: Ed. UNESP, 1993, pp.27-45, assim como os textos citados ao longo desse capitulo.

[432] Caulfield, Sueann, "Que virgindade é essa"? A mulher moderna e a reforma do Código de Penal no Rio de Janeiro, 1918-1940, **Revista Acervo**, vol. 6 no. 01/02 (jan/dez), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996, p. 171

[433] SOARES, Maria do Socorro Ferreira. A Tarde e a Construção dos Sentidos. Ideologia e Política (1928-1831), Dissertação Mestrado, Salvador: UFBA, 2002, pp. 60/70. No seu estudo sobre o Desterro, antiga capital de Sta. Catarina, Joana Pedro analisa a importância dos veículos de comunicação como normatizadores dos comportamentos femininos e masculinos através de imagens idealizadas que explicitavam formas que deveriam ser assumidas como também aquelas a serem evitadas. PEDRO, Joana Maria, **Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. Florianopolis: Ed. UFSC, 1994, PP 35-37.

Namoros escandalosos, encontros furtivos, comportamento das moças, o comprometimento oficial do namorado, a opinião que os vizinhos possuíam do comportamento de ambos, a forma como advogados de defesa e promotores interpretavam os depoimentos, a condenação, o casamento, a absolvição do acusado ou sua impronúncia serviam como um reforço às condutas consideradas como desejáveis e para a repressão das condutas indesejáveis. Dessa forma, o debate em torno da moral sexual e seus desdobramentos para a ordem social e a civilização dos costumes ganhavam a ordem do dia; na República, esse debate ganhara um tom mais incisivo à medida em que políticos, juristas, médicos, jornalistas e a Igreja produziam críticas ao que denominavam desregramento dos comportamentos sobre a honra sexual de homens e mulheres. [434]

Em 1916, o jornal *A Cidade* estamparia em primeira página longa reportagem sobre o caso do defloramento de *Etelvina Ubelina de Carvalho*, praticado pelo seu namorado, o ex-sargento da Brigada Policial, *Edgard de Freitas*. Todos os detalhes do encontro dos enamorados, os passeios, o noivado e a fuga, poucos dias antes de realizar-se o casamento.[435] Tomando conhecimento do caso por citação em edital, o *A Cidade* passou a buscar o paradeiro de *Edgard de Freitas*, num "*esforço de reportagem",* declara o jornal*, "no sentido de auxiliar a policia e a justiça da terra, no descobrimento do paradeiro do autor de um crime que, pelas circunstancias especiais de que se revestiu (a astucia, a fraude, a fuga) tanto emocionou a nossa sociedade*". [436] Prender e fazer Edgard de Freitas reparar com o casamento a virgindade perdida por Etelvina Ubelina de Carvalho era tido pelo jornal como uma mensagem aos homens de que a justiça faria pagar o delito praticado. Para as mocinhas sonhadoras, o jornal alertava a

[434] Entre os comportamentos combatidos o Alcoolismo, a Vadiagem, a Prostituição, o Jogo ganharam um maior destaque, sendo seguido pela critica ao Cinema e as Festas. A condenação a estes últimos terá um forte condicionamento de classe uma vez que somente os locais freqüentados pelos populares serão alvo das condenações.
[435] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, 17 de Junho, 1916 p 1.
[436] BPEB, Setor de Periódicos Raros, 18 de junho 1916, p1.

desconfiar dos homens, jamais ceder aos rogos sexuais antes do casamento, por mais que elas tivessem comprometidas com os namorados, e estes tivessem uma conduta aparentemente honrada. A mensagem contida no texto jornalístico é clara, por mais honrado que fosse o rapaz, pois até o delito e a fuga, Edgar era tido como *"(...) um simples mantenedor da ordem publica*", a moça teria necessariamente de conter seus avanços, haja vista que era da "natureza" do homem uma virilidade exacerbada que poderia descontrolar-se frente a uma preza fácil.

Foto 15

Grande reportagem policial

"A Cidade" descobre o paradeiro de Edgard Freitas e indica-o á policia

Um dos nossos reporters conseguiu obter uma carta e o retrato do querellado

E' ASSIM QUE FAZEMOS REPORTAGEM

Ha dias que o «Diario Official» vem publicando um edital do juiz de direito da 2ª vara crime concebido nos seguintes termos: Eu, o Doutor Alvaro Pedreira de Cerqueira, Juiz de Direito da 2ª Vara Crime da Comarca desta Capital e seu

Dado e passado nesta cidade do Salvador Capital do Estado Federado da Bahia, aos 19 de Junho de 1916. Eu, Arthur Gregorio da Silva, escrivão o escrivi. (Assignado) *A. Pedreira de Cerqueira.* Está conforme *Arthur G. da Silva.*

Lendo este edital, um dos nossos activos reporters, poz-se em campo.

Onde estaria Edgard Freitas? Aqui nesta Capital, em Sergipe, em Pernambuco?... Ninguem sa-

baixa da Brigada Policial e poz-se a fresco clandestinamente.

Assim pensou e melhor o fez.

Preparou as malas, deu baixa do serviço e..... raspou-se.

A senhorinha Etelvina, não se conformando com tão longa ausencia, vendo-se ludibriada por aquelle que lhe fizera a sua desdita, tudo narrou á familia.

Esta incontinenti constituiu advogado que, apezar de ingentes esforços, nada conseguiu até o presente.

Foto de Edgar de Freitas - BPEB, Setor Periódicos Raros A Cidade, 1916.

O debate sobre o namoro de Edgard de Freitas com Etelvina Ubelina de Freitas não constituía uma exceção nas reportagens jornalísticas, poucos meses depois, o jornal voltaria a divulgar novo caso de defloramento. Sob o sugestivo título "*O caso Maria da Gloria. A villania do sedutor*", *A Cidade* relatava mais um caso de defloramento, envolvendo um casal de namorados *Maria da Gloria* e *Ceciliano Nazareth Filho*. Segundo o relato, eles haviam entretido namoro em junho de 1917 e saiam a passeios e cinemas durante os quais, diz Maria da Gloria, "*Ceciliano a respeitava*". Na "*noite de 25 de Setembro*", indo Ceciliano à sua casa "*reforçou em palestra suas promessas de casamento, conseguindo então desvirginal-a*". Maria da Gloria acaba grávida e abandonada por Ceciliano, que se recusara a casar. Transcrevendo trechos da carta de rompimento do namoro mandada por Ceciliano à sua namorada, avalia o articulista, "*della só se salva o trecho abaixo, que esteriotypa perfeita e claramente o moral, ou, em verdade, caracteriza a mesquinhez do d.Juan barato, a quem, se a justiça não punir com as suas penas, os homens devem desprezar, porque o sedutor é um elemento daninho no seio da sociedade*." [437] Teria o articulista ciência das dificuldades para punir um deflorador? Com toda certeza sim.

O caráter "*daninho dos sedutores*" dava-se porque a prática sexual deveria estar restrita ao casamento, respeitável e autocontrolado, como se depreende das palavras de Oscar de Macedo Soares nos seus comentários ao código penal,"*a castidade é uma virtude moral que prescreve as regras para o uso dos prazeres do amor* (...) [e] *pode existir no casamento*".[438] O lar conjugal era o único local considerado seguro para a criação de filhos, a ilegitimidade, a que estava condenado o filho que Maria da Gloria

[437] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, 20 de novembro de 1917, p 2. Grifo nosso.
[438] SOARES, Oscar de Macedo, **Código Penal da Republica**... p. 534. Segundo Caulfield a CBHS – Conselho Brasileiro de Higiene Social, fundada no Rio de Janeiro em 1925, encampou campanha para modernizar a família no sentido de transformar as paixões desregradas em relações racionais e higiênicas e ganhou amplo apoio de vários juristas, a exemplo de Nelson Hungria, grande crítico do código penal de 1890. CAULFIELD, Op Cit, p. 171. O objetivo de higienizar o casamento tornando-o civilizado permaneceu vigente ao longo do período estudado e teve no combate aos crimes sexuais, em destaque para o de defloramento uma via privilegiada para colocar em prática tais objetivos.

esperava, e que, em grande medida, fora tolerada no século XIX,[439] sofrerá um duro golpe com o Código Civil de 1916, quando a legislação impõe restrições ao reconhecimento dos filhos ilegítimos. [440] Filhos fora do casamento, sem a presença de uma família guardiã composta de mãe protetora da prole e pai-proveder, estariam condenados a uma vida irregular, pois só a família, regenerada, monogâmica, legalmente constituída estaria apta a produzir cidadãos capazes de encampar o progresso da nação que se buscava constituir, [441] como argumentou, em 1915, o jovem médico baiano Samuel Dutra da Silva

> *"O casamento, em toda sociedade civilisada, tem por fim a união do homem à mulher, conforme as leis estabelecidas, tendo como fim a ventura, e a prosperidade que devem resultar dessa união. O seu duplo fim social é a progenitura, e boa educação physica e moral dos filhos, para que venham a ser homens virtuosos, e cidadãos úteis à prole e à nação".* [442]

Note-se que o casamento é definido como uma união que deveria gerar prosperidade, e esta é entendida tanto do ponto de vista material como moral. É do casamento, base na qual se assenta a família, que nasceria a tão desejada nação civilizada brasileira. O temor que rondava a perda da virgindade, pela mulher, fora do casamento é que, despertada para o gozo físico e sem o amparo familiar ou um casamento que a pudesse proteger, acabasse se prostituindo. Para o médico Luiz Gomes Defeus:

> "*o exercicio genesico [o ato sexual] e a sua completa satisfação constitui uma necessidade funcional e indispensável, tanto para o macho como para a fêmea, no estado de casamento, independente da função geradora (...). E, digo no estado de casamento, porque o celibato absoluto – quer elle seja determinado por vocação, quer por*

[439] MATTOSO, Katia M. de Queirois, **Bahia Século XIX. Uma Província no Império,** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp.133-139.
[440] GRINBERG, Keila, **Código Civil e Cidadania**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 46.
[441] MATOS, Maria Izilda Santos de, **Âncoras de Emoção. Corpos, subjetividade e sensibilidades**, São Paulo: Edusc, 2003, p. 67- 71; SOIHET, Rachel, **Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.247.
[442] AMMS, Tese de Medicina, Samuel Dutra da Silva, O Casamento e a prole, 1915, p4.

> *impedimento permanente – não sendo o apetite despertado nem excitado, nem satisfeito, os órgãos geradores atrofiam-se ou caem n'um estado de letargia muito compatível com a saúde principalmente quando a explosão da puberdade foi dominada e passou sem efeito funcional*" [443]

Para este, uma vez que o desejo jamais fosse despertado por qualquer forma de excitação genésica, o controle sobre a pulsão sexual se daria sem maiores esforços, e, como indica o texto, o controle do corpo deveria ser iniciado na puberdade, já que é neste momento que o corpo, em transformação para a idade adulta e procriativa, despertaria para o sexo. Assim como Defeus, o médico baiano Samuel Dutra da Silva argumenta

> "*é na puberdade que este instinto mysterioso e natural surge e o individuo sente o desejo de amar; a alma se expande, o coração se enternece, o pensamento se enche de ilusões as mais queridas e, ao despertar d'este sonho fictício e deparar com o individuo de outro sexo, este desejo, esta necessidade orgânica e sexual precisam ser satisfeitas. Surge então o casamento como a lei social, exigida para occultar ou evitar os epithetos de mancebia ou prostituição*". [444]

A contenção do sexo dentro dos limites do casamento aparece também como uma solução para o que o médico considera dois outros problemas - a mancebia e a prostituição. No seu texto, mancebia e prostituição aparecem indistintamente associados, como se o segundo fosse consequência do primeiro. A conexão entre defloramento, abandono e prostituição surgem tanto nas teses de medicina como na fala policial. Para o médico Angelo de Lima Godinho Santos

> "*a falta de repressão severa aos defloramentos grande contingente presta a esta perniciosa instituição. As leis penaes que são rigorasas para o menor attentado aos interesses materiais, não punem porém, aquelles que, da virgem que poderia ser uma mãe de família honesta, feliz e exemplar – fazem uma desgraçada, uma infeliz e muitas vezes uma criminosa.*

[443] DEFEUS, Luiz Gomes, **A Defloração e Violação das Donzellas,** Lisboa: Empreza Publicadora, s/d, p57/58.
[444] AMMS,Tese de Medicina, Samuel Dutra da Silva, O Casamento e a Prole,1915, p. 3. Grifo nosso.

> *Que poderá fazer uma rapariga inexperiente, seduzida, retirada do lar, deshonrada e abandonada sem recursos?*
> *(...) A Única culpada e sobre quem deve recair toda a censura – é a justiça publica, que cega muitas vezes por conveniências torpes, não obriga esses miseráveis sedutores a reparar as faltas cometidas".* [445]

Para os médicos, além de engrossar o contingente de prostitutas baianas, os defloramentos impediam a conformação de famílias "saudáveis", desviando as mulheres pobres do caminho da maternidade e da família legalmente constituída. É interessante perceber que no texto de Santos, o defloramento aparece como um problema somente das camadas pobres, das mulheres "*retiradas do lar", "abandonadas sem recursos*", à "*miséria*" e à "*ausência da educação*".[446] É provável que tal percepção decorresse do fato de serem as famílias pobres as que mais procuravam a polícia para arbitrar as contendas em torno do defloramento de suas filhas, sendo mais rara tal medida nos segmentos médios e altos da população, que geralmente resolviam tais questões no privado, o que em si dificultou nossa investigação já que usamos por excelência os processos de defloramento em que presença desses segmentos é escassa.

Os defloramentos, quando ocorriam no seio das elites soteropolitanas, eram resolvidos mediante os acordos privados, as vantagens financeiras e a interferência da família, que costumava conseguir um "noivo abafa o caso", não deixando muitos indícios dessas ocorrências. Em seu depoimento, *Leonor Santos dos Prazeres*[447], nos relatou o caso de uma jovem, branca de "*família de condição*", moradora do Rio Vermelho, bairro ocupado pelos segmentos médios e altos da população baiana. A desafortunada, deflorada pelo noivo, que fugiu à responsabilidade do casamento, foi forçada pelo pai a casar-se com o motorista que servia à família. Leonor, que na época trabalhava nesta mesma casa costurando o enxoval da

[445]Memorial de Medicina. Santos, Angelo de Lima Godinho, Influencia da prostituição sobre a sociedade actual, Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1909, pp. 11/12.
[446] Idem Ibidem, pp.11/12
[447] Entrevista concedida por Leonor Santos dos Prazeres em 15 de Março de 1993.

noiva abandonada, assistira aos reveses da sorte que sobre aquela se abatera e ao casamento forçado com o pardo motorista, a quem a nubente dizia detestar, nos momentos em que conversava com a jovem costureira. O Casamento se convertia em um instrumento capaz de apagar os erros do passado e resgatar a aura de respeitabilidade perdida pela família em decorrência da "falta" cometida pela moça.

Identificar ocorrências de processos envolvendo algumas famílias dos segmentos médios só foi possível após determinar a condição financeira destas, o que representou uma tarefa árdua já que, para que o processo corresse como uma ação pública, sem ônus, a família tinha de apresentar atestado de pobreza, o que era invariavelmente concedido nas delegacias.

Tabela 8: Atestado de pobreza

Atestado de Pobreza	No	%
Sim	289	75,46
Não	9	2,35
Não Consta	85	22,19
Total	383	100,00

APEB, Série Defloramento

Como vemos na tabela acima, 75,46 % das defloradas apresentaram atestado de pobreza. Os processos restantes, em que não havia esse atestado, dava-se pelo extravio do documento, já que se tratava de famílias pobres ou de processos incompletos. O único caso em que o processo corre como uma ação privada foi o de *Bellanisia de Amorim Telles*[448], 15 anos, preta, sabendo ler e escrever, costureira, filha legítima de *Laurindo Rosendo Telles*, artista sapateiro, dono de uma oficina de sapateiro na qual trabalhava como aprendiz de sapateiro, *Edgard Santos*, o acusado de deflorar Bellanísia. Laurindo contratou o advogado *Ranulpho Contreiras* que acompanhou o caso desde o

[448] APEB, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 10, Estante 198, Ano 1922.

inquérito policial e pagou aos cofres públicos a quantia de 12 mil reis pela inquirição das testemunhas, auto de qualificação e interrogatório nos auto de processos. No exame de defloramento, constatou-se estar Bellanísia grávida de 5 meses, o que talvez explique todo investimento do pai de Bellanísia em vê-la casada. De toda sorte, tratava-se de uma próspera família de negros, haja vista ter ela podido arcar com as custas do processo e os honorários do advogado contratado, cujo "mal passo" da filha poderia empoar as pretensões ascensionais o que justificaria o alto investimento. No processo não consta a sentença final do juiz e não se sabe se o esforço do pai de Bellanísia redundou no casamento desta com Edgard, mas a tentativa de resolver a contenda sem a instauração do processo, ainda na instância da delegacia, foi tentada com o estabelecimento do prazo de 30 dias para a realização do casamento que, segundo o advogado de *Edgard Santos*, foi obtido tal comprometimento do seu cliente por meio de "*de ameaças, bolos e chicotes*", indicando que seu cliente havia sido constrangido a assinar um termo de culpa.

Ainda que 75,46% dos processos contivessem o Atestado de Pobreza, pela profissão dos pais de algumas das ofendidas, buscamos inferir a condição financeira da família, como no caso do *Ester Maria de Castro*, branca/parda, sabendo ler e escrever, 18 anos, filha de funcionário público[449], de *Déa Célia Roschiln Martins*, branca, 16 anos sabendo ler e escrever, filha de um Tenente do Exército[450] e o de *Moema Lima de Aguiar*, branca, 17 anos sabendo ler e escrever, filha de um Coronel do Exército[451]. É interessante que em todos os casos a família atestou pobreza, mas tratava-se de moças brancas, cujos pais, na época do processo, já haviam falecido vivendo as famílias da pensão do morto o que justificasse o recurso ao atestado que garantia que o processo

[449] APEB, Seção Judiciária, Série defloramento, Estante 198, Caixa 14, Documento 05, 1929.
[450] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 01, Documento 07, 1902.
[451] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 01 Documento 02, 1907.

corresse como uma ação pública sem ônus para a família. Porém, pela profissão dos pais, podemos afirmar que as moças pertenciam ao nascente segmento médio baiano.

Como vimos no capítulo 5, Salvador possuía poucos setores que ofereciam bons empregos para a população e dentre esses estava o comércio, varejista e grossista, seguido pelo Funcionalismo Público e pelas Forças Armadas. O Estado era um grande empregador, o salário certo permitia o planejamento e a organização de uma vida considerada modesta, mas distinta, capaz de adquirir bens de consumo que a distinguia dos demais setores pobres da população. A percepção de que os Funcionários Públicos eram considerados um representante dos segmentos médios em formação na Bahia pode ser deduzida pela contenda entre o Promotor Público e o advogado de defesa, no caso do defloramento de *Izabel Lopes da Cunha*[452], mestiça, 17 anos, sabendo ler e escrever, quando este último contesta o atestado de pobreza apresentado pelo pai da jovem, Arthur Lopes da Cunha, Funcionário Público da Alfândega, afirmando que este não poderia ser considerado válido pelos vencimentos mensais desse.

Tais exemplos nos permitem concluir que os segmentos médios, ou o que pode ser assim designado na Bahia durante este período, ou seja, a pobreza honrada e descente, também recorriam à polícia e ao processo nos casos de defloramento de suas filhas, quer pelo falecimento dos genitores, como nos casos de *Déa Célia Roschiln Martins*, *Ester Maria de Castro* e *Moema Lima de Aguiar*, ou pelo fracasso de um acordo privado, como no caso de *Bellanisia de Amorim Telles* e de *Izabel Lopes da Cunha*, cujo processo foi aberto depois que as negociações entre seu pai, *Arthur Lopes da Cunha*, e o pai de seu namorado, *Symplicio C. Ferreira Titto* não resolveu a contenda em torno da realização do casamento.

Moças pobres, dos segmentos médios ou não e a pouca eficácia da justiça em condenar os deflorados podem ser percebidas tanto pelos números obtidos a partir do

[452] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 10, Documento 01, 1923.

resultado dos processos estudados para o período pesquisado, demonstrando que apenas 9,97% dos processos acabaram em casamento,[453] ou pelos exemplos analisados, haja vista que em todos eles o resultado final não foi o casamento, em que pesem os esforços empreendidos pelas famílias. Tal certeza levou os médicos *Ângelo de Lima Godinho* Santos e *Francisco Xavier Borges* a compartilhar da opinião comumente propalada pela imprensa local, que julgava a "*justiça pública*" como incapaz de coibir os desfloramentos pela punição dos "*miseráveis sedutores*"[454], cuja "*regra nestes delictos é a impunidade*".[455] Parecia haver certo consenso entre médicos e jornalistas, no entendimento de que a punição pelo casamento coibiria os defloramentos, pois tal atitude reprimiria a ação dos sedutores, permitindo-nos afirmar que, para estes, o defloramento era entendido mais como o resultado de um comportamento sexual masculino desregrado do que como "fraqueza moral" das mulheres. Para os médicos a fraqueza creditada às mulheres era de ordem "natural", cuja emoção e a pouca razão levava a atitudes impensadas. Mas, uma vez que estas estivessem iniciadas no sexo, sem a proteção do casamento, a "*fraqueza natural de suas emoções*" levá-las-ia à prostituição e ao crime, como abortos e infanticídios.[456] Tais percepções baseadas nas construções sociais em torno do masculino e feminino reforçavam sobremaneira a importância do casamento para as mulheres.

No relatório escrito pelo subdelegado da 2ª Circunscrição Policial, *Augusto Cesar Marques da Silva*, ao encaminhar o caso do defloramento de *Leonídia de Brito*,

[453] Ver Tabala 23 Sentença dos Processos no Anexo.
[454] Memorial de Medicina. Santos, Angelo de Lima Godinho, Influencia da prostituição sobre a sociedade actual, Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1909, pp. 11/12
[455] Memorial de Medicina. BOrg.es, Francisco Xavier, Prophylaxia da Syphilis, da tuberculose, do alcoolismo, Salvador: Faculdade de Medicina, 1907, pp.84/85.
[456] Em suas teses defendidas em 1907 e 1909 Angelo de Lima Godinho Santos e Francisco Xavier BOrg.es associam a prostituição em Salvador aos defloramentos de jovens pobres e abandonadas pelos sedutores. Além do crime de prostituição, dos 4 casos de infanticídios que encontramos no Arquivo Publico, todos tiveram como mote inicial o defloramento das jovens e o abandono das mesmas pelos seus namorados – APEBA, Seção Judiciária, Série Infanticídio, Caixa 1067/ 1060/1056, Documentos 02/ 20/09 e 10 anos de 1923, 1925,1935.

16 anos, mestiça, costureira, praticado por *Severiano Jorge dos Santos*, "chouffeur" de 21 anos, esta associação é novamente estabelecida:

> "*de todos os crimes e constantes de folhas deste inquérito é prova ruim e peor embora que de penalidade pequena. Jogar-se numa (sic) pobre e inexperiente criatura ao lodasal da prostituição, quando Ella na maioria dos casos, como patrimônio tem apenas a sua virgindade é dolorosa, é lastimável. Já por muitas vezes tive a ocasião de bater-me em prol de semelhante creaturas; até as portas do venerável Superior Tribunal de justiça*" [457]

Bretãs, no seu trabalho sobre a polícia Carioca, aponta para os casos de defloramento, haver uma ação conjunta entre as famílias das defloradas e a ação policial, no sentido de proteger a "*virtude das jovens*". Para ele, a pronta ação policial dava-se pelo receio de que a jovem deflorada terminasse na prostituição pelo abandono e fuga de seus "devedores". [458] Tal comportamento não estava restrito ao Rio de Janeiro, a polícia baiana comumente interferiu nos casos amorosos dos populares, encampando uma ação dura no sentido de fazer confessarem os acusados, não só obrigando-os a assinar termos de compromisso de realizar o casamento no espaço de 30 dias, como indo ao encalço das jovens que fugiam com os namorados, encaminhando-as às suas famílias.

Maria Josepha dos Anjos, vizinha da jovem *Mathilde Pereira Franco*, 20 anos, mestiça, costureira, deflorada pelo namorado *Ariston Francisco de Oliveira*, 22 anos, mecânico, relatou no sumário do processo que, quando o cunhado de Mathilde deu por sua falta em casa, "*alarmou e quando ia a sua procura viu que a mesma sahia da oficina do denunciado, em vista do que foi chamado um soldado pelo senhor João Tertuliano [o cunhado], que prendeu a menor no momento de sua sahida da oficina*

[457] APEB, Seção Judiciária, Estante 198, Caixa 18, Documento 8, 1930. Grifo nosso.
[458] BRETAS, Marcos Luiz, **Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**, Rio de Janeiro: ROCCO, pp. 182/187.

porem so conseguiu prender o denunciado no dia seguinte". [459] Mathilde namorava Ariston há um ano e, quando foi pega em atitude suspeita, foi presa. A interferência da Polícia, solicitada pelo cunhado, que era o responsável pela jovem órfã, visava fazer resolver o caso com toda brevidade, fazendo ambos confessarem o delito e pressionar Ariston a casar na delegacia sem a necessidade de um processo.

A continuidade deste caso indica que os esforços do cunhado de Mathilde e da Polícia não deram o resultado esperado, já que este tramitou até a fase da justiça, o que não teria acontecido caso eles tivessem casado, pois o crime de defloramento era extinto e deixava de ser punível quando o acusado casava com sua vítima. Deixar chegar ao tribunal favoreceu Aristom, já que o caso foi arquivado anos depois sem que jamais tivesse sido julgado. A ação da polícia, como no caso de *Bellanisia Lopes da Cunha*, para resolver o caso poderia se materializar em agressões e pressões aos acusados, como relatado pelo advogado de *Edgard Santos*, *Paulo Adamo Villas Boas*, ao afirmar que seu cliente havia se comprometido em casar na Polícia após sofrer "*ameaças*" e levar "*bolos*" e "*chicotadas*"[460]

O Recurso a Polícia significavam sempre a impossibilidade de um acordo privado, o que se depreende da queixa feita por *Otilia Ubaldina Evangelista da Silva*, mãe de *Lúcia Marta da Silva*, 14 anos. Disse ela,

> *"*(...) *sendo muito pobre, procurou o único caminho que tinha a seguir, isto é, procurou as autoridades policiais e apresentando queixa contra o senhor Manuel Dias deflorador de sua filha Lúcia Marta, queixa esta que retifica em todos os seus termos; que espera e confia no pronunciamento da justiça* (..)". [461]

[459] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 25, Documento 01, 1933.
[460] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 10, Documento 02, 1922.
[461] APEB. Seção Judiciaria, Série Defloramento, estante 199, caixa 68, documento 13, 1947.

Otilia reconhecia na instância policial um fórum capaz de resolver o conflito que se instaurara com a descoberta do defloramento e a recusa de Manoel Dias em casar com Lúcia Marta da Silva, confirmando o importante papel da Polícia no encaminhamento dessas contendas. Assim como Otilia, Arthur Lopes da Cunha, pai de Izabel Lopes da Cunha, recorre à Polícia após fracassarem as negociações para resolver o defloramento da filha, Izabel Lopes da Cunha, via um acordo privado.[462]

Em que pese que a associação entre defloramento e prostituição fosse recorrente nas falas dos delegados, médicos e jornalista, em um só processo encontro essa associação na fala daqueles que protagonizavam os casos de defloramento. Amélia Maria da Conceição, mãe de Maria Alice Conceição, doméstica, preta, de 14 anos, ao dar a queixa sobre o defloramento de sua filha diz:

> *"apella para os sentimentos de justiça e de humanidade de V.S. no sentido de que uma providencia seria a respeito da referida menor seja tomada por quanto foi a mesma estuprada pelo Sr. José Malaquias dos Santos, trabalhador na obras, do Ambulatório Augusto Vianna, situado no Bom Gosto do Canella, o qual com compressão (sic) de illudir a mesma e, assim predicar (sic) o crime que praticou. A peticiaria que é uma mulher desvalida recorre a V.S. afim de que seja amparada e não <u>venha ficar a sua filha na prostituição</u> (...)"*[463]

As circunstâncias em que ocorreu o caso do defloramento explica em grande medida o apelo da mãe de Maria Alice. Até o caso vir à tona, Amélia Maria vivia maritalmente com o acusado, José Malaquias. Este desvirginara sua filha quando ainda vivia com esta, mantendo relações sexuais esporádicas com a mesma que acabara grávida. Pelo depoimento da própria Maria Alice, fica claro que ela resolvera relatar tudo a sua mãe, pois descobrira que José Malaquias estava de casamento marcado com outra moça. No intricado jogo que envolvia vingança, traição, sedução e abandono, o

[462] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 10, Documento 01, 1923.
[463] APEB, Seção Judiciário, Serie Defloramento, Estante 199, Caixa 42, Documento 11, 1942.

recurso dramático à imagem da prostituição revela que ambas tinham a certeza do impacto que esta associação causaria indo de encontro à própria prática da Polícia no sentido de evitar que "moças honestas" acabassem se prostituindo em decorrência de seu desvirginamento.

A não associação entre defloramento e prostituição, recorrente em todos os processos, à exceção da queixa de Maria Alice Conceição, leva-nos a concluir que, para os populares, a perda da virgindade não levava à prostituição nem colocava fim às possibilidades de reconstruir a vida amorosa. Novos arranjos eram possíveis, e a prostituição, em que pesem os receios da elite, não constituía o fatídico fim da moça deflorada e abandonada pelo namorado. *Sancha Portugal Calasans*,[464] 17 anos, parda, do serviço doméstico, segundo o testemunho de *Christiano de Oliveira Pinto*, 47 anos, pescador, no sumário, após o rompimento com *Ignácio Freitas de Azavedo*, 17 anos, artista cabeleireiro, Sancha amasiou-se com outro homem, com o "*qual vive à rua da Calçada*". Foi também mediante o depoimento das testemunhas no sumário de culpa, na fase do julgamento do processo, que foi informado estar *Euzilina Alvez dos Santos*, 18 anos, modista, branca, amasiada com um "chauffer". A demora que levava a tramitação de um processo na justiça, que poderia levar anos, acabava por propiciar o desinteresse no resultado deste, fazendo com que muitas delas buscassem na constituição de novos laços amorosos e no amasiamento uma nova oportunidade de organizar a vida.

Amasiar com o acusado também era uma possibilidade, *Maria da Silva Ramos*,[465] 20 anos, parda, doméstica, depõem em juízo que já se encontrava vivendo com *Ismael Bento*, 30 anos, branco, português, de quem já havia tido um filho e estava à espera de outro. O trabalho e a organização de uma vida independente, com um futuro amoroso incerto, aparecia também como uma possibilidade. *Maria das Virgens da*

[464] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 06, Caixa 04, Estante 198, Ano 1919.
[465] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.

Anunciação Viana,[466] 18 anos, preta, copeira, após ter sido deflorada e ter ficado grávida do namorado, *Pedro dos Santos Silva*, 21anos, funcionário da Ferrovia Leste Brasileiro, mandou seu filho recém-nascido para a companhia da família, que ainda residia no Acupe, município de Sto. Amaro, voltando a trabalhar como doméstica. A solidariedade de pais, avós, parentes e amigos era fundamental nos casos em as vítimas convertiam-se em mães-solteiras. *Zélia Walkyria Santiago*,[467]16 anos, parda, modista, ficou grávida do namorado *Waldyr Freitas Guimarães*, que lhe abandonara quando o estado de gravidez e de deflorada vem à tona e a avó de Zélia tenta obrigá-lo a casar, não aceitando sua proposta de amasiar-se com sua neta. A avó de Zélia, em carta desesperada e condenatória à atitude de Waldyr, reitera sua intenção de ajudar a neta, inclusive de mudar de endereço para recomeçar a vida.

As moças que acabaram prostituídas estavam envolvidas em um conjunto de circunstâncias, pois, além do fato de estarem defloradas, a pauperização das famílias, as poucas oportunidades de trabalho, a ação de cáftens e caftinas, além da possibilidade de ganharem muito dinheiro em pouco tempo contribuíam para uma decisão extrema.[468] No cruzamento da variada documentação colhida para este trabalho, não encontramos nenhum processo ou relatório policial que envolvesse moças defloradas no período estudado que se houvessem convertido em prostitutas após o defloramento.

A prostituta era o estigma, o contra-ideal, a imagem ao avesso, que "*instituía as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis*", [469] reforçando o ideal da boa moça, honrada, comedida, controlada e assexuada, assim como da dona-de-casa e mãe de família honrada. O fantasma da prostituição associado

[466] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 13, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934
[467] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Caixa 30, Estante 198, Ano 1935.
[468] Sobre o tema ver SANTANA, Nélia, A Prostituição em Salvador (1900 – 1940), Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1996, cap II.
[469]Rago, Margareth, **Os Prazeres da Noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo(1890-1930),** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p 41. Sobre prostituição ver também Santana, Nélia de, A Prostituição Feminina em Salvador (1900-1940), Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1996, p. 46; Soihet, Rachel, **Condição feminina e formas de violência**..., capitulo IV.

aos defloramentos comumente reiterados por médicos, jornalistas, delegados, cumpria, na verdade, um importante papel na limitação da liberdade feminina que a urbanização e a modernidade traziam com os "novos tempos", esta fazia parte da política de contenção do desejo e do controle da sexualidade feminina, cujo objetivo visava disciplinar o comportamento sexual e amoroso, ditando os limites do socialmente aceitável, ao qual o crime de defloramento, como discutido no início, se prestava sobremaneira.

6.2 Quem será julgado e por quem?

A análise dos relatos jornalísticos nos indica que entre os vários setores que emitiam opiniões sobre as circunstâncias na qual se davam os casos de defloramento, os jornais tendiam sempre a posicionar-se contra o comportamento masculino, eram os homens os alvos preferenciais da condenação jornalística nos casos de defloramento. No discurso condenatório ao nosso já conhecido *Ceciliano Nazareth Filho*, fica claro que mais que o dano pessoal provocado na vida de *Maria da Gloria*, abandonada grávida,[470] o grande mal dos sedutores era social, pois produziam filhos fora do casamento e colocavam em cheque o grande projeto de progresso e de civilização da sociedade. De que maneira mulheres como *Maria da Gloria* e *Etelvina Ubelina de Freitas*, dentre outras jovens envolvidas em processo de defloramento, poderiam assumir suas funções de mãe e formadora de futuros trabalhadores e cidadãos brasileiros fora do casamento? Esse dilema aparece de forma recorrente nas ruidosas reportagens que ao longo do período viravam manchetes nos vários jornais pesquisados ao longo do período estudado, mas os sedutores não eram os únicos a serem condenados.

Além dos namorados o outro alvo sobre o qual se dirigiam as críticas jornalísticas eram as mães. O "mau passo" dado pelas filhas, ou seja, fazer sexo fora do

[470] BPEB, Setor de Periódicos Raros, 20 de novembro de 1917, p 2.

casamento era creditado à pouca vigilância, ao pouco cuidado das mães sobre as filhas. O *Gazeta de Noticias* sob o titulo "*Revoltante. O crime dos Paes. Uma menor embriagada e depois...deshonrada.O Juiz de Orphans não deixará o crime ficar impune* " relata o defloramento de uma menor de 13 anos praticado pelo espanhol *Manuel Adam*. Ainda que o jornal tenha sido incisivo na condenação de Adam como um "*individuo que para satisfazer os seus instintos bestiais, não trepida em embriagar uma infeliz menor*", a grande critica é mesmo dirigida à mãe, *Maria Adelaide de Aragão Marques,* que descumprindo seu papel de mãe vigilante e zelosa ao fechar os olhos "*aos namoricos da filha*". Usando como exemplo o descuido de *Maria Adelaide*, o articulista tece duras críticas ao comportamento das mães.

> "*Revoltante é o fato cuja narrativa ora nos move a Penna.*(...) *Tal fato, que revela a pervesidade do instintincto do autor da deshonra da creança, nos suggere também algumas considerações sobre a pouca vigilancia de certos Paes, que fecham os olhos aos namoricos das filhas, acoroçoando-os muita vez (sic), pois não raro se os encontram por ahi, mães pricipalmente, que consentem que as filhas, pobres creanças inexperientes, passeiem até tarde da noite com os seus derriços que com elles freqüentem bailes e vão a convescotes. Dessa facilidade criminosa é que resultam factos como o de que vamos occupar.*
> *Certo é que elles dimonuiriam grandemente, se, quando essas condescendentes mães se quixassem à autoridade competente da deshonra de uma filha, se apurasse, para o devido processo, a responsabilidade que tiveram no caso pela liberdade que concederam à victima, lhe permitindo os tais passeios e a cera até deshoras na janella*.[471]

Se a atitude de *Manoel Adam* era condenável, ainda mais seria a da mãe da jovem deflorada que não cumprira seu dever de vigiar os passos da filha. A delimitação de papéis no âmbito da família fica bem estabelecido pelo articulista que em que pese inicialmente referir-se aos "*paes*" , a grande crítica é na verdade endereçada às mães,

[471] BPEB, Setor de Periódicos Raros, 13 de Janeiro de 1913, p.3.

pois era a esta que cabia a educação e aperfeiçoamento físico e moral dos filhos, "*agente familiar da higiene social*" e "*baluarte da moral da sociedade*"[472]

Condenar as mães e os responsáveis pelas jovens defloradas foi um recurso usado de forma recorrente pelos advogados de defesa. O argumento girava sempre em torno de liberdades concedidas de forma indevida às moças que, sem ter quem as vigiassem, acabavam perdidas e impingidas a homens inocentes. Em 1923, o advogado *Cynerio Soares da Cunha*, argumenta em defesa de *Honorio Jeronymo de Sant'Anna*, Cabo do Exército, 18 anos, sabendo ler e escrever, que "*veio apresental-o à sociedade, como um homem de bem, incapaz de attentar contra a honra alheia, enfim, como uma victima das esperteza de certas mães que ciente da desonhra da jóia que guardam procuram impigil-a ao primeiro incauto que se deixa fascinar pelo seu brilho*". [473] Duas imagens são acionadas pelo advogado, a honradez do Cabo, homem trabalhador, servidor da pátria, "*homem de bem*" e por isso mesmo incapaz de desonrar uma moça, e a vilania de mãe e filha que buscam um inocente para pagar pelo ato de outro. Alega este que *Adalgisa Gomes de Jesus*, 16 anos, preta, sabendo ler e escrever, do serviço doméstico, namorada de Honório, vivia "*ao leo da sorte, uma rapariga que servia de petisco à saldadesca*".[474] Dizer que Adalgisa vivia ao "leo" criava uma forte imagem de moça criada solta, sem regras nem princípios, como caberia a uma recatada moça de família. Ser o "*petisco da saldadesca*" insinuava que Adalgisa era na verdade uma mulher de vida livre, uma jovem já prostituída pelas liberdades indevidas concedida por quem lhe deveria vigiar os passos, a mãe.

Assim como as mães, tias e madrinhas, que assumiam o lugar das progenitoras na criação das jovens, em consequência de morte ou outras impossibilidades quaisquer

[472] MATOS, Maria Izilda Santos de, **Âncoras de Emoção** ... p. 110.
[473] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 198, Caixa 10, Documento 12, 1923.
[474] Idem Ibidem

que impediam as mães de fazê-lo, eram igualmente condenadas.[475] A testemunha de defesa Paulo de Oliveira Marques, 26 anos, alfaiate, vizinho de Maria Emilia de Sant'Annna, tutora e tia de Evarista Portella de Sant'Anna, 16 anos, parda, analfabeta, do serviço doméstico, afirma que Maria Emilia era "*pessoas que não se davam ao respeito*" vivendo "*em mancebia*" e que deixada Evarista "*em completa liberdade, permitindo que a mesma saia* (sic) *constantemente a passeio com namorados*"[476] Além da *Maria Emilia*, viviam mais duas mulheres na casa, uma delas também amasiada e a outra separada do marido, num arranjo muito comum entre os pobres em Salvador a que a escassez de moradias e os altos preços do aluguéis obrigavam-lhes a dividir um mesmo imóvel e as despesas pela manutenção deste.[477]

O fato de serem amasiadas e separadas foi assim descrito pela terceira testemunha de defesa, *Luciano Thomas de Oliveira*,38 anos, alfaiate, sabendo ler e escrever, "*sabe que estas mulheres são prostitutas, vivendo umas amaziadas e outras separadas do marido*", que "*a casa onde reside é um verdadeiro* '*cortiço*', *e sem vigilância, que a menor Evarista tem tido diversos namorados*".[478] Aqui é acionado o contraponto da prostituta para desacreditar uma união muito comum entre os pobres, o amasiamento e condenar a mulher que havia se separado do marido, quando o Código Civil de 1916 reiterava os preceitos conservadores da sociedade e mantinha a indissolubilidade do casamento.

Mesmo que consideremos que se tratava de testemunhas de defesa e, portanto, empenhadas em inocentar o acusado, ainda assim os argumentos usados para desacreditar a queixa de *Evarista* é dirigida a sua tia, *Maria Emilia* e às mulheres que com ela dividia as despesas da casa. Ambas as testemunhas, quando perguntadas sobre

[475] Podemos ver pela Tabela 24 que do total dos denunciantes 52,76% (201) eram as mães; 2,65% eram tias/tutoras. As mães eram as que mais compareciam as delegacias para prestarem queixa e cobrarem na justiça a honra perdida das filhas.
[476]APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 198, Caixa 12, Documento 01, 1925.
[477] SANCHES, Ma. Aparecida P, Fogões, Pratos e Panelas...pp. 48-50.
[478] Idem Ibidem

o comportamento de Evarista, dizem que "*ella anda honestamente*". O julgamento foi deslocado de *Manoel Sabino da Silva*, de *Evarista*, parcialmente, e centrado na tia, que não soubera educá-la por viver amasiada, por morar em casa coletiva, por conviver com uma mulher que abandonara o marido. Nessas circunstancias, sua tia não teria conseguido impingir a Evarista um comportamento condizente a uma "moça de Família", até porque não poderia servir de exemplo à sobrinha por ser a sua vida considerada desregrada. Evarista saía só, passeava de automóvel com o namorado, chauffer, sem ninguém a assegurar sua honra, ia a cinemas e ainda trabalhava fora de casa em uma fábrica.

A sistemática condenação às mães não encontraria uma recíproca à atitude de pais, padrinhos ou tutores. Sob o dramático título de "*Um Romance de Amor em 2 Actos. Da casa paterna a uma hospedaria de última classe*"[479]; noticiava-se o caso do defloramento, no qual era acusado *Mario Castilho*, empregado como auxiliar num escritório de importação, e a sobrinha do *Sr. Germano*, dono de um laboratório, negociante estabelecido "*na praça da cidade*". Sutis diferenças no tratar do caso deixam claro que o defloramento relatado envolvia representantes dos segmentos médios da cidade, a começar pela profissão dos envolvidos, destacada na notícia. Diferente de Maria da Gloria e Ubelina de Freitas, a jovem seduzida teve em toda a reportagem seu nome preservado, assim como o das outras mulheres da família, uma prerrogativa à qual o mesmo periódico não concedera às outras, numa clara solidariedade de classe.

Mas o que salta aos olhos é que nenhuma reprimenda é feita ao tio da jovem, o Sr. Germano, muito ao contrário ao tratamento dado às mães, tias e tutoras, toda a reportagem ressalta os cuidados do zeloso tio em proteger a honra da sobrinha, inquirindo sobre os antecedentes de Mario Castilho que lhe havia sido apresentado como pretendente da mesma. Descobrindo tratar-se Mario de um assíduo frequentador

[479] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, outubro de 1917, p. 2

de bares e de casas noturnas, suas intenções são recusadas, pois um jovem de "bem" não se entregaria a "infames" prazeres, narra a reportagem. Assim como as mães e tias, o Sr. Germano não conseguira impor à sobrinha suas restrições e, em que pesem as oposições do tio, a relação se mantém por cartas e a jovem acaba deflorada. Longe de condenar a falta de vigilância do tio, a reportagem destaca a deliberação da sobrinha que, assim como a das outras, resvalava em uma decisão individual de manter a relação amorosa guiada pelos preceitos românticos. Castilho, tentando defender-se da acusação, infama não o tio da jovem, mas a um membro feminino da família, a avó. Na delegacia, ao ser inquirido, diz ele,

> "*tratar-se de uma 'patota', de uma accusação infundada, uma calunia (...) Era verdade que tivera um ligeiro namoro com a senhorinha, (...) Muito há, porem, que deixou o namoro com essa menina, devido ao procedimento de sua avó, della, a qual, a elle declarante parecia uma verdadeira 'cafetina', pelo modo incorreto com que procedia com a neta, de quem exhibia o retrato a pessoas de pouca ou quase nenhuma importância*" [480]

A estratégia de Castilho demonstra que a relação entre honra familiar e honra feminina ainda se mantinha presente, reflexo de um forte moralismo no qual se assentavam as relações sociais. Atacar a conduta da "avó", como de "*uma verdadeira cafetina*", lança suspeitas sobre a honra de toda a família do Sr. Germano e, por tabela, busca por desacreditar a queixa prestada por ele. A estratégia de Castilho indica que o comportamento das mulheres continuava sendo considerado o reflexo da honradez da família. Fazer crer que um comerciante bem estabelecido fosse desonrado e capaz de mentir em juízo deveria ser mais difícil; os símbolos de honra dos quais ele se investia e era investido, "bom trabalhador" "pai de família", eram por demais poderosos para serem facilmente desacreditados. Já sobre as mulheres pairava sempre a suspeita de que

[480] Idem Ibidem.

a queixa fosse uma tentativa de golpe, de que se tratava de um plano urdido por elas ou por suas mães, avós, tias, para arranjar marido para uma moça desonesta. Expressões como "*infâmia*", "*mentira*", "*acusação infundada*", "*não era namorado*", "*vingança*", "*calunia*", "*chantagem*" ou "*não é o autor*" aparecem recorrentemente nas alegações dos namorados quando perguntados o motivo pelo qual eles estavam sendo acusados de haverem deflorado suas namoradas.[481] Como o casamento era um símbolo de *status*, um objetivo que se presumia fazer parte das aspirações de toda e qualquer jovem lançava sobre as mulheres a suspeita de não estarem dizendo a verdade.

A relação entre os defloramentos e as novas formas de sociabilidade que a urbanidade trazia, surgem de forma clara nas reportagens dos jornais. As novas sociabilidades, os novos divertimentos propiciavam intimidades perigosas entre os namorados. Como demonstramos anteriormente, Salvador passou por processos de transformação que deram à urbe outros significados para além do tradicional caráter comercial, militar e administrativo. Novos hábitos de lazer como olhar vitrines, frequentar casas de chá e confeitarias, ir ao teatro e cinemas, frequentar festas em clubes, cruzar a cidade em bondes e automóveis, passear em praças e jardins introduziam-se como hábitos comuns ao cotidiano da cidade que ganhava um novo significado: local de consumo de lazer. Neste sentido, os "tempos modernos" pareciam criar uma grande contradição, se a cidade estava sendo preparada para receber a família[482], propiciando-lhe novas formas de convívio e de lazer, estes propiciavam encontros, convivências, gostos que feriam diretamente os padrões da família patriarcal e a conduta desejada para homens e mulheres.

---

[481] Ver Tabela Motivo alegado pelo acusado

[482] Araujo, Rosa Maria Barboza de, **A Vocação do Prazer. A Cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco; Besse, Susan K., **Modernizando a desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940,** São Paulo: EDUSP, 1999.

Em 1917, sob um tom nostálgico e combativo, o jornal *A Cidade* fazia críticas aos comportamentos e divertimentos noturnos considerados prejudiciais à "saúde moral" da população:

> *"A vida Nocturna da cidade*
> *Do luxo dos 'clubs chics' à miséria da 'Pensão das Estrelas'*
> *Albergues e casa de tavolagem – O ' recreio S. Salvador'".*
>
> *"Outr'ora, o provincianismo carranca da cidade não permitia que o cidadão passasse as noites fora da calma honesta e pacata de seu lar.*
> *De volta do trabalho fatigante, a leitura dos jornais e o gamão, o vispora e o sete-e-meio em família enchiam metade da noite burgeuza do bahiano de então.*
> *Mas, os dias passam. Com o barulho ensurdecedor das sirenes dos autos, o habito de fazer vida 'chic' impoz-se.*
> *E hoje é muito comum os rapazes, ricos e pobres, fazerem la noce, em meio a brouhaba estonteante do cabaret, entre chanteuses danseuses e figurinhas encantadoras de 'femmes du demi-monde'.*
> *Os 'farristas' já são uma verdadeira legião Luzido é o seu 'Estado Maior'.*
> *Quem não conhece aquelle engenheiro, aquelle gerente, aquelle médico?*
> *E aquelle typo esguio de elegância distincta, parisiense?*
> *(...) A vida nocturna da cidade começa cedo, às 9 horas, quando a 2. Sessão dos cinemas entra a funcionar.*
> *A's 11 horas, o Largo do Theatro enche-s de 'noceurs'. Começa a romaria aos 'clubs'*
> *E emquanto nos 'cabarets' a onda humana se diverte, (...) Nos albergues os vagabundos repousam. Há-os na Gameleira, na Preguiça, no Taboão, no Saldanha e até num segundo andar no Pelourinho (...)*
> *Há casas de jogo de todas as espécies.*
> *A' rua do Bispo 7 funcciona, até as 10 horas, um concorridíssimo jaburu.*
> *A"rua Thomé de Souza 40, nos fundos do primeiro andar, há um lasquenet que se fecha ordinariamente, pela manhã.*
> *O '45' da Ajuda e 'o 10', fronteiro à egreja desse nome, são consolo aos jogadores de roleta e de lebre. (...)".*[483]

[483] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal A Cidade, maio de 1917, pp. 1 /2.

Para nosso articulista, a modernidade será a "mãe" de todos os desregramentos urbanos. Automóveis e cinemas, símbolos tecnológicos dos novos tempos, aparecem associados à prostituição, álcool, jogo. Ao analisar o mesmo período para a cidade do Rio de Janeiro, Caulfield[484] demonstrou como o discurso de importantes juristas brasileiros desse período apontaram as transformações urbanas como responsáveis por comportamentos desregrados só que, diferente do nosso articulista, a crítica desses recaía sobre o comportamento feminino, enquanto o alvo da critica no *A Cidade* eram os homens. O uso de termos franceses, considerado uma prática elegante da boa educação burguesa, ao longo da reportagem, daria à crítica um tom ácido e exageradamente irônico a demonstrar que o alvo da censura não eram os homens dos segmentos populares, preferencialmente, mas sim os dos segmentos altos e médios.

Para o articulista, com toda certeza, o comportamento das elites deveria ser exemplo de virtudes e não de transgressão às normas da tradição moral da família baiana, "*Médicos*", "*Engenheiros*" e "*Gerentes*"[485] estarem imiscuídos em casas de jogos, bares ou em prostíbulos eram tomados como uma inversão de valores na qual deveriam estar solidamente fincadas as hierarquias sociais baianas. Não podemos esquecer que a política de controle social desenvolvida desde o século XIX converteu "*características físicas, psíquicas e sexuais*" em "*insígnias de classe social*" e respaldou políticas de dominação que tinham no comportamento das elites um padrão a ser seguido pelos demais membros da sociedade.[486] Ainda que não explicitada literalmente,

---

[484] CAULFIELD, Sueann, Que virgindade é essa? A mulher moderna e a reforma do código penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940, **Acervo**, V. 9, no. 1-2 (jan-dez), Rio de Janeiro: 1996, p. 165/166. Os juristas analisados pela autora foram Viveiro de Castro e Nelson Hungria. Em ambos os casos a lógica desse discurso nostálgico é a mesma na qual se usa o recurso retórico de exaltar o passado como um momento de virtude moral em detrimento do presente, onde essas virtudes estariam degradadas.

[485] A presença do Gerente na fala do articulista como membro da elite decorria da importância do comércios para a economia baiana, como demonstramos na parte II, e comércio varejista e grossiste eram os grandes empregadores, imaginar os gerentes das casa comerciais em trocas sociais freqüentando os mesmos lugares que os empregados das lojas era uma imagem devastadora da quebra das hierarquias e consequentemente do caos social.

[486]ESTEVES, Martha de Abreu, **Meninas Perdidas.**...p. 28. Ver também ENGEL, Magali, Meretrizes e Doutores. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 23-29; COSTA, Jurandir Freire, **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989; SOIHET, Rachel, **Condição Feminina e Formas de Violência.** ... , cap. I e II; FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito, **Quem pariu e bateu, que balance!:**

outra quebra de valores que se pode inferir do discurso do nosso articulista diz respeito ao papel que homens e mulheres deveriam cumprir no âmbito das relações sociais e da família. Homens dados aos prazeres ilícitos com prostitutas, ao jogo, aos bares e cabarés não eram compatíveis ao papel de pais de família, homens provedores ou de esposos zelosos que deveriam resguardar mulher e filhos.

Como a profetizar tragédias, o *A Cidade* criticava os prazeres desregrados pelo relato do suicídio do Manoel Moreira Reis, "*um rapaz que desde cedo, frequentara casa de tavolagens*" [487]. Bem apessoado, conseguiu emprego como Guarda Municipal e pouco depois casou-se com uma viúva rica. Apesar da sorte, Manoel continua sua vid*a "de peralta, gastando toda a fortuna, que possuía, em clubs e lautas ceias, vivendo maritalmente com Annita Muller, mulher de vida airada, que em grande parte foi causadora da tragédia*".[488] Essa união levou-o a perder quase toda a fortuna da esposa em viagens, prazeres, roletas e casas de jogos junto à amante, prostituta estrangeira. Findo os recursos, falido financeiramente, *Manoel M. Reis* vê-se abandonado pela amante. Desesperado, dá um tiro certeiro na cabeça. A tragédia de Manoel era como uma confirmação de que os desregramentos advindos dos prazeres modernos, da confraternização com prostitutas, destruiriam a família e os homens que a ela se "jogassem". Manoel era pobre, mas branco e bonito, assim conseguira, valendo-se do físico e de boas relações, um bom emprego público e uma esposa rica, entretanto perde tudo, até sua honra e por isso, sentenciava o jornal, acabara morto.

Como vimos nos processos de defloramento, práticas como ir a cinemas e bailes, para as mulheres, ou frequentar clubes, bares e locais de jogos, para os homens, servia

---

Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940, Salvador: CEB, 2003, cap. 2; ASSIS, Nancy Rita Sento Sé, Questões de vida e de Morte na Bahia Repúblicana: valores e Comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas, Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBa, , 1997, cap. II e III; RODRIGUES, Andrea da Rocha, Honra e Sexualidade Infanto-Juvenil na Cidade do Salvador, 1940-1970, tese de doutorado, Salvador: UFBa, 2007, cap. III.

[487] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, outubro de 1916, p.1.

[488] Idem Ibidem

como elemento comprovador de um caráter reprovável. Em 1926, a queixa dada pela mãe de Maria Luiza da Conceição, parda, 17 anos, contra *José Barbosa dos Santos* foi questionada sob o argumento de que uma jovem criada "*na cidade, na fábrica e no cinema*"[489] não poderia ser considerada inocente e por isso mesmo não teria honra a ser protegida pelo Estado. O argumento do advogado de José Barbosa dos Santos não constituía simplesmente um recurso retórico, o Juiz Nelson Hungria argumentava, ao discutir o elemento da sedução no crime de defloramento, que o

> "*ambiente social moderno, com suas complacências e licenciosidades, apresenta-nos um typo de moça bem diferente (...) entraram de participar activamente do vórtice da vida quotidiana, disseminando-se nas officinas, nas repartições publicas, nas lojas commerciais, e foram eliminando, pouco a pouco, aquela reserva feminina que constituía o seu maior fascínio e traduzia, no mesmo passo, a força inhibitoria do apurado sentimento de pudor*" [490]

Assim, o meio urbano e o trabalho fora do lar eram considerados uma condição que dotava as moças de esperteza tornando-as capazes de defender-se de seus sedutores. Em 1929, a queixa dada pela mãe de *Martinha Maria de Jesus*, analfabeta, preta, do serviço doméstico, 17 anos, foi contestada pelo advogado de seu deflorador, *Januario Accacio da Silva*, roceiro, 25 anos, sabendo ler e escrever, sob a alegação de que Martinha havia trabalhado em casa de família desde cedo, vivera um ano com uma professora em Itapagipe, longe da casa materna. Mas não eram somente os advogados a usar o trabalho fora de casa para lançar suspeitas sobre o comportamento das jovens. *Braulio Alves Cerqueira*, pedreiro, 24 anos, preto, sabendo ler e escrever, diz em seu depoimento sobre a acusação de ter deflorado *Donatilla Costa Lima*, 17 anos, doméstica, preta, que ela não era bem procedida por viver empregada em várias casas.

[489] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 198, Caixa 6, Documento 3, 1926.
[490] HUNGRIA, Nelson, "Crimes Sexuais", In. **Revista Forense**, vol. LXX, Maio, Rio de Janeiro, 1937, p 220.

[491] Assim não era apenas o trabalho na fábrica[492] que poderia "desvirtuar" uma moça, como no caso de *Evarista* e *Maria Luiza*, tornando-a uma espertalhona, mas qualquer atividade profissional fora de casa.

O reforço em torno da associação mulher e domesticidade buscou incutir um comportamento próprio das elites aos segmentos populares soteropolitanos no sentido de restringir a autonomia[493] dessas mulheres que se sustentando com o fruto do seu trabalho e gerenciando independentemente suas vidas não se adequavam ao papel de esposa e mãe. Segundo Silva, a introjeção do padrão de domesticidade, próprio da família e da mulher burguesa, junto às camadas trabalhadoras embarrava sempre no fato das mulheres pobres estarem submetidas a longas jornadas de trabalho e por isso mesmo ausentes da casa a maior parte do tempo. As condições de trabalho impediam-nas de assumir a supervisão dos filhos, ou dedicar-se aos maridos, proporcionando-lhes o lar doméstico acolhedor, apregoado como a solução que tiraria os homens das tavernas, dos quiosques, dos cabarés e dos vícios. [494]

---

[491] APEBA, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 68, documento 08, 1946.

[492]Segundo Rago a fabrica era descrita como um antro, um lupanar um bordel capaz de ameaçar a honra feminina. "Com a crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho e a esfera publica em geral, o trabalho feminino fora do lar passou a ser amplamente discutido, ao lado de temas relacionados a sexualidade: adultério, virgindade, casamento e prostituição. Enquanto o mundo do trabalho era representado pela metáfora do Cabaré, o lar era valorizado como o ninho sagrado que abrigava a "rainha do lar"e o "reizinho da família". RAGO, Margareth, **Os Prazeres da Noite**.... pp.585/588.

[493]Analisando os mecanismos de modernização e reatualização das relações assimétricas de gênero no Brasil do inicio do século XX, que vivenciava um rápido processo de desenvolvimento urbano-industrial, Susan K. Besse, analisou a história da luta das mulheres pela conquista da igualdade de gênero demonstrando que se por um lado as mulheres das camadas médias e alta usufruíram de maiores liberdades decorrentes "da economia de consumo, das crescentes oportunidades educacionais e profissionais, das novas funções femininas no setor de serviços e do advento das imagens cinematográficas estrangeiras da melindrosa sensual e da jovem trabalhadora independente" , o mesmo não ocorre com as mulheres das camadas populares, que, se no século XIX manterem-se auto-suficientes, vão sendo destituídas dessa autonomia em decorrência da perda de terreno na competição no mercado de trabalho e pela impossibilidades de usufruir das mesmas oportunidades educacionais e profissionais aberta pela industrialização tornando-se dependente economicamente de seus maridos. Nesse processo de redefinição de papeis que geraram conflitos entre as novas perspectivas que se abriam as mulheres, questionando os valores herdados da ordem patriarcal, e os setores tradicionais da sociedade, o Estado é chamado a intermediar e resolver o conflito na medida em que "o processo de modernização pautou-se pela apropriação do poder patriarcal da família pelo Estado que em contrapartida institucionalizava o poder dos homens sobre as mulheres em leis e políticas sociais" que reatualizavam a dominação, ao mesmo tempo que se afinava aos ideais burgueses de direitos individuais . "Os novos papeis femininos puderam ser assimilados nas tradições patriarcais desde que racionalizados como um extensão para a esfera publica" das "capacidades inatas" das mulheres e não emancipasse-as da dependência mental, emocional e econômica dos homens. Besse, Susan K., **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de G6enero no Brasil, 1914/1940**,São Paulo: Edit. USP,1999.

[494] SILVA, Eliane Moura, "Trabalhadora normatizada: Mãe, esposa e dona-de-casa reguladas", **Revista de História**, São Paulo, v. 5/6, ano 1986/87, p.37. A mesma discusão em torno da associação do feminino a domesticidade como projeto a ser encampado para as camadas trabalhadoras foi discutido pela historiadora Catathrine Holl para a

O grande debate travado entre trabalho feminino e moral social dava-se no campo forças das contradições e conflitos de gênero por conta da redefinição do lugar social das mulheres, restrito ao lar, à casa e, assim sendo, o trabalho fora dela destruiria a família tornando os "*laços familiares frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães*".[495] E como a grande maioria das moças envolvidas nos casos de defloramento pertenciam ao segmento mais pobre da população baiana e necessitavam trabalhar para manter a si próprias e as suas famílias [496] seus pleitos já se iniciavam sob suspeita, pois a regra de reclusão doméstica era impossível de ser por elas realizada. Mesmo Martinha sendo descrita pelos seus vizinhos como trabalhadeira, honesta e boa filha, sua denúncia foi julgada improcedente pelo Juiz.

Na decisão fica claro que para os operadores da justiça, Martinha não tinha honra, como a concebiam os juristas, a ser protegida. Permanecera longa temporada fora de casa, longe da vigilância materna, crescera trabalhando em diversas residências que não eram a sua e, ainda por cima, as testemunhas de defesa afirmavam serem ambas frequentadoras de candomblé, inclusive fora no terreiro que frequentavam que sua mãe soubera de seu estado de gravidez e de seu namoro escondido com Januario Accacio da Silva.

Mas não era apenas o trabalho fora de casa que era capaz de desviar as jovens da boa conduta, Hungria elege ainda as "*revistas livres*", os "*filmes amoraes*", as

---

Inglaterra do século XIX. Assim como para o Brasil do século XX, na Inglatera do século XIX o reforço da virtude pelo trabalho e moralização dos pobres pela família tiveram nas ligas femininas religiosas, nas Escolas, nos Jornais e nos órgãos de repressão como a policia os grandes propagadores desses novos papais sociais que se queriam impigir, ainda que em ambos os lugares esse processo deu-se como resultado " de uma espécie de negociação entre dominantes e dominados, que resultou no surgimento de novos conceitos de dignidade e respeitabilidade, certamente influenciados pela burgeusia". Holl, Catherine, "Sweet Home", In. Perrot, Michelle, História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra, São Paulo Cia das Letras, 1991, pp 70 a 77.

[495] RAGO, Margareth, "Trabalho Feminino E Sexualidade", DEL PRIORI, (Org.) **História das Mulheres no Brasi**l, São Paulo: Contexto, 2000.p. 585.

[496] Como demonstramos no capitulo 6 da parte II, as atividades profissional a que mas se dedicavam jovens defloradas era o serviço doméstico perfazendo o total de 65% das profissões declaradas pelas jovens, seguido pela atividade como costureiras, 14,6%, e o comércio 2,3%. Ver dados da tabela 11 em anexo.

"*danças lúbricas*", os "*passeios de automóvel*" como causa da perda da inocência, em sua opinião, no mundo moderno, não havia mais a "*quem seduzir ou por que seduzir*".[497]

Ao produzir seus comentários ao código Penal de 1890, Soares estabelece como ponto de intercessão, "*no sentido genérico*", entre os crimes de Violência Carnal - Atentado Contra o Pudor, Defloramento e Estupro - a noção de Pudor, para ele pudor é um

> "*sentimento de vergonha, que experimenta todas as vezes que se percebe, vê ou faz em publico acções reprehensiveis, tais como as relativas à união dos sexos, ou outra qualquer que attrahe o desprezo das outras pessoas (...) Na mulher, uma das manifestações do pudor é o recato, que consiste em viver de modo a segurar sua honra e boa reputação respeitando e fazendo-se respeitar pelos outros. Pudor é também synonimo de decência, que significa – decoro, honestidade exterior, congruência e conformidade, que se deve guardar, no gesto, na conducta, no modo de trajar nas palavras, com os lugares, tempos, pessoas, edade, etc*"[498]

A honra sexual, considerada a base da família e por extensão a base da nação, tornou-se, na República, um componente fundamental da missão civilizadora sem a qual o projeto burguês republicano de ordem e progresso era considerado impossível de ser implementado pelos seus idealizadores. Mas este discurso incidiria diferentemente sobre homens e mulheres, uma vez que era na *honestidade sexual das mulheres* que estaria a *força moralizadora* da nação, pois sem esta haveria a *dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social.* [499] Se num primeiro momento o conceito de pudor tem uma definição geral aplicável a ambos os sexos, no desenvolvimento da conceituação percebe-se que, para o jurista, a noção de pudor vai se tornando cada vez mais uma condição feminina.

---

[497] HUNGRIA, Nelson, "Crimes Sexuais"..., p. 221.
[498] SOARES, Oscar de Macedo, **Código Penal da Republica**..., p534.
[499] CAULFIELD, Sueann, **Em Defesa da Honra.** ... , p. 26.

A busca por uma melhor conceituação que esclarecesse as definições legais decorria da imprecisão do que seria o elemento moral para a caracterização do crime de defloramento, a Sedução, o Engano e a Fraude. Ter que provar a sedução fazia com que o que parecia, na definição penal, uma disputa de fácil solução, impor pela força da lei a união matrimonial do homem com a mulher que ele havia desvirginado, na prática, convertia-se em conflitos nos quais diversas concepções sobre honestidade, virgindade, pudor, namoro, casamento e bom comportamento se defrontavam. A definição de mulher honesta, fundamental para que esta pudesse ter sua queixa julgada, e o processo tramitasse na justiça, era difícil de ser demonstrada, pois o que era considerado bom comportamento poderia variar para delegados, promotores, advogados de defesa e juízes e dificilmente se enquadrava nas noções de honestidade vivenciadas pelas classes populares[500] que, na sua grande maioria, eram os que procuravam na justiça a reparação da virgindade perdida.

Viveiro de Castro, no famoso texto *Os delitos Contra a Honra da Mulher***,** de 1936, apontava para as dificuldades de se definir o significado de Mulher Honesta. Para ele, honestidade, que o código buscava proteger, era a "i*nexperiência, a ingenuidade das menores contra as seduções, os enganos e as fraudes*"[501] A inexperiência e a ingenuidade eram características das "*moças de família*", ou seja, aquelas que haviam recebido a proteção da família mediante uma rígida educação pautada em preceitos morais, recato, castidade e pudor. Uma "moça de família" não saía sozinha à rua, não frequentava lugares suspeitos ou cinemas, bailes e praças sem um responsável por sua honra, - o pai, a mãe, um irmão ou um parente. A "família", a que se remete a expressão

[500]Segundo Esteves o discurso jurídico sobre a moralidade feminina, demonstra haver uma contradição entre as normas e valores apregoados pela elite letrada enquanto norma de conduta e aquelas vivenciadas pelas mulheres pobres no seu universo cultural. Como constatou a autora na análise desses processos, honra, virgindade, namoro e casamento possuíam valor e dinâmica diferente daqueles professados pelas elites, fazendo com que ao não se enquadra no padrão feminino esperado essas mulheres passassem a ser julgadas no lugar de seus "sedutores". ESTEVES, Martha de Abreu, **Meninas Perdidas**....

[501] CASTRO, Viveiros de, **Os delitos contra a honra da mulher**... p, 64.

do texto de Viveiro de Castro, era a dos segmentos altos e médios, e não a de moças como Martinha, e tantas outras, que teriam sempre que provar nos processos serem portadoras de "bom comportamento".

O significado de honra diferenciava-se quando se referia aos homens ou às mulheres. Para o nosso já conhecido *Januário Accacio da Silva*, 25 anos, roceiro, sabendo ler e escrever, acusado de deflorar a também conhecida *Martinha Maria de Jesus*, preta, 17 anos, analfabeta, sua honra estava no fato dele ser "*um pobre trabalhador, humilde, vivendo de sua roça"*, [502] como o descrevera seu advogado *Arthur da Costa Pinto Dantas*. A honestidade masculina advinha de seu caráter de trabalhador, respeitador da lei, como analisou Esteves, para as duas primeiras décadas do século XX. Na sociedade burguesa em formação, o atributo de trabalhador torna-se um qualificativo positivo fundamental para um acusado num processo de defloramento. [503] Assim, a ideia que se buscava passar é que um trabalhador ordeiro e honesto não se comprometeria com uma promessa de casamento nem desonraria uma moça "honesta".

Para as mulheres, a honra estava vinculada à virgindade, elemento de caráter material, de ordem física, mas do qual decorria o seu atributo de ordem moral, ou seja, sua honestidade, sua castidade, pureza e virtude. A ruptura do hímen gerava a perda da virgindade e, consequentemente, desprestígio social para as moças e suas famílias. A virgindade era considerada o "*supremo bem de troca para o matrimônio na família burguesa*" [504], perdê-la fora do casamento legítimo estigmatizava a jovem que deixaria de estar apta ao fim social de ser esposa, mãe e de formar uma nova família para o bem estar da Nação.

O controle do corpo pela educação dos sentidos e desejos é uma condição moral com a qual concordavam nossos juristas. Nas palavras de Viveiro de Castro, "*as moças*

[502] APEBA, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante198, Caixa 14, Documento 9, 1929.
[503] ESTEVES, Martha de Abreu, **Meninas Perdidas.**.. 1989, pp.78/79.
[504] AZEVEDO,Thales, **Namoro à Antiga. Tradição e Mudança**, Salvador, 1975, p.126.

de família, vivendo no recato do lar doméstico sob a vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos" [505] Artigos em jornais e revistas - como os veiculados no *Diário da Bahia, Adolescência é idade Perigosa* de Leotina Silva Busch[506], na *Paladina do Lar* "*Educação Doméstica*"[507] -, e nos livros de aconselhamento matrimonial - como no *Palavras Abertas sobre o Matrimonio* de Fulgence Meyer [508]-, ensinavam que os preceitos para a boa educação dos jovens, indistintamente, estava na vigilância, no cuidado com as companhias e no comedimento. A diferença que se fazia era somente no grau de atuação, pois as jovens careciam de um controle maior que os rapazes, mas, ainda assim, a puberdade e a adolescência eram descritas como uma fase perigosa em que qualquer desatenção poderia comprometer irreparavelmente o futuro de ambos.

Para as jovens, o defloramento fora do casamento é descrito como uma "*queda*" que as jogariam em estado de "*terrível apreensão e desgosto*" onde encontra o "*desprêzo e desdém do mundo frio e cruel*"[509] . Tanto quanto possível, recomenda o autor, a família deve buscar deixar "*a falta ficar em segredo – sem recurso à prática pecaminosa – deve-se guardar silêncio absoluto, por amor à boa fama, tanto da família como da pobre menina*" [510]. Para as jovens, o início da vida sexual fora do casamento gerava escândalos e dissabores para a família, como fora o caso de *Maria da Gloria*, abandonada pelo namorado, *Ceciliano Alves Nazareth Filho*, após ter mantido com este relação sexual. Costureira, com 19 anos, sem recursos, com o pai doente, internado no Asilo Sta. Izabel, e sem ter como fazer frente a todas as exigências legais, seu processo ficara parado na delegacia. Descobrindo-se grávida, *Maria da Gloria* acaba tomando

[505] *Apud* CAULFIELD, Sueann, **Em Defesa da Honra.** ..., p 77.
[506] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Diário da Bahia, 1941.
[507] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Paladina do Lar, 1917.
[508] Biblioteca Colégio Padre Ovídio, **Palavras Abertas sobre o Matrimonio**, Salvador: Mensageiro da Fé, 1947,p.114.
[509] MEYER, Fulgence, **Palavras Abertas sobre o Matrimonio**, [s.l.]: 1947, p 115.
[510] *Idem Ibidem*

um abortivo e entrando em trabalho de parto em plena via pública. Histórias como a dela estampavam-se nas manchetes dos jornais como um alerta às mães para os perigos que poderiam rondar suas filhas, mas, principalmente, como uma lição às jovens para que, nas palavras do articulista, não se deixassem levar pela *Obra perversa de um sedutor!* [511]

Para os jovens, diferentemente, os perigos adivinham da vivência do sexo sem os devidos cuidados, estava na exposição dos rapazes ao perigo de contrair doenças venéreas que poderiam comprometer a saúde, a vida conjugal e procriativa futura. O médico José Cesario da Rocha alertava os pais para:

> "*o jugo (sic) do matrimonio, tão suave quando em cada cônjuges, se vê uma mente sã em um corpo são, torna-se por de mais intolerável quando sobre elle pesa a terrível enfermidade que se chama syphilis(...) A prole desses enlaces infelizes lembra o fruto de arvore enfermiça, e, de filhos que [os] succedem (...) outra causa não é possível esperar sinão(sic) gerações degeneradas, verdadeiras vergonhas da sociedade*". [512]

Os médicos baianos escreveram recorrentemente sobre o mal da concupiscência que gerava a disseminação da sífilis, ceifava vidas e produzia uma geração débil, de filhos marcados pela doença dos pais[513]

Se para os segmentos médios e altos da população soteropolitana convinha manter o controle sobre moças e rapazes, retardando os comprometimentos amorosos para a fase mais madura, após os 18 anos, a puberdade, tanto feminina quanto masculina, para a população pobre e negro-mestiça era o momento em que se iniciavam na vida adulta com o dever de trabalhar e ajudar no sustento da casa, se é que já não o faziam desde a infância. Dos processos de defloramento pesquisados, 80% deles

---

[511] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, Dezembro 1917.
[512]Memorial de Medicina, ROCHA, José Cesario, **Syphilis e Casamento**, tese de medicina, Salvador: Faculdade de Medicina, 1906, p 20.
[513]Memorial de Medicina, ROCHA, José Cesario, **Syphilis e Casamento**..., p. 21/27; BRANDÃO, Octavio de Souza, **Do Casamento e sua Regulação**, Tese de Doutorado, Bahia: Faculdade de Medicina, 1906, p.90.

envolviam meninas com idade entre 13 e 18 anos[514] o que atesta a entrada dessas meninas na vida adulta muito precocemente, sendo percebidas nessa fase pelos seus familiares como capazes de assumir os compromissos de um relacionamento conjugal, legal ou não, como mães e donas-de-casa[515].

O que para Martinha Maria de Jesus e sua mãe, Leocadia Maria de Jesus, preta, solteira, analfabeta, lavadeira e lavradora, representava uma conformação familiar comum e honrada, viver modestamente de seu trabalho, com honestidade e ser bem quista pelos vizinhos e companheiros e companheiras de trabalho, que solidariamente compareceram a todas as etapas do processo, à delegacia e ao Fórum, para atestar a idoneidade de ambas, era visto com desconfiança pelos operadores do Direito. O desprestígio que atingia Martinha, sua Mãe, e todas as suas testemunhas, pois a nenhuma foi dado o devido crédito, advinha não somente por serem pobres, mas por sua composição familiar muito longe do que era considerado como "normal", "higiênica" e "saudável", baseado no casamento legal, na subordinação feminina ao controle e mando do homem, designado como "o chefe da família", provedor de mulher e filhos. Sua mãe jamais fora casada, concebera um filho em mancebia com um homem, seu pai, que permaneceu ausente de todo o processo, jamais mencionado, indicando que poderia ter, há muito, a ambas abandonado.

O princípio jurídico ensinava aos novos advogados que "*os precedentes da offendida e de sua família devem ser cuidadosamente examinados, pois indicarão si se trata de uma moça honesta*" [516]. Ainda que a família de Januario tivesse a mesmíssima conformação que a de Martinha, isto não era levado em conta no julgamento, que era produzido sobre os fatos da queixa, uma vez que num processo de defloramento não se julgava a conduta sexual do acusado e sim da deflorada. Ela é que tinha de fornecer as

[514] Ver tabela 26 Idade das Vitimas.
[515] RODRIGUES, Andréa da R, **Honra e sexualidade infanto-juvenil**..., p. 79.
[516] CASTRO, Viveiros de, **Os delitos contra a honra da mulher**..., p. 88.

provas para o processo, cartas, certidão comprobatória de menoridade, testemunhas que atestassem que eles eram namorados e, principalmente, convencer por palavras, gestos e atos ser uma mulher honesta e, portanto, merecedora da proteção da justiça.

O casamento, e o prestígio que dele advinha, era considerado a maior conquista que uma mulher poderia adquirir e desconfiava-se que mulheres "espertalhonas", visando encontrar quem as sustentasse, acusassem um inocente ou que, mediante chantagem, buscassem "*extorquir-lhes dinheiro, para negociar a desistência (sic) da queixa" [517]*. A consideração do casamento como a maior conquista feminina não estava restrita aos operadores do Direito, vamos também encontrá-la entre os médicos. Em 1915, Samuel Dutra da Silva defenderia sua tese intitulada *O Casamento e a Prole* que

> "*há condições e casos, que são applicados somente às mulheres (...) porquanto, é no casamento que ellas encontram o necessário para supprirem as suas precisões, como também com honradez, ficaram ao abrigo da miséria (...) a mulher deve sempre procurar o casamento como seu único arrimo (...). É então no casamento que Ella encontra o necessário para viver honestamente*". [518]

A relação que Silva faz entre casamento e sobrevivência material é clara. O nosso então jovem médico não considera possível haver uma existência social digna e honrada para as mulheres no trabalho remunerado, uma vez que a mulher que trabalha fora de casa estaria sempre à mercê da "deshonra" e da "prostituição". E este era notadamente o caso de Martinha que desde o 13 anos trabalhava para ajudar no sustento da casa.

O advogado de Januário, ciente da possibilidade de associar o pleito das defloradas a uma busca de ganho financeiro, assim se refere à queixa feita pela mãe de Martinha,

---

[517] IDEM IBIDEM, p.89
[518] SILVA, Samuel Dutra da, **O Casamento e a Prole**, tese de medicina, Salvador: Faculdade de Medicina, 1915, p. 19/20.

> "(...) *V.Exma. na leitura que há de fazer destes autos chegará a convicção de que Januario esta sendo alvo de perseguição atroz, porque para cobrar a supposta honra de uma menor, querem fazer-lo a 'pagar as favas que o burro comeu* (...)" [519]

Usando de uma metáfora nada lisonjeira e escancaradamente grosseira, o advogado acaba por atingir seu objetivo, levantar dúvidas sobre o elemento moral do crime, o consentimento por meio de fraude, o que acabou levando à absolvição de Januario.

Os desacordos quanto ao que fosse passível de ser creditado como promessa de casamento demonstram o quanto isso poderia ser diversamente entendido. Em 1930, Antonia de Jesus deu queixa do defloramento de sua filha, *Altamira Pereira dos Santos*, 17 anos, parda, praticado por *Álvaro Ribeiro Sanches*, 23 anos, comerciante. Segundo *Calvino José Brandão*, testemunha no processo e que conhecia Altamira assim como Álvaro, disse que "*na data em que teve conhecimento* [Altamira] *era tida como honesta, que há algum tempo passou a viver em concubinagem com Álvaro, que antes desse convívio de Álvaro e Altamira mantinham elles palestra denunciando namoro*"[520]. Pelas declarações das testemunhas, Altamira iniciara namoro com Álvaro e fora viver com ele após o defloramento. O fato de ter ido viver com Álvaro era para ela e sua mãe mais do que suficiente para comprovar o comprometimento dele em casar; que havia entre ambos um acordo privado de união marital a ser oficializado, provavelmente, quando pudessem arcar com as despesas que um casamento civil e/ou religioso acarretava. A quebra da promessa de oficialização de uma realidade que já era vivida de fato fora o mote da denúncia.

As descrições da relação que unira Altamira e Álvaro passavam pela constante ida dela à tenda de barbearia de sua propriedade onde ele trabalhava para levar-lhe o

[519] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 14, Documento 9, 1929.
[520] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento,Estante 198, Caixa 19, Documento08, 1930.

almoço, assim como receber dinheiro para as despesas da casa. Calvino e outras testemunhas, que trabalhavam no mesmo local onde ficava a barbearia, conheciam Altamira há oito meses, tempo que durou o relacionamento, dos quais quatro foram como amásia de Álvaro e todos confirmam ter sido ela namorada e posteriormente amásia de Alvaro. Tal acordo era rapidamente desacreditado, pois amasiar primeiro, casar depois, não era considerado como prova legítima de promessa de casamento ou comprometimento de qualquer espécie para uma relação matrimonial legal futura, e ainda depunha contra a honestidade da jovem. Foi o argumento ter sido amásia e não namorada de *Manoel Martins de Oliveira,* viúvo, 29 anos, chauffeur, sabendo ler e escrever, que o advogado deste, *Deocleciano Portella*, buscou desacreditar o elemento moral da promessa de casamento, argumentando que "*enquanto o denunciado vivia em companhia da supposta offendida e poude suatental-a esta não se lembrou de que tinha uma honra a defender, no que foi acompanhada pelos seus parentes"*[521]

Para as camadas populares, entretanto, a recíproca não era verdadeira, e muitas defloradas assumiram que haviam concordado em viver amasiadas com os namorados até eles pudessem oficializar o casamento. *Maria das Neves Silva*, doméstica, 17 anos, preta, afirmou em seu depoimento que fora morar em companhia de seu namorado *Antônio Ferreira dos Santos,* preto, 33 anos, jardineiro, "*por pedido deste, que prometera casar-se com ela e que* (...) *havia aceito o convite, passando a viver como dona de casa . Antonio assumira ser seu devedor e que intencionava casar-se com esta, o que ainda não havia feito por falta de recursos para fazer frente as despesas legais*" [522]. A denúncia contra Antônio é feita pela irmã de *Maria das Neves*, *America Silva*. É provável que América tivesse receio de que Antônio não cumprisse sua promessa e buscava assim forçá-lo a realizar o casamento legal.

[521] APEBA, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 198, Caixa 12, Documento 8, 1925.
[522] APEBA, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 199, Caixa 68, Documento 01, 1948.

Os receios de América possuíam fundamento; comumente os jornais alardeavam as desventuras de jovens, como *Maria das Neves*, que depois de defloradas, e muitas vezes grávidas, eram abandonadas pelos namorados. Com o sugestivo título de "*Largou a noiva no Forum ... E não se casou*"[523] o Jornal *A Cidade* relatava a história de *João Nepanuceno*, que após desvirginar sua namorada fugiu da Cidade. No retorno à capital, com medo de ser preso, resolve casar; entretanto abandonou a noiva no Fórum quando descobriu que o juiz decidira pela impronúncia do caso. O descumprimento da promessa de casamento também poderia terminar em tragédia, como relatou o *Diário da Bahia*, tendo por personagem principal a jovem *Adalgisa de Oliveira*, [524] que se vendo desvirginada e abandonada pelo noivo, acabou por cometer suicídio. Segundo o jornal, o fato se deu pela vergonha que lhe acometera ao tomar ciência de que todos no Garcia, bairro popular de Salvador, sabiam do "*seu mal passo*". O sentimento de vergonha, o medo do estigma de deflorada, assim como a decepção de saber-se ludibriada, certamente contribuíram para o gesto dramático e definitivo de por fim à própria vida; e atesta que a moral sexual burguesa vinha encontrando eco entre os pobres na capital soteropolitana.

Em 1925 um caso de defloramento ganhou as manchetes dos jornais quando se tornou o mote de um crime de homicídio. Vamos à notícia:

> "*Um crime brutal, a que se procurou de logo emprestar as cores românticas de uma tragédia de família, de caso de honra, abalou hotem, toda a Calçada, onde ele ocorreu em hora de maior movimento e mais intenso trafico.*
> *Cerca de 13 horas, Guilherme da Silva Carneiro, negociante ambulante de fruta e carvão, casado, 26 anos, residente na Estrada da Liberdade, segundo contam, foi à casa de sua mãe, Joanna Carneiro, viúva, enferma, e também residente no mesmo local e dessa senhora recebeu a confidência de que o amigo de ambos, Humberto Martins Menciola, abusara da intimidade que tinha naquela casa ofendendo a menor Raymunda Carneiro, irmã delle, Guilherme e por este criada e com todo carinho educada.*

[523] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, outubro de 1917, p2.
[524] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Diário da Bahia, 1929,p1.

> *Interrogada a moça confirmou a versão de sua mãe, acrescentando ter o fato se dado recentemente.*
> *Guilherme, sem mais querer ouvir, desprezando os recursos da lei, que seria no caso dar queixa à polícia e fazer examinar a offendida, foi em busca do acusado para um ajuste de contas* (...)".[525]

O caso do defloramento de *Raymunda Carneiro* deixa patente que seu irmão mata o deflorador num acerto de contas que passa pela respeito à honra masculina. Eles eram amigos e, como tal, não caberia o desrespeito à confiança depositada nessa relação, materializada no defloramento e abandono de Raymunda. A honra da família fora ferida, pois Humberto "*abusara da intimidade que tinha na casa*", usara seu livre acesso à casa de sua mãe para namorar e deflorar a irmã de Guilherme, desrespeitando este e sua mãe. Na versão relatada pelo jornal, tem-se uma imagem de Raymunda como moça de família, criada e educada com carinho. No processo instaurado na justiça, Raymunda é descrita como uma operária, que saía sozinha todo dia para trabalhar numa fábrica.

A decisão de resolver a contenda no âmbito do privado, obrigando Humberto a casar-se, provavelmente decorreria da ciência por parte de Guilherme de que o processo de defloramento possuiria sutis meandros que poderiam redundar na absolvição, fuga ou simples prescrição pelo tempo decorrido para seu julgamento. Não podemos esquecer que os jornais soteropolitanos comumente traziam ruidosas reportagens sobre casos de defloramento que acabavam sem nenhuma forma de punição aos acusados, como os relatados anteriormente. Mesmo com toda campanha realizada pelos veículos de comunicação em prol da condenação dos defloradores, a porcentagem de casamentos e condenações eram infinitamente menores de que as de absolvição e dos casos que eram arquivados sem nenhuma decisão judicial.[526] Dos 381 casos pesquisados, somente 38 (9,97%) deles resultaram em casamento das moças com seus namorados, ficando claro

[525] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Tarde, 1925, p.1.
[526] Ver Tabela 23 Cor das Vitimas/ Sentença no Processo, em Anexo.

pelos 90% restantes que dificilmente um homem responderia pelo defloramento praticado, sendo quase sempre certa a sua impunidade.

Por sua vez Raymunda, em seu depoimento à polícia, esclarece que Humberto não concordava em casar com ela, somente em viverem juntos e ainda queria que ela assinasse uma carta isentando-o de toda a responsabilidade no caso; o que significava dizer que, para Humberto, Raymunda não era uma noiva socialmente desejável. Sua condição de negociante de carvão e a dela de operária teriam dado a ele a certeza de encontrar outra noiva melhor situada? O caso ganha contornos ainda mais sutis pela peculiaridade que só aparece na foto do jornal.

Figura 16

BPEB, Diário de Noticias, 1925.
Raymunda da Silva Carneiro

Tratava-se de uma moça mestiça deflorada por um homem branco. Humberto era branco, proprietário de um pequeno comércio de venda de carvão, mas que deveria dar bons lucros se considerarmos que o carvão era a fonte de energia que alimentava os fogões, fogareiros e ferros de passar nas pelejas diárias de uma casa em funcionamento. Ser negociante, com toda certeza, lhe permitiria encontrar uma noiva racialmente mais desejável para um casamento legal. Humberto a queria, mas somente como amásia. O diálogo travado entre Humberto e Guilherme, no acerto de contas, deixa entrever as sutilezas de ordem racial e social que permeavam o caso:

> "*Guilherme da Silva Carneiro (...) soubera momentos antes,(...) haver Humberto Martins Manciolo, a victima, attentado (...) contra a integridade physica e moral de sua irmã (...) resolvera procurar o offensor, a fim de solicitar-lhe a reparação do mal (...) calmamente, esperançado duma solução digna que salvasse sua irmã da ignonímia e da deshonra, Humberto, em resposta, pilheriara, dizendo que aquillo não tinha importância. Então reagira, com energia interpelando-o sobre suas intenções, a respeito do casamento com Raymunda; que a resposta dada por Manciolo foi a de que possuía dinheiro para pagar tal honra, e que não se casaria em hypothesi alguma. Dahi, sentindo-se ultrajado, teve um accesso de loucura, praticando o crime.*[527]

Para Humberto, a honra de uma mestiça operária poderia ser comprada com dinheiro o que significava dizer que nem ela nem a sua família possuíam honra a ser resguardada, o que levou Guilherme a pôr termo ao caso num acerto de contas que passava por lavar a "honra dele e da família", com sangue.

As pequenas tragédias pessoais, os conflitos que emergiam das promessas e acordos quebrados nos permitem entender a dinâmica dos relacionamentos amorosos, da moral sexual e dos significados que o casamento assumia entre a população pobre e negro-mestiça de Salvador. O crime de defloramento pensado para proteger a honra das

[527] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Diário de Noticias, 1925, p 1.

mulheres, e consequentemente da família, acabou por gerar consequências divergentes daquelas pretendidas pelos idealizadores do projeto penal, em decorrência da coexistência de duas noções de honra conflitantes. A honra como precedência inscrita na condição social, e comumente pensada como atributo masculino, e a honra como moral individual de pureza sexual restrita às mulheres [528]

O conflito entre essas noções de honra acabou reforçando as hierarquias de gênero e criou dificuldades aos legisladores "*na sua tentativa de estabelecer os princípios segundo os quais a honra sexual seria definida e defendida"* [529] nos crimes de defloramentos. Num contexto de uma sociedade marcadamente machista, as ambiguidades advindas das conflitantes noções de honra e honestidade acabaram gerando a certeza da impunidade masculina e em vez de coibir o defloramento, enquanto prática delituosa, provocaram a fixação machista pelo hímen e o "culto à himenolatria". Apesar dos discursos condenatórios, o "colecionador de cabaços", como se denominava o homem que havia deflorado muitas mulheres, lograva ganhos positivos na sua conduta sexual em relação à construção da masculinidade e prestígio social entre os outros homens, por sua virilidade e competência como sedutor. O médico Francisco Xavier Borges, em seu trabalho sobre a *Profilaxia da Tuberculose, da Sífilis e do Alcoolismo,* dizia conhecer um desses homens que se vangloriava de haver deflorado 12 mulheres.[530] A literatura Amadiana também nos fornece exemplos de como a potencia sexual era capitalizado positivamente pelos homens pobres. O personagem principal de Tenda dos Milagres, Pedro Arcanjo, é descrito como "*um lorde*", "*um paxá*" o "*bom de bico e de xodó*", a nobreza de Arcanjo não vinha dos atributos que a sociedade burguesa considerava como símbolo de status social: dinheiro, posição social,

[528] PITT-RIVERS, Julian, "A doença da Honra", In. Czechowsky, Nicole (), **A Honra: Imagens de si ou o dom de si – um ideal equivoco**, Porto Alegre: L&PM, 1992, pp. 18/19.
[529] CAULFIELD, Sueann, **Em Defesa da Honra**..., p.86.
[530] AMMS, Tese de Medicina, Francisco Xavier BOrg.es, Profilaxia da Tuberculose, da Sífilis e do Alcoolismo, 1907, p.3.. Sobre a discussão do culto ao hymen ver PEIXOTO, Afranio, **Sexologia Forense**, São Paulo: Cia Editora Nacional, sd, pp. 119 a 140 e Ferreira Filho, **Quem Pariu e Bateu, que balance**!... p. 152.

nome de família, educação ou título acadêmicos, mas do seu poder da sedução e das muitas amantes que o rodeava sendo inclusive lembrado heroicamente pelo feito de "amansar" a uma Iaba, um Exú feminino, com a firmeza e resistência de um longo ato sexual. [531]

O livro *Confissões de um conquistador de Criadas*[532] é um bom exemplo do culto ao deflorador. O personagem descrito por Hernani de Irajá é um jovem da elite que sistematicamente seduz e desvirgina as jovens empregadas da casa. No relato de suas conquistas, Irajá confessa ter seduzido e mantido relações sexuais com todas as criadas da casa de seus pais. Exageros e recursos literários à parte, o texto relata toda a situação de fragilidade e submissão a que as domésticas estavam submetidas, quando passavam a fazer parte das fantasias eróticas de seus patrões ou dos filhos destes. Escapadas noturnas aos quartos das empregadas, apalpadelas durante o serviço, promessas de casamento, que na verdade visavam minar resistências, subjugação pelo uso da força e violência física, todos os recursos eram perpetrados pelo sedutor de criadas, pelo simples prazer de realizar sua mais ardorosa fantasia: fazer sexo com as empregadas da casa.

No contato sexual entre os filhos do patrão, ou dele próprio, com a doméstica da casa havia uma

> "*Objetivação das relações humanas, facilitada pela desigualdade social, combinando-se com as fantasias sexuais e pornográficas masculinas, segundo as quais todos os outros seres humanos são apenas um objeto cuja única função é satisfazer suas necessidades. Não se encontra afetividade nestas cenas, mas algo de cru e animalesco. Do ponto de vista dos homens, basta ser agressivo, importuno, dominador, para que o animal seja seu*"[533] .

[531] AMADO, JOrg.e, Tenda dos Milagres, Rio de Janeiro: Record, 2001, pp.120 a 126.
[532]IRAJÁ, IRAJÁ, Hernani de, **Confissões de um Conquistador de Criadas**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Americana, 1972.
[533] FAUSTO, Boris, **Crime e Cotidiano: Criminalidade em São Paulo 1880-1924,** São Paulo: Brasiliense, 1986, p192.

A moral sexual vigente, ao mesmo tempo em que reprimia a sexualidade feminina, exaltando o ideal de castidade e a preservação da virgindade para o casamento, por outro, valorizava a precocidade sexual masculina, incentivando desde cedo os homens a demonstrarem sua virilidade pela atividade sexual. Tal desequilíbrio era superado mediante recursos que permitiam o pleno exercício da sexualidade masculina sem que isto levasse ao intercurso sexual com as moças chamadas "de família", cuja atividade sexual passava pelo enlace matrimonial.

Assim, outras mulheres teriam que estar disponíveis ao pleno exercício da sexualidade masculina. A prostituição, nesse sentido, cumpriu seu papel enquanto elemento de equilíbrio na relação de homens e mulheres, permitindo o pleno intercurso sexual masculino, resguardando uma parcela da população feminina para o casamento e constituição de famílias. Por outro lado, a condenação da prostituição e os receios de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, como no caso da sífilis, transformavam as jovens criadas em forte atrativo, tanto como iniciadoras quanto como aventuras a dar sabor a uma vida conjugal, que a moral vigente limitava à função procriativa. Afinal, o respeito à esposa impedia que o marido experimentasse com ela seu erotismo e suas fantasias sexuais. [534]

As dificuldades na luta pela sobrevivência e o reforço da identidade social do homem provedor, presente, inclusive, no Código Civil de 1916, ao atribuir as obrigações legais dos maridos na relação conjugal, era ele o cabeça do casal, o chefe da família, responsável pelo seu sustento, pela educação dos filhos, pressionou os homens pobres que, incapazes muitas vezes de sustentar a si próprios, quanto mais a uma esposa e filhos, acabavam desprestigiados socialmente pelo fracasso em provê-los. O *status* masculino vinculava-se ao trabalho. A transformação da vadiagem em crime aprofunda

[534] RAGO, Margareth, "O Prazer no Casamento", **Cadernos CERU,** série 2, no. 7, 1996, pp. 104/107.

os significados de depreciação social que recaía sobre o homem desempregado ou que vivia de biscates e trabalhos temporários.

A incapacidade de sustentar a família seria o mote da violência praticada por muitos maridos e amásios em suas esposas e companheiras, quando se viam confrontados e questionados na sua autoridade por sua incapacidade de sustentar o seu papel de provedor. Manoel Ramos Teixeira, desempregado, tem sua decisão de empregar a filha de 13 anos como doméstica questionada pela sua companheira, a lavadeira Antonia Maria da Conceição. Desempregado, Manuel visava com isso aliviar a crise econômica por que passava a família. Antônia, única a trabalhar dos dois, contestou sua decisão, afirmando que sustentaria a filha com o suor de seu trabalho, desautorizando o amásio a empregá-la. Ferido em sua autoridade de *pater-família*, Manuel agrediu sua companheira.[535] Foi também a incapacidade de sustentar a família a razão do conflito entre Francisco Novais, funileiro, e a doméstica Francisca Gomes. Francisco, sem dinheiro, sai à rua tentando conseguir um meio de trazer algo para o almoço da família. Sem conseguir os meios para tal, Francisco retorna, bêbado, para casa. Ao ser confrontado pela amásia foi por este esfaqueada.

Para o modelo burguês de vida, o casamento era colocado como o momento do equilíbrio, de estabilidade masculina, como descreve Ângela Sargato no livro **Aurora Nupcial**:

> " *Quando, a jovem esposa, após os momentos de alegria sem nome, em que pensavas delirar, estiveres pela primeira vez a sós na nova casa, olharás em redor com olhos radiante de felicidade.*
> *Eia, será este de hoje em diante o teu lar. As promessas feitas perante Deus e as mais radiosas esperanças terão aqui seu centro de atração e sua consagração. Está em tuas mãos vigiar para que esta casa seja sempre límpida, alegre e convidativa, tanto nas coisas que constituem o teu orgulho como em sua verdadeira essência.*
> *Ë para este lar, em que és rainha, que o marido voltará após longas horas de trabalho, de fadiga, e por vezes de luta. Cuida que sempre encontre tudo resplandecente de bondade, como nestas auroras da tua*

[535] APEB. Seção Republicana. Jornal Diário de Noticias, fevereiro 1904, p. 02.

> *nova vida. Sabes que é este o segredo de garantir a paz da família?*"[536]

Destinado a ensinar as jovens esposas como se tornarem "rainhas do lar", a descrição que a autora faz do lar conjugal, da competência de esposas e maridos no consórcio matrimonial é bem ilustrativo desse estilo de vida conjugal, portanto, era no casamento que o homem encontraria carinho, alimento, bem-estar físico e emocional. Em troca, caberia a este manter financeiramente sua família e cuidar do bem-estar desta.

Casos de suicídios envolvendo homens pobres tinham em sua origem a incapacidade desses em sustentar a família, como ocorreu com o ex-militar José Alonso, que residia na Estrada da Liberdade, um bairro pobre e eminentemente negro,

> "*com mulher e quatro filhos, José Alonso, sem emprego e sem 'padrinho' que lhe pudesse minorar a sua aflicção, resolveu acabar com a vida. Por isso, apanhou de uma faca, mas faltou-lhe a coragem. O pobre homem, desesprado, vibrou duas facadas no pé direito.*
> *(...) _ O fato acima mencionado está a merecer justa attenção dos poderes competentes. José Alonso é bem uma victima do Destino. Com mulher e quatro filhos, para sustentar e educar, afflicto, desesperado, o pobre homem fez o que faria qualquer pessoa, a menos que abandonasse os seus...*"[537]

O trecho final da notícia enfoca exatamente a incapacidade de José Alonso de honrar seu compromisso de provedor para com sua família, de "*sustentar e educar*" os filhos; envergonhado pelo fracasso, ele tenta matar-se. Nesse mesmo ano, Antônio Edgarde da Silva, descrito como "*de côr morena, com 24 annos de idade, casado*" residente "*à Fonte das Pedras*" outro local popular na cidade, ao receber a notícia de que havia sido despedido, doente, "*pensando, talvez, nas privações que iria passar a sua esposa e dois filhos menores, pôs termo à vida, ingerindo forte dose de cyanureto*

[536] BCPO, SERBATO, Ângela, **Aurora Nupcial**, 3ª. Ed, Porto Alegre: Edições Paulinas, 1955, p.25.
A terceira edição que tive aceso é de 1955, mas a primeira edição no Brasil é de 1940.
[537] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Diário de Noticias, 03 de Fevereiro de 1940, p. 10.

de potássio". Mais uma vez temos o fracasso como provedor levando um homem ao suicídio.

Em 1917, o açougueiro *Antônio Goes*, segundo a notícia, trabalhava há 10 anos como açougueiro e, como não conseguia prosperar, "*cançado de trabalhar sem resultado*"[538] este tenta matar-se com um tiro. *Antônio Goes* vivia uma grande contradição, o projeto de sociedade republicana que criminalizará o ócio, coloca como contrapartida o valor positivo do trabalho. Assim, se o homem fosse perseverante, disciplinado e poupador venceria na vida. O sonho burguês de vencer com o suor do trabalho não se concretiza para Antônio, sente-se fracassar pela impossibilidade de prosperar e ascender pelo trabalho, acaba por tentar matar-se.

Nossa intenção aqui não é justificar a violência masculina ou torná-lo vitima dos valores burgueses, mas demonstrar o quanto para os homens pobres o casamento poderia parecer pouco atraente, pelas implicações ideológicas em torno da figura do homem provedor. Da fala do ilustre folclorista e etnólogo da década de 30, o baiano Édson Carneiro, surgem os significados da incapacidade provedora dos homens pobres. Ao ser questionado por Landes sobre os maridos das mulheres de Candomblé, diz

> – "*Maridos? Não há muitos, e de qualquer modo não são de confiança. Esta não é uma confortável sociedade burguesa, dona. Hoje em dia não há trabalho bastante para todos os homens. Eles não ganham o suficiente pra si, quanto mais para sustentar família*"[539]

Uma opção definitiva, o casamento, poderia gerar mais dissabores que os ganhos efetivos que eram colocados pela moral burguesa; a responsabilidade de sustentar filhos e esposas numa situação de trabalho escasso, salários diminutos e o alto custo da sobrevivência geravam rupturas inconciliáveis entre o conjunto de valores e normas

[538]BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, 1918.
[539] LANDES, Ruth, A Cidade das Mulheres... p. 81.

colocadas pelas elites e o que era possível de ser vivido no âmbito da família, por homens e mulheres pobres, na qual todos tinham que trabalhar para manter a casa. As poucas famílias pobres que conseguiam aproximar-se desse ideal, como a de José Alonso e Antônio Edgarde da Silva, viviam no fio da navalha, e qualquer revés poderia destruir projeto duma vida pobre porém digna.

Por outro lado, livres para desfrutar de uma vida sexual ativa, sem ter que responder pela manutenção dos filhos que porventura viessem a gerar fora do casamento legal, o alto custo financeiro para a realização de um casamento civil e/ou religioso, e a possibilidade de amasiar-se e separar-se sem maiores entraves legais, no caso da convivência ser inviabilizada pelos conflitos advindos da relação marital, da pobreza, da falta de recursos, deixava sempre presente a possibilidade de reconstruir novas relações amorosas, inclusive pelo casamento, sem recair sobre eles nenhum demérito social, explica, em parte, a grande resistência dos homens em cumprir a palavra dada a suas namoradas. Nesse contexto, fica compreensível a ideia de que o casamento era mais vantajoso para as mulheres do que para os homens, como ponderou Pedro Evangelista do Nascimento, dono de barbearia, acusado de deflorar Edith Apolinária Batista, "*se era para casar" preferia fazê-lo com a outra namorada, Elizabete, por ele também deflorada, pois ao menos ela tinha dinheiro*!"[540]

[540] APEBA, Seção Judiciário, Série Defloramento, Estante 198, Caixa 22, Documento 12, 1931.

Capítulo 7

Onde o Amor "Floresce" na Cidade

"Meu príncipe, meu hospede, meu homem, meu marido
Casa-se comigo
Antes que amanheça
Antes que não me pareça tão bom partido
Case comigo
Antes que eu padeça..."
Case-se Comigo
Vanessa da Mata

Em 1917, sob o título "*O Jardim de Nazareth, 'ninho' de amores... A polícia finge não ver...*" [541] o *A Cidade* denunciava a transformação das praças públicas em locais eleitos pelos namorados para encontros românticos. Alguns anos depois, em 1936, o *A Tarde,* sob o título "*Onde o Amor Floresce na Cidade. Viva a escuridão! Amor a quanto obrigas! Romeus e Julietas. Flagrantes curiosos – Onde há policia de costume*" [542] retornava, em suas páginas, as polêmicas críticas aos encontros amorosos no Jardim de Nazareth. Segundo este, "*O jardim de Nazareth é um paraizo (sic) perdido que é somente encontrado pelos que amam. Á noite sem illuminação, os seus bancos estão cheios. São casais agarradinhos que trocam confidências. São pedaços de conversas são queixas, são sons de beijos que enchem o ar (...)*". Quatro anos depois, em 1940, seria a vez do *Diário da Bahia,* com a chamada "*O Amor em Praça Pública – 'I Love you' cinematográfico – Promessas irrealisáveis*", reclamar contra a presença dos namorados nos "*logradouros públicos*" e, mais uma vez, lá estava o Jardim do

[541] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, 09 de março de1917, p. 2.
[542] IHGB, A Tarde, 27 de fevereiro de 1936, p.2.

Nazareth onde, à noite, "*os bancos dos nossos jardins (...) são verdadeiras academias de arroubos amorosos*" [543]

Figura 17

BPEB, A Luva, 29 de fevereiro de 1928(No. 68/69), Jardim de Nazareth[544]

Tais reportagens demonstram que a rua, ou melhor, os jardins públicos, são os locais preferidos para encontros dos enamorados na Salvador republicana, mas quem eram os casais que a despeito das críticas e dos pedidos para que a Polícia interviesse para retornar os jardins às famílias, teimavam em entabular encontros românticos nos logradouros púbicos?

[543] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Diário da Bahia, dezembro de1940, s/p.
[544] Imagem veiculada pela Revista A Luva. Além do Jardim do Nazareth, a revista publicou fotos, nesta edição de vários logradouros públicos considerados bonitos e importantes para a Cidade de Salvador, que se pretendia civilizada. Nos textos que acompanha as imagens não há referências aos encontros amorosos que ocorrem no lugar.

Segundo o *A Tarde*

> "*Santo Antonio da Mouraria tem dado o que fazer aos jornais. Diariamente, as famílias reclamam, contra a liberdade dos namorados naquella zona (...) Porque elles dominam os passeios, as janellas e as esquinas. São amas que se deixam ficar nos braços de soldados de polícia, que hábeis discípulos de Marte, ganham galões nas conquistas do cupido (...)*"[545]

Para o *Diário da Bahia*, eram "*Copeiras x caixeiros de armazém. Costureiras x lojistas. Cosinheiras x motoristas",* encontrados aos pares a "*desmoralizar nossos melhores logradouros em detrimento das famílias que, de fato, procuram-nos para o repouso?*" [546] A considerar as profissões descritas pelos articulistas nos diferentes períodos das reportagens – amas, cozinheiras, copeiras, soldados de polícia, motoristas, podemos concluir que eram os membros das camadas populares, trabalhadores, em sua grande maioria, os assíduos frequentadores dos bancos dos jardins.

As reiteradas críticas dos veículos de comunicação baianos que, ao longo de 23 anos (considerando a primeira reportagem em 1917 e a última em 1940), reclamavam o retorno desses logradouros públicos às famílias, apontam para uma prática popular consolidada dos encontros amorosos em locais públicos. Mas não eram somente as praças os locais preferidos para os encontros amorosos, os bondes que ligavam bairros e áreas diferentes da cidade foram palcos de encontros e cenas apaixonadas protagonizadas pelos enamorados.

Em 1923, *Maria do Carmo Guimarães*, mestiça, 20 anos, modista, conheceu o condutor da linha circular, *Sabino Paulo Dias*, 24 anos, sabendo ler e escrever. Moradora do Rio Vermelho, ponto final da linha do Bonde, fora ali que *Maria do Carmo* conhecera e travara namoro com *Sabino Paulo*, entretanto, a considerar suas declarações, seu pai, *Frederico Ribeiro Guimarães*, se opunha ao namoro, motivo por

[545] IHGB, A Tarde 27/02/1936, p2. Grifo nosso
[546] BPEB, Diário da Bahia, 1940.

que este permaneceu oculto para sua família durante os "*mais ou menos dois annos*" de relação. Os encontros davam-se durante o trajeto que Maria do Carmo fazia entre sua casa e o trabalho "*na cidade*", quando tomava o bonde conduzido por Sabino. As testemunhas do processo foram colhidas entre os habituais passageiros do bonde, muitos eram moradores do Rio Vermelho, testemunhas cotidianas dos encontros entre o condutor e a modista.[547]

Foi também num passeio de bonde ao Rio Vermelho que *Maria das Dores Barros*, doméstica, 18 anos, parda[548], acabou sendo deflorada pelo namorado, *João Barreto Daltro*, condutor de bondes. Os bondes, mais que meios de transporte a ligar a cidade, eram também usados para aprazíveis passeios no centro ou nos arrabaldes da cidade, como o então bairro do Rio Vermelho, balneário de pescadores, donos de roças e veranistas que no verão iam ao banho de mar. No folhetim *A Cigana*, veiculado pelo *Gazeta de Noticia*, a prática de andar de bonde é retratada como uma prazerosa forma de divertimento, além de locomoção. Na história protagonizada pela cigana Júlia, veremos nossa heroína percorrer por duas vezes a cidade numa viagem de bonde. Andarilha e pedinte, Júlia só se dava ao luxo de viajar de bonde quando o dia lhe rendia boas moedas que, além de lhe matar a fome permitia esse pequenino prazer, sentar-se prazerosamente no banco do bonde e ver a cidade correr à frente dos seus olhos.[549] O andar de bonde, na Salvador de então, era mais que uma forma rápida de encurtar distância entre os logradouros da cidade, era, acima de tudo, incorporar-se aos novos hábitos e prazeres que os tempos modernos traziam e, como destacou Sevcenko, "*virava*

[547] APEBA – Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 10, Documento 14, 1923.
[548] Série Defloramento, Estante 198, Caixa 13, Documento 01 1927
[549] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Gazeta de Noticia, capítulo 09, 21 de outubro de 1912 e capítulo 19, 04 novembro de 1912.

um sinal de distinção daqueles que o exibiam" e todos, sem distinção, sempre que podiam, buscavam fazê-lo. [550]

Figura 18

BPEB – Revista Paladina do Lar, Largo de São Pedro – Ba, Outubro de 1913, Bondes circulando pelas ruas de Salvador

Assim como nos jardins e praças públicas da cidade, os namoros nos bondes foram igualmente criticados. Sob o título "*Namoros sem compostura. Escancarados nos Bondes. A polícia precisa reagir, para restabelecer o decoro público*" [551] o jornal criticava a conduta dos namorados nos veículos que, segundo o articulista, "*crentes de que estão escondidos em algum recanto, ou sob uma árvore frondosa e isolada em algum campo ou jardim*" mantinham afagos e carícias, trocavam beijos à frente dos

[550] SEVCENKO, Nicolau, "A Capital Irradiante: Técnica, Ritmos e Ritos do Rio" In. Sevcenko, N e Novais, F (), **História da Vida Privada no Brasil. República: da Bela Époque à Ra do Rádio**, São Paulo: Cia das letras, 1998, p.550. Sobre os Bondes ver também ARAUJO, Rosa Maria Barboza, **A Vocação do Prazer. A Cidade e a família no Rio de Janeiro Rep**ublicano, Rio de Janeiro: Rocco, 1993, pp 289/290.
[551] FBN, Seção de Periódicos, Gazeta de Noticias, 05 de junho de 1913, p.01.

passageiros, sem "*respeitar as famílias que viajavam no mesmo bonde*". Ainda segundo o articulista, o casal era uma "*pardavasca, feia como a necessidade, porém, toda cheia de massadas, acompanhada de desaforado imbecil, também da raça ethiópica*".[552]

Se compararmos os dados obtidos nos processos com os apresentados pelas reportagens, veremos que, além de pobres, aqueles que ocupavam romanticamente os jardins da cidade e protagonizavam cenas "picantes" nas viagens de bonde, indiferentes aos olhares de quem mais ali estivesse, eram, em sua maioria, negros e mestiços. No relato das vítimas e testemunhas que povoam os processos, jardins e bondes surgem como locais comumente frequentados pelos casais de namorados. De acordo com a tabela 28, em 76 processos (19,95%) a rua é apontada como o local onde ocorreram os defloramentos, sempre associados a passeios, a ida a festas ou ao trajeto que os namorados faziam entre o local de trabalho e a casa.[553] O passeio era uma forma muito apreciada de encontro e será comumente apresentado como uma prova de que entre vítima e acusado havia uma relação amorosa, um compromisso, relativamente público, nas etapas que compunham o namoro, como veremos mais adiante. Em 1901, em seu depoimento à polícia sobre as circunstâncias de seu defloramento e da relação que ligava Amélia Constancia de Seixas, 16 anos, parda, costureira, a Adalardo Bacellar, 19 anos, empregado no comércio, esta afirma que

> "*ela respondente saindo às vezes a passeio para a casa de sua avó (...), em companhia sempre de sua comadre Francisca da Rocha Passos, encontrava-se sempre com Adalardo Barcelar, passeavam juntos, mas sempre acompanhados de sua dita camarada Francisca da Rocha Passos; que também em passeios à noite, em lugares onde havia festas de Igrejas, e ainda em companhia da mesma Francisca da Rocha Passos encontrava-se sempre com seu namorado Adalardo Bacellar, com quem ficava até hara de voltar para casa (...)*".[554]

[552] Idem Ibidem, p 1.
[553] Ver Anexo tabela 28 Local do Defloramento.
[554] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Caixa 01, Documento 09, ano 1901.

Ao descrever o cotidiano de seus encontros com Adalardo, Amélia busca convencer as autoridades de que entre eles havia uma formal relação de namoro conhecido publicamente cujo ato de sair à rua, sempre acompanhada de terceiros, constituía um legítimo indicativo de que entre eles havia compromisso formal de namoro.

Assim como Amélia, *Antonia Maria da Conceição*, 20 anos, mestiça, costureira, afirmou em seu depoimento que "*por consentimento de sua progenitora costumava sair à noite em companhia de Tertuliano para (irem?) ao cinema e darem passeios*" [555]. As testemunhas em seus depoimentos também apontavam o passeio como um indicativo externo de que entre os envolvidos no processo havia namoro. Em 1930, *Maria Augusta Gomes*, ao servir de testemunha no conflituoso processo de defloramento aberto por *Altamira Pereira dos Santos*, 17 anos, parda, serviço doméstico, contra *Álvaro Ribeiro Sanches*, 23 anos, barbeiro, afirmou "*que* [ele] *era na ocasião seu namorado com o qual costumava passeiar* (sic) *a sós*". A também testemunha *Calvino José Brandão*, 26 anos, artista, disse que "*conhecera Altamira há 8 meses* (...) *que na data que teve início tal conhecimento era tida como honesta, que há algum tempo passou a viver em comcubinagem com Álvaro; que antes do convívio de Álvaro e Altamira a que se refere mantinham elles palestras e passeios denunciando namoro*" [556] Mas não eram apenas testemunhas e vítimas que viam o passeio como indicativo de namoro. Comumente, delegados, promotores e advogados de defesa inquiriam vítimas, réus e testemunhas acerca da existência de passeios, no processo de caracterização do tipo e da seriedade do relacionamento que havia entre réu e vítima.

O passeio, que consistia no ato do casal ir à rua para desfrutar das opções de lazer que a cidade oferecia e ter um tempo relativamente íntimo de conhecimento, podia tanto ser interpretado como uma prova de namoro como ser usado como uma prova de

[555] APEB, Seção Judiciário, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 03, Estante 198, Ano 1920.
[556] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Caixa 19, Estante 198, Ano1930. Grifo nosso

um comportamento inapropriado da vítima, indicativo de que esta não se tratava de uma mulher "honesta". Assim, os passeios, na argumentação dos advogados de defesa[557], eram sempre usados como indicativo de que a vítima possuía uma conduta moralmente condenável por sair sozinha à rua com um homem, mesmo que fosse seu namorado. Como demonstrou Araujo, apesar das ordenações e remodelações que a cidade sofre no sentido de acolher, em suas ruas, praças e jardins, as famílias[558], havia uma gama de normas para que as mulheres frequentassem os espaços públicos locais. Horários, trajes e, principalmente, a presença de um acompanhante, que seria o guardião da honra feminina, deveriam ser observados sob pena de colocar sob suspeita a mulher que saía à rua. Esta, no discurso jurídico, "*estava cheia de tentações e desvios*".[559]

No processo envolvendo o casal de namorados, *Adalgisa Gomes de Jesus*, 16 anos, preta, serviço doméstico, e *Honório Jerônymo de Santa'Anna*, 18 anos, Cabo do Exército, essa contradição aparece bem caracterizada. Segundo ela, conhecera Honório havia alguns meses,

> "*depois passou a manter relações de namoro; que em um dos dias do mês de fevereiro deste anno tendo Ella, respondente, sahido a pasear com Honório, como costumava sempre fazer, este a levou para o logar (sic) chamado 'Gambôa' que fica no distrito da Victória e ahi, sob as promessas de casamento, conseguiu defloral-a* (sic)".

Ao testemunhar acerca do namoro de Adalgisa, *José Archanjo dos Santos*, 28 anos, analfabeto, saveirista, "*disse que conhece o acusado aqui presente e a menor Adalgisa Gomes de Jesus e que por duas vezes mais teve ambos no Campo Grande à*

---

[557] Segundo Esteves, "os juristas, assim como os médicos, eram guardiões de um projeto de progresso e civilização que se impunha à sociedade e que passava evidentimente pelo aspecto do comportamento moral. Idealizava-se para os populares uma mudança nos hábitos de sair só, e apenas em determinadas horas e para determinados locais". ESTEVES, Martha Abreu, **Meninas Perdidas**... p 47.

[558] Segundo a autora ", a atração pela rua, no Rio, sempre foi grande, devido ao calor tropical instalado na cidade durante quase o ano inteiro. O alargamento das ruas e a abetura de grandes avenidas, a limpza e o saneamento dos locais públicos, as providências estéticas de pinturas de predios, a criação de parques e jardins arborizados com monumentos imponentes, as estratégias para garantir maior segurança pública incentivavam a família a usufruir o espaço físico urbano e a demandar a incorporação crescente de benefícios para que pudessem aproveitar mlhor a cidade." ARAUJO, Rosa Maria Barboza, **A Vocação do Prazer...** p326.

[559] Abreu Mininas perdidas p47. Ver tambem favari

noite a sós a passeiar (sic)". [560] Assim o que para Adalgisa e sua testemunha era um comportamento legítimo, amplamente difundido entre o casal de namorados e indicativo de namoro, converteu-se, nas palavras do advogado de defesa de Honório, *Cynésio Soares da Cunha*, em um conhecimento travado "*ao Léo da sorte*" com uma "*rapariga que servia de petisco a saldadesca* (sic)", que "*vagando pelas ruas, saciaram os seus instintos e no entanto a mãe da menor, que não via a sua filha vagar, fora de hora pelas ruas, entregue à prostituição, vem ingenuamente queixar-se do cabo Honório*"[561].

Por mais que possamos acreditar que essas condutas entre os populares da cidade fosse um evento intrínseco ao século XX, uma vez que os lugares que as tinham como palco, bondes e jardins, eram novos locais idealizados pelos projetos de urbanização, que eram levados a efeito em muitas cidades brasileiras, é preciso que consideremos que a rua sempre fora um local por excelência ocupado pelos populares. Graham, ao estudar as criadas na virada do século XIX para o século XX, descreveu ruas e praças como locais que "*podiam oferecer um ambiente muito igualitário (...). A identidade individual se formava e encontrava expressão; laços com outros eram estabelecidos, postos à prova, apreciados*".[562] Durante todo século XIX, era na rua que os pobres livres e escravos se encontravam, travavam conhecimento, estabeleciam laços de solidariedades próprios, festejavam e travavam conhecimentos e contatos amorosos. Chalhoub, ao discutir as visões de liberdade, descreveu os contatos travados pelos negros nas ruas da corte, nos anos finais da escravidão, cujas solidariedades horizontais eram muitas vezes cruciais para aqueles que fugidos do cativeiro, tiveram na cidade, no seu frenesi, nas suas atividades, que tornavam indistintos cativos e livres, o esconderijo

[560] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 12, Caixa 10, Estante 198, Ano1923.
[561] Doc12, caixa 10 ano 1923 est 198
[562] GrarhamP.66

para a tentativa de um novo recomeço.[563] Em Tenda dos Milagres, Jorge Amado recria nas ruas e ruelas do Pelourinho os contatos que nelas eram travados por negros e mestiços, nas muitas vezes indistintas relações entre locais de trabalho, casa de moradia, bares e ruas. Era na rua que as crianças brincavam, nos chafarizes públicos ou às margens do Dique do Tororó, onde suas mães trabalhavam entregando-se ao labor da lavagem de roupas. No folhetim *A Cigana*, vamos ter a descrição de uma típica cena urbana soteropolitana de um grupo de lavadeiras "*de saias arregaçadas e presas por uma cinta no baixo ventre, em movimentos atarefados, esfregavam as roupas brancas, fazendo grossas espumas com sabões"*, [564] enquanto seus filhos ficavam a perambular entre mergulhos, corridas, brigas e travessuras, crescendo ao ritmo da cidade.

O caráter romântico de muitos dos contatos que se desenrolavam na rua durante as festas populares na virada do século XIX para o XX foi analisado por Soihet ao estudar a Festa da Penha na cidade do Rio de Janeiro. Ao relatar o desagrado e as críticas das elites e das autoridades cariocas aos casais de namorados "*em baixo das árvores*" com "*seus arroubos de carinhos*", [565] a autora os encontra na rua, interagindo, trabalhando, divertindo-se e amando. Mesmo que nem todos os contatos na rua fossem necessariamente leves e a violência, quer praticada pelos policiais em busca de "estabelecer a ordem" quer entre os próprios populares na resolução de suas contendas, fossem uma constante, [566] a rua constituía-se desde tempos coloniais como um espaço popular e foram as reformas urbanas do final do século XIX e inicio do século XX, que embelezaram as cidades e valorizaram o espaço público como próprio ao lazer e ao

[563] CHALHOUB, Sidney, Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras,1990.
[564] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Gazeta de Notícias, 18/ outubro/ 1912, p2.
[565]SOIHET, Rachel, "A sensualidade em Festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX", In. SOIHET, R. MATOS, Ma. Izilda S. de, **O Corpo Feminino em Debate**, São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p.185;
[566] Ver CHALOUB, Trabalho Lar e Botequim. Cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, 2ª. Edição, Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, e FAUSTO

deleite da família, que tentaram mudar essa relação secularmente construída. A mudança de valores e atitudes tradicionais da família em formas modernas de convivência foi favorecida pela ideologia republicana e pelas reformas urbanas que buscaram incutir um novo comportamento social, incentivando a família a atravessar o espaço do privado, da casa, onde havia permanecido por todo o período colonial e em parte do Império, para o público, da rua. O novo espaço urbano terá a presença das famílias das elites, mas todo esse processo irá impor novas condutas de comportamento para esses espaços, antigas formas de interação próprias aos populares, como vimos, serão veementemente condenadas.

A condenação às práticas e condutas dos populares em Salvador será fortemente marcada pelo preconceito racial. Na crítica veiculado pelo articulista do *Gazeta de Noticias*, o condicionante racial aparece melhor demarcado pelo uso de termos desqualificante e exemplo de "*pardavasca, feia*" e de "*desaforado imbecil da raça ethiopica*". Nas outras reportagens, condição racial aparece camuflada pela condição de classe, expressa nas profissões associadas aos casais que frequentavam os jardins. Na Salvador pobre e majoritariamente negra, haveria duvidas da condição racial desses casais? Com toda certeza não. Se levarmos em conta as análises sobre profissão e cor, realizada no capitulo 5 a partir dos dados dos processos, veremos que negros e mestiços compunham a maioria dos dedicados nas ocupações descritas nas reportagens. No setor de Segurança Publica, dentre aqueles em que a cor foi designada 6,7% eram pardos e 3,3% eram pretos; no setor de transporte, teremos 6,5 % de pardos e 9,7% de pretos,[567] ainda que estejamos trabalhando com um universo restrito, pois apenas em 68 processos de defloramento tivemos a designação de cor dos acusados. Ao compararmos os resultados dos processos com os dados coletados por Pierson para a relação trabalho e

[567] Ver Tabela 10: Acusados segundo a Cor e Grupo de Profissão.

cor na Salvador de 1936, encontraremos um percentual grande de mulatos[568] e pretos nas ocupações de Bombeiros (58,0%de mulatos, 22,0% de pretos, 16,2% de brancos numa amostra de 100 pesquisados), Guardas Civis (54,0 % de mulatos, 32,0% pretos, 13,0% de brancos numa amostra de 150 pesquisados), Soldados (48,0% mulatos, 40,5% pretos 11,1% de brancos numa amostra de 750 pesquisados).[569] Com relação ás vitimas, novamente a relação se repete. Nas reportagens, as costureiras e empregadas domésticas são descritas como o par romântico de soldados e motoristas, dado que é confirmado pelos processos. Das 249 domesticas, temos 97 (39,0%) de pardas, 51 (20,5%) de pretas, 38 (15,3%) de mestiças contra 50 brancas (20,1). Entre as 56 costureiras, 21(37,5%) são pardas, 16 (28,6%) pretas, 11(19,6%) mestiças e 6 (10,07%) de brancas.[570]

Mais uma vez cor e desregramento moral aparecem associados, e como solução para tais condutas consideradas inconvenientes, os articulistas apresentam, como solução, a repressão policial pura e simples, demonstrando como as relações raciais soteropolitanas eram permeadas pela violência moral (zombaria, desqualificativos físicos e morais) e física (espancamentos, prisões). A agressão sofrida pelo nosso já conhecido casal de namorados negros, *Maria de Jesus* e *Dyonisio Theodoro Fernandes*, que passeavam à noite na praia do Rio Vermelho em 1925, e noticiada pelo *A Tarde* é ilustrativo dessa repressão violenta clamada pelos veículos de comunicação. Ao serem

[568] Mulatos é a categoria de cor usada por Pierson, para designar os mestiços de branco com preto. Para este trabalho o espectro de mestiços é designado aqui como pardo, mesmo sendo uma categoria elástica uma vez que pardo poderia na designação de pardo caberia desde os mestiços escuros aos muito claros, ainda assim optamos por essa designação pois é a que aparece com maior freqüência nos processos. Por sua vez o próprio Pierson por diversas vezes assume como pardo todo o matiz de mulatos, surgindo o seu trabalho em alguns momentos como sinônimos.
[569] Pierson, Donald, **Brancos e Pretos na Bahia**... pp. 227- 229.
[570] Ver Tabela 11: Vítimas segundo a Cor e a Profissão.

flagrados pelo policial na troca de um beijo á beira mar, esse saca de um facão e agride violentamente a ambos que acabam muito feridos.[571]

O desenho do casal, namorando num banco de jardim, que ilustra a reportagem do *Diário da Bahia*, é, contraditoriamente, de um casal de brancos. É interessante que o gestual apaixonado e languido do casal muito se assemelha com as chamadas que o Diário, assim como os demais jornais baianos, faziam para as películas americanas demonstrando como o cinema influenciava esse imaginário romântico. Nesse imaginário, entretanto, parecia não caber os protagonistas da reportagem, como se para o jornal retratar um casal enamorado de negros ou de mestiços fosse um contra-senso, assim como o gestual comedido e até pudico do casal retratado não refletiria os arroubos libidinosos a que as reportagens faziam inflamadas condenações, indicando que para os articulistas o romantismo, permeado por sentimentos delicados e singelos, não fazia parte da vivencia amorosa dos populares.

[571] IHGBA, Jornal A Tarde, 14 de outubro de 1925, p2.

Figura 18

PBEB, Diário da Bahia, 1940, Casal de Namorados

As reformas urbanas cujas intervenções visavam mudar o traçado da cidade com ruas largas e amplas para a circulação do ar e das pessoas, das praças arborizadas, a constituírem um momento aprazível de convivência saudável não seria o único foco de atuação daquilo que a historiografia chamou de medicalização da sociedade brasileira. As famílias e os indivíduos também seriam alvos dessa intervenção. Buscou-se controlar o corpo, o sexo, a relação do casal, a vida íntima, a saúde e a higiene pessoal segundo as normas e exigências da sociedade burguesa. Se o alvo inicial fora as famílias da elite, na República, o foco principal foram as famílias pobres cujos hábitos e práticas,

a partir de então, eram criticados, reprimidos, buscando a sua modificação. [572] Como vimos, a forma como esses viviam suas relações de namoro era duramente criticada.

Como demonstramos no capítulo 3, ainda que de forma lenta e seletiva, Salvador viveria seu processo de transformação urbana. A cidade, com seus recantos e ruelas, chafarizes públicos, mercados e quiosques, que tradicionalmente proporcionavam encontros aos pobres da cidade, estavam sendo extintos ou transformados em nome do novo ordenamento da cidade e desse impulso nasceriam as novas linhas de bonde, as novas praças ou remodelação das antigas e os novos jardins arborizados, a exemplo do Jardim de Nazareth que será usado para o deleite e o prazer tanto das elites baianas como das camadas populares. Será desse mesmo impulso moderno e transformador que veremos florescer as relações modernas de namoro nas novas ruas, praças, bondes e jardins ainda que as demonstrações de afeto em público, próprias dos populares avessos às etiquetas burguesas de comedimento, fossem consideradas um comportamento inadequado para as pretensões da sociedade baiana que se pretendia moderna e civilizada. [573]

O "*footting*" [574] nos jardins públicos e praças, a ida ao cinema e a frequência aos bailes serão novos espaços de interação social nas cidades onde ocorreram os encontros

[572] Ver sobre o tema: MACHADO, Roberto, **Danação da Norma: a Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**, Rio de Janeiro: GRAAL, 1978; COSTA, Jurandir Freire, **Ordem Médica e Norma Familiar**, Rio de Janeiro: GRAAl,1989; ENGEL, Magali, **Meretrizes e Doutores. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**, São Paulo: Brasiliense, 1989; ARAÚJO, Rosa Ma. Barboza de, **A Vocação do prazer...** ; CHALHOUB, Sidney, **Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**, São Paulo: Cia das Letras, 1996; SOIHET, R. "A sensualidade em Festa"...p.181; SEVCENKO, Nicolau, "A Capital Irradiante"...; FÁVERI, Marlene de, **Moços e Moças para um Bom Partido (a construção das elites- Itajaí, 1929-1960)**, Itajaí: Ed Univali, 1999, p 100/101.; SANCHES, Ma. A. P., Fogões, pratos e panelas....p. 149 e150. PERROT, Michelle, Os Excluídos da História: **Operários, Mulheres, Prisioneiros**, Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1888, pp.200 e 206.

[573] Com elação a Salvador a repressão ao namoro nas ruas jamais surtiu o feito desejado, a resistência da população em acabar com essa pratica acabou institucionalizando locais públicos consagrados ao namoro como o Jardim de Alá, na orla marítima também conhecido como o jardim dos namorados, pela fluência dos casais que usam o local para encontros amorosos e sexuais a noite. O interessante é que o local é freqüentado tanto por casais heterossexuais como por homossexuais. Entre os homossexuais o local serve tanto para um encontro discreto como para a busca de sexo anônimo entre homens .

[574] O "footing" era o termo empregado pelas elites para designar um tipo de lazer que se populariza nas cidades constituindo-se de caminhadas em locais públicos como praças, ruas e jardins em horários estabelecidos. As caminhadas além de serem propagadas como uma prática que fazia bem a saúde, estes converteram-se em momentos propícios para os encontros entre namorados ou para se travar conhecimento com um futuro pretendente. FÁVERI, Marlene de. Moços e moças para um bom partido (a construção das elites – Itajaí, 1929). Itajaí: Ed. UNIVALI,1999, p. 100/101

entre os prováveis pretendentes a namoro. Praças e jardins convidavam ao passeio e ao *flirt*, que consistia em manter contato visual com a pessoa por quem se tinha interesse em entabular um namorico. Sorrisos e pequenos gestos protagonizados pelo rapaz mostravam seu interesse pela moça, que poderia retribuir o interesse deixando-o aproximar-se para então iniciar um primeiro conhecimento.

As novas opções de lazer, incluindo aí, além do *footting*, a frequência aos cinemas e sorveterias, não acarretou o abandono das festas tradicionais, *"a cidade queria agora consumir dentro dos modernos padrões de lazer. Porém, no que diz respeito às camadas populares, tais padrões foram pouco a pouco se mesclando às antigas tradições baianas*". [575] Festas como a do Bonfim e os ternos do Rio Vermelho eram ansiosamente aguardadas e divulgadas por todos os jornais locais da época. Em 1918 o *A Cidade* divulgava a festa do Bonfim, anunciando que "*a Bahia religiosa terá, amanhã, um dos seus grandes dias, com a celebração da festa do Senhor do Bonfim, o santo do povo tradicionalmente venerado* (...)" [576] A notícia trazia minuciosamente os preparativos da festa, como a programação das missas, dos ranchos e ternos que iriam abrilhantar a festa e os horários e a quantidade dos bondes que levariam o povo "*aos arrabaldes de Itapagipe*".[577] Xavier Marques, em seu romance **O Feiticeiro,** descreve as festas da Igreja da Conceição que abriam as festividades de verão, daí o "*Natal, o Ano Bom Epifania, Bonfim*" [578], festas que acompanhavam o calendário religioso e eram encerradas com o Carnaval. O longo calendário de festas que se iniciava em Janeiro com as festividades de Reis e prolongava-se até as comemorações do Ano Bom

[575] FONSECA, Raimundo Nonato da Silva, "**Fazendo Fita": Cinematografo, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930**, Salvador: EDUFBA, 2002, pp. 17/18.
[576] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade, 1918
[577] Idem Ibidem
[578] MARQUES, Xavier, **O Feiticeiro**, São Paulo: GRD/MEC, 1975, p.61. O Feiticeiro foi originalmente publicado sob o título Bôto & Cia em 1897. Na edição de 1922 Marques acresceu novas histórias e publicou a história ampliada com o título de O Feiticeiro.

demonstravam que não faltavam folguedos para o deleite de ricos e pobres na Cidade da Bahia.[579]

A Família Boto, protagonista do romance de Marques, pertencia ao grupo dos comerciantes de importação da cidade, fazendo parte das camadas altas que integravam as elites baianas.[580] Ainda assim os Botos são descritos como assíduos frequentadores das festas tradicionais da cidade, "*dos bailes pastoris que ocorriam no Maciel*"[581] das quais também participavam negros e mestiços pobres. No cotidiano da cidade, os folguedos eram parte importante a movimentar os diversos setores do comércio local, desde a loja de importados de Paulo Boto até os vendedores ambulantes, negros e mestiços a oferecer balas e roletes de cana, pastéis e bebidas envolvidos todos na profusão dos que "*por entre alas compactadas de povo, um rancho de raparigas que seguiam aos pares, batendo castanholas e pandeiros, num esvoaçar de fitas multicores. No mesmo passo trejeitava, abrindo o préstito, a figura funambulesca do baliza, em saltos e vira-voltas diante de uma 'Sereia'*" [582]

As tradicionais festas populares da Bahia serviram também aos encontros de rapazes e moças que entre diversões, músicas, danças, olhares, conversas e galanteios podiam estabelecer longos ou efêmeros relacionamentos amorosos. Foi exatamente no momento das comemorações momescas, de fevereiro de 1901 que Adalardo conheceu Amélia e com ela estabeleceu uma relação de namoro, relativamente longa, que findaria com o defloramento da mesma em um dos encontros, tendo como cenário a Praça da Piedade e o Relógio de São Pedro, durante os passeios que costumavam fazer aos domingos. E foi também numa terça-feira do Carnaval de 1928 que *Miquellina Valdovina de Araujo*, 17 anos, parda, operária da Fábrica Paraguassú, foi deflorada pelo

[579] Sobre as Festas Populares ver FONSECA, Raimundo Nonato da Silva, "**Fazendo Fita"...** 2002; SANCHES, Ma. Aparecida P, Fogões , Pratos e Panelas...pp. 149-152.
[580] Ver a importância do grupo dos comerciantes nas análises que compõe a parte II desse trabalho.
[581] MARQUES, Xavier, O Feiticeiro... p. 61. Sobre a participação dos vários segmentos sociais da Bahia nas Festas ver as páginas 52-54; 161-165.
[582] Idem Ibidem, p. 70.

namorado *Waldemar Motta*, 21 anos, condutor de auto-ônibus. Waldemar namorava Miquellina há mais de um ano e obtivera o consentimento da mãe da mesma, Valdovina de Araujo, para levá-la a um passeio na cidade para ver a festa e, na volta, ocorreu o defloramento.[583] *João Cirineu de Jesus*, 23 anos, operário, e *Antônia da Silva*, doméstica, 18 anos, parda, namoravam há 4 anos e há 1ano o namoro era do conhecimento de sua mãe, *Luiza da Silva*, quando passaram a frequentar festas e o Carnaval. Foi na volta desse folguedo que Antônia, sob "*promessa de casamento e muitos agrados*" deixou-se deflorar por *João Cirineu*.[584]

Maria das Virgens da Anunciação Viana, 18 anos, copeira, preta, gostava de frequentar bailes em companhia de sua irmã (que sabemos apenas chamar-se Otávia e exercia como Maria a profissão de doméstica) e de outras colegas de trabalho. Foi numa festa no Mirante do Campo da Pólvora que conheceu *Pedro dos Santos Silva*, 21 anos, funcionário da Este Brasileiro, em 1934. Desse dia em diante começaram um namoro que duraria mais de 6 meses. Segundo as testemunhas do processo, todas igualmente domésticas e colegas de trabalho de Maria das Virgens ou de sua irmã Otávia, o casal costumava frequentar o Passeio Público ou a Avenida Sete, sempre à noite, para caminhadas aprazíveis. *Artur Romualdo dos Humildes*, testemunha no processo movido por *Almerinda Casal* contra seu namorado *Pedro de Souza Praia*, aponta o Passeio Público como o "*local de diversões*" frequentado pelo casal durante o período de namoro.[585] Construído no bairro nobre da Sé, o Jardim do Passeio Público localizava-se no centro da cidade e idealizado "*para a comunicação das famílias*"[586], logo se tornara uma diversão da moda, local apreciado por todos.[587] Prestigiados logradouros públicos da cidade do Salvador, o Passeio Público, a Avenida Sete de Setembro, a Praça da

[583] APEBA, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 198, Caixa 15, Documento 01, 1928.
[584] APEBA, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Estante 198, Caixa 36, documento 10, 1939.
[585] APEB, Seção Judiciária, Documento 02,Caixa 05, Estante 198, Ano 1925.
[586] AZEVEDO, Thales, Namoro a Antiga. Tradição e Mudança, Salvador, 1975,p10.
[587] FONSECA, Raimundo N. da Silva, A modernidade Rasgou a tela do Cinema: Lazer e Cinema em Salvador (1912-1924), monografia, Feira de Santana: UEFS, 1997, pp. 13/14.

Piedade, a Praça do Campo Grande, a Rua Chile, com suas lojas e iluminação, atraíram Maria das Virgens e seu namorado Pedro dos Santos Silva, Almerinda Casal e o seu namorado Pedro de Souza Praia, assim como inúmeros casais que, na vivência de suas relações amorosas, usufruíram dos modernos padrões de lazer que a cidade oferecia. A nova dinâmica da cidade vai sendo aos poucos incorporada às práticas de namoro, imprimindo aos encontros amorosos uma maior intimidade e uma vivência marcada por práticas de lazer até então pouco usuais, a exemplo do escurinho do cinema. A proliferação de novas formas de moradia, como os prédios de apartamento, e a exigência do trabalho fora de casa para as mulheres associadas aos novos padrões de consumo de lazer e às novas condições de liberdade vivenciadas tanto por homens como pelas mulheres irá imprimir nova dinâmica ao namoro, como veremos no próximo capítulo, que muda junto com cidade cada vez mais cosmopolita.

Capitulo 8

Namoro e a conquista de um bom Partido

Eu só sei que eu quero você
Pertinho de mim
Eu quero você dentro de mim
Eu quero você em cima de mim
Eu quero você
Vanessa da Mata/ Ilegais

1. Do que é feito o "Amor"!?

As relações de namoro visam permitir aos jovens um processo de conhecimento que lhes possibilitasse aprofundar a relação até o casamento, sendo este o objetivo essencial da relação amorosa. Mesmo que a eleição de um cônjuge fosse decidida na esfera do privado com base na afeição mútua e consentimento individual, o casamento assumia significados políticos importantes como instituição geradora da família que por sua vez garantiria estabilidade e coesão social[588]

A trajetória da relação amorosa até o casamento passava por duas etapas, o namoro e o noivado oficial. O namoro era uma fase mais fluida, quando a relação ainda encontra-se numa fase em que não foi formalmente reconhecida pela família da namorada e o pedido de casamento ainda não foi formalizado em um noivado. Entretanto, ainda na fase do namoro, frequentar a casa da namorada investia a relação amorosa de uma certa formalidade e comprometia o jovem "*com uma promessa irretratável de casamento*" a ser realizada num futuro próximo. O noivado pressupunha

[588]MATOS, Maria Izilda Santos, "Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)" MATTOS E SOIHET, Rachel. **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p108/109.

a formalização do pedido junto à família da moça. Os livros de Educação Doméstica comumente ressaltavam a importância do namoro e do noivado para um bom casamento,

> "*O objetivo principal do noivado é a preparação espiritual para o casamento. Mas não se deve negligenciar também uma certa preparação, técnica.(...) Que o enxoval esteja completo! – é o principal; e que possam fazer boa figura no mundo! Mas não pensam no que virá mais tarde, depois do casamento, o governo da casa (...) É prova de muita inconsciência lançar-se ao casamento, sem estar à altura de suas obrigações. Muitos casamentos de amor fracassam já nos primeiros meses, porque a jovem esposa não soube fazer face aos seus deveres*" [589]

Assim, namoro e noivado, além de constituir uma fase de conhecimento mútuo, eram encarado como o momento de preparação da jovem para assumir os deveres domésticos com perfeição. Não somente pela preparação do enxoval, como enuncia Hans Wirtz, autor do manual *Do Amor ao Casamento*, mas pela preparação da moça para assumir os deveres de esposa, mãe e dona-de-casa. A busca da estabilidade econômica pelo rapaz era também considerada importante sem a qual este não poderia fazer as vezes de provedor da nova família. [590] *Leonor Santos dos Prazeres*, costureira, parda, noivou por 7 anos com *José Cupertino dos Prazeres*, pardo, até que o enxoval do casamento ficasse pronto e este, com seus parcos rendimentos de funcionário público, comprasse a mobília e reformasse a casa que a mãe de Leonor lhe dera para poderem casar.[591]

Em 1933, *Gentil Moreira*, parda, 18 anos, doméstica, namorava há 4 anos com *Ananias Ferreira de Andrade*, 21 anos, estudante de medicina. Esta afirmou em depoimento que esperava ele concluir o curso para a realização do casamento, como asseverava Ananias a ela e a mãe desta, para assim manter a nova família.[592] As testemunhas do processo aberto por *Eunice Pereira de Souza*, 16 anos, parda, contra

---

[589] BEPO, WIRTZ, Hans, **Do Amor ao Casamento. A Comunhão de Vida Segundo a Natureza**, 1ª. Edição 1938, Tradução Frei Felipe de Almeida, Salvador: Editora Mensageira da Fé, 1953, pp. 26 e 27.
[590] AZEVEDO, Thales de, **Namoro à Antiga. Tradição e Mudança,** Salvador, 1975, pp. 8/9.
[591] Entrevista realizada em 15/03/1993.
[592] APEB, Seção Judiciário, Serie Defloramento, Documento 01, Caixa 23, Estante 198, Ano 1933.

Felippe Napoleão Guedes, comerciário, 28 anos, afirmam em seus depoimentos que Felippe dizia não poder casar ainda com Eunice por achar-se desempregado e que o faria assim que voltasse a trabalhar.[593] *Lauro Baptista*, branco, 21 anos, caixeiro do comércio, vê suas pretensões em casar com a filha de *Genésio Coelho dos Santos*, branco, dono de casa de comércio, esvaírem-se quando fica desempregado. A oposição de Genésio ao noivado de Lauro com sua filha, por conta da sua condição financeira, faz eclodir o conflito, e este acaba tombando morto por ferimento a bala após uma violenta discussão, em uma das ruas do Comércio, na Cidade Baixa, onde se situava a casa de comércio do recalcitrante sogro.

Ter como sustentar a família era fundamental para que um rapaz fosse considerado um bom partido, ou seja, um noivo desejado. Esta condição se tornava premente quanto maior era o nível sócio econômico da família da noiva, mais ainda que entre os pobres. As precárias oportunidades de emprego associadas aos baixos salários relativizavam, em grande medida, o que se podia considerar como um rapaz estar apto a sustentar uma família. Ainda assim encontramos censuras a muitos namoros sob o argumento da incapacidade financeira dos namorados ou por associação a hábitos pouco condizentes com a função de provedor, como o hábito de jogar. *Fernando Diogo Leite*, 24 anos, artista, cabeleireiro, ao justificar o término da relação que mantinha com *Adalgisa Constantina de San'tana,* 16 anos, preta, pois aborrecera-se muito em decorrência dos comentários do tio desta, que vivia chamando-lhe a atenção para acabar o namoro com a sua sobrinha por não ter condições econômicas para casar.[594] *Alfredo Figueiredo,*[595] 46 anos, pedreiro, analfabeto, teve seu pedido de casamento negado pela mãe de *Elvira dos Santos Soares*, 20 anos, mestiça, em decorrência a sua fama de jogador. Seu pedido havia sido inicialmente aceito, mas, ao buscar informações sobre

[593] APEB, Seção Judiciário, Serie Defloramento, Documento 05, Caixa 28, Estante 198, ano1935.
[594] APEB, Seção Judiciário, Serie Defloramento, Documento 05, Caixa 06, Estante 198, Ano 1926.
[595] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 05,Caixa 20, Estante 198, Ano 1935.

Alfredo, *Adelaide Candida Brandão*, mãe de Elvira, foi informada sobre sua fama de jogador, obrigando então sua filha a terminar o namoro, o que leva ao defloramento. *Judite Fragoso* contou-nos que assim que chegou a Salvador para trabalhar em uma casa de família no Rio Vermelho, em 1939, foi cortejada por dois rapazes, um era carregador de carvão e o outro um mecânico. Esta escolhe namorar o mecânico, pois, segundo ela, ser carregador de carvão era uma profissão "*ruim*", sem prestigio, como a de mecânico. Ambos eram pobres e unir-se a qualquer um deles significava ter de trabalhar junto para manter a família, mas, além de prestigiosa, a profissão de mecânico garantia melhores recursos, o que faz Judite escolhê-lo.[596]

Em 1926, *Perolina Advíncula Barbosa*,[597] 14 anos, mestiça, doméstica, tomou a decisão de se deixar deflorar por *Pedro Manuel do Espírito Santo* em decorrência às oposições do pai, *Leonídio Emiliano Barbosa*, ao namoro. Leonídio queria casar Perolina com outro rapaz, *Macário Manoel de Araujo*. Aos olhos do pai de Perolina, este não era um bom partido para a sua filha devido à sua fama de "*brigão*", "*gatunagem*" e "*feiticeiro*", decorrente do seu envolvimento com o candomblé, querendo por força casá-la com Macário, tido como rapaz trabalhador e de bons costumes. As oposições do pai de Perolina à relação com Pedro fazem com que este a ameace de mandá-la para um convento, reeditando práticas de controle muito comuns no período colonial, quando os grupos de elite, precavendo-se de uniões indesejadas internavam suas filhas em conventos.

Deraldo da Costa Lima, 23 anos, vendedor de peixe, analfabeto[598], afirma em depoimento ao Juiz que julgava o processo de defloramento impetrado contra ela que não havia casado ainda com *Maria do Espírito Santo*, 18 anos, preta, serviço doméstico, em decorrência das oposições do irmão desta, com quem havia brigado em virtude dos

[596] Judite Fragoso, 78 anos, entrevista concedida em 30 de outubro de 2007.
[597] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 06, Estante 198, Ano 1926.
[598] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 11, Caixa 15, Estante 198, Ano 1928.

conflitos pelo defloramento desta. A confiança em Deraldo como um "bom marido" deixa de existir. No documento não ficam claras as razões da oposição, mas intuímos que a possibilidade de Maria ser abandonada logo após o casamento, quando a liberdade de Deraldo fosse garantida, fosse a razão da oposição. A possibilidade de abandono após o casamento era uma probabilidade real como podemos depreender pela recusa de *Dalva de Abreu Paranhos*,[599] 20 anos branca, doméstica, afirmando não querer casar com *Fernando Ribeiro Bastos*, 23 anos, branco, empregado do comércio, pois este iria abandoná-la logo após a cerimônia. O abandono após o casamento também aparece no depoimento da testemunha de defesa *Oseas Bulhões*,[600] 32 anos, viúvo, negociante, ao afirmar que a vítima *Emília Barboza de Oliveira* queria casar com *Manoel Martins de Oliveira* por birra, embora soubesse que não viveria com ele.

Poder sustentar a família, ter um emprego decente, não ter sua imagem associada à conduta moral e socialmente condenada como jogador, brigão, gatuno e/ou feiticeiro formavam a imagem de um bom moço, de um bom partido para os rapazes pobres. Se os recursos eram poucos e o salário diminuto, podia-se sempre contar com a ajuda de familiares, vizinhos, amigos e patrões que auxiliavam o casal no seu intento de casar. Assim foi com Leonor e José Cupertino, que contou com a ajuda da mãe de Leonor ao dar-lhes sua casa, já que as outras filhas, a esse tempo, já eram casadas e moravam longe da casa materna com os respectivos maridos. As irmãs ajudaram a costurar e bordar o enxoval da noiva. Cupertino contou com a ajuda de amigos para juntos reformarem a antiga casa no então afastado bairro de Amaralina. Judite Fragoso contou com a ajuda de sua patroa que, durante os meses de namoro, lhe presenteou alguns cortes de tecido com que esta costurou, ajudada por uma amiga, seu modesto enxoval, com toalhas de banho, lençois, panos de cozinha e duas camisolas. *Erotildes Magalhães de Oliveira*, 27 anos,

[599] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Caixa 26, Estante 198, Ano 1932.
[600] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Caixa 12, Estante 198, Ano 1925.

casada, modista, amiga da família de *Adrelina Farias de Sá*, 14 anos, preta, sabendo ler e escrever, prometeu a esta, quando em visita à sua residência para comunicar seu breve casamento, dar-lhe de presente "*a mobilha (sic) do casamento*". [601] Assim, se nenhum percalço levasse ao fim do relacionamento, muitos casais conseguiam concretizar seu intento de casar.

O conjunto de etapas, namoro, noivado e casamento, correspondia ao que Azevedo denominou de padrão urbano tradicional e vivenciado, segundo ele, especificamente em todas as suas etapas, apenas pelos segmentos altos e médios soteropolitanos. Essas regras de namoro, denominadas como padrão urbano tradicional, correspondiam ao conjunto de regras que fazia parte do ideal do amor romântico que chegou ao Brasil no século XIX, sob a influência da cultura europeia, redefinindo as *"estratégias de casamento e as formas de contrato entre os futuros casais através do namoro e do noivado*",[602] práticas até então pouco usuais no Brasil. O amor romântico, alicerçado na atração mútua, na simpatia, na correspondência afetiva e no consentimento individual, viria substituir, tanto na Europa do século XVIII como no Brasil do século XIX, as antigas estratégias de casamento que visavam, entre as elites, tanto consolidar alianças de ordem econômica, política e social como alterar o padrão de união entre a população pobre, baseadas na colaboração e ajuda mútua, associando pela primeira vez a presença do amor à liberdade de escolha do cônjuge.[603]

O amor romântico não viria apenas mudar as formas de escolha conjugal, como afirma Giddens, o complexo de ideias vinculadas ao amor romântico tem que ser

[601]APEB. Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 13, Caixa 40, Estante 198, Ano 1941.
[602]ARAÚJO. Rosa Maria Barbosa, **A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p.98.
[603]SANCHES, M. A., Fogões, pratos e panelas... p. 156 . Ainda sobre o padrão de conjugalidade no Brasil ver: ARAÚJO, Op Cit, p. 100; OLIVEIRA, M. I. **Côrtes, O Liberto: seu mundo e os outros**, Salvador: Currupio, 1998, pp. 58/72; MATTOSO, K. Q., **Bahia Século XIX**... p. 177/179; ; FERREIRA Filho, A H., **Quem Pariu e bateu, que balance!**...; MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio**... Sobre padrões de conjugalidade na Europa ver ARIÈS, Philippe e BÉJIN, Andre () **Sexualidades Ocidentais**, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987; GIDDENS, Anthony, Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas, São Paulo: UNESP, 1993; FLANDRIN, Jean-Louis, **O sexo e o Ocidente. Evolução das atitudes e dos comportamentos**, São Paulo: Brasiliense, 1988.

entendido em relação ao conjunto de influências que afetaram a vida das mulheres com a idealização do papel de mãe e esposa, associando de forma indissolúvel maternidade a feminilidade. [604] A idealização da mãe reforçara o "*modelo de dois sexos das atividades e dos sentimentos*", que, segundo o autor, mesmo que "*a idéia de que cada sexo*" é um mistério para o outro seja antiga, o novo, trazido pelo amor romântico, é a "*associação da maternidade com feminilidade como sendo qualidades de personalidade*"[605], assim o caráter emotivo, a fragilidade e a meiguice seriam traços intrínsecos à personalidade feminina e reforçariam seu caráter subordinado à esfera do privado e do lar conjugal.

Tais características podem ser depreendidas junto a uma literatura voltada para a formação das jovens esposas e mães que circulou na Bahia durante todo o período estudado. Textos de cunho religioso e/ou científico, com sugestivos nomes como *O Noivo Ideal, A Noiva Ideal, Aurora Nupcial, Palavras Abertas ao Matrimonio*, revistas como *A Paladina do Lar*, teses de medicina da Cadeira de Higiene como *Da Sexualidade e da Educação Sexual* de 1927, *Do Casamento e sua regulação* de 1905, *O Casamento e sua Prole* de 1915, textos de Puericultura como o escrito pelo médico Alvaro Bahia, *Colocação Familiar,* em 1942, ou de administração doméstica como o *Feminismo e Ação Feminista (Cartas a uma Senhora)* de Silvia M. Abundio, *Noções de Educação Doméstica* de Irene Albuquerque, 1917, reforçavam em suas páginas o ideal feminino de esposa, mãe e dona-de-casa como fim último e primeiro de toda mulher, baseados no amor intrínseco à alma feminina. Em que pesem os diferentes enfoques dessa literatura de caráter religioso[606] ou secular científica, a associação com o ideal de amor romântico

[604] GIDDENS, Anthony, Op. Cit. pp.50/51; Ainda sobre o tema ver: VAINFAS, Ronaldo, **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**, Série Princípios, São Paulo: Ed. Ática, 1986; COSTA, Jurandir Freire, **Sem Fraude nem Favor. Estudo sobre Amor Romântico**, Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
[605] GIDDENS, Anthony, Op Cit. pp. 53/54.
[606] Os livros O Noivo Ideal, A Noiva Ideal, Aurora Nupcial, Palavras Abertas ao Matrimonio e a Revista Paladina do Lar fazem parte de um conjunto de textos escritos por autores católicos voltados para a formação da mulher católica enfocando o papel de esposa e mãe associados a formação religiosa. Tal literatura vem na republica competir com os textos produzidos pelos médicos. A Igreja no século XX se viu, em grande medida, alijada de seu papel de guia moral e de orientação familiar pelo surgimento do discurso médico, associar ensinamentos pedagógicos científicos com o discurso religioso visava modernizar o discurso religioso com as demandas colocadas como necessária a formação

surge como condição precípua para a felicidade conjugal, como base para a abnegação feminina para o cuidado do lar, dos filhos e do marido.

Em O Noivo Ideal, questiona seu autor,

> "*Que é então o amor? Para toda a vida, o amor conjugal? Certamente, é o instinto que impele à união dos seres, corpos e alma (...). Mas para que o amor ser tudo isso, é mister ainda supor que seja o dom total de si, o devotamento integral de si a outro a subordinação dos próprios gostos, dos próprios interesses, à felicidade dos entes a quem se diz amar* (...)[607]

Assim, o ideal do amor na união é a devoção irrestrita entre duas pessoas a quase anular-se, mas na doação ao amor conjugal é percebida diferentemente para o homem e para a mulher, cabendo a esta uma parcela maior de doação e abnegação.

> "*é do vosso interesse, como da vossa dignidade, que vosso marido permaneça o chefe no amor, como deve ser chefe na casa (...*). *Cumpre que vos ame, que vos coloque, em sua vida, acima de si mesmo, e que subordine tudo à vossa felicidade*"[608]

O reforço ao caráter doméstico das mulheres associado ao amor assume também a condição de superação para aquelas cujas habilidades como dona-de-casa são deficientes.

> "*O lar é o campo de atividade exclusivo da mulher (...) O oficio da dona de casa exige também uma certa predisposição, um certo instinto; deve-se ter 'queda' e uma sensibilidade fina. Quando lhe falta estas qualidades, a mulher poderá adquiri-las em certa medica, mas para tanto precisa ainda <u>mais zelo, critério e amor</u> (...).*"[609] Grifo nosso

Maternidade e domesticidade aparecem comumente associadas como qualidades femininas intrínsecas e indissociáveis:

---

das novas famílias sem perder o caráter de formação religiosa e ampliação do número de adeptos frente ao surgimento de novos cultos concorrentes a exemplo do protestantismo. Tal relação diretamente explicitada como no Texto O Noivo Ideal ao condenar casais de religião diferentes pois assim eles estariam impedidos de receber a benção católica por um dos noivos não ser da mesma religião.

[607]BCPO, MONTIER, Edwars, **O Noivo Ideal**, Taubaté: Editora S. C. J., 1941, p 83.

[608]BCPO, MONTIER, Edwars, Idem Ibidem, p. 84.

[609]WIRTZ, Hans, **Do Amor ao casamento. A Comunhão de Vida Segundo a Natureza**, 1ª Ed. 1938, Salvador: Ed. Mensageiro da Fé, 1954, pp82/83.

> "*Dentro do lar doméstico, a mulher não é so a que ecónoma e administradora do tributo que o marido contribuinte paga a esse pequeno Estado, chamado família: além de dona-de-casa, é mãe, e a missão da mãe não consiste só em gerar e dar à luz os filhos, mas também em criá-los e educá-los*"[610]

Assim estabelecido, esse novo padrão amoroso de conjugalidade reforçará o papel feminino subordinado à esfera do lar, encarregada do cuidado de filhos e maridos. Mas, ainda que reconheçamos a importância deste para a compreensão de uma nova lógica na consecução de casais, é preciso entender o padrão romântico de conjugalidade que é aqui colocado como um ideal a ser seguido e, como afirma Costa, "*o impulso amoroso se acomoda ao universo de objetos e valores ao redor do sujeito*"[611]. Assim, a reprodução desse padrão assumirá formas diversas segundo a condição socioeconômica do casal e não podemos esquecer que, se por um lado há toda uma literatura voltada para o reforço da imagem da mãe e esposa dedicada, o conflito será parte integrante da relação matrimonial, e o debate em torno do caráter opressivo da relação matrimonial para as mulheres ganhará a ordem do dia após as duas grandes guerras mundiais e será uma importante bandeira do movimento feminista desse período.[612]

Mas o casamento que estará na berlinda será o das mulheres das camadas médias e altas a que as possibilidades abertas pelo acesso à educação e ao emprego remunerado fora do lar farão surgir criticas à sua condição de subordinada ao marido.[613] Em artigo publicado pelo jornal *A Manhã*, de outubro de 1920, intitulado *O Marido, A mulher e o Casamento*, esse conflito na relação conjugal, pautado na insatisfação feminina das camadas altas e médias, é caracterizado a partir da história do casal Pressila e Rodolpho,

---

[610] SILVA, M. Abúndio da, **Feminismo e Ação Feminina (cartas a uma Senhora)**, Lisboa: Ed. Cruz e Ca. Braga, s/d, p.199.
[611] COSTA, Jurandir Freire, **Sem Fraude nem favor. Estudo sobre o amor romântico**, Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 18.
[612] BESSE, Susan K., Modernizando a Desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940, São Paulo: EDUSP, *1999;* SOIHET, Rachel, **Condição Feminina e Formas de Violências. Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920**, Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.
[613] BESSE, Susan K. Idem Ibidem, p. 41/42.

ele "*engenheiro construtor*", ela uma dona-de-casa, "*intelligente, senhora de certa quantia que possa gastar a seu modo*". O conflito entre o casal se dava pela assimetria com que Rodolpho tratava as amigas de Pressila, sempre se esquivando a participar das reuniões que a estas eram oferecidas, entretanto Pressila acompanhava o marido nas reuniões em que este recebia seus amigos, servindo-os com rigor e educação. Vendo-se numa relação desigual, Pressila passa a não mais ir servir os amigos do Rodolpfo.

Questiona o marido "– *Então, é certo que não estaes doente? Porque não fostes ao escritório, como de costume? Parece-me que não é muito pedir-te que sirvas o café, quando recebo aos amigos*.

Responde Pressila "– *Não , não é muito – disse Pressila docemente – Mas também não é muito pedir-te que passes as chavecas e offereças os biscoitos quando recebo as minhas amigas*."[614]

Tal resposta, considerada pelo articulista como "*moderna*", aponta para os conflitos matrimoniais vivenciados pelas camadas médias e altas cujas expectativas em torno do casamento já não se enquadram nos padrões, apontados por este, como antigos. É bem verdade que a crítica se direciona à desigualdade de obrigações dentro da relação matrimonial, mas não ao casamento, à sua condição de *lócus* gerador de famílias e ao papel de esposa como qualidade fundamental da "natureza" feminina. A busca feminina a uma maior simetria na relação é encarada pelo articulista como fundamental à reformulação do casamento para uma maior sincronia com os tempos modernos, mas, apesar de moderna, Pressila continua a ser uma mulher "doce" e amorosa aos moldes românticos, sabendo levar com candura estratégica suas insatisfações matrimoniais.

Na República, não foram poucos os veículos de comunicação que propagavam os valores românticos, no seio da população, estando entre os mais destacados os jornais, o

[614] FBN, Setor de Periódicos, Jornal Manhã, 19 Outubro de 1920, p3.

rádio, as películas cinematográficas e um amplo conjunto de literatura romântica, publicado sob a forma de romances ou em capítulos, nos jornais. Os famosos folhetins, por exemplo, descreviam o amor como um momento de êxtase em que o ser amado é alçado à única condição de felicidade.

Histórias românticas, publicadas em capítulos, como a intitulada *A Cigana,* que conta os infortúnios de amor do mulato de nome André pela cigana Lúcia, publicada durante os meses de outubro a novembro, de 1912, na *Gazeta de Notícias*, conclamavam o público a acompanhar a história "*que a todos tem empolgado"*. [615] Além dos folhetins, jornais e revistas abriam espaço à publicação de cartas e recadinhos amorosos, cujos amantes, por meio de codinomes, tornavam públicas venturas e desventuras amorosas, como a endereçada a "*À Senhorita Y*", no ano de 1920, no jornal *A Manhã,* em que um rapaz, de nome *Jota* , declara seu amor a "*Y*" afirmando ser "*para Ella, e só para Ella, que se alonga o meu penitente pensamento, nesses instantes de renuncias e da estrella da noite, quando o dia desapparece, colorindo o oceano de rosas e violetas*"[616] *Jota,* ao tornar públicas as indiferenças da amada e seu sofrimento amoroso tentava comovê-la e assim conquistar sua afeição, mas ao mesmo tempo os infortúnios do amante rejeitado, sofrendo por amor, reforçava e disseminava os ideais românticos e parecia fazer parte das histórias de amores sofridos que se desenrolavam nas telas de cinema, nas novelas de rádio e nos folhetins, quando após muitas demandas e obstáculos chagava ao fim cumprindo seu destino de unir os amantes pelo casamento que enfim encontravam seu "final feliz".

Muito tempo antes das salas de bate-papo e dos saites de relacionamentos virtuais da era da informática unir casais, as revistas femininas, a exemplo do *Jornal das Moças,* abriam espaço em suas páginas para os Bilhetes Postais em que os interessados poderiam

[615] FBN, Setor de Periódicos, Gazeta de Notícias, 1912, p1
[616] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Manhã 1920.

manter correspondência amorosa, pela revista. Em 1922, um moço que se intitulava *Militar* escreve um rancoroso bilhete postal "*A Alguém, Bahia*", numa briga amorosa intermediada pelo *Jornal das Moças*. Diz "*Militar*" à ditosa jovem - "*Não queres tuas cartas? Desejo devolvê-las. Vi que eras volúvel e portanto peço a fineza de mandar –me seu novo endereço*".[617] Em julho desse mesmo ano, circularia as queixas de amor endereçadas por "*Lena, A desprezada*" para "*Osvaldo Corrêa de Menezes*" – "*A indiferença é a setta com que te armas para dilacerar um coração que só te sabe amar por seres o único homem que me despertou para o amor – S. Salvador – Bahia*". [618] Não é possível afirmar, por absoluta ausência de dados, se a revista conseguiu juntar algum casal de namorados, mas durante todo o tempo de sua circulação os Bilhetes Postais foram mantidos, indicando o quão popular era esse tipo de namoro a distância.

Os cartões postais românticos, os famosos Cromos que Azevedo aponta como prática de correspondência amorosa, [619] foram trocados entre os namorados das camadas populares. Ainda que não fossem um hábito generalizado pelos custos financeiros que demandavam, os postais faziam parte da correspondência amorosa entre os namorados e tinham por objetivo a marcação de encontros e a troca de juras de amor, a exemplo dos cartões mandados a *Eulalia Paranttos da Silva* ,[620] 15 anos, parda, do serviço doméstico e seu namorados *Ladislau Francisco de Oliveira*, 27 anos, Policial

[617] FBN, Setor de Periódicos, Revista Jornal das Moças 08 de Setembro 1922 no 325, s/p.
[618]FBN, Setor de Periódicos, Revista Jornal das Moças, 27 Julho 1922, nos 371, s/p.
[619] AZEVEDO, Thales, **Namoro à Antiga**... P12
[620] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 13, Estante 198, Ano 1927.

Foto 19a

APEBA, Processo de Defloramento de Eulalia Paranttos da Silva, Ano 1927
Cartão Postal – Namorados na Praia

Escreve Landislau:

Foto 19b

Verso do Postal

No postal temos uma cena de conteúdo marcadamente erótico, numa praia onde o casal enamorado, enlaçado, sugere um beijo. Os símbolos modernos da imagem podem ser apreendidos pelo uso de roupas de praia, onde o casal, a sós, desfruta de um dos locais de diversão que se populariza no século XX, a praia. A influência do cinema norte-americano também se faz presente na dramatização da cena. No texto marcadamente romântico, entre confissões de amor e beijos, Ladislau se queixa de um encontro desmarcado, reiterando sua condição de apaixonado ao reafirmar "pertencer amorosamente" a Eulalia. Diminutivo como *filhinha, benzinho, queridinha* eram recorrentes na correspondência amorosa. Os diminutivos sugerem uma infantilização da figura, amorosa, mas, ao mesmo tempo, atestam um componente tradicional do tratamento íntimo comum à cultura brasileira que sempre usou diminutivos para indicar intimidade e carinho.

É interessante perceber que expressões como Amor, Amar, Paixão, Apaixonado, Gostar que surgem nos cromos, bilhetes postais, poesias românticas, folhetins, títulos de filmes, reportagens jornalísticas, etc, raramente são empregados nos depoimentos de vítimas e réus ao descreverem sua relação amorosa. O termo mais comumente usado é "*ter amizade*". Em seu depoimento, *Vicente Gonçalves Pessôa*,[621] 23 anos, artista, analfabeto, afirmou que raptou e desejava casar com *Jesuina da Silva Pontes*, 15 anos, parda, serviço doméstico, sabendo ler e escrever, "*visto ter muita amizade à mesma*". Da mesma forma, *Mário Goes Duarte*,[622] 27 anos, operário, sabendo ler e escrever, ao descrever os conflitos que vivera no seu relacionamento com *Joana Dias Maciel*, 19 anos, parda, operária, sabendo ler e escrever, que sempre provocava rupturas, diz que sempre reatava com esta por "*ter muita amizade à mesma*". *Odalina Pereira Brito*,[623] 16 anos, parda, doméstica, instrução primária, diz em juízo que namorava escondido com

[621] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 06, Caixa 02, Estante 198, Ano 1899.
[622] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 14, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.
[623] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 70, Estante 199, Ano 1946.

José de Oliveira, 19 anos, taifeiro da Armada Naval, instrução primária, por este lhe ter "*muita amizade*". *Edite Alvez dos Santos*, 17 anos, mestiça, serviço doméstico, sabendo ler e escrever, disse em seu depoimento que concordou com a proposta de seu namorado, *Lourival da Silva Carreira*, 19 anos, sabendo ler e escrever, de ter sexo com ele "*em vista da muita amizade que tinha a* Lourival"[624]. Em uma carta de amor escrita por *Feliciano Manoel dos Santos*, 18 anos, roceiro, sabendo ler e escrever, à sua namorada *Valentina Maria de Souza*, 16 anos, parda, serv. doméstico, o "*Amor*" é associado à intensa "*Amizade*" que este diz sentir por Valentina. [625] *Martinha Alves dos Santos*, 22 anos, lavadeira e engomadeira, analfabeta, diz em seu depoimento no processo de *Almerinda Ferreira dos Santos*, 19 anos, mestiça, costureira, sabendo ler e escrever, "*que tantas vezes ela, testemunha, aconselhou a Almerinda que deixasse de amizade com o denunciado*". [626] A associação, inclusive, aparece em algumas reportagens jornalísticas como no artigo veiculado pelo jornal *A Manhã* sobre o suicídio de uma jovem em que o articulista justifica o ato de desatino à "*ingratidão de um que lhe não soube comprehender a amizade, o amor*". [627]

Assim, o termo "ter Amizade" foi empregado em sentidos variados, podendo significar tanto a relação de namoro em si, como o emprega Martinha, como no sentido de amar/gostar utilizado por Almerinda, Vicente, Edite, Odalina, Mario. No primeiro momento, poderíamos imputar ao uso do termo "ter amizade" como um eufemismo em decorrência ao momento de crise, à vergonha ou constrangimento frente à autoridade pública, quando vítimas, réus e testemunhas têm de relatar fatos íntimos, envolvendo a prática do sexo, daí o emprego de um termo suave para descrever a relação. O uso de eufemismos como "*aquele rapaz*" ou "*o rapaz de quem eu gosto*" em substituição ao

[624] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 03 Estante 198, Ano 1920.
[625] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, caixa 05 Estante 198, Ano 1925.
[626] APEBA, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 11, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.
[627] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Manhã 1920. Grifo nosso.

termo Namorado é descrito por Azevedo como uma prática de locais interioranos ainda preso a tradições familistas, conservadoras e patriarcais, como se o termo namorado, segundo ele, "*fosse de algum modo indecoroso ou denunciador de uma relação proibida*"[628]. Seria o uso do termo "ter muita amizade" um traço conservador das camadas populares? Para nós parece que sim. Estamos inclinadas a acreditar que expressões como Namorado, Amor, Paixão, Apaixonada(o) não surgem com frequência nos depoimentos porque ainda não haviam sido inteiramente incorporadas ao vocabulário amoroso popular baiano, mesmo que os veículos de comunicação da época os usassem com grande frequência. Empregados dentro da lógica dos códigos românticos, estes seriam incorporados pelos grupos populares segundo uma forma própria de expressar seus sentimentos amorosos.

É interessante perceber que no folhetim *A Cigana*, os termos Amor e Apaixonado surgem no memento da narrativa do autor e nunca na fala dos personagens populares. A única ocasião em que tais expressões aparecem na fala de um personagem trata-se de um casal de noivos dos segmentos altos, num diálogo entre *Agenor* e *Gracinha*. Em uma das visitas de Agenor à noiva, eles entabulam uma discussão acerca da intensidade do Amor que cada um sente em relação ao outro, quando *Agenor* assevera *Amar* mais a *Gracindinha*. Não é que o Amor não fizesse parte dos sentimentos que constroem as características psicológicas expressas pelos outros personagens, o que move *André*, o principal personagem masculino da história, é seu Amor desmesurado pela cigana *Júlia*, mas esses sentimentos, quando são expressos em diálogos entre os personagens populares, a expressão amor é substituída por "querer bem" e "ter amizade" e o tom e a intensidade em muito diferem ao que é expresso por *Agenor* e *Gracinha*.[629] Tais características confirmam que as práticas do amor romântico como práticas sociais

[628] AZEVEDO, Thales, **Namoro à Antiga**... p 23.
[629] BPEB, Gazeta de Noticias, A Cigana 1912, capítulos 12; 30 e 31.

assumiram as cores e se adequam ao contexto histórico-cultural dos grupos que o vivenciam.[630]

Mas não somente nos Folhetins, Bilhetes Postais, Cromos e nas Cartas Amorosas eram narradas as histórias de amor. As notícias dos suicídios amorosos apareciam estampadas nos jornais da época que dramaticamente narravam os infortúnios dos amantes. Sob o título de *As tragédias do Amor*, o *Gazeta de Notícias* relata o pacto de morte protagonizado por dois jovens de 19 e 16 anos no ano de 1913: A moça "*senhorita de distinta família*" consentiu ser raptada e morta pelo *"noivo*" que, depois de alvejá-la, atirou em si próprio[631] Foram também os infortúnios de amor que levaram ao suicídio a jovem Julietta que, como a lembrar a heroína da tragédia amorosa shakespiriana, buscara a morte por oposição ao seu enlace amoroso. Relata o *A Manhã*:

> "*Os leitores continuam penalizados, com toda certeza, com a tristissima noticia do suicídio da infeliz senhorinha Julietta. Levada pela paixão ardente e sincera, acreditou que não podia superar os obstáculos que a sua família collocava ao casamento com o eleito de sua alma. E Julietta ingeriu grande dose de estrichinina, tornando insufficiente todos os recursos médicos empregados para lhe manter a vida"*[632]

Em que pesem que os suicídios estampados nas manchetes dos jornais baianos não fossem todos eles decorrentes de causas amorosas, esses é que pareciam ganhar, nas páginas dos periódicos, um maior destaque, com palavras de pesar e solidariedade à família que havia sido colhida pelo funesto acontecimento. As tragédias relatadas eram quase sempre decorrentes das oposições familiares, como no caso de Julietta, ou de rupturas, quando um dos parceiros era abandonado e acabava pondo termo à própria vida, como no caso de outra "*distinta senhorinha*" cujo nome o jornal não declina, e que tentara "*dar paradeiro à vida feliz*", ingerindo "*dose de permanganato de potássio*" pela

[630] Sobre o tema ver: COSTA, Jurandir Freire, **Sem Fraude Nem Favor**... pp. 15-19.
[631] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Gazeta de Notícias, 1912, p. 2.
[632] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Manhã 1920.

"*ingratidão de um que lhe não soube comprehender a amizade, o amor*". [633] Mesmo que o jornal não tivesse por intenção incentivar o suicídio, o "*glamour*" que rondava as tragédias, a dramatização do caso, a comoção e solidariedade que suscitava pareciam convidar ao desatino, valorizando e idealizando as demandas amorosas. O drama amoroso, no ímpeto da sua realização, criaria, como aponta Giddens e Sevicenko, um estranhamento social, pois ele se opõe à família, aos parentes, aos pais e nega a própria sociedade na negação absoluta da perpetuação da vida pela morte planejada.[634]

Não eram só as infelizes Senhorinhas que buscavam pela morte proclamar ao mundo o seu amor. As mocinhas pobres também pactuavam suicídios amorosos. Em 1925, "*Quintilliana Freire, 29 anos, parda*" moradora de uma "*casinha à rua 13 de maio, ao Gantois*," protagonizou o que o jornal descreveu como o "*epílogo de um romance simples*" ao ingerir "*terrível tóxico*"[635]. *Quintiliana* morre vestindo seu traje de noiva, soubera que o seu noivo, o "*mechanico Oscar do Nascimento Queiróz, preto*", não tratara dos papéis do casamento que havia sido marcado para realizar-se naquela data, como havia prometido. Ciente de que seu casamento não ocorreria, após discussão com *Oscar, Quintilliana* dá cabo à própria vida.

Ao que nos parece, pelas notícias de suicídio amoroso que estamparam as colunas dos periódicos baianos ao longo do período, as mulheres estariam mais propensas ao "*desatino amoroso*" que os homens, que punham fim à vida mais por questões de ordem econômica, como falências, dívidas, perda de empregos, como o ocorrido com *Antonio Eutychio de Goes, 26 anos, solteir*o, *açougueiro*, que em 1918 tenta matar-se com um tiro na cabeça. Malograda a tentativa, afirma *Antonio* na Assistência:

> "*Fui levado a isto em virtude de contrariedades continuas na minha existência pois estou cansado de trabalhar sem resultado. Há 10 annos*

[633] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Manhã 1920. Grifo nosso.
[634] GIDDENS, Anthony, Sexualidade, Amor e Erotismo... pp. 50/51; SEVCENKO, Nicolau, "A Capital Irradiada...", p. 607.
[635] IHGBA, Jornal A Tarde, 1925.

> *sou açougueiro e durante este tempo nunca prosperei, emquanto outros, com menos tempo estão bem*"[636]

Em 1916, o *A Cidade* relata como causa do suicídio de *Manoel Moreira Reis* a perda da "*fortuna*" e as dívidas "*contraídas a casa de jogos*", [637] guarda municipal, ao ver-se falido, dá um tiro na cabeça que o leva à morte. Isso não significa dizer que casos envolvendo homens enamorados não ocorressem, haja vista o primeiro caso relatado, entretanto esses são mais raros dos que cometiam as mulheres. Nossa hipótese é que como sobre as mulheres a censura moral de ordem amorosa se fazia mais forte sob o manto do suicídio por amor poderia haver muitos casos de defloramentos e possível gravidez cuja eminência do escândalo poderia pressionar as jovens a um ato extremo. Já sobre os homens, a pressão social e moral se farão efetivamente pelo lado econômico. Espera-se que estes consigam prosperar, ganhar dinheiro, tornando-se um respeitável provedor, chefe de família, numa Bahia que caminha a passos largos para a competição capitalista, absorvendo os ideais burgueses baseados em valores individualistas de prosperidade e ascensão social via a acumulação monetária. Como afirmou o amargurado *Antonio Eutychio de Goes* ao ver seu sonho de prosperidade e ascensão como comerciante malograr frente a outros que tiveram melhor sorte.

Por sua vez os suicídios por oposição familiar a uniões indesejadas revelam que a desarticulação das práticas de consórcio matrimonial gerenciadas pelas famílias segundo interesse de ordem social e econômica na figura do "marido ideal e da esposa ideal" sobreviveram conjuntamente a novas formas baseadas na aspiração pessoal e na livre escolha do cônjuge baseado no amor. Esta convivência acabou por gerar conflitos que, em casos limites, redundaram em ruídos os casos de fugas e suicídios.[638]

---

[636] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal A Cidade 1918, 25/jan, s/p.
[637] BPEB, Setor de Periódicos Raros, A Cidade de 1916, out, p.1.
[638] Sobre o tema ver ARAULO, Rosa Ma. B., **A Vocação do Prazer**..., cap. 3.

Mas o amor não surgia no jornal somente pela tragédia, muitos colaboradores enviavam poesias que tinham lugar de destaque nas páginas dos diários baianos. Em 1912, o poeta *Segundo Warderley* publica *Anhelos*, no jornal *Gazeta de Notícias*, em que professa seu amor casto e pudico por uma musa virgem:

> *"Deixa beijar-te as faces cor de neve, / meu beijo não faz mal, é meigo, é breve/ não te macula, ó flor; / No firmamento a nuvem purpurina / beija também a estrela crystalina,/nas poupa-lhes o fulgor.*
>
> *Deixa beijar-te a perfumosa trança... / é um beijo singello de criança, / um terno beijo, enfim; /Nos virentes vergeis a borboleta/ voa beijando a casta violeta, / sem machar-lhes (sic) o setim.*
>
> *Deixa beijar-te os lábios coralinos/Esse cofre de beijos argentino, / de graças infantis; / Nada tens a temer, pomba encantada, / meu beijo é como o beijo da alvorada / das rozas no matiz.*
>
> *Deixa beijar-te o collo perfumoso/ No transporte de um sonho vaporoso de mystico languar;/ é um beijo subtil, não te magôa,/ é um beijo que Deus mesmo perdoa,/ de fraternal amor* ". [639]

A musa romântica descrita encerra as imagens correntes em torno de um feminino idealizado: infantil, meiga, delicada, doce, pura, inocente e bela. O autor do poema idealiza a mulher amada. Tais idealizações reforçam papéis de gênero uma vez que "*propõem idealidades abstratas, reduzem e excluem os sujeitos que não se comportam de maneira padronizada*" [640] Assim, esse feminino propagado pela poesia e pelo jornal era uma meta a ser seguida, um padrão a ser alcançado. A imagem do feminino se contrapõe à imagem do masculino descrito. Vigoroso e viril, passa o tempo todo a espreitar sua amada na busca de um beijo. A passividade feminina se opõe à iniciativa masculina, como proclamavam as regras de namoro. Na metáfora do poema, o sexual desejo masculino, o beijo, é contido, carece da permissão, segundo as normas

[639] Fundação Biblioteca Nacional, Seção Periódicos, Gazeta de Noticias, 1912.
[640] FÁVERI, Marlene de **Moços e moças para um bom partido (a construção das elites – Itajaí, 1929**). Itajaí: Ed. UNIVALI, 1999, p.79.

prescritas. Mesmo viril, a imagem desse masculino encerra os estereótipos do marido provedor, do pai protetor, do amante contido e racional. Assim, ao mesmo tempo em que proclama o amor romântico, o poema descreve a forma idealizada de como ele deve ser vivido.

O Cinema, a mais nova forma de entretenimento, será outro importante veículo de propagação do amor romântico e local assiduamente frequentado pelos namorados. Os filmes anunciados com fotos de casais enlaçados, de olhares apaixonados, acompanhados do convite a que o público fosse ver a estreia "*empolgante de Olhos e o Coração, que hontem obteve tantos apllausos na platéa do incomparável cinema São João*". [641] Por mais que o valor das entradas tornasse o cinema uma forma de lazer esporádico, sua frequência aparece descrita nos depoimentos de muitas jovens das camadas populares como um dos lugares frequentados pelos casais nos encontros. *Hilza Urpia*, parda, costureira, de 16 anos, afirma em seu depoimento, no processo de defloramento que moveu contra seu namorado, *Euvaldo Freitas*, moreno, comerciante, 20 anos, que costumava ir às matinês, nos domingos, em 1944.[642]

Segundo Hildegardes Vianna, havia "*cinemas para todos os preços e categorias de pessoas. Gente pobre, pé-leve, sem preconceitos, nem pruridos de vaidade, ia ao Olímpia (no local ocupado depois pelo Cinema Aliança) à Baixa dos Sapateiros*" [643]. Confirmando as informações de Vianna, foi ao Olímpia que, em 1925, *Isaac Martins Santos*, 22 anos, negociante ambulante, levou a doméstica *Maria José de Oliveira*, 16 anos.[644] E foi também no então cinema Aliança (antigo Olímpia), o local que a doméstica *Edelzuita do Carmo Conceição* havia frequentado assiduamente em companhia de um

[641] F BN, Seção Periódicos, Gazeta de Noticias, 1912.
[642] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 204, caixa 96, documento 12, 1944.
[643] VIANNA, Hildelgardes. **Antigamente Era Assim**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994, p.261
[644] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 198, caixa 12, documento 11, 1925.

antigo namorado, em 1950, segundo afirmação do seu ex-namorado, Érico Máximo Nascimento, contra o qual a Edelzuita movia processo de defloramento. [645]

Figura 20

A CIDADE

Empreza Estadual Cinematographica de films Liborio & Riedel

Amanhã---Cinema Jandaia

AGENCIA DA BAHIA 15.—Rua dos Droguistas—15 1º andar

O espectaculo modelar da elite no Templo do Conforto--THEDA BARA em ROMEU E JULIETA

Não fosse já a artista consagrada, a mulher ideal que o mundo inteiro applaude, é teria THEDA BARA neste film a sua mais bella apotheose
Nada se compara a seu trabalho em

Romeu e Julitea

Theda Bara

mulher divina dos palcos americanos, excedeu-se a si propria, e

FOX FILM CORPORATION

elevou-se ainda a maior grau de perfeição com a producção dos novos films da «SERIE SUPREMA», seria extra de arte, de luxo, de valor e de custo que o JANDAIA tomou a si e cuja exhibição vae iniciar

Theda Bara, a divina artista tem uma creação toda sua no papel de Julieta e seus olhos grandes e negros possuem a irradiação que deveriam ter as pupilas da heroina de Shakspeare, ao mesmo tempo que o temperamento ardente diz bem com o fogo do amor que a bella virgem escondia em seu seio.

Theda Bara apparece, brilhando mais que mil sóes, que uma cataracta de diamantes batida pelos raios limpidos da lua.

Fox-Film Corporation da melhor poderia fazer, alliando a arte, a verdadeira, com a verdade de execução e o luxo espantoso da enscenação e ROMEU E JULIETA o grande romance de Shakspeare, não poderia ter melhores interpretes, salientando-se o trabalho de

THEDA BARA

que é sublime nos melhores detalhes desta epopéa. que é meiga em amar. que é divina no soffrer.

LUXO--ARTE

Grandioso successo!!!

A seguir: O TURBULENTO: 7 actos da Fox--Film

Escriptos especialmente para salientar o athletismo. Desempenho de George Walsh, o sportman invencivel, cuja força assombrosa supplanta a de "Maciste" e "Buffalo".

NOTA: Não confundir com outra de igual titulo, já exhibida nesta capital

NOTA: Não confundir com outra de igual titulo, já exhibida nesta capital

BPEB, Jornal A Cidade, 1917, Propaganda do Filme Romeu e Julieta

Assim os cinemas passam a ser um novo local para o encontro amoroso, mas ao mesmo tempo de múltiplas vivências do amor romântico que, ao desenrolar-se na tela, inspira e propaga-se na platéia, revela-se nos protagonistas, nos ideais de masculinidade e de feminilidade, do macho forte dominante à mocinha frágil que carece de sua proteção. Nos quadros à direita e no centro temos imagens da película a ser exibida nos quais as personagens aparecem numa cena romântica em que Julieta aparece num gesto

[645] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, estante 199, caixa 71, documento 02, 1950

de entrega amorosa a Romeu com mãos e braços entrelaçados. Como afirma Sevcenko, o cinema seduz! A paixão pelos astros e estrelas da tela fará incorporar novos comportamentos, as imagens ganhavam o gosto popular e as performances nas telas podiam ser vistas, nos seus vestuários e procedimentos o "*jeito de acender os cigarros, de olhar a moça de lado, de namorar ao pôr-do-sol*", [646] da maquiagem de rosto às tinturas e cortes de cabelo ganhavam vida nas estreitas ruas e ladeiras do Pelourinho, na velha cidade, como na nova e larga Avenida 7 de Setembro e nos cafés e confeitarias chiques da rua Chile, da nova Salvador, causando polêmicas.

Figura 21

IHGB, Jornal A Tarde, 1927

[646] SEVCENKO, Nicolau, "A Capital Irradiada...", p. 600.

Na charge de 1927, veiculada pelo jornal A Tarde, os novos padrões de consumo inculcados pelo cinema ganham força não somente como propagador de novos hábitos, mas como um veículo capaz de colocar em cheque hierarquias que a sociedade baiana buscava a todo custo preservar. No desenho, a negra empregada aparece empoando o rosto com a nova cosmética de beleza, vestindo-se a lá melindrosa, de chapéu e saia curta, confirma a popularização dos produtos veiculados nas telas de cinema, seu consumo generalizado interclasses, mas também sugere a quebra de hierarquias e de autoridade uma vez que a negra empregada, imbuída do moderno nas roupas, no ato de se maquiar e nos gestos se nega a voltar para a cozinha, arrumando-se para a sessão de cinema. A patroa branca simboliza a tradição, na roupa preta e longa, no penteado antiquado do cabelo, na expressão contida e surpreendida que, engolfada pelos novos tempos, torna-se incapaz de fazer valer a velha autoridade. O tom de comicidade é dado pela completa inadequação do corpo negro na nova vestimenta.

Para os setores conservadores da cidade, o Cinema causava o desregramento e a quebra de condutas que só trariam a desordem e o caos à sociedade[647] Em 1923, na seção de Bilhetes Postais, um leitor do Jornal das Moças faz uma severa crítica ao cinema, que será descrita como

> "*uma perfeita escola cuja matéria especial e principal é o amor! ... Os crimes e os vícios, o sensualismo e os adultérios, tudo passa na projeção dúma pellicula, estrada larga e direta que leva pobres mulheres a perdição e pobres homens a decadência moral, prisões e aos antros tenebrosos do vicio(...)"*[648]

Em que pese que o autor do Postal impinja ao cinema a degeneração dos costumes, este, por sua vez, não deixa de creditar ao mesmo um importante papel como veículo educador e de propagação do amor. Mais do que ao cinema em si, o que o autor

[647] Sobre o tema ver: FONSECA, Raimundo N. Silva, A Modernidade Rasgou a Tela do Cinema: Lazer e Cinema em Salvador (1912-1924), Monografia de Especialização, Feira de Santana: UEFS, 1997.
[648] FBN, Setor de Periódicos, Revista Jornal das Moças, 14 julho 1923 n o. 417.

quer é a censura voltada à exibição de películas cujo enredo teria esse caráter nefasto, pois, logo em seguida, este irá louvar a qualidade do filme "*O Espírito da Floresta*" como capaz de "*ensinar a psychologia da mulher e da alma*", afirmando ele seu desejo de viver como o personagem do filme "*num paraizo de amor e felicidade, onde 'ella' fosse minha rainha e eu seu supremo rei!*".[649] O par romântico do cinema "*torna-se uma entidade autônoma*", em que a felicidade só é possível de ser alcançada na concretização da relação amorosa que tem no contexto social seus opositores, conformando assim "*uma única individualidade bipolarizada*", convertendo-se o amor, paradoxalmente, em um elemento "*anti-social*" pelo individualismo exacerbado no desejo da realização amorosa. [650] Ainda que criticado, o cinema populariza-se, tornando-se a maior forma de entretenimento popular no século XX, sendo somente superado pelo surgimento da televisão.

2. Quando o Amor Acontece! Namoro, Regras e Ajustes

Se o romantismo e as grandes paixões eram um condicionante comumente encontrado na vivência amorosa dos mais variados segmentos sociais, as etapas desse relacionamento assumiam dinâmicas diversas. O namoro, como toda relação social, era presidido por normas às quais homens e mulheres deveriam seguir. Assim, apesar do consentimento individual, atração física e simpatia serem a base das novas regras de namoro, novos eram também os rituais que dele faziam parte, prevendo etapas distintas e relativamente longas a serem vivenciadas pelos namorados - do flerte ao namoro, de um a seis meses; do namoro ao noivado um a três anos, do noivado a casamento, de um a dois anos.[651]

[649] FBN, Setor de Periódicos, Revista Jornal das Moças, 14 julho 1923 n o. 417.
[650]SEVCENKO, Nicolau, "A Capital Irradiada...", pp.607/608.
[651]AZEVEDO, Thales de, **Namoro à Antiga** ...p. 4.

Entre os grupos populares, os relacionamentos de namoro poderiam durar um longo tempo, como no caso de *Leonor e José Cupertino*, cujo noivado durou sete anos, até que os nubentes pudessem arcar com os custos de uma nova família. Mas estes também poderiam ter suas etapas encurtadas, em que o intercurso sexual poderia ocorrer num período de uma semana a seis meses de namoro, sem que o casamento tivesse sido realizado, como no caso de *Adrelina Farias de Sá*, 14 anos, sabendo ler e escrever, preta, cujo namoro com Aloysio Simões era de dois meses quando esta foi por ele deflorada. [652]

Tabela 9: Tempo de Namoro[653]

Dias/ Meses/ Anos	No	%
1 a 2 anos	84	21,9
3 a 4 anos	20	5,2
5 a 6 anos	3	0,8
mais de 6 anos	1	0,3
1 a 6 meses	64	16,6
mais de 6 meses	12	3,1
Dias	5	1,4
Meses	5	1,3
Muito Tempo	4	1,0
Nc	180	47,0

APEB - Serie Defloramento

Pela tabela acima podemos constatar que o tempo do namoro era bastante variável e que, em muitos casos (47,0%), o tempo de namoro não foi mencionado pela vítima ou pelo réu. Esteves, em suas análises sobre os processos de defloramento para o Rio de Janeiro, no mesmo período, levanta a hipótese de que para as jovens das camadas populares, o tempo formalizado em dias, meses e anos não constituiria uma "*importante demarcação de mudanças de vida, de hábitos ou para o estabelecimento de regras*", confirmado pela não definição dos namoros a partir de parâmetros temporais.[654] Entretanto as análises dos processos envolvendo jovens

[652] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento13, Caixa 40, Estante 198, Ano 1941.
[653] Foram retirados da contagem os casos em que o conhecimento entre vitima e réu era de apenas de 1 dia, pois esses casos em que pesem terem sido tratados pelo delegado e promotor como defloramento eram na verdade caso de estupro onde não havia nenhuma relação entre os envolvidos.
[654] ESTEVES. Marta Abreu, **Meninas Perdida**... p.164.

baianas nos indicam um comportamento diverso daquele encontrado pela autora no Rio de Janeiro. Se é certo que 47,0% delas não definiram o tempo de namoro ou o fizeram de forma imprecisa, usando termos como "*há meses*" ou "há *muito tempo*", não podemos desconsiderar que 50% delas, se computarmos todos os processos no qual consta a informação, o fizeram, não somente definindo o tempo de namoro como recordando o momento em que ele fora iniciado e a ocasião em que ocorrera o defloramento.

A nossa já conhecida *Amélia Constança de Seixas*, parda, 16 anos, costureira, sabendo ler e escrever, em 1901, assim descreve seu namoro,

> "*que conhece Adalardo Bacellar a cerca de quatorze meses, de passagem por sua casa, época em que ela e ele iniciaram o seu namoro, Adalardo Bacellar começou a ter entrada em sua casa com o consentimento de sua mãe, há oito meses, que Adalardo manifestando sempre idéia de casar-se com ela em presença de sua mãe, de seus irmãos e de Alvira, sua irmã (...)* "[655]

Segundo as regras de namoro, ter entrada na casa com o conhecimento da família era considerado uma formalização da intenção de casar, definir o tempo entre o primeiro encontro "*cerca de quatorze meses*" e a entrada na casa como namorado oficial "*oito meses*" estava dentro das regras de namoro como o definiu Azevedo em seu estudo antropológico, que previa um contato preliminar até que o pretendente fosse formalmente apresentado à família e passasse a frequentar a casa.[656] Definir especificamente o tempo de namoro dava credibilidade à promessa de casamento, conferindo a esta um status formal importante para a caracterização do emprego de sedução e fraude no processo.

Assim como Amélia C. de Sexas, *Cândida Maria de Abraão*, preta, 19 anos, sabendo ler e escrever, serviço doméstico, em 1902 diz que "*conheceu o acusado há cerca de 6 meses pelo fato de morar sua irmã Secundina na loja do prédio n.81*" mesmo local onde M*anoel Eugenio de Azevedo*, 36 anos, negociante/açougueiro, sabendo ler e escrever, tinha um açougue. Afirma *Cândida* que "*entreteve namoro com o acusado*" numa festa de "*Sábado de Aleluia*", na casa de uma ex-vizinha da irmã de nome Lima. Que o acusado acertou com ela um

[655] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 09, Caixa 01, Estante 198, Ano 1901.
[656] AZEVEDO, Thales de, **Namoro à Antiga** ... pp. 8a10 e 41.

encontro na noite de "*sete de abril*", na Igreja de São Pedro, quando foi por ele deflorada.[657] No ano seguinte, *Maria Joanna dos Anjos*, [658] preta, 20 anos, sabendo ler e escrever, do serviço doméstico, diz namorar *Venancio Xavier da Costa*, 23 anos, sabendo ler e escrever, há quatro anos, "*namoro com ciência das pessoas de sua família e dos vizinhos*" que Venancio "*frequentava a sua casa há longos anos, pois era amigo de seu tio*". Em 1920, *Lucia Evangelista Fiel do Carmo*[659] diz namorar *João Baptista L*ima "*há seis anos*" que "*este frequentava quase que diariamente a casa dela*", que "*na noite de 28/2 do corrente, [?] onze horas*" conseguiu deflorá-la sob promessa de casamento. Em 1931, *Hyldeth de Souza Bahiense*,[660] parda, 18 anos do serviço doméstico forneceu dados precisos sobre seu defloramento, que se deu "*à noite de quatorze de Abril, do anno passado, na casa da família de seu namorado*" e que namorava Manuel de Freitas Góes "*desde setembro de mil novecentos e vinte e nove*" . Como Hyldeth , Adrelina Farias de Sá, 14 anos,preta, sabendo ler e escrever disse que seu defloramento ocorreu "*no dia vinte e um de setembro do corrente ano, às vinte e duas horas, na residência de seu namorado (...)*". Que há "*cerca dois mezes passados Aloysio Simões pediu a genitora da respondente, Otilia Maria Vanderley, que consentiu entrar em casa della*". [661]

Mas não eram somente as defloradas que definiam temporalmente suas relações, comumente mães e testemunhas descreviam precisamente o tempo de namoro das vítimas, assim como o momento em que haviam ficado cientes do caso. A testemunha no caso de defloramento de *Ester Maria de Castro*, parda/branca, sabendo ler e escrever, *Argentina Brigida de Moura*, 25 anos, serviço doméstico, afirma que "*há cerca de dois anos*" Ester namorava *Samuel Bedê Filho*, branco, 21 anos, acadêmico de medicina.[662]A mãe de *Gentil Moreira*, parda, 18 anos, sabendo ler e escrever, doméstica, *Silvina Vivalda Moreira*, viúva, em sua

[657] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Caixa 01, Estante 198, Ano 1902.
[658] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 06, Caixa 01, Estante 198, Ano 1903.
[659] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 06, Caixa 03, Estante198, Ano 1920.
[660] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 05, Caixa 22, Estante 198, Ano 1931.
[661] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 13, Caixa 40, estante 198, Ano 1941.
[662] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 05, Caixa 14, Estante 198, Ano 1929.

queixa na delegacia, diz que "*o queixado, há cerca de quatro anos vinha entretendo namoro com a filha da suplicante (...) chegando, mesmo, a freqüentar a casa (...*)"[663]

Definir precisamente o tempo de namoro, indicar com que frequência o namorado comparecia à casa, dizer que a entrada na casa havia se dado após o consentimento da família, que o namoro era público e conhecido pelos vizinhos, todos esses cuidados na hora de relatar o envolvimento demonstram que as camadas populares soteropolitanas estavam cientes das regras de namoro e buscavam, dentro de certo limite imposto pelas condições socioeconômicas, vivenciá-los. Se é certo que entre essas não houvesse uma separação distinta entre namoro formal, com o conhecimento da família, e noivado propriamente dito, com pedido de casamento, troca de alianças, é certo também que frequentar a casa com assiduidade e com a aprovação paterna e ou materna dava ao namoro uma condição formal reconhecida pelas namoradas, suas famílias e vizinhos como um comprometimento para o casamento.

Designar o réu como namorado e não como noivo[664] era o mais comum nos depoimentos, mesmo em casos de longos namoros como o de *Gentil Moreira*[665], cuja relação já havia decorrido 4 anos. Ainda assim as testemunhas no processo de *Gentil Moreira* são unânimes em atestas a seriedade do compromisso de casamento assumido por *Ananias Ferreira de Andra*de junto à família desta. Mesmo o termo namorado sendo o mais recorrente para denominar os réus, o termo noivo também aparece em alguns casos, mas estas denominações se alternam, indicando que para estes namorado/noivo tinha valor equivalente e eram usados como sinônimos. No depoimento de *Cândido Carlos de Seixas*,[666] 47 anos, casado, artista, sobre a relação amorosa existente entre *Maria Julia de Andrade*, 16 anos parda escura, serviço doméstico e

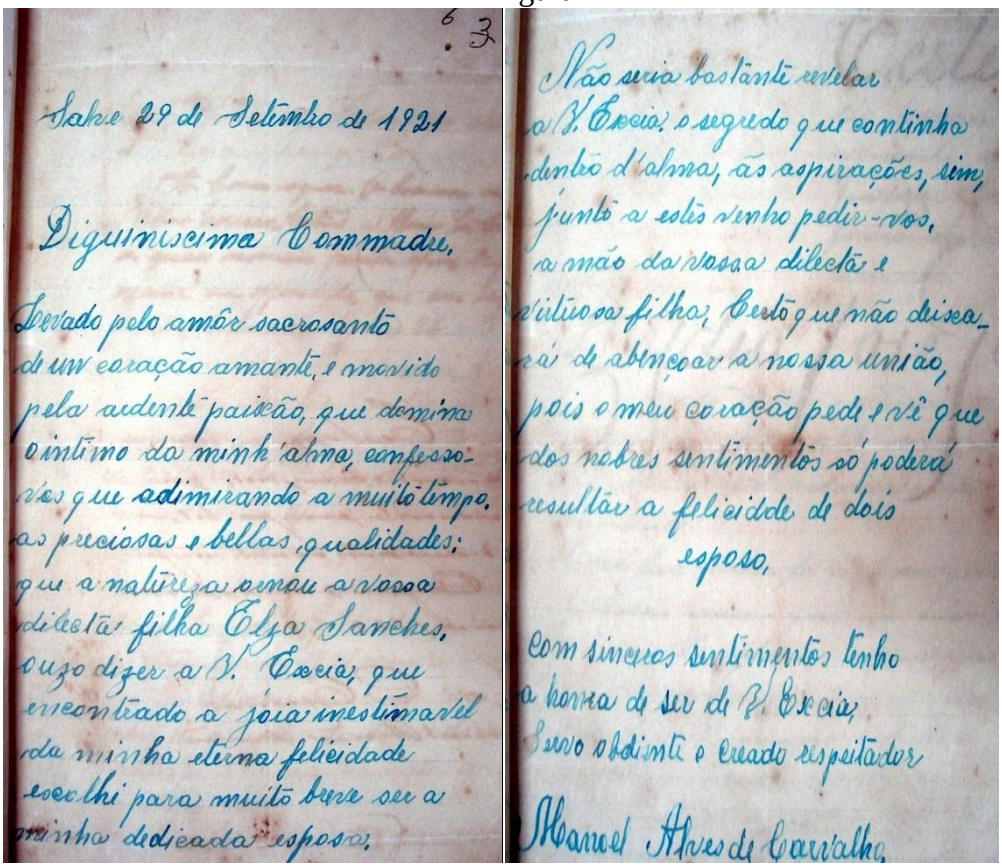
[663]APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 23, Estante 198, Ano 1933.
[664] Ver os resultados da tabela 30 Termo usado pelas vitimas para descrever os réus. Anexos
[665]APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 23, Estante 198, Ano 1933.
[666] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 03, Caixa 01, Estante 198, Ano 1907.

Gaudencio Calixto da França Filho, 23 anos, ferreiro, a associação se evidencia ao afirmar que Gaudencio "*gosava de fôros de noivo*" na casa de Cândida, a qual frequentava diariamente. Assim para Cândido Carlos de Seixas, como para os demais, frequentar a casa com assiduidade e com o conhecimento da família da moça dava ao namoro a formalidade de um noivado, mesmo que o ritual de pedir a mão não houvesse acontecido.

Em que pese a baixa escolaridade entre os envolvidos nos processo, haja vista que a maioria deles afirma, simplesmente, saberem ler e escrever, [667] a troca de correspondência, dentro dos princípios do romantismo, quer sob a forma de cromos quer sob a forma de cartas, será relativamente comum entre os casais. As cartas trocadas entre os namorados possuíam variados objetivos. Entre essas vamos encontrar desde cartas formais, usadas para solicitar junto à família da jovem a permissão para frequentar a casa, cartas em que juras amorosas e conflitos eram expressos, e cartas em que os namorados solicitam ajudas de diversas ordens. Em 1928, *Deraldo da Costa Lima*,[668] 23 anos, vendedor de peixe, em que pese ser analfabeto, encaminha uma bem escrita carta à mãe de *Maria do Espirito Santo,* 18 anos, preta, serv. Doméstico, em que faz rogos à mãe desta para que lhe conceda a mão de Maria. A relação entre ambos datava de 5 meses, dos quais dois compunha o namoro oficial, quando Deraldo passa a ter entrada na casa após o pedido. Assim como Deraldo, *Manoel Alvez de Carvalho*,[669] 27 anos, sapateiro, sabendo ler e escrever remete à mãe de *Elza Guidizze Sanches*, 20 anos, parda, serv. doméstico, sabendo ler e escrever, carta igualmente formal e bem escrita pedindo a mão desta em casamento. Vejamos a carta:

[667] Ver tabela 20 Vitima segundo grau de instrução e 21 Vitima segundo a cor e a instrução. Anexo.
[668] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento11, Caixa 15, Estante 198, Ano 1928.
[669] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 09, Estante 198, Ano 1922.

Figura 22



Sahe 29 de Setembro de 1921

Diguissima Commadre,

Levado pelo amôr sacrosanto de um coração amante, e movido pela ardente paixão, que domina o intimo da minh'alma, confesso-vos que admirando a muito tempo as preciosas e bellas qualidades, que a natureza ornou a vossa dilecta filha Elza Sanches, ouzo dizer a V. Excia, que encontrado a joia inestimavel da minha eterna felicidade escolhi para muito breve ser a minha dedicada esposa.

Não seria bastante revelar a V. Excia. o segredo que continha dentro d'alma, as aspirações, sim, junto a estas venho pedir-vos, a mão da vossa dilecta e virtuosa filha, certo que não discordai de abençoar a nossa união, pois o meu coração pede e vê que dos nobres sentimentos só poderá resultar a felicidade de dois esposo.

Com sinceros sentimentos tenho a honra de ser de V. Excia, Servo obdiente e criado respeitador

Manoel Alves de Carvalho.

APEB- Serie Defloramento de Elza Guidizze Sanches, ano 1922

A carta de Manoel, pelo estilo da letra e da assinatura, que também aparece em outros documentos do processo, ao que parece foi escrita por ele, este já não seria o caso de Deraldo, que era analfabeto. Entretanto, em que pesem uma ter sido escrita pelo próprio réu e a outra não, o estilo de ambas as cartas indica que havia uma fórmula para este tipo de correspondência, conhecida e amplamente usada, primeiro a declaração de amor, depois exaltar as qualidades da pretendida e por fim manifestar o desejo de compromisso. A ausência da expressão "Ter Amizade", que comumente aparece nas falas e nas correspondências de amor trocadas entre os casais confirma o estilo cerimonioso e padronizada da "carta do pedido", com o uso de expressões que não faziam parte da linguagem amorosa comum aos casais de namorados das camadas populares.

Namoros também podiam ser iniciados por cartas. Em seu depoimento, *Antonia Maria da Conceição*,[670] 20 anos, mestiça, costureira, sabendo ler e escrever, disse que só aceitou namorar *João Tertuliano Pio*, 40 anos, preto, empregado público, pelas constantes solicitações feitas por carta, dirigida a ela e a sua mãe, inclusive uma, com pedido de casamento, mandada a sua mãe, sem sua autorização. A pressão por carta permanece até que Antonia concorda em namorar João Tertuliano que passa a frequentar a sua casa num namoro formal, com pedido de casamento aceito.

Nas cartas, os conflitos pós-defloramento também se faziam frequentes, como a carta desesperada escrita por *Nicolau de Souza*,[671] 27 anos, Saldado do Corpo de Bombeiro, na qual apela para que *Valdemira Borges*, 18 anos, preta, doméstica, convença sua mãe a retirar a queixa contra ele, pois, se fosse obrigado a casar na delegacia, seria expulso da Corporação de Bombeiros, pelo seu comandante. Ao que parece os rogos de Nicolau foram acatados por Valdemira, cuja mãe não mais comparece à delegacia para fornecer a certidão de nascimento desta, ficando o processo parado e acaba prescrito, sem que ambas dessem prosseguimento ao caso. Foi também por carta que *Pedro de Souza Praia* [672] solicita a *Almerinda Casal*, 16 anos, morena, serv. doméstico, que lhe "*tenha confiança*" que ele cumpriria com a palavra empenhada, a pressão da gravidez fazia com que Almerinda cobrasse o casamento. Pedro, que trabalhava viajando, quando soube estar denunciado foge sem que jamais houvesse comparecido a nenhuma etapa do processo. *Odette Ferreira de Freitas*,[673] 18 anos, parda, estudante, manda uma carta cheia de rancor e mágoa ao seu namorado *Wldemar Aziz Abbude*, 20 anos, auxiliar do comércio, maldizendo sua "*sorte*" e dizendo-se "*desgraçada*" por ter sido deflorada e abandonada por este. *Izabel Lopes da Cunha*, 17

[670] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 03, Estante 198, Ano 1920.
[671] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 05 Caixa 43, Estante 199, Ano 1941.
[672] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 05, Estante 198, Ano 1925.
[673] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 28, Estante 198, Ano 1935.

anos, mestiça, escreve igualmente uma carta desesperada a Annibal Ferreira Titto, 18 anos, auxiliar do comércio, pedindo que este fosse "*reconciliar-se com seus pais*" devido "*aos atos que praticou*"[674]. Nos processos, as cartas compunham um importante elemento comprobatório da promessa de casamento e do nível de compromisso assumido pelo casal, mas a sua eficácia na resolução do processo foi relativa, pois, se as cartas foram importantes para pressionar João Tertuliano que acaba casando com Antônia após tê-la deflorada, a família de Tertuliano e de Antônia eram próximas, tendo a mãe dele interferido para que ambos começassem a namorar e é provável que a pressão familiar fosse o fator decisivo para a decisão de Tertuliano. O mesmo não se dá com Almerinda ou com Odette que, em que pese as cartas anexadas ao processo, o casamento com o réu acabou não ocorrendo; a primeira por conta da fuga do namorado e a segunda pela demorada tramitação do processo que acaba sendo arquivado.

Segundo as regras de namoro, o cumprimento das etapas era fundamental para dar ao romance a respeitabilidade necessária, sem a qual a moça poderia ter sua conduta irremediavelmente marcada. No colóquio amoroso, o primeiro momento de contato era denominado de *flirt* e cabia ao homem fazer a corte, e a distância era quebrada apenas por olhares, bilhetes e passadas sucessivas pelo portão da casa da pretendida. A mulher tinha que dar sinais de concordância sem, contudo, parecer ansiosa ou permitir qualquer contato íntimo com o pretendente.

Em divertido editorial de 1933, o articulista de *A Tarde*[675] tenta definir o Flirt! Segundo ele, para o poeta "o *filirt é a madrugada do amor... o alvorecer que precede a manhã de rosas de duas almas que se observam e se atraem*"; para a melindrosa "*o flirt é uma delicia dos olhos conversando, nudamente, com a maravilha dos olhos de um príncipe encantador*", para os pais é "*um descaramento*". As várias definições

[674] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.
[675] BBEB. Setor de Periódicos Raros, Jornal A Tarde 1933.

apresentadas têm por objetivo ressaltar a indefinição deste primeiro contato amoroso, duplamente indefinido, pois não se sabe se redundará em namoro e por que ele assume significados diversos segundo o olhar de quem o vivencia.

Ainda que o termo *Flirt* apareça nos textos que discutem namoro, nos manuais de matrimônio da época e nos jornais, o termo não aparece em nenhum processo, o que demonstra que o termo não era usado pelos populares em que pese que em muitos depoimentos o que se convencionou chamar de *flirt*, primeiro contato pelo olhar e as primeiras palavras trocadas, aparece descrito por muitas vítimas ao dar conta do início de seu namoro. *Adalgisa do Espirito Santo,* 20 anos, preta/mestiça, conheceu *Cosme Protasio de Sant'anna,*[676] 22 anos empregado na Imprensa Oficial, a caminho do seu trabalho quando passava diariamente frente ao local de trabalho de Cosme e quando, segundo ela, "*vendo que este parecia um rapaz direito namorou-se do mesmo*". *Antonia Camila da Rosa*, 15 anos, mestiça, aprendiz de costura, iniciou sua relação de namoro com *Romeu Marcelino da Silva*, 34 anos, casado, enfermeiro da assistência pública, numa troca de olhares e cumprimentos toda vez que a mesma se dirigia à casa onde aprendia costuras, que se situava ao lado do prédio da Assistência Pública onde o mesmo trabalhava. Corino Gouveia, 23 anos, empregado no comércio, costumava fazer acenos, de longe, para Maria Augusta, 14 anos, parda, doméstica, toda vez que passava pela porta de onde ela trabalhava, e esta sempre se encontrava na janela ou à porta, nesses horários, para retribuir os seus acenos. *Isabel Lopes da Cunha*[677] diz que conheceu *Annibol Ferreira Titto,* numa festa na Igreja de Nossa Senhora da Saúde. As festas religiosas do calendário popular baiano eram sempre um momento propício para se travar conhecimento. A descontração do momento, a música, o vai e vem dos participantes sempre propiciavam uma troca de olhares, um sorriso, um cumprimente

[676] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 10, Caixa 10, Estante 198, Ano 1922.
[677] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento01, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.

que aceito poderia redundar numa relação de namoro, como fora o caso de Isabel e Annibol.

Se a indefinição era a lógica desse primeiro contato amoroso entre os populares, ele podia assumir formas diferenciadas em que o limite entre o galanteio e a grosseria era muito tênue e podia gerar conflitos que redundavam em agressões físicas. Nossa já conhecida cigana Júlia era sempre assaltada por chamados do tipo "*Vem cá, teteia*", "*vem ser feliz*", "*me matas com estes teus olhos...*" [678] proferidos por homens que lhe cruzavam o caminho em suas andanças pela cidade. A reação da cigana era sempre responder, rechaçando uns, aceitando outros, como quando conhecera André. Foi nesse frágil limite entre a grosseria e o galanteio que se viu enredada M*aria Luiza da Silva*,[679] e, ao repudiá-lo com veemência, acabou sendo esbofeteada pelo homem que proferira a grosseria.

No jogo da relação amorosa, os cuidados e responsabilidades redobrados recaíam sempre sobre as moças, afirmando mais uma vez as assimetrias das relações entre homens e mulheres, socialmente legitimadas. Nesse sentido, se para os rapazes era permitido viver experiências amorosas e sexuais sem maiores problemas, para as moças, o limite entre aquilo que era considerado moralmente como um "comportamento honesto" e "desonesto" era tênue e como o casamento era o objetivo final, esta teria que resguardar-se, cumprindo todas as fases previstas para o contato amoroso, pois "*na construção da mulher direita estava a outra, a transgressora da moral vigente, e era imperativo não parecer-se com esta última em nenhum detalhe*".[680]

É importante lembrar que o discurso médico, em sua ação mais forte no objetivo de construir uma sociedade organizada e disciplinada, tornou indissociável a vivência da sexualidade feminina com a maternidade, reduzindo-a às funções procriativas. Tal

[678] BPEB- Setor De Periódicos Raros, Gazeta de Notícias, A Cigana, 1912, cap. 4.
[679] BPEB – Setor de Periódicos Raros Jornal A Cidade , 1917 .
[680] FÁVERI, Marlene de, **Moços e moças para um bom partido**... p.92.

relação é defendida pelo médico *Souza Brandão* em 1905, a tese *Do Casamento e sua Regulação* no qual estabelecia a procriação como o principal fim do casamento. Para ele, o casamento, "*sob o ponto de vista physioologico e hygienico*", é onde se deve exercer a "*função natural disposta pelo instinto sexual (...) o fim principal do casamento deve ser a procreação do filho, que representará a família e continuará a raça* "[681]. Dez anos depois, outro médico, *Samuel Dutra da Silva,* numa avaliação a-histórica afirma ser "*o casamento concebido desde os tempos primitivos, como a forma única admitida das relações sexuais*" [682], mais adiante afirma o autor "*o casamento é um contrato de direito natural, que tem por objetivo a procreação dos filhos, o auxilio mútuo e o aperfeiçoamento da esp*écie" sendo a lei social contra a mancebia e a prostituição.[683]

Como nas teses, os manuais de casamento corroboram os mesmos discursos, no *Palavras Aberta ao Casamento* seu autor estabelece três finalidades ao casamento, "*a reprodução*", "*fomentar o amor e a dedicação entre o marido e a mulher*" e destinado a ser "*sedativo à concupiscência ou a paixão sexual*". [684] A grande maioria desses manuais que circularam na Bahia republicana eram textos escritos por padres e traduzidos na Bahia pela editora religiosa Mensageiros da Fé e é interessante perceber que, no que se refere às definições de casamento e suas finalidades, ambos os discursos, médico e religioso, coadunavam-se e vamos encontrar nas teses sobre casamento justificativas morais de ordem religiosa e nos manuais escritos por padres argumentações de ordem médica.

[681] MM. BRANDÃO, Souza, Do Casamento e sua Regulação, Tese de Doutorado, Salvador, 1905, p 28.
[682] MM. SILVA, Samuel Dutra da, O Casamento e sua Prole, Tese de Doutorado, Salvador, 1915, p. 64.
[683]MM. SILVA, Samuel Dutra da, O Casamento e sua Prole, Tese de Doutorado, Salvador, 1915, pp.67-69.
[684] MEYER, Fulgence, **Palavras Abertas sobre o Matrimonio**, 2ª. Edição, Salvador: Ed. Mensageiro da Fé, 1947 p 40.

Assim, o corpo feminino teve que ser disciplinado, e a jovem casadoira teria que demonstrar "*comedimento nos gestos, nos olhares, na expressão das emoções*",[685] manter-se virgem até o dia do casamento e, depois desse, ignorar seu próprio desejo. Afinal, convertida a mero receptáculo para geração de filhos, uma senhora casada não deveria se permitir a experiência do gozo exagerado[686]. Mesmo o casamento sendo percebido como o único local para a vivência da sexualidade, condenava-se o prazer sexual desregrado. O nosso já conhecido médico *Souza Brandão* condenaria o sexo no casamento como expressão única do "*gozo physico, desprezando-se o prazer moral da união* (...) *a satisfação do desejo mútuo, de um egoísmo sem limites, ou dos instintos genézicos exacerbados pela imaginação ou à vista do objecto cobiçado*".[687] O também médico *José Cesário da Rocha*, na tese *Siphilys e Casamento* condenaria a concupiscência de homens que em detrimento do sexo seguro nos limites do lar, busca o prazer longe do leito conjugal. Esta prática será apontada como uma das principais causas da transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, infectando esposas e filhos. [688] Resgatando a máxima de que não se deveria manter relação sexual com a esposa como se fazia com as meretrizes, presentes nos manuais de casamentos portugueses desde o período colonial, nos quais o sexo por prazer era condenado como ato pecaminoso,[689] a medicina republicana incorpora o comedimento, só que em vez da noção de pecado, agora as justificativas assumiam o caráter de se manter a boa saúde, que poderia desgastar-se com os excessos sexuais. A noção vigente de que o prazer feminino, diferente do masculino, não está no sexo em si, mas na maternidade, vinha

[685]PERROT, M., "Os silêncios do corpo da mulher". In MATTOS e SOIHET, Rachel. **O Corpo feminino em debat***e*. São Paulo: UNESP, 2003.2003, p 15.
[686] MATOS, Maria Izilda Santos, "Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)", MATTOS E SOIHET, Rachel. O Corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, pp. 116-117.
[687]MM. BRANDÃO, Souza, Do Casamento e sua Regulação, Tese de Doutorado, Salvador, 1905, p. 28.
[688] MM. ROCHA, José Cesario da, Siphilys e Casamento, Tese de Dutorado, Salvador, pp. 25- 27 e 47.
[689]Sobre o tema ver: CARNEIRO, Henrique, **A Igreja, a Medicina e o Amor. Prédicas Moralistas da Época Moderna em Portugal e no Brasil,** São Paulo: Xamã, 2000; VAIFAS, Ronaldo, **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**, Coleção Princípios, São Paulo: Ed. Ática, 1986, 1986.

corroborar os preceitos ao comedimento e a negação às mulheres de viverem uma vida sexual plena.

As relações de namoro entre os populares, nesse contexto, adquiriam contornos paradoxais, pois, ao tentarem viver as regras de namoro segundo os padrões vivenciados pelas camadas médias e altas dos soteropolitanos. Os limites impostos pela condição social acabavam fazendo com que estes ganhassem significados, até certo ponto, distintos dos vivenciados por aquelas. Voltemos então ao namoro de *Adalardo* e *Amélia*. Conhecia "*Adalardo Bacellar* há 14 meses", quando este "*passara por sua casa*", data do início do namoro. O namoro com o consentimento da mãe, havia 8 meses, quando, desde então, *Adalardo* "*manifestava publicamente, em frente á família suas intensões* (sic) *de casar*". *Amélia* saía a passeios com *Adalardo*, no jardim da Piedade, mas sempre acompanhada de uma camarada, *Francisca da Rocha Passos*. Também saíam "*à noite para freqüentar festas de Igrejas*", hábito comum entre a população na Bahia. *Amélia* e seus familiares estavam cientes das regras que conduziam o namoro: o primeiro contato ao portão, a permissão da mãe que formalizava o namoro e permitia a frequência na casa e a saída para passeios, sempre acompanhada de uma outra pessoa de confiança que resguardasse a honra da moça. Apesar de tanto zelo, com 18 meses de namoro, Amélia é convencida por Adalardo a manter com este relação sexual, e aceita, rompendo assim a regra fundamental de resistir ao desejo do contato sexual até o casamento.

As investidas masculinas sobre as namoradas faziam parte das práticas de namoro e cabia às moças controlar o assédio dos rapazes, e às famílias construírem em torno das filhas uma vigilância capaz de evitar os avanços mais audaciosos por parte dos rapazes, como demonstrou Azevedo "*o controle sobre a díade hetero-sexual*(sic) *durante o namoro tem como referência imediata a preservação da honra, da reputação,*

da pureza da moça representada, em última análise, pela virgindade como supremo bem de troca para o matrimonio". [690] No folhetim a Cigana, o casal Gracindinha e Agenor vive uma típica tensão sexual do namoro, segundo o autor

> *"grandiosa da compleição feminina, manejava com argúcia os sentimentos que lhe esteiavam a existencia de noiva. Temia, como era natural, a verificação do pretérito. E graciosamente sabia fugir com o corpo às investidas renitentes de Agenor. Este não se rebellava contra as astucias da mulher que amava. Percebia-se, por vezes, anotava-as com um sorriso de adiamento, e deixava-se levar pelas caricias que a noiva creava para esconder a sua figa da verdade demandada"* [691]

No trecho fica claro que as investidas masculinas eram constantes, mas Gracindinha não cedia completamente aos apelos do noivo, como era de se esperar de uma moça de família. Como noivos, havia certa liberdade de contato físico e, como um jogo de cartas marcadas, fazia parte da conduta masculina no namoro investir sobre a noiva/namorada, essa não se revoltava frente às constantes investidas, nem a tinha como ofensa à sua honra era o comportamento masculino esperado, como um teste constante à resistência feminina, cabia a ela resistir, e a ele respeitar as negativas da noiva. Nesse sentido, o comportamento de *Agenor* e de *Adalardo* não se opunha enquanto norma do comportamento masculino esperado na relação de namoro. No triângulo amoroso composto por *Perolina Advincula Barbosa*,[692] mestiça, 14 anos, *Pedro Manoel do Espírito Santo*, 22 anos, o namorado a quem Perolina desejava, e *Manoel de Araujo*, noivo de Perolina por imposição dos pais desta, é um exemplo bem interessante desse comportamento masculino. Ainda que contasse com o apoio e a confiança dos pais de Perolina, Manoel não deixou de investir sobre a "honra" desta, tentando convencê-la a fazer sexo com ele. Esta, em seu depoimento, diz que queixou-se à mãe das investidas de Manoel, seu noivo imposto, que queria deflorá-la. Sua mãe não parece aborrecer-se

[690] AZEVEDO, Thales, **Namoro à Antiga**..., p24
[691] BPEB, Jornal Gazeta de Noticias, A Cigana, 1912, cap. A autoria do mal feito.
[692] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 06, Estante 198, Ano 1926.

com Manoel nem deixar de considerá-lo um bom partido para a filha, uma vez que a pressão para que continuasse noiva se fazia constante, dizendo a ela simplesmente que não cedesse, como se esperava que uma moça fizesse. Rogos também lhe eram feitos por Pedro, a quem Perolina decide satisfazer, deixando-se deflorar para acabar com a oposição paterna e materna ao namoro com Pedro, numa decisão prática, mas muito ariscada, dado os constantes conflitos entre Pedro e sua família.

Na regra de namoro esperava-se do namorado o respeito às negativas da namorada e a confiança depositada nele pela família. O caso do defloramento de Adelaide, outra personagem do folhetim A Cigana nos permite visualizar melhor a tênue relação de confiança estabelecida entre o casal. Adelaide, que vivera por alguns meses amasiada com *André, o facadista*, contava sempre sua história, lamentando-se "*que se tivesse muito cedo impurificado*". Fora um primo, dizia ela!

> "*Promettra-lhe casamento... Não saia de sua casa... Passeavam juntos. Nunca se adeantara além dos beijos e dos pequenos toques de mãos, e, por isso inspirára-lhes certa confiança. Estaria pelo que elle quizesse. Na sua ausência, porém, apesar de ceder justiça ao seu critério de homem, jurava, com todas as forças, que lhe concederia todos os favores, menos o de ser sua mulher ante*s de irem ao juiz e ao altar... Mas lá veiu o dia... Não: a noite em que fracassára a sua resistência..."[693]

Adelaide confiava no namorado que parecia respeitar os limites impostos ao contato físico, ela era plenamente consciente das consequências de se deixar seduzir, mesmo assim acaba cedendo ao desejo do namorado e ao seu próprio. A história de Adelaide, em linhas gerais, assemelha-se as tantas colhidas nos processos, nos quais cabia unicamente à mulher controlar os anseios que faziam parte da relação de namoro. A surpresa com a quebra de confiança foi relatado pela testemunha *João Domingos Soares*, casado, empregado do comércio, 22 anos, no processo de *Isabel Lopez da*

[693] BPEB. Setor de Periódicos Raros, Jornal Gazeta de Noticias, 1912, A Cigana Cap. Era de Pleno Amor.

Cunha contra *Annibol Ferreira Titto*. Em seu depoimento, diz ao Juiz estar "*revoltado contra Annibol* (...) *pois o considerava um rapaz puro*".[694] A revolta de João Domingos é contra o fato de Annibol ter desrespeitada a casa e a família Arthur Lopes da Cunha ao deflorar Isabel na sala da casa, quando sobre ele, Annibol, havia completa confiança por parte da família de Isabel, nas honestas intenções de casamento.

Assim como Adelaide, *Bernardina Ignácia das Louvores*, 18 anos, parda, operária, fraquejava diante dos convites do namorado, *Libanio de Lourdes Lobo*, 22 anos, guarda civil, com quem já namorava há um ano, justificando sua atitude ao fato de "*ter muita amizade a Libanio*". Já para *Odette Ferreira de Freitas*,[695] 18 anos, parda, estudante, o motivo de ceder ao namorado, *Waldemar Aziz Abbude*, 20 anos, auxiliar de comércio, com quem namorava há 2 anos, fora os insistentes "*carinhos*" de Waldemar. No seu relato, Waldemar diz que "*antes de ter relações sexuais com a menor Odette por meio de carinhos, conseguio satisfazer seus intentos por quatro ou cinco vezes na parte externa da vagina da mesma*". Os carinhos a que ambos fazem referências demonstram o quão intensas essas relações podiam ser e nos dão uma dica para melhor traduzir a frase cifrada de Adelaide de que "*Estaria pelo que elle quizesse*" menos tornar-se "*sua mulher*", como também traduzir as manobras e embates a que se dedicavam Gracindinha e Agenor em suas tardes de namoro na sala de visitas da família.

No relato de I*sabel Lopes da Cunha*,[696] 17 anos, mestiça, consta que seu namorado, *Annibal Ferreira Titto*, 18 anos, constantemente fazia propostas a Isabel de terem relações sexuais a que esta recusava, "*por achar difamante e vergonhoso este acto*", Annibol então costumava "*meter-lhe as mãos por debaixo do vestido segurando suas partes genitais*". O afoitamento de Annibol acaba, em uma dessas vezes, por produzir ruptura parcial no hímen de Isabel o que, por fim, dá início ao processo, sem

[694] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.
[695] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 28, Estante 198, Ano 1935
[696] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.

que eles tenham jamais mantido uma relação sexual completa. Foram os mesmos jogos eróticos de manipulação manual do sexo que também envolveu o casal *Domiciana Marinho dos Santos*,[697] 14 anos, parda, serv. doméstico e *Caetano Bispo da Silva*, 22 anos, calafate, negro. Ambos eram vizinhos e já eram conhecidos de muito tempo. Em uma festa na casa da irmã de Caetano, Domiciana dança por várias vezes com ele e acaba aceitando um convite para uma conversa longe dos outros convidados da festa quando, entre abraços e beijos, Caetano acaricia Domiciana sob o vestido, introduzindo aí sua mão. Ambos são flagrados pelo pai de Domiciana que também estava na festa, e o conflito se estabelece. No exame de defloramento é atestada a integridade da membrana hímen, mas, mesmo assim, o processo por defloramento é instaurado pelo pai desta, *Manoel Marinho dos Santos*. O simulacro da honra feminina havia sido violado tanto no caso de Isabel, que teve o hímen parcialmente rompido, como no caso de Domiciana que se deixou acariciar intimamente. No caso de Domiciana, mesmo estando a membrana intacta, o fato de ter se deixado acariciar tão intimamente, e isto ter ganho as ruas do bairro onde morava foi o suficiente para que seu pai processasse Caetano. A denúncia foi julgada procedente, e Caetano, ainda que não a tenha deflorado, teve sua prisão decretada.

A análise dos processos indica a presença de uma dinâmica erótica entre os casais de namorados que visavam à busca do prazer sem que o fundamental da honra, a virgindade, fosse violada. A insistência do discurso médico, dos manuais de namoro e casamento, das revistas femininas, ao longo do período, que recomendavam o comedimento masculino e o recato feminino sugere o quanto os jovens se mostraram insubordinados a uma conduta sexual que previa a abstinência ate o casamento. A condenação aos "*beijos, abraços, caricias, olhares, tatos e semelhantes*" como práticas

[697] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa 14, Estante 198, Ano 1929.

"*gravemente imodesta ou mortalmente pecaminosas*" [698] para os solteiros, nos diz o quanto estes faziam parte dos jogos amorosos no namoro e levavam os casais a aproximarem-se do limite que supostamente não deveria ser ultrapassado: a virgindade.

Há um certo consenso na literatura que discute o comportamento sexual das mulheres pobres em classificá-lo como "mais livre" que o das mulheres dos segmentos médios e altos, devido ao tempo decorrido de namoro para a primeira relação sexual. Segundo Esteves, nos processos por ela estudado, o tempo decorrido entre o namoro e a primeira relação sexual era curto, para os padrões de juristas e da elite.[699] Caulfield chega a conclusões semelhantes à de Esteves, ao apontar para a condição variável para a primeira relação sexual que poderia acontecer entre casais que viviam desde relacionamentos superficiais a longos, formalmente comprometidos. Segundo a autora, as mulheres pobres reinterpretaram suas relações de namoro, desafiando as noções de honra e virgindade consideradas tradicionais, refletindo a nova imagem da mulher moderna. [700] Já Ferreira Filho a maior liberdade na vivência sexo-afetiva decorreria de uma maior autonomia econômica e de uma menor vigilância doméstica sobre as moças pobres.[701]

É certo que o comportamento das jovens desafiava as noções de honra e virgindade tradicionais correntes, mas, ao mesmo tempo, ao dar novos significados a essas mesmas noções, demonstram o quanto elas eram importantes na condução de suas vidas, [702] principalmente sua importância como moeda de câmbio no casamento. Encontrar um homem trabalhador, sério, com uma boa condição financeira, capaz de manter uma família era fundamental no processo ascensional e tanto as vítimas, suas

[698] MEUER, Fulgence, **Palavras Abertas sobre Matrimonio**... p 46.
[699] ESTEVES. Marta Abreu, **Meninas Perdidas** ... p. 164.
[700] CAULFIELD, Sueann, **Em Defesa da Honra**... pp. 205-208.
[701] FERREIRA FILHO, Alberto H, **Quem pariu e bateu, que balance**!... p. 118.
[702] Sobre a questão ver CAULFIELD, Sueann, **Em Defesa da Honra**... Capitulo 4.

famílias e os acusados tinham completa ciência disso e a existência dos processos de defloramento por si só atesta esse fato.

Por sua vez acreditamos que o comportamento na relação de namoro das moças dos segmentos médios e altos não diferia tanto assim das mulheres das camadas populares, o diferencial, como argumentamos no capítulo 6, é de que para as mulheres desses segmentos a perda da virgindade, se não havia gravidez envolvida, poderia ser resolvida sem processo, em acordos privados, como o relatado por Leonor Santos dos Prazeres em sua entrevista, em que a jovem, deflorada e abandonada pelo noivo, é casada com um mulato quase branco que servia à família como motorista.[703] Em Palavras Aberta sobre o Matrimônio, seu autor recomenda à família que, nos casos de defloramento, deve-se guardar silêncio e recomenda: "*se a falta puder ficar em segredo – sem recurso à práticas pecaminosas – deve-se guardar silêncio absoluto, por amor à boa fama, tanto da família como da pobre menina*". [704] A prática do silêncio, recomendada pelo autor, me parece ter sido frequentemente seguida, o que dificulta em grande medida a sua demonstração nesses segmentos.

É provável também que para os homens desses segmentos, com melhores condições de assumir o papel de provedor, o que deveras parecia assustar aos homens pobres, o casamento fosse uma boa alternativa, consorciando-se com moças melhor situadas social e financeiramente que levavam ao casamento as condições socioeconômicas de suas famílias, o casamento passava a ter, assim, uma condição mais atraente numa Bahia em que as relações pessoais e familiares abriam muitas portas.

Vejamos então dois casos em que a literatura nos fornece bons exemplos de comparação. Em **As voltas da Estrada**, de Xavier Marques, são relatados dois casos de defloramento, o primeiro envolve *Augusta Leite*, filha de *João Luiz Vasconcelos de*

[703] Entevista de Leonor Santos dos Prazeres em 1993.
[704]MEYER, Fulgence, Palavras Aberta sobre o Matrimonio... p.115.

Bastos Leite, Visconde de Itajaí, deflorada por um primo, Cirino Rocha. Eles não estavam comprometidos, mas *Augusta Leite* apaixona-se e acaba por deixar-se seduzir pelo jovem engenheiro que volta à sua cidade depois de estudar fora. *Cirino Rocha*, com a decadência da Amparo dos velhos engenhos, vai para o Rio de Janeiro assumir um cargo público e *Augusta Leite*, desvirginada, casa silenciosamente com o pretendente que sua família escolhera, *Raul César*, também dono de engenho. Augusta padece durante todo o compromisso das angústias por saber-se desvirginada, escondendo o fato do noivo que só viria a ter conhecimento do fato na noite de núpcias. Enfim casados, mesmo amargando a revolta e o engano, *Raul César* acaba por aceitar os reveses que o casamento com a filha já desvirginada do Visconde lhe trouxera.[705]

O outro caso de defloramento envolve o casal de namorados Pastora e Paulino. Pastora, filha do mulato *Nazário*, que sobre os escombros da Antiga Amparo dos Engenhos constrói riqueza e se torna a mais importante força política local. Se à família do mulato não faltava dinheiro e poder, minguada era a tradição meticulosamente construída pelo casamento dos filhos com os remanescentes empobrecidos da antiga elite branca dos engenhos da Cidade de Amparo. Paulino, filho único de *Augusta Leite* e de seu falecido marido *Raul Cesar*, vivia os dissabores da oposição materna ao seu desejo de casar com Pastora e auferir os benefícios que aquela relação lhe renderia, em que pese ter também pela moça uma grande afeição, permeada pela admiração ao corpo bem torneado e as cadeiras largas cujo movimento sempre lhe prendia a atenção. Numa festa na casa do chefe político *Nazário*, aproveita-se de uma circunstância e surpreende *Pastora* em seu quarto, onde estava trocando o vestido que havia, por acidente, sujado de vinho. Depois desse encontro ele revela à mãe seu comprometimento com *Pastora*, que fora por ele desvirginada e acaba casando-se com ela. [706]

---

[705] MARQUE, Xavier, **As Voltas da Estrada** ... 1982 cap. 4, 5, e 12 e 13.
[706] Idem Ibidem, cap. 1 e2, e cap.9 e 10.

Apesar dos defloramentos ocorrerem dentro dos imponentes salões da velha e da nova elite baiana, o enredo permanece o mesmo dos processos. *Augusta Leite* deixara-se levar pela paixão pelo primo, que nem comprometido formalmente com ela estava, acreditando nas suas promessas de pedi-la em casamento, mas vê-se abandonada pelas pretensões pessoais do moço que almejava um futuro brilhante no Rio de Janeiro. *Pastora,* surpreendida, cede a *Paulino,* como forma de acabar com as oposições ao seu relacionamento com ele. A diferença fundamental entre esses casos e o dos processos é que o casamento ocorre e o peso social da família das moças acaba sendo decisivo para que esses ocorram.

A descoberta do defloramento era sempre um acontecimento familiar tenso, brigas, falatórios, surras, discussões, falatórios na rua. O defloramento estigmatizava a mulher solteira e comprometia sua possibilidade de casar. Pelas declarações de vítimas, réus e testemunhas, a virgindade possuía significado importante para os segmentos populares. A fala do subdelegado de polícia, Coronel *Augusto Cesar Marques da Silva*, responsável pela 2ª. Circunscrição Policial de Salvador (bairro do Cabula) resume de forma precisa esse significado ao afirmar que "*as mulheres pobres tinham, na maioria dos casos, como único patrimônio a virgindade*". [707] Em carta escrita a *Symplico C. Ferreira Titto,* pai de *Annibol Ferreira Titto,* pelo pai de *Isabel Lopes da Cunha, Arthur Lopes da Cunha,* funcionário público, percebe-se que a perda da virgindade era motivo de grande comoção familiar. Arthur envia vários telegramas e cartas tentando consolidar aliança com a família do namorado da filha para forçar o casamento, em um trecho de uma das cartas diz,

> "*Está entregue nas vossas mãos e da vossa idolatrada esposa a causa que trará a tranqüilidade para sempre de uma família inteira, feridada (sic) no que há de mais sagrado, sendo pae amantíssimo e honrado como sois não deixará cravado no peito de outro pai de família uma dor que será sempre*

[707] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08 Caixa 18, Estante 198, Ano 1930

> *eterna. A vossa digna esposa e dileta filha que por justiça amparão esta causa tão justa para os bons e honrados como são todos da vossa família. Tenho quase que certeza que sendo vosso filho sentimento real do seus honradíssimos pais, procurará amparar com seu dever de homem de bem, libertando minha filha do mal que praticou contra a mesma*"[708]

O tom cerimonioso da carta ressalta a gravidade da situação, em nenhum momento as palavras defloramento e virgindade são mencionadas, mas elas são consecutivamente inferidas a cada expressão de "*honra*", "*família*", "*dor*". É interessante que, ao ressaltar a esposa e a filha de Syplincio, ainda que de forma cerimoniosa, Arthur, implicitamente, parece lembrar ao outro pai que a tragédia que ocorrera com ele e sua filha poderia abater-se sobre o outro, já que tinha também uma filha, e esta poderia ser vítima de um rapaz que se acreditava ser um "*homem de bem*". A ideia de que o defloramento da moça solteira trazia desonra à família é dramaticamente ressaltada por Arthur. Sua família estava "*intranqüila*", havia sido "f*erida no que havia de mais sagrada*", a virgindade da filha solteira. Pela carta de Arthur, apreende-se o quanto a virgindade era considerada um valor importante assim como o casamento, forma de restaurar a honra familiar maculada pela perda da virgindade. A ideia da virgindade como único bem para as famílias pobres, expressão da honra familiar, presente na fala do subdelegado *Augusto Cesar Marques da Silva*, está muito próxima daquela defendida por *Arthur Lopes da Cunha*. Tal proximidade indicava o quanto ricos e pobres, pretos e brancos, analfabetos e alfabetizados compartilhavam a ideia de que a honra masculina e familiar possuíam íntima relação com as virtudes femininas de castidade e fidelidade[709] e estavam dispostos igualmente a brigar por ela.

---

[708] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08 Caixa 18, Estante 198, Ano 1930

[709] ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de , "Um Estudo da Honra na Bahia Oitocentista. Breves considerações" Anais do Seminário de Cultura, Memória e Sociedade, Salvador: Eduneb, 2006, p 214/215. Essa proximidade não era um advento particular ao século XX ou a Republica, em seu trabalho sobre Honra na Bahia Oitocentista Assis demonstrou como "brancos, negros e mulatos dos segmentos subalternos procuraram destacar-se dos demais, buscando construir para si e sobre si mesmo identidades distintas, honradas e virtuosas, e afirmar as precedências que lhes eram conferidas pelo lugar na comunidade e

A fala e a ação de pais e responsáveis pelas vítimas expressam um descompasso entre a dinâmica erótica das relações de namoros e as pressões de ordem social, moral e familiar na repressão do desejo sexual para que fosse legitimamente vivido nos limites do casamento formal. Dessa forma, enquanto as relações de namoro eram cada vez mais pautadas no moderno sentimento do amor romântico e no individualismo no qual o casal, como discutimos antes, busca formar uma unidade autônoma frente às coerções sociais no seu entorno, as relações dentro da família mudavam muito mais lentamente e ainda estavam, em grande medida, pautadas numa moralidade na qual a honra familiar ainda estava associada à honra das mulheres e ao seu comportamento sexual.[710] Esse descompasso pode ser apreendido também pela divertida definição do *flirt*, proposta pelo articulista do *A Tarde*, uma vez que este é para os jovens enamorados uma expressão romântica já que constitui "*a madrugada do amor*", e jogo erótico, já que é "*a delicia dos olhos conversando nudamente*". Já para os pais, este é "*um descaramento*" que não existia no tempo deles.[711]

O cuidado das famílias em "tomar referências sobre o rapaz" ganha, então, novos significados. *Antonio Barbosa dos Santos*, 52 anos, lavrador, analfabeto, ao declarar no inquérito do defloramento de sua filha *Honorina Barbosa dos Santos*, 19 anos, parda, analfabeta, serv. doméstico, que procurou saber "*informações*" do acusado e buscou entender-se com este sobre suas intenções de namoro, indica tanto a tentativa de averiguar a capacidade do homem em manter uma família, como demonstramos anteriormente, quanto à honradez do rapaz, se ele seria "um homem de bem". Assim

---

na família ou, ainda, pelo seu gênero". Mesmo entre os escravos a autora encontra processos de apropriação das noções de honra vigente na sociedade Imperial, segundo esta pelas " suas próprias matrizes culturais" os africanos e seus descendentes assimilaram "critérios subjacentes às noções de honra e virtude elaborados pelas elites imperiais", aproveitando-se das " vias de ascensão e distinção sociais abertas pelos contextos históricos e pelas relações que se estabeleciam no Império do Brasil, bem como souberam driblar os obstáculos que as elites do mesmo Império interpunham entre as suas ambições pessoais e os lugares e símbolos de honra e distinção" ASSIS, Nancy R. S. S. de, Baianos do honrado império do Brasil: Honra, virtude e Poder no Recôncavo (1808-1889). Tese de doutoramento, Niterói: UFF, 2006, p.118.

[710] Sobre a Questão ver ARAÚJO, Rosa M. B., A Vocação do Prazer... 1993.

[711] BBEB- Setor de Periódicos Raros, A Tarde 1933

como Antonio, *Adelaide Candida Brandão*, mãe de *Elvira dos Santos Soares*, 20 anos, mestiça, ao receber *Alfredo Figueira*, 46 anos, pedreiro, analfabeto, em sua casa, quando o mesmo foi pedir sua permissão para namorar e casar com Elvira, ouviu dessa que a sua aquiescência ao compromisso "*dependia das informações que dele tivesse*" e que somente concedeu sua permissão "*diante* [dos] *propósitos, apparentimente honesto*" de Alfredo Figueira para com sua filha.[712] O nosso já conhecido Arthur Lopes da Cunha, depois de saber da intenção de namoro de Annibal com Isabel, também buscou informações a seu respeito "*e depois de obtidas de que este não era esses más rapazes, por isso que accordaram em acceder o pedido*(sic)".[713]

Essa ideia está presente nas cartas escritas por *Arthur Lopes da Cunha* ao destacar, de forma constante, a honradez da família de *Annibal Ferreita Titto*, como que um filho de uma honrada família, ainda que pobre, cometeria tal falta, desvirginando uma moça e não assumindo suas responsabilidades? *João Domingos Soares*, testemunha no processo aberto por *Arthur Lopes Cunha*, expressa essa mesma noção, ao relatar sua indignação contra Annibal que pensava ser este um "*rapaz puro*" que frequentava a casa. Assim como a falta de *Isabel Lopes da Cunha*, deixando-se desvirginar, desonra sua família, o comportamento de Annibal parecia fazer o mesmo com a sua, pois demonstrava que ele não era um "homem de bem", pois este jamais deixaria de assumir a responsabilidade por seus atos. É bem verdade que o grau de vergonha causada por ambas as atitudes era diferenciado, e Annibal poderia muito mais facilmente refazer-se da sua atitude desonrosa que Isabel.

Ao que parece, cria-se que uma vez empenhada a palavra junto à família da moça, um homem trabalhador e honrado não voltaria atrás e muito menos faria "mal" a uma moça deflorando-a. A noção de "homem de bem" aqui é fundamental para se

[712] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 05 Caixa 30 Estante 198 Ano 1935.
[713] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 1, Caixa 10, Estante 198 Ano 1923.

entender a confiança que as famílias pobres depositavam nos namorados das filhas e a confiança delas próprias nos namorados. A noção do que seria um "um homem de bem" está associada a todo o processo de positivação do trabalho iniciado no Brasil, desde a segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico negreiro e a criação do crime de vadiagem associado à elaboração de uma nova ética do trabalho que ganha maior intensidade no pós-abolição no contexto de transição para a ordem burguesa. [714] Como demonstrou Chalhoub, foi estabelecida uma estreita relação entre trabalho e moralidade, "*quanto mais dedicação e abnegação o individuo tiver em seu trabalho, maiores serão seus atributos morais*", [715] Nos processos são recorrentes as afirmações por parte das testemunhas de que o réu era um "bom rapaz", "trabalhador", noção essa que não se restringia somente aos homens, comumente as vítimas também tinham sua conduta de "moça bem procedida" associada à sua dedicação ao trabalho que ajudava a manter a família.

O caso de *Diogenes Ramos Coutinho Filho,*[716] 21 anos, marinheiro da Cia. dos Portos, acusado de deflorar *Alice Maria dos Santos*, 19 anos, preta, modista, é bem ilustrativo acerca da importância da imagem de homem de bem. Pronunciado em primeira instância pelo defloramento da namorada Alice, contrata o habilidoso rábula Cosme de Farias[717] para fazer sua defesa. A estratégia montada por Cosme de Farias será baseada em uma série de atestados emitidos pelos locais onde Diogenes trabalhou, atestando seu "*exemplar procedimento*" como trabalhador. Argumenta o rábula "*milita*

[714] Sobre esse processo na Bahia do século XIX ver Fraga Filho, Walter, **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**, São Paulo: Ed. Hucitec/Edufba, 1996; para o século XX ver Chalhoub, Sidney, **Trabalho Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Bella Époque**, Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, pp. 51 -75; ARAÚJO, Rosa. B., **A Vocação do Prazer**... 1993, pp.47-53 e SANCHES, Maria Aparecida P. Fogões, Pratos e Panelas... Salvador: UFBA, 1998.
[715] Idem Ibidem, p 70.
[716] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa 23, Estante 198, Ano 1932.
[717] Major Cosme de Farias foi um conhecido Rábula baiano, mulato de família pobre ficou conhecido por prestar serviços jurídicos a grande maioria da população pobre de Salvador e por sua retórica mordaz nos júris que sempre lhe garantia ganho de causa. Ferrenho defensor da Alfabetização foi fundador da Liga Contra o Analfabetismo na Bahia e se notabilizou pela distribuição de cartilhas do ABC junto a população. Sobre Cosme de Farias ver: SANTOS, Mônica C., Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major – a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador, dissertação de mestrado: UEFBa, 2005.

em favor do accusado a circunstancia attenuante do seu exemplar comportamento anterior", referindo-se à boa imagem de trabalhador cordato e honesto que possuía o acusado como incongruente à imagem de sedutor/deflorador. O argumento de Farias encontra respaldo, e na apelação, este é posto em liberdade.

Para os populares, a imagem de "rapaz trabalhador" não era necessariamente conflitante com a imagem de "conquistador de moças". *Jose Clementino de Oliveira*,[718] 37 anos, fogueteiro, testemunha de acusação no processo de defloramento de *Noemia Ferreia Dorea*, 17 anos, mestiça, serv. doméstico, contra *José Honório da Silva*, 18 anos, embarcadiço, diz que "*elle é bom rapaz, trabalhador e para elle testemunha o defeito que tem é gostar de conquistar as moças*". A mesma opinião sobre José Honório tem a testemunha *Loura Lourdes dos Santos*, 17 anos, solteira, serv. doméstico, dizendo também ser este "*é trabalhador porem gosta de namorar e conquistar as moças*". O fato de Laura ter sido também assediada por José não mudou sua visão sobre ele, prevalecendo a de trabalhador, em que pese ter ela rechaçado suas investidas de namoro pela fama de namorador. *Leopoldina Barros Dorea*,[719] 48 anos viúva, testemunha de acusação no processo de defloramento de *Clothildes Maria da Conceição*, 18 anos, mestiça, costureira, fornece em juízo uma imagem positiva acerca de *Procópio Teixeira Coutinho*, 25 anos, mestiço, músico da força pública, atestando sua imagem de trabalhador e homem de bem que "*nada ouviu em desabono da conduta*" deste, a não ser ter deflorado Clotildes e se recusar a casar com esta. Esse padrão de dupla moral pode ser entendido a partir da construção do ideal de virilidade masculina expresso nas relações interpessoais pela potência sexual e valoração social do sucesso na conquista

[718] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 03, Caixa 07, Estante 198, Ano 1927.
[719] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 11, Estante 198, Ano 1924

das mulheres,[720] como na capacidade masculina de tornar-se um provedor pelo sucesso e abnegação ao trabalho.

As vítimas também usufruíam da boa imagem de trabalhadora, *Caetano Arcino da Hora*, [721]27 anos, casado, estivador, testemunha de acusação contra o nosso já conhecido *Mario Goes Duarte* acusado de deflorar *Joanna Dias Macial* diz em seu depoimento que "*conhece o denunciado que foi seu companheiro de trabalho sempre correto e direito*". Ao referir-se à Joanna diz ter esta "*o procedimento o melhor possível, sempre trabalhando na mesma fabrica, de família pobre, porem honesta não tendo nunca encontrado mao procedimento na mesma*" . A grande diferença entre a imagem positiva de trabalhadora para as moças é que essas vinham sempre associadas ao condicionante de que trabalhavam por serem de "*famílias pobre*", "*honesta*".

A ambiguidade da associação dava-se pela visão de que o lugar das mulheres seria o mundo doméstico, da casa e não da rua, do trabalho. Ainda que contribuísse positivamente para as moças serem trabalhadoras, esta imagem não funcionava para elas como para os namorados. Ser boa filha, recatada, não ir a festas ou, pelo menos, não ir a festas desacompanhadas de um familiar responsável, possuíam um peso muito maior na conformação da imagem da "moça bem procedida". No depoimento da também testemunha de acusação *Maria José Oliveira*,[722] 42 anos, solteira, doméstica, no processo envolvendo os já conhecidos Adalgisa Ferreira dos Santos e João Soares; ela diz "*que ambos têm sidos* (sic) *bom procedidos, sendo que João Soares tem como rapaz serio e que Adalgiza continua em puder de seu pae procedendo bem*". Enquanto a imagem de João como sério está associada a ser trabalhador, Adalgiza, igualmente

[720] ARAÚJO, Rosa M. B., A Vocação do Prazer... 1993, pp55-57. Para a autora essa dupla moral encontra sua melhor conceituação no comportamento machista dos homens latino- americanos herdado da colonização Ibérica nas Américas, através da valoração da idéia de superioridade física e mental masculina, na agressividade do homem traduzida em violência física ou verbal, na pratica do autoritarismo e dominação das mulheres, no sentimento de propriedade em relação as mulheres, no ciúme e na atribuição da importância a castidade feminina pré-matrimonial.
[721] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 14, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.
[722] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa 30, Estante 198, Ano 1935.

trabalhadora, tem sua imagem associada a manter-se obediente junto à sua família. Assim como Adalgiza, *Carmem Isabel do Amaral*,[723] 14 anos, mestiça serv. doméstico, tem sua imagem de moça bem procedida ao fato de "*viver dentro de casa com seus irmãos, sendo que seu pae e seus irmãos saem para o trabalho pela manhã e voltam à noite*". O fato de ter uma família de honestos trabalhadores abnegados contribui para formar a imagem positiva de Carmem.

Esses casos atestam haver uma forte moralidade entre as camadas populares associada ao conceito de "homem de bem" e que foi também amplamente usada pelos advogados de defesa para inocentar os acusados, como no caso de *Diegenes Ramos Coutinho Filho* [724], de *Januario Acacio da Silva*, [725]25 anos, roceiro, descrito pelo seu advogado como "*pobre, trabalhador, humilde, vivendo de sua roça*" e de *Guilherme Ignacio de SantÁnna*,[726] 28 anos, alfaiate, que depois de ser condenado à prisão pelo defloramento de *Maria Chrispiniana da Silva*, 15 anos, preta, doméstica foi posto em liberdade depois de cumprir 1ano da pena por recomendação do Diretor da Penitenciária, sob a justificativa de que, enquanto esteve preso, foi "*atencioso, respeitador, com capacidade de trabalhador bem apreciável no oficio já conhecido – o alfaiate. Muito extremoso para com os da sua família, com a qual conviveu sempre*".

[723] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 23, Estante 198, Ano 1932.
[724] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa 23, Estante 198, Ano 1932.
[725] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 09, Caixa 14, Estante 198, Ano 1929.
[726] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 22, Estante198, Ano 1931.

Capitulo 9
Escolhas!?:
Como se conquista um bom partido?

"*O amor quando acontece*
a gente esquece logo que sofreu um dia,
Esquece sim
Quem mandou chegar tão perto
Se era certo um novo engano
Coração cigano
Agora eu choro assim".
João Bosco/Abel Silva
Quando o Amor Acontece

1. E o Vento Levou...

A perda da virgindade constituía um acontecimento, no mínimo, conflituoso para as jovens e muitas delas, ao referir-se ao evento, diziam estar "desgraçada" ou "naufragada". *Querino Manuel Bomfim,*[727] 40 anos, alfaiate, testemunha no processo de defloramento envolvendo *Esmeralda Ferreira dos Santos*, 16 anos, parda, e *Martiniano Santos Trindade*, 28 anos, negociante ambulante, relatou em seu depoimento o desespero de Esmeralda ao confessar estar deflorada. Esmeralda, que trabalhava numa Agência de Mútuo pertencente a Querino, chegou para trabalhar chorando muito. Inquirida sobre o que ocorrera, ela acaba por confessar ao patrão e amigo de sua mãe "*que estava naufragada*", pois tinha sido deflorada por Martiniano e estava grávida. O defloramento associado à gravidez criava um problema ainda maior para as jovens, pois acabava com qualquer possibilidade de manter o defloramento oculto, enquanto se esperava que o namorado cumprisse a promessa de casamento, e acelerava o conflito com o mesmo, pois, na eminência de uma maternidade desamparada, as moças

[727] APEB, Seção Judiciaria, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 20, Estante 198, Ano 1931.

aumentavam a pressão sobre os namorados para a realização do casamento, o que, na maioria das vezes, levava à ruptura da relação e ao litígio nas delegacias e nos tribunais.

Em carta endereçada ao namorado *Waldemar Aziz Abbude*, 20 anos, auxiliar do comércio, *Odette Ferreira de Freitas*, 18 anos, parda, estudante, relata toda sua angústia por estar deflorada. Escreve ela: "(...) *e só o que posso queixar-me e somente da minha desgraça e infeliz so*rte (...) *se por ventura nós dois deixarmos não procurarei outro pois penso que não devo*".[728] Odette não havia ficado grávida, mas o tom do trecho da carta parece igualmente desesperador tanto quanto o relato de Esmeralda. Ao relacionar a sua sorte com a de sua mãe, esta referia-se ao fato desta estar morta numa velada ameaça de suicídio tentando com isso pressionar Waldemar.

Assim como Odette, *Isabel Lopes da Cunha* revela suas incertezas quanto ao que lhe aguardava o futuro, em carta endereçada ao namorado *Annibal Ferreira Titto*, cobrando-lhe responsabilidades pelo defloramento. A associação entre virgindade e casamento aparece explicitamente no discurso de Isabel, ao sentenciar sua "indigna" condição para casar com outro homem por estar deflorada, diz ela:

> "*Annibal, venhas reconciliar-se com meu pai pois bem sabes que não serei mais digna para casar-me com outro homem devido o que você praticou ou tem praticado commigo, pois tu bem sabes que caso chegui ao conhecimento dos meus pais, eles me repudiarão e expulsarão de casa*"[729]Grifo nosso

As afirmações de Isabel, Odette e Esmeralda atestam o reconhecimento da associação casamento/virgindade e expressavam a crença de que a moça só conseguiria casar com o rapaz que a havia deflorado, ficando inviabilizada para o casamento com outro homem. Segundo essa crença, as moças desvirginadas dificilmente encontrariam outro rapaz disposto a desposá-las. A mesma crença foi relatada pelas jovens cariocas defloradas, estudadas por Caulfield, demonstrando que a relação entre casamento e

[728] APEB, Seção Judiciaria, Série Defloramento, Documento 02, Caixa 28, Estante 198, Ano 1935
[729] APEB, Seção Judiciaria, Série Defloramento, Documento 01, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.

virgindade feminina fazia parte da moral sexual comum aos brasileiros, e as dinâmicas regionais não produziam divergências quanto a esse fato.[730]

Na fala das jovens baianas, essa crença foi sempre acompanhada da relevância de se casar com o primeiro namorado. Segundo Azevedo, "*acabar com um namoro já adiantado, público*" era motivo de vergonha para uma jovem! "*A moça que tenha tido mais de um namorado*" ficava diminuída "*em sua reputação*",[731] demonstrando, assim, que a inexperiência da jovem em termos de namoro era uma condição associada ao ideal de moça bem procedida para o casamento. Na descrição que as testemunhas fazem sobre *Alzira de Araújo Portella*,[732] 19 anos, parda/branca, serviço doméstico, sua condição de bem procedida está associada ao fato dela ter tido apenas um namorado, *Antônio Gonçalves Fernandes*, 22 anos, chauffeur, apontado por todas como autor de seu defloramento. Tais regras deixavam ainda mais desesperadora a situação das defloradas, o abandono após o sexo diminuía drasticamente as chances no mercado matrimonial e deixava as essas jovens, muitas vezes, como única solução, o amasiamento. Mesmo que os amasiamentos fossem uma prática corrente entre os populares, o casamento era uma meta ascensional e não contraí-lo pareceria um revés da sorte. Como demonstrou Graham,[733] o casamento oficial, apesar dos custos financeiros que dificultavam a sua realização entre os pobres, era muito valorizado, pois reforçava a aura de respeitabilidade daqueles que o contraiam, tornando-se um importante símbolo ascensional.

A acusação de namoradeira, dada às restritas regras que se esperava que a moça casasse com o primeiro namorado, pesava contra as moças nos processos. O caso de *Almerinda Cardoso e Silva*,[734] 18 anos, mestiça/parda, doméstica é ilustrativo nesse

[730] CAULFIELD, Sueann, **Em defesa da Honra**.. pp 232/233.
[731] AZEVEDO, Thales, **Namoro à Antiga**... p 24.
[732] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 02, Caixa 07, Estante 198, Ano 1927.
[733] GRAHAM, Sandra L., **Proteção e Obediência**..., p.55.
[734] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 09, Caixa 07, Estante 198, Ano 1927.

sentido. Segundo as testemunhas de acusação, Almerinda era uma moça bem procedida que só tivera como namorado *Mário Alves de Santana*, 23 anos, funcionário público. Já as testemunhas de defesa, todos rapazes e amigos do acusado, dizem "*que sabe que o procedimento da ofendida não é bom pois tinha vários namorados*". Ainda que se considere que a alegação das testemunhas de defesa fosse falsa, usar o argumento de "moça namoradeira" atesta o quanto essa imagem poderia influenciar negativamente o desenrolar do processo, comprometendo a credibilidade da queixa prestada por Almerinda. No processo de *Evanir Andrade*,[735] 16 anos, melanoderma/preta, costureira, a existência de um namorado anterior ao seu envolvimento, como *Pedro Vale*, 31 anos, pardo, comerciante, foi usado pelo juiz como justificativa para dar como improcedente a queixa de Evanir. Antes de namorar com Pedro (namoro que durou 2 anos), Evanir havia namorado por 3 semanas com *Benedito Carvalho Lucio da Silva*, 22 anos, preto, alfaiate. Este presta depoimento na delegacia, dizendo ter terminado o namoro por incompatibilidade de gênios, e que esta era uma moça bem procedida. Ainda que este tenha defendido Evanir, sua curta experiência anterior é suficiente para fazer o Juiz dar como improcedente a queixa prestada por esta.

A mesma imputação de ser "*muito namoradeira*" foi usada contra *Odette Ferreira de Freitas* pelas testemunhas de defesa, todos igualmente homens e conhecidos do namorado desta. Segundo seus testemunhos, Odette costumava ficar na porta de casa, em companhia de uma irmã mais nova, cumprimentando os rapazes que por ali passavam.[736] A atitude imputada a Odette pelas testemunhas nada mais é que a prática do *flirt* e que, como já discutimos, este fazia parte da nova dinâmica de namoro e era a partir dele que os relacionamentos amorosos eram iniciados. O interessante é que o hábito de debruçar-se à porta da rua para ver a vida passar era uma prática

[735] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 03, Caixa 44, Estante 199, Ano 1943.
[736] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 02, Caixa 28, Estante 198, Ano 1935.

comum entre os soteropolitanos, definido por Vianna como o "*Janelar*". Essa prática, segundo ela, atraía senhoras, crianças, pessoas idosas e as moças, que diariamente se debruçavam sobre a janela "*para tomar a fresca e distrair a vista*". [737] O namoro de janela não estava restrito aos segmentos populares, o namoro entre Pastora e Paulino, nossos já conhecidos personagem de As Voltas da Estrada, do Xavier Marques, comumente se encontravam na janela desde o início do namoro, quando marcavam encontros, trocavam juras apaixonadas e entabulavam longas e curtas conversas cheias de significados e duplos sentidos. [738]Para Salvador, cujo janelar era uma velha prática sob uma nova dinâmica de namoro passa a ser um importante momento para o *flirt*, até porque, debruçada na janela, as moças poderiam ver e serem vistas, sem necessariamente infringir as regras que restringiam a estada das moças na rua.

Lembrando a definição proposta pelo articulista do *A Tarde* em 1933, o *flirt* era a "*delícia dos olhos conversando, mudamente, com a maravilha dos olhos de um príncipe encantador*"[739] para a melindrosa, ícone da mulher moderna da época, mas um "*descaramento*" aos olhos dos pais! Assim, o limite entre o que era sociamente aceitável e o moralmente condenável, para uma moça, eram tênues e podiam ser ampliados ou estreitados, segundo as circunstâncias, o olhar e a intenção de quem via. Dessa forma, o moderno contato visual que, junto com o automóvel, passava a fazer parte do cotidiano da relação de namoro foi comumente usado nos tribunais pelas testemunhas de defesa e pelos advogados para construir uma imagem negativa da moça.

A descoberta do defloramento trazia sempre a possibilidade do repúdio dos pais e dos familiares com a consequência do espancamento e da expulsão de casa. *Joanna*

[737] Hildegardes Vianna, **A Bahia já foi Assim**... p40
[738] Marques, Xavier, **As voltas da Estrada**... cap 2.
[739] BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal A Tarde 1933.

Dias Maciel,[740] 19 anos, parda, operária, foi expulsa pelo seu cunhado, depois do escândalo do defloramento e, antes disso, foi submetida a uma confissão na qual seus irmãos deram-lhe "*tapas e pancadas*", visando fazê-la confessar e castigá-la ao mesmo tempo por ter envergonhado a família de operários. O cunhado e os irmãos de Joanna assumiram frente a ela as prerrogativas de pai já que o mesmo estava morto. Assim como Joanna, *Guiomar Joel Leite*, 21 anos, parda, operária, foi obrigada a deixar a casa de sua mãe devido aos conflitos com o padrasto, após este ter tomado conhecimento do defloramento e da gravidez de Guiomar. A fofoca e os comentários maliciosos, a recusa de José Calasans da Silva, 22anos, garçom, em casar, alegando ter sido outro rapaz com quem Guiomar havia namorado o autor de seu defloramento cria uma situação de conflito doméstico insustentável, obrigando Guiomar a viver com sua madrinha.

A atitude do padrasto de Guiomar e dos irmãos e do cunhado de Joanna demonstra que o defloramento causava vergonha e embaraço aos membros do grupo familiar frente à opinião de parentes, amigos e vizinhos, e esse constrangimento atingia fortemente os membros masculinos, fazendo-os reagir de forma opressiva e violenta. As regras de decoro do que era considerado bom comportamento feminino haviam sido quebradas, expondo todos à avaliação alheia a partir de uma pauta de certo e errado, apropriado e não apropriado,[741] e mais que o defloramento em si, reagia-se ao falatório, aos comentários insidiosos, ao julgamento alheio. Mais uma vez, o defloramento gerava situações de muita ambiguidade, pois se era vergonhoso ter o nome da família e sua conduta avaliados publicamente por vizinhos, parentes e amigos, era junto a esses que comumente se arrolavam as testemunhas que, em juízo, atestavam o bom

[740] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 14, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.
[741] MATINS, José de Souza, "O Decoro nos ritos de interação na área metropolitana de São Paulo", In. MARTINS, José de S (), **A Vergonha e o Decoro na Vida cotidiana da Metrópole**, São Paulo Hucitec, 1999, p10. O Decoro esta sendo aqui entendido como uma "pauta de moralidade do homem comum, como genérica orientação de condutas (...) enquanto mediação, enquanto referência por meio da qual as relações sociais são construídas de um modo e não de outro e por meio da qual ganham sentido na vida cotidiana. Sentir vergonha e embaraço numa circunstancia determinada, numa determinada situação social, apenas nos indica que as pessoas são orientadas por uma pauta de certo e errado".

comportamento da vítima e de sua família. Os dados da Tabela 31 demonstram que a grande maioria das testemunhas eram vizinhos (23,81%) ou conhecidos (46,80%) das vítimas e de suas famílias, pois eram esses que, pelo convívio diário e muitas vezes íntimo com a família, poderiam atestar a existência do namoro, seu grau de formalidade, levando a que pais, irmãos e parentes com quem viviam as vítimas acabassem por compartilhar com eles os detalhes daquilo que inicialmente tentavam manter no âmbito do privado fosse crucial no andamento do processo.

A vergonha aparece também na fala de muitas dessas jovens como mote para a fuga de casa. Ao ver-se efetivamente abandonada por Waldemar, Odette foge da casa do pai e vai morar com um irmão, afirmando ter vergonha de permanecer na casa paterna por estar deflorada. É provável que, associada à vergonha, Odette tivesse receio de uma reação violenta deste ao saber de seu defloramento, como a experimentada por Joanna, indo buscar assim a solidariedade do irmão. O mesmo sentimento de vergonha é relatado por *Cândida Maria de Abrão*,[742] 19 anos, preta, serv. doméstico, levando-a a deixar a casa da madrinha com quem fora morar desde a morte de seus pais. A decisão de deixar a casa deu-se, segundo ela, pelo "*fato de achar-se deflorada e presumirem [seus padrinhos] que ela era donzela*", indo ficar na casa de uma irmã. No seu depoimento, Cândida deixa escapar ter havido uma briga entre ela e a madrinha, apesar dela não revelar o motivo do conflito, este nos parece ter sido causado pela desconfiança do defloramento por parte dos padrinhos dela. Eles, ao darem conta de que Cândida havia deixado a casa, dão queixa na polícia do seu desaparecimento. Ao ser encontrada e reconduzida à casa do padrinho, alfaiate, é posta em confissão e logo em seguida o processo é instaurado.

A vergonha também gerava violência e agressões verbais entre os familiares das vítimas e dos acusados, suscitando situações limite, como no caso envolvendo

[742]APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 08, Caixa 01, Estante 198, Ano 1902.

Domiciana Marinho dos Santos,[743] 14 anos, parda e *Caetano Bispo da Silva*, 22 anos, negro. As testemunhas narraram em seus depoimentos duas agressões, uma envolvendo Caetano e um irmão desta e outra envolvendo seu pai, *Manoel Marinho dos Santos*, sapateiro. As brigas eram sempre permeadas de ofensas mútuas e juras de vingança. Em um desses conflitos, Caetano, o acusado, teria puxado um punhal para ferir Manoel que o empurra, e este, ao cair, acaba ferido. Já no caso de *Mario Goes Duarte*, 27 anos, operário, namorado de Joanna, a agressão sofrida por este da parte dos irmãos dela deveu-se a sua recusa em casar, propondo-se em troca amasiar, alegando ser o pai da criança, mas não o deflorador de Joanna. Os irmãos desta, indignados, agridem verbal e corporalmente Mario, alegando que o faziam para ensiná-lo a respeitar e "*a moralizar a família*". [744]

O conflito em torno do defloramento, em casos extremos, podia redundar em morte, como no episódio de *Raymunda da Silva Carneiro*, 18 anos, operária, cujo irmão, *Guilherme da Silva Carneiro*, 29 anos, casado, negociante ambulante, depois de acalorada discussão com *Humberto Martins Menciola*, 21 anos, branco, negociante, acaba por esfaqueá-lo, vindo o mesmo a falecer. Em todos os casos narrados, a violência associa-se ao discurso moral de proteger a honra da moça e da família maculada pelo defloramento e, principalmente, pela recusa dos homens envolvidos em casar com as defloradas, confirmando o quanto para as famílias das envolvidas a perda da virgindade fora do casamento, por parte das moças, era fonte de constrangimento, vergonha e desonra.

Quando analisamos mais detidamente a condição sócio-profissional das famílias em que os casos de defloramento ganhavam uma amplificação moral que redundavam em brigas, agressões, fugas e morte, vemos que todas estas eram constituídas por

[743] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 07, Caixa 14, Estante 198, Ano 1929.
[744] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 14, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.

operários, funcionários públicos de primeiro e segundo escalão, comerciários, sapateiros, alfaiates, barbeiros.[745] Se retomarmos as análises do capítulo 5, vemos que estas eram as profissões que garantiam maior estabilidade financeira ao grupo familiar e por isso mesmo uma maior possibilidade ascensional.

Ter as filhas defloradas e abandonadas deveria ser um duro golpe na imagem de uma familiar pobre, mestiça, mas honrada, que vivia decentemente da renda proveniente de todos os trabalhadores da casa. A defesa da imagem de família honrada aparece explicitamente nos testemunhos do processo de *Marcolina Correia de Sant'Anna*,[746] 18 anos, parda, serviço doméstico, contra o português *Antonio Gomes de Freitas*, 24 anos, caixeiro, branco. Marcolina morava e trabalhava com a madrinha e tia, *Maria Tertuliana da Silva*, proprietária de uma pensão/ restaurante e fora deflorada por Antonio, hóspede da pensão. Segundo as testemunhas, Antonio, apesar de não ser namorado de Marcolina, vivia procurando "*gracejos inconvenientes*" com esta, assediando-a quando sua tia não estava presente, e o defloramento ocorrera em um momento em que Maria Tertuliana estava fora de casa, e que Marcolina havia sido forçada por Antônio a manter relação sexual, corroborando assim a versão do depoimento de Marcolina. Ainda segundo as testemunhas, Antônio se vangloriava de ter recursos para pagar advogado e que nada lhe passaria. Já Antônio diz ter tido relações com Marcolina a convite dessa, que não era mais virgem.

No processo se evidencia um claro conflito de ordem moral e racial. Antonio tenta construir uma imagem de Marcolina como uma mestiça fácil, desvirginada, vivendo em pensão que hospedava vários homens; uma moça dissimulada e corruptível que não contava com a proteção de uma família organizada para protegê-la. As testemunhas contestam Antônio, afirmando a honradez de *Maria Tertuliana* e de sua

[745] Ver as descrições das profissões dos pais das defloradas realizadas nos capítulos 6 e 8.
[746] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 03, Caixa09, Estante 198, Ano 1922.

família que "*não obstante ser uma mulher de cor, sabe se respeitar exigindo que todos os pensionistas se portem bem*"[747] e que criava exemplarmente a sua sobrinha e afilhada, cuja mãe havia falecido, descrevendo Marcolina como uma menina "*abobada", "atoleimada"*, "*trabalhadeira*" *e* "*bem procedida*" , opondo-se assim à imagem da mestiça fácil, de família duvidosa, que Antônio busca lhe impingir. Antônio, ao produzir a imagem de mestiça fácil, esperta, de família desregrada, manipulava com uma visão geral, secularmente construída que comumente associavam negros e mestiços a comportamentos desregrados e contava com essa imagem social para desacreditar a *Marcolina* e sua tia *Maria Tertuliana*. [748]

Na fala de *Maria Tertuliana*, durante o processo, fica evidente o conflito que travara com Antônio, a quem chamara a atenção num discurso em que a tensão racial fica evidente ao exigir que esse não se dirigisse à sobrinha, pois se "*elle a desvirginasse certamente não queria com ella casar-se por ser escura*". A família de Marcolina era uma típica família de mestiços de pobreza remediada, cuja tia possuía negócio, e o pai, *Manoel Eufrazio Coreia de Santa'Anna*, era artífice, empreiteiro de obra. A manutenção financeira dependia do trabalho de todos, e eles buscavam, com afinco, manter a imagem de uma família trabalhadora e honrada, o que é corroborado pelos clientes e conhecidos que frequentavam o negócio de Maria Tertuliana. O fato de Marcolina estar deflorada e grávida é um duro golpe à trajetória que a família construíra. Forçar Antônio a casar com Marcolina, apesar de não haver nenhum envolvimento amoroso e do fato desta ter sido "*forçada*", em outras palavras, estuprada por ele, aos olhos da tia e das testemunhas parecia a melhor solução para o caso, ainda que nada garantisse que Antônio fosse viver e sustentar Marcolina e o filho que ela

[747] Idem Ibidem. Grifo meu
[748] Sobre a questão ver capitulo 4 da parte II pp.98/99 da tese, e BARCELAR, Jerfenson, **Hierarquia das Raças** ... SANSONE, Livio, **Negritude sem etnicidade**... ; SANCHES, Ma. Aparecida P. Fogões, Pratos e panelas... ; ESTEVES, Martha de A., Meninas Perdidas..., pp70-75.

esperava. Mesmo no caso de famílias em que os pais eram amasiados, ou as que contavam só com a presença das mães solteiras, o casamento formal era posto como uma meta e a falta desse laço, na organização da vida dessas moças, significava para essas famílias um retrocesso nas aspirações de um futuro melhor, uma vez que o casamento formal constituía um objetivo a ser alcançado, base para a respeitabilidade diante da sociedade com elevação do *status* social.

A mesma motivação que moveu a família de Marcolina iremos encontrar nos esforços empreendidos pela família de *Bellanisia de Amorim Telles*, 15 anos, preta, costureira. Esta era filha de *Laurindo Rosendo Telles*, artista sapateiro e casado civilmente com sua mãe *Thereza de Amorim Telles*, moradores do bairro do Tororó, que constituía a moradia dos pobres de boa condição financeira, capazes de pagar o aluguel. Bellanisia sabia ler e escrever e era costureira, o que atesta o investimento familiar na formação da mesma. Saber ler e escrever numa Bahia em que os índices de analfabetismo eram enormes[749], constituía um diferencial, assim como ser costureira numa cidade em que a maioria das mulheres se dedicavam a atividades como empregadas domésticas, indicando um importante aperfeiçoamento profissional que, junto com a datilografia, constituía a garantia de um emprego melhor remunerado para as mulheres pobres.[750] Alfabetização e aperfeiçoamento técnico para o trabalho eram importantes valores a serem agregados aos filhos e às filhas pobres, pois se a manutenção da família se dava pela associação dos esforços coletivos de trabalho, ter uma esposa prendada contava positivamente.

A importância do investimento profissional em Bellanisia para torná-la uma moça prendada para o casamento fica mais claro se acompanharmos a trajetória da

[749] Ver as discussões capítulos 1 pp. 8-10
[750] Ver capitulo 5 Onde trabalham e como vivem. Além da costura, bordado e datilografia, a década de 40 em Salvador contou com uma progressiva popularização da profissão de professora que progressivamente permitiu a inclusão de moças pobres em uma nova profissão.

então jovem Leonor Santos dos Prazeres. Leonor era terceira filha de lavadeira, *Joanna dos Santos*, parda, casada com um marinheiro mercante, *Antonio Gaudino dos Santos*, branco. Cedo, Leonor, como as irmãs, foi colocada para aprender a ler e escrever assim como costurar e bordar, atividades que desenvolveria até o final da vida. Elas cedo começaram a trabalhar, fazendo vestidos de noiva e bordados para enxoval nas casas contratantes. Casadas, mantiveram a profissão, usando suas residências como ateliês de costura, onde recebiam as clientes e, ao mesmo tempo, cuidavam dos afazeres domésticos. Leonor, assim como as irmãs, casou com funcionário público de segundo escalão, mas um problema de saúde que acometeu *José Cupertino*, 6 anos depois de estar casada, tornou-a viúva com dois filhos pequenos para sustentar. O que contribuía para o orçamento doméstico tornou-se a única fonte de renda que lhe permitiu criar, decentemente, os filhos sozinha.[751]

A história de Leonor nos permite entender a importância do aprendizado da costura para as moças pobres e como isso as preparava para uma vida futura, melhorando suas possibilidades para um futuro casamento, assim podemos entender os esforços de Laurindo em fazer com que *Edgard Santos*, 17 anos, aprendiz de sapateiro, casasse com sua filha grávida, inclusive fazendo o que era pouco usual nesses casos, contratar advogado para acompanhar o processo, fazendo esse correr não como uma ação pública, mas sim privada, assumindo Laurindo o alto custo do processo. O não casamento da filha deveria parecer a Laurindo como um logro à própria sorte do homem que emigrara do interior, da cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano, para a capital e aqui conseguira estabelecer-se com sua profissão de sapateiro, mantendo decentemente a família que construíra com *Thereza de Amorim Telles*, sob os auspícios do casamento civil. Um passo atrás na construção do ideal de respeitabilidade que garantia o reconhecimento social, além de indicar a desconfiança na eficácia da justiça

[751] Entrevista com Leonor Santos dos Prazeres realizada em 1993.

pública em resolver favoravelmente o caso. Como o processo encontra-se incompleto, não podemos afirmar se o empenho de Laurindo logrou êxito.

As incertezas em torno da eficácia da justiça em obrigar os acusados a casar com as defloradas, levou *Laurindo Rosendo Telles* a contratar um advogado particular para acompanhar o processo, isso fez com que muitas mães e pais buscassem a proteção de pessoas influentes capazes de, pelo prestígio social, influir positivamente na resolução da contenda. A busca de proteção entre pessoas influentes visava também proteger o bom nome da família e da moça do escândalo pela resolução do caso, sem queixa na polícia, em que se convertiam os casos de defloramento. Nessas ocasiões, estigmatizando as jovens, como demonstramos no capítulo 6, apelar para a polícia era o último recurso utilizado e significava o recrudescimento do conflito entre as partes envolvidas e a impossibilidade de um acordo, o que certamente preservaria a imagem social da moça deflorada. Como afirmou *Otilia Ubaldina Evangelista da Silva*, [752] procurar as autoridades públicas era o "*único caminho*" de quem já não tinha a quem recorrer para solucionar a questão do defloramento.

Na queixa dada por *Joana Amélia de Jesus*, parda, lavadeira, solteira, analfabeta, mãe de *Odelina Pereira Brito*, 16 anos, parda, doméstica, instrução primária, contra *José de Oliveira*, 19 anos, solteiro, sabendo ler e escrever, taifeiro da Armada Naval, é bem explícita a procura de pessoas influentes para resolver o caso, deixando a utilização da polícia como último recurso, diz ela:

> (...) "*Em 03/09/ de 1946 apareceu em sua casa o acusado presente declarando ser namorado de sua filha; que este afirmou que tendo relações sexuais com a menor constatou não ser ela mais virgem, porém como tinha muita amizade pela mesma, não casava-se, mais tomaria conta, alugava casa, comprava mobília e outras ciosas que fossem necessárias,... que esta noticia lhe causou grande surpresa pois nem sabia que sua filha namorava este rapaz, que botou sua filha em confissão e esta declarou ser tudo verdade, pois o acusado pedira para não dizer coisa alguma pois se casaria, que procurou o*

[752] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 13, Caixa 68, Estante 199, Ano 1947.

> *dr. Tancredo Teixeira e pediu ao mesmo para tomar as devidas providencias para o casamento , que este o fez e na sua residência o acusado confessou que era o autor do defloramento e que repararia o crime, porém passados 14 dias o acusado desistiu de tomar as providencias para o casamento, o que motivou a denuncia."* [753]

Antes de abrir o processo na polícia, Joana Amélia buscou resolver a contenda no âmbito do privado, em casa, com a ajuda do Dr. Tancredo Teixeira, a quem esta reconhecia como detentor de poder e autoridade para resolver o caso. José de Oliveira, pelo que indica a queixa, foi levado à casa deste onde admite ter sido o deflorador de Odelina, prometendo realizar o casamento. Ainda que José não tenha efetivamente cumprido a promessa feita na casa de Dr, Tancredo, o que leva à abertura do processo, o ato de confessar demonstra que este era reconhecido como autoridade, não só pela família da vítima como pelo próprio réu que se compromete em sua presença. O Dr, Tancredo não é arrolado como testemunha em nenhum momento do processo o que dificultou sabermos exatamente quem era ele, mas o caso acaba tendo o desfecho esperado. Depois do Ministério Público ter aceito a denúncia, José envia carta ao Juiz solicitando prazo para casar, o que efetivamente faz um mês depois.

Brígida ária de Sant'anna,[754] mãe de Anacleta de Sant'anna, 20 anos, mestiça, ao saber do defloramento da filha, em vez de dar queixa na polícia, foi diretamente à casa do conhecido Promotor Público Dr. João Bastos (João Rocha Ferreira Bastos) para solucionar o impasse em torno do defloramento de sua filha. Assim como Joanna Amélia, Brígida buscava uma rápida solução para o caso com a interferência direta do conhecido Promotor baiano, até porque Anacleta estava grávida. A interferência do promotor faz com que o processo tramite exclusivamente na justiça, prescindindo da fase do inquérito na delegacia. Não sabemos, entretanto, se a interferência pessoal do Promotor logrou algum resultado positivo em relação à união formal entre Anacleta e

[753] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, documento 02, Estante 199, Caixa 70, Ano 1946. Grifo nosso.
[754] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 05, Caixa 24, Estante 198, Ano 1933

José Apolinário, pois esta, em que pese a pressão materna, escreve carta inocentando José Apolinário, e o processo prescreve depois de ficar anos parado sem qualquer solução.

Os patrões das moças ou dos acusados também eram convocados a empenhar sua autoridade no sentido de resolver com brevidade as contendas entre defloradas, seus namorados e a família da mesma. *Maria José Gomes*,[755] 19 anos, parda/morena, empregada no comércio, solicitou a interferência de seu patrão, *Osório de Oliveira*, 29 anos, negociante, casado, para relatar seu defloramento à família. Segundo Osório, ao saber do fato, o pai de Maria solicita sua ajuda para procurar a autoridade policial e dar queixa; este convida o Subdelegado de Polícia de São Pedro, *Coronel Luiz de Cerqueira Monteiro*, para comparecer ao escritório de sua propriedade a fim de ouvir as partes em conflito, "*pedindo a mesma autoridade que se interessasse pela menina, que no escritório delle depoente e na presença dos senhores Braz Marcoso, a autoridade presente e Espinheira*" inquiriu ao acusado. A interferência de Osório dava-se no sentido de conseguir a simpatia e o empenho pessoal do subdelegado a sua causa, inclusive protegendo a reputação de Maria e de seu pai, que contaram com uma primeira audiência num ambiente privado, a portas fechadas, em sigilo.

*Alexandre Peixoto Gu*edes,[756] 38 anos, casado, engenheiro e funcionário da Cia. Ferroviária, chefe de *Manoel de Freitas Góes*, 21 anos, tipógrafo, diz em seu depoimento ter sido procurado por mais de uma vez pela professora *Honorata*, madrinha de *Hyldeth de Souza Ba*hiense, 18 anos, parda, serv. doméstico, solicitando "su*a proteção*" no sentido de "*ameaçar*" Manoel de demissão caso ele não casasse com Hyldeth. Ainda que o pretendido pela madrinha de Hyldeth fosse um *blaef*, pois como o próprio Alexandre alegava, não poderia demitir um funcionário federal por esse

[755] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 09, Caixa 21, Estante 198, Ano 1926
[756] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 05, Caixa 22, Estante 198, Ano 1931.

motivo, acreditava esta que a proteção de Alexandre e a pressão deste arrefeceria o ânimo de Manoel, que mais facilmente concordaria em cumprir a promessa de casamento.

Idelfonso Carvalho Santos,[757] 47 anos, casado, empregado da Cia União Fabril e chefe da seção onde trabalhavam *Joanna Dias Maciel* e *Mario Goés Duarte*, diz ter sido convocado pelos irmãos de Joanna a comparecer numa reunião na casa destes, a portas fechadas, onde já se encontravam outros membros masculinos da comunidade de operários, no sentido de resolver a contenda em torno do defloramento de Joanna. A busca de apoio não se dava unicamente entre pessoas letradas e detentoras de prestígio e poder econômico, mas também entre aqueles reconhecidos junto à comunidade a quem pertenciam os envolvidos. Ainda que nos casos relatados o apoio não redundasse em um desfecho positivo, ou seja, o casamento dos envolvidos, atesta o empenho das famílias em proteger as moças, usando todos os recursos que estavam disponíveis no âmbito das relações sociais.

2. AS RAZÕES DO CORAÇÃO

A razão comumente alegada pela vítima para justificar a relação sexual com o namorado era a promessa de casamento. Os dados da tabela 32 demonstram que dos 60,63% dos processos a única justificativa apresentada era essa. A promessa de casamento constituía peça fundamental para a constituição do processo. Ela era o elemento moral do crime e, como afirmava categoricamente o jurista Viveiro de Castro, "*para que haja crime de defloramento é também requisito indispensável que o*

[757]APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 14, Caixa 27, Estante 198, Ano 1934.

*consentimento da mulher fosse obtido pela sedução, pelo engano ou pela fraud*e". [758] A fraude está justamente na crença da promessa de casamento. Crente de que este se realizaria, a mulher adiantaria ao seu futuro marido o que era considerado o "dever conjugal", ou seja, o ato sexual. Como um elemento fundamental para a caracterização do crime de defloramento na condução do interrogatório de vítimas, acusados e testemunhas, comumente os delegados, promotores, advogados e juízes inquiriam sobre sua existência, a exemplo do inquérito realizado pelo *Arthur Lustosa de Aragão*,[759] delegado auxiliar da 2ª circunscrição no caso do defloramento de *Almerinda Ferreira dos Santos*, 19 anos, mestiça, costureira, questionando se *Antonio Felix Bispo* lhe havia "*prometido casamento*".

Se era praxe questionar sobre a existência da promessa de casamento, o que vai se delineando nas respostas nos permite entender as motivações de ordens diversas, que comumente presidiam a decisão da moça em se deixar deflorar, em que pesem elas estarem cientes das consequências que teriam de enfrentar caso o rapaz se recusasse a cumprir o prometido e os conflitos que se estabeleceriam em torno da discordância dos termos em que a promessa de casamento havia sido estabelecida. *Maria Carmem do Nascimento*, 15 anos, doméstica, analfabeta, ao ser inquirida pelo delegado da 3ª circunscrição, diz:

> "*há 03 meses vem namorando com o acusado que nas vésperas da Conceição da Praia Eduardo convidou a respondente para visitar uma sua tia, que residia na cidade alta, e que aceitando o seu convite lá chegando, à noite, este apresentou a respondente uma senhora velha de corpo regular e cor mulata, com trage de casa; que ficou ali alguns minutos com Eduardo e depois com agrados e promessas de casamento conseguiu levar a respondente para um quarto da casa da tia e ai conseguiu deflorar-lhes; que passou a noite nessa casa sentindo muitas dores; que depois Eduardo procurou a respondente para ter novas relações sexuais, o que não fez devido as dores que sentia; que pela manhã do dia seguinte veio para casa onde era empregada, à rua da Penha no. 31; que é órfã de pai e mãe; que estes lhe deixou quando tinha 13 anos, na cidade de Pojuca; que aos 14 anos veio para esta cidade empregar-se em casa de D. Nininha e depois foi*

[758] CASTRO, Viveiro, **Os Delitos Contra a Honra da Mulher**... p 74.
[759] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 11, Caixa 10, Estante 198, Ano 1923.

> *se empregar a rua da Penha em casa de D. Celina; que esse seu namoro era do conhecimento de todos e que passeava juntos com Eduardo e as conversas deste era sempre de casamento; confiando nas frases de Eduardo e sendo uma menina pobre sem pai e sem mãe, ultimamente desempregada, julgando que ele fosse fazer sua felicidade deixou-se deflorar*"[760]

Pelo depoimento vemos que diversas motivações haviam levado *Maria Carmen* a se deixar deflorar: a orfandade, o trabalho como doméstica, os conflitos inerentes ao trabalho doméstico, que se depreende pela constante mudança de emprego que ela relata e os "agrados" que faziam parte da dinâmica da relação amorosa, o desejo de apressar o casamento e a promessa de casamento. *Eduardo Manoel Paiva*, 25 anos, era funcionário do aeroporto o que deveria lhe garantir alguma estabilidade financeira, tornando-o apto a manter uma família com alguma estabilidade, sendo ele, portanto, um bom partido para o casamento. Fazer sexo com Eduardo o comprometeria com o casamento, logrando êxito, o status de Maria Carmem mudaria, de uma jovem desamparada, órfã, vivendo do serviço doméstico, ela passaria a ser dona-de-casa, vivendo na segurança de uma família com um marido que a ampararia. O desejo de casar com o namorado, *Adalardo Barcellar*, [761] 19 anos, empregado no comércio, foi a grande motivação que levou *Amélia Constança de Seixas*, 16 anos, costureira a consentir no seu defloramento, assim como Maria Carmem, Amélia confiava em Adalardo e estava emocionalmente envolvida, mas sabia também que, ao ceder, comprometeria o rapaz, ciente de quais eram as regras de namoro, tanto que as seguira em todos os seus preceitos, rompendo somente a regra de resistir ao desejo do contato sexual até o casamento. Dos depoimentos fica clara tanto a pressão de Adalardo pelo sexo como o seu comprometimento público, manifestando em frente aos familiares e amigos da família Seixas sua intenção de casar. Esse delicado acordo (sexo antes, casamento depois) entre os namorados deveria possuir alguma margem de sucesso para

[760] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Estante 198, Caixa 39, Ano 1940. Grifo nosso
[761] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 09, Caixa 01, Estante 198, Ano 1901.

apressar o casamento. Ainda que o número de casamentos pós-denúncia fosse pequeno, já que apenas 9,97% dos processos lograram esse êxito[762], o valor que o casamento possuía e uma certa credibilidade na palavra do parceiro contribuíam para a decisão de se deixar deflorar.

Os desacordos que apareciam a posteriore, em muitos casos, não diziam respeito ao desejo do rapaz em continuar o relacionamento com a moça, mas ao grau de comprometimento a que este estava disposto que, na maioria das vezes, era de amasiar-se, viver juntos e não casar propriamente dito. A discordância em torno da promessa de casamento aparece claramente na fala de Eduardo que afirmou haver mantido relações com Maria Carmem, mas não prometera casamento e sim "*morar com a mesma em casa de aluguel*". Ainda que este alegue não ter encontrado *Maria Carmem* mais virgem, estabelecendo a tradicional associação entre virgindade e casamento, o que se depreende da fala de Eduardo é que o acordo de amasiar-se havia sido estabelecido antes de *Maria Carmem* concordar em fazer sexo, então esta é que havia rompido o pacto. A mesma acusação de que a namorada era quem havia quebrado o acordo surge na fala de *José de Oliveira*, 19 anos, taifeiro da Armada Naval, que combinara com *Adelaide Pereira de Brito*, 16 anos, doméstica, viverem juntos, fossem quais fossem as razões que levara José a não querer casar formalmente, Adelina havia aquiescido ao acordo de viverem juntos, e é a interferência da mãe da mesma que muda sua decisão de viver com o acusado. No conflito que se estabelece entre as partes envolvidas, os desejos da *Joana Amélia de Jesus*, mãe de Adelina, acabam vitoriosos, tendo sido o julgamento do processo adiado para a realização do casamento de José e Adelaide.

Já para *Maria Carmem* e *Eduardo*, prevaleceu o acordo original de viverem juntos, já que ambos desaparecem dos endereços fornecidos à justiça, não sendo mais encontrados, permanecendo o processo parado por muitos anos na promotoria, para ser

[762] Ver tabela 23 Cor das vítimas/Sentença no processo em anexo.

posteriormente arquivado, indicando o claro desinteresse de *Maria Carmem* dar continuidade ao mesmo. As falas que permeiam o caso de *Maria Carmem* e *Adelina* demonstram que além da segurança e de constituir a base para a respeitabilidade frente à sociedade, o casamento ou o amasiamento era visto por muitas mulheres como uma forma de deixar de trabalhar nas casas alheias como domésticas, passando a viver como donas-de-casa, galgando assim uma elevação no *status* social.[763] A mesma motivação que moveu Maria Carmem vamos encontrar no depoimento de D. Judite,[764] que chegou a Salvador, vinda de Jequié em 1939, contando apenas com o apoio de uma irmã que já trabalhava na cidade, como doméstica. Esta conhece Antonio Fragoso, 41anos, viúvo, mecânico com quem passa a namorar. Quase 8 meses depois de iniciado o romance a então jovem de 18 anos, Judite, passa a ser pressionada pelo namorado para ir viver com ele. Apesar de estar organizando um pequeno enxoval para casar, esta acaba cedendo aos apelos e vai morar com ele. Inquirida sobre as circunstâncias de sua decisão, ela diz não lembrar o porquê dele não querer casar nem por que aceitou ir viver com ele, mas, ao relatar os dias que precederam sua ida, ela conta da já difícil convivência na casa onde trabalhava e a pressão dos patrões em lhe controlar os passos, restringindo suas possibilidades de encontrar o namorado. Das suas recordações vemos delinear seu desejo de ter o controle sobre sua vida, a possibilidade de construir uma família, ter uma casa sua e alguém com quem compartilhar a sorte e a labuta diária para sobreviver na capital do Estado. O trabalho de mecânico garantia a Antônio uma boa estabilidade financeira numa cidade em que os automóveis tornavam-se mais populares e os caminhões passavam a interligar localidades, transportando toda sorte de mercadorias. Com ele D. Judite teve 12 filhos, e viveu por longos anos. O sonhado casamento vem no fim da vida de Antônio, quando, após um acidente que o deixa

[763] Sanches, Maria Aparecida P., Fogões, Pratos e Panelas..., pp.146/147.
[764] Entrevista com D. Judite realizada em 20 Setembro de 2007.

gravemente enfermo, este resolve legalizar a situação, casando tanto no civil como no religioso com D. Judite.

Ao ser inquirida sobre o que seria para ela um bom partido, ela responde facilmente "*um homem bonito, que eu gostasse, que fosse trabalhador, que tivesse uma roupa boa, que não rota*" [765]. A condição de trabalhador aparece enfaticamente na sua fala, associada a uma escolha de ordem pessoal, bem nos moldes do amor romântico, ser bonito e ela efetivamente gostar. A predileção pessoal aparece como uma condição tão importante como ser um trabalhador. Ao descrever como era Antônio como namorado, ela diz que "*era bom, comprava roupa, dava presentes*", indicando assim que Antônio demonstrava em suas atitudes para com a namorada sua condição financeira de mantenedor, dando presentes, roupas e levando Judite a passeios. Judite não havia feito uma escolha aleatória, impensada ao decidir ir morar com ele, estava claro para ela sua condição, ainda que modesta, de provedor. Ela ressaltava, ao lembrar as muitas brigas do casal, que apesar de estar zangado, este jamais deixou faltar comida em casa, que os filhos sempre tiveram roupas nos períodos de festas, e todos foram postos a estudar. Com a morte do marido, Judite volta a trabalhar como doméstica em casas particulares, deixando os filhos menores a cargo dos mais velhos; não que ela tivesse deixado de trabalhar quando este estivera vivo, ela lavava roupa de ganho, fornecia comida para os operários em frente às obras de construção civil, associando sempre o trabalho ao cuidado dos filhos. Cozinha de casa que não a sua, somente com o falecimento do já então marido, quando o dinheiro ficou curto, não deixando alternativa a não ser voltar ao trabalho doméstico.

As mesmas motivações que moveram a então jovem Judite, também incentivaram *Maria das Neves Silva*, doméstica, 17 anos, preta, a aceitar a proposta de seu namorado, para viverem amasiados. Em carta à sua irmã *América Silva*, também

[765] Entrevista realizada 20 Setembro 2007.

doméstica, comunicou que passava a morar em companhia de *Antônio Ferreira dos Santos*, preto, 33 anos, jardineiro, "*por pedido deste, que prometera casar-se com ela e que (...) havia aceito o convite, passando a viver como dona de casa* ". Antônio, diferente dos demais acusados de defloramento, assumira ser o "devedor" de Maria das Neves, afirmando que "*intencionava casar-se com esta, o que ainda não havia feito por falta de recursos para fazer frente as despesas legais*". [766]

Assim como *Maria das Neves*, *Altamira Pereira dos Santos*,[767] 17 anos, parda, do serviço doméstico, também aceitou, segundo seu depoimento, viver com *Álvaro Ribeiro Sanches*, comerciante (barbeiro, dono de barbearia), 23 anos, até que o mesmo pudesse realizar o casamento. *Maria Aniceta da Silva*, 20 anos, melanoderma/preta, doméstica, também afirmou ter ido morar com *Manuel da Paz*, 31 anos, até que o mesmo conseguisse realizar o casamento. O amasiamento, em alguns casos, representaria um acordo temporário, como uma fase transitória para o casamento que se realizaria quando ambos pudessem arcar com os custos financeiros da sua realização. É claro que esse acordo entre os namorados não previam os conflitos inerentes à relação marital que poderia fazer malograr os futuros planos matrimoniais, como no caso de Altamira e Maria Aniceta, cujos conflitos com os já então amásio separou o casal antes que o casamento fosse realizado, fazendo com que ambos fossem buscar junto à justiça o cumprimento do acordo, para ambos, o viver amasiado era prova cabal da promessa de casamento. A queixa de Maria das Neves foi dada pela irmã que não concordava com o pacto que esta havia feito com o namorado, transformando o acordo privado em litígio policial.

A vontade de deixar o trabalho de doméstica e viver como dona-de-casa, presidiu a decisão de muitas moças se deixarem deflorar pelos namorados. *Isabel dos*

[766] APEB. Seção Judiciária, Série Defloramento, Estante 199, caixa 58, documento 01, 1948. (grifo nosso)
[767] APEB, Seção Judiciária, Serie Defloramento, Documento 08, Caixa 19, Estante 198, Ano 1930.

Santos Lima, 19 anos, analfabeta, deixou-se deflorar por *Diomedes Ribeiro de Souza*, casado, 48 anos, Engenheiro Maquinista, indo viver amasiada com o mesmo. No depoimento de Isabel, ela afirma que o indiciado, após deflorá-la, "*disse que (..) não se preocupasse pois daria uma casa à respondente para morar visto que era proprietário*".[768] Ele confirmou em seu depoimento que mantinha relações de namoro com Isabel e que esta lhe pedira

> "*para alugar uma casa para ela pois não queria mais viver empregada e maltratada pelos patrões (...)* [que assim sendo] *alugou uma casa para esta dando-lhe roupas, sapatos e tudo mais que necessitava, inclusive uma máquina de costura* ".[769]

Foi também o desejo de deixar de ser doméstica que fez *Eurídice Mattos* se deixar deflorar por *Otto Fonseca Andrade*, branco, casado, cunhado do patrão de Eurídice. No depoimento, as outras domésticas da casa em que esta trabalhava afirmam que Eurídice confidenciara sua relação com Otto, ficando claro que esta concordara em viver amasiada com ele, pois era casado. Achava que junto a ele "*teria uma vida melhor*". Ao que parece, os anseios de deixar de ser empregada, muitas vezes, eram mais fortes que as preocupações com um casamento legal e o amasiamento com um homem de posses, como eram ambos os acusados, aos olhos destas, era uma boa alternativa de vida.

As motivações que levaram todas elas a antecipar as etapas do relacionamento e aceitar viver amasiadas até que fosse possível casar, como no caso de Maria das Neves, ou não, como no caso de Isabel, indica que viver como dona-de-casa representava, aos olhos delas, uma efetiva alteração de status, com significados profundos para uma sociedade na qual o trabalho doméstico assumia conotações sociais depreciativas e subalternas, contrapondo-se aos investimentos positivos em torno da

[768] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 08, Estante 199, Caixa 56, Ano 1941.
[769] Idem Ibidem.

função de esposa, ou quando não havia casamento, com a função de mãe e dona-de-casa. O amasiamento, não podemos esquecer, não era estranho ao grupo social ao qual essas mulheres pertenciam, em que pais, vizinhos e parentes serviam, muitas vezes, de exemplo de que este era, também, um tipo de relação conjugal possível, que gerava famílias bem estruturadas. Amasiar-se era uma alternativa possível, ainda que fosse considerada uma relação conjugal "imperfeita", mas que poderia render bons frutos.

A análise da documentação demonstra que, mesmo que as demandas pessoais, baseadas na afetividade e no amor, passem a ser um elemento importante na eleição de um namorado, marido ou amásio, a escolha de um cônjuge que pudesse arcar, ou ajudar, no sustento da família poderia facilitar, e muito, o processo de ascensão dos filhos, pelas garantias de escolarização ou de um aperfeiçoamento profissional fundamental à ascensão destes. Como afirma Jurandir Freire Costa "*a pratica amoroso desmente radicalmente a idealização. Amamos com sentimentos mas também com razões e julgamentos*"[770], assim, na eleição de um namorado ou namorada, em meio às justificativas românticas, vemos surgir demandas mais pragmáticas que acabam elegendo no encontro amoroso aquele ou aquela que socialmente estava se preparando para amar. As recusas e as escolhas de um namorado/namorada nos revelam a influência que "*fatores econômicos, sociais, históricos e culturais exerceram sobre os padrões de preferência, inscritos na escolha de parceiros*"[771], assim como os preceitos de ordem racial frequentes em Salvador.

Devido às implicações em torno da honra e do casamento, as clivagens de ordem racial e econômica emergem da fala dos acusados, das testemunhas, advogados, delegados e juízes mais facilmente do que na fala das vítimas que se centrava sempre

[770] COSTA, Jurandir Freire, **Sem Fraude nem Favor**... p. 17.
[771] SCALON, Maria Celi. Ramos da Cruz, "Cor e Seletividade conjugal no Brasil" In. **Estudo Afro-Asiático**, No. 23 (Dezembro)1992, p. 17.

no descrever da relação na tentativa de provar o comprometimento do acusado. Mas, ainda assim, se levarmos em conta as incidências da cor e da profissão dos acusados, veremos que um recorte racial/profissional também fazia parte do processo seletivo feminino, mesmo que este não estivesse tão explícito como na fala dos outros envolvidos.

Os empregados do Comércio perfaziam 24,28% dos escolhidos para namorados, seguidos pelos empregados no setor de serviços (sapateiros, barbeiros, alfaiates, mecânicos, etc) 14,62%, construção civil 11,49%, funcionários públicos 8,62%, segurança pública, 7,83. Assim como demonstramos no capítulo 5, o mercado de trabalho até a década de 40 ainda apresentava-se em linhas gerais, pouco alterado daquilo que se havia constituído ao longo do século XIX, sendo o comércio grossista e varejista seguido pelo setor de serviço[772] e pelo funcionalismo público, incluindo aí os dedicados à Segurança Pública, o polo de maior geração de empregos e que melhor remunerava na capital baiana. A clivagem de ordem racial se vislumbra no recorte econômico na medida em que a inserção nestas profissões poderia ser facilitada ou não pela condição cor e, efetivamente, entre essas profissões nós encontraremos um maior número de brancos e mestiços claros que nas demais.[773] Mas quando confrontamos os dados quantitativos dos processos com os obtidos pelas entrevistas e os que emergem da etnografia da época, vemos que ainda que as escolhas femininas passassem por um crivo racial, elas estavam mais propensas a cruzar as linhas de cor que os homens.

[772] Das profissões do que denominamos de setor de serviço farão parte profissões denominada geralmente por artífices que compunha uma gama de profissões artesanais, sapateiro, barbeiro, alfaiate, tipógrafo, mecânico além de algumas atividades da construção civil, calafete, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, aprendidas de pai para filho ou no Liceu de Artes e Ofícios e nas oficinas da Santa Casa de Misericórdia ou no Colégio dos Órfãos de São Joaquim que se dedicavam a filantropia com o amparo de órfãos e a alfabetização e profissionalização dos filhos dos seguimentos pobres da capital do estado. Ainda que para efeito de contagem tenhamos separado os profissões dedicadas a construção civil analisarmos no capitulo 05, para os objetivos do capitulo 09 reagruparemos esses dos seguimentos que compunham os artífices.

[773] Ver tabela 10 Acusados segundo a cor e a profissão e as analises do capitulo 05.

O processo envolvendo *Bartolomeu dos Prazeres*,[774] 29 anos, preto, comerciário e *Maria do Carmo dos Santos*, 15 anos, branca, doméstica, é um exemplo disso. Bartolomeu conhecia Maria do Carmo há seis meses e começou a namorá-la, em que pese, segundo as testemunhas, as oposições da mãe desta, *Jordallina Amado dos Santos*, cujo "*namoro não era do gosto*". *Maria de Almeida Batista*, 38 anos, casada, branca, doméstica, insinua em seu depoimento que Bartolomeu conquistara Maria do Carmo por ser um rapaz "*endinheirado*" e que "*lhe dava muitos presentes*", reafirmando ao longo do depoimento a condição de "*serem muito pobres*" mãe e filha. Fica claro que, para a testemunha, a condição financeira seria a mais forte razão a favorecer o namoro de uma moça branca com um rapaz negro. Apesar de dizer-se comerciário, uma profissão que majoritariamente era exercida por brancos ou pardos claros, em Salvador[775], ao longo dos depoimentos vemos que este, na verdade, era proprietário de um próspero comércio na Feira de Água de Meninos que deveria garantir-lhe o suficiente para manter-se e dar os ditos presentes a Maria do Carmo. O interessante nesse processo é que a diferença de cor também dá margem à argumentação do advogado para desacreditar Maria do Carmo. Ao afirmar sua condição de "*claríssima*" levanta a suspeita de que esta só teria se interessado por Bartolomeu,"*escuríssimo*", porque já estaria deflorada e por isso mesmo incapaz de encontrar um melhor partido que ele. Ao que parece, os conflitos decorrentes do namoro, que envolveram brigas e agressões entre as mães de ambos, e Maria do Carmo ter contraído uma doença venérea da relação com Bartolomeu, acabou por desestimular o desejo de ambos em casar já que esta diz ao juiz não querer mais casar com Bartolomeu, sendo este condenado a 3 anos de reclusão. Ao que parece, a decisão do

[774] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 03, Caixa 45, Estante 199, Ano 1944.
[775] Ver capítulo 04- Onde Moram e como vivem.

Juiz, tão na contramão dos outros processos, teve na condição de negro de Bartolomeu e de branca de Maria do Carmo um incentivo a mais para a justiça.

A intrincada relação entre condição econômica, relação amorosa e cor vivida por Bartolomeu e Maria do Carmo também aparece descrita no também conflituoso relacionamento conjugal entre Zezé de Iansã e Manuel Silva (Amor) descrito por Landes, na sua etnografia sobre os Candomblés baianos da década de 30. Segundo a própria Landes, Zezé era uma mulher bonita, tipo cabocla, de "*uma cor de café ralo, miúdas feições caucasianas e cabelos castanho-escuros*", esta aparência "*fazia com que se observasse que 'condescendera' em viver com Amor, que, pobre coitado, era preto como couro de sapato. Na verdade, agira muito bem, o ordenado certo de Amor servia não somente a ela, mas também à mãe e às irmãs, quando necessário*"[776] Segundo se depreende pelas descrições da antropóloga, as chances de um negro casar com mulheres brancas ou mestiças claras era proporcional à necessidade dessas mulheres e suas famílias. Ao que parece, a "condescendência" de Zezé de Iansã fora da mesma ordem que a de Maria do Carmo, já que a fala de Landes possuía as mesmas considerações que as relatadas por Maria de Almeida Batista em seu depoimento à polícia acerca do namoro de Bartolomeu e Maria do Carmo, dando conta do profundo significado racial e econômico nessas relações e, em vez de confirmar nossa maior permeabilidade de interação racial, confirmam, na verdade, o arraigado preconceito racial baiano.

O tumultuado caso amoroso de *Perolina Advincula Barbosa*,[777] 14 anos, mestiça, doméstica com *Pedro Manoel do Espírito Santo*, 22 anos, pedreiro, ao que parece, pelo testemunho de *Manuel Pedro dos Santos*, 23anos, agueiro, possuía

[776]LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**... p. 14/15.
[777] APEB, Secção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 06, Estante 198, Ano 1926

também um recorte racial, que se depreende das afirmações imputadas a ele pela testemunha, afirmando que "*o denunciado andava se gabando que ia se casar com moça branc*a" nos quiosques da cidade. Seria Perolina uma mestiça clara, quase branca? A sua suposta "brancura" seria mais um motivo que fazia a oposição dos pais? Seria Pedro negro? Ao que tudo indica sim.

O desejo dos homens negros pelas mulheres brancas é ressaltado no nosso já conhecido folhetim *A Cigana*. Júlia, nossa cigana andarilha, quando conhece André, numa fria e chuvosa manhã ao redor de uma vendedora de mingau, faz uma predição que é descrita como "*uma conclusão das observações da mulher consigo mesma: pelo que lhe succedia quotidianamente, nas ruas, ella compreendia de há muito que os homens negros cubiçam com todas as* v...(?) *do seu insticto sexual, as mulheres brancas*". [778] Exageros do recurso literário à parte, tal afirmação vem clarificar melhor as bravatas de Pedro nos quiosques. Para um homem negro casar com uma mulher branca, ou que fosse socialmente considerada como branca, era um símbolo que agregava prestígio ao homem que o realizava e dizê-lo entre os iguais deveria ser um elemento de distinção. Não podemos esquecer que os quiosques eram locais frequentados geralmente por trabalhadores negros[779] e também nos revela outra face do recorte racial nos relacionamentos sexo-afetivos, a tendência à rejeição às mulheres negras para as relações formais.

Segundo Thales de Azevedo, os casamentos inter-raciais representaram um importante canal de "*acesso e de integração da gente de cor nas classes mais altas* (...)". [780] O prestígio advinha do fato das regras matrimoniais tenderem, após o casamento, a incorporar o homem à influência da família da mulher. Assim, negros e

[778] Diário de Noticias, A Cigana cap 06 - A Sorte Lida
[779] Ver discussão realizado no capitulo 3.
[780] AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor ...** p. 74-75.

mulatos, (e o autor, no seu texto, refere-se explicitamente ao gênero masculino) quando bem situados financeiramente, poderiam casar com brancas pobres, associando a posição financeira ao prestígio social de integrar uma família branca. Fica claro que as regras baianas de casamento não favoreciam as mulheres negras, relegadas ao papel de amantes ou amásias e, mais dificilmente, ao de esposas. Em **As Voltas da Estrada,** o ilustre escritor baiano Xavier Marques já dava conta dessa estratégia baiana estudada por Azevedo. Nazário, o mulato que no pós-abolição se fizera rico e chefe político da cidade de Amparo, ensinava aos filhos como escolher um cônjuge,

> "- *A gente não deve ir só atrás de dinheiro, mormente quando se tem pouco ou muito, de que viver. Qualquer pecúlio, sendo bem empregado, é como a cana em bom massapé: dá soca e ressoca. Para casar e casar bem, cada um se estime o mais que puder e, dinheiro a parte, apure qualidade...*" [781]

A qualidade que Nazário sentenciava era a alvura da pele, seguida à risca por todos os filhos que casaram com mulheres de famílias brancas, nobres e falidas, eles entraram com o dinheiro e o prestígio, elas com a cor da pele e a tradição familiar.

Os conflitos por diferença de cor foram vividos pelo casal de namorados *Elenilza Gesteira,*[782] 15 anos, costureira, parda e *João Olavo da Silva*, 26 anos, pintor, preto. Em sua queixa na delegacia, o pai de Elenilza, *Raimundo Olavo da Silva* diz "*que a ofendida a cerca de um ano vem gostando do indiciado, apezar das oposições que tem feito*", inclusive "*aplicando-lhe chineladas*" e retirando-a do seu emprego, que "*foram baldadas todas as medidas*" que depois de comunicar estar deflorada, esta fugiu para viver com o denunciado. A oposição do pai desta ao namoro seria de ordem racial, João era preto e Elenilza parda. A sua condição de parda parecia, aos olhos do pai, uma vantagem perdida com a união com João, um preto, além de escurecer os futuros netos,

[781] Marques, Xavier, **As Voltas da Estrada**... p 115.
[782] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 09, Caixa 48, Estante 199, Ano 1948.

o que o pai Elenilza não queria admitir. A saída de Elenilza foi a mesma de Porolina, fugir e se deixar deflorar pelo namorado, acabando assim as oposições. A perda da virgindade e as implicações morais delas advindas eram sempre mais fortes que as rejeições de ordem racial. Era melhor uma filha nestas condições, casada, ainda que fosse com um homem de tez escura, mas se era para estar unida com este homem, a contrapartida era o casamento formal, amasiar como muitos queriam deveria parecer um duplo malogro da sorte.

A tentativa de suicídio protagonizada pela professora do "*Gymnasio S. Salvador, Nathalia Gonçalves"*,[783] 22 anos, branca, foi motivada pelas mesmas oposições vividas por Elenilza, a oposição paterna a uma união com um homem de "cor". Nathalia, como descreve o articulista de A Tarde, era uma moça de "*boa família*", que havia se enamorado de *Florisvaldo Meneses*, descrito como "*não sendo 'branco puro'* " . Ao saber das pretensões da filha em unir-se a um "não-branco", seu pai proíbe o namoro e, desgostosa, esta tenta matar-se ingerindo cianureto de potássio. A notícia não dá conta se o transloucado gesto da professora demoveu as oposições paternas, mas nos indica como as mulheres foram mais propensas a ultrapassar as linhas de cor e, ao mesmo tempo, demonstra o quanto a quebra desses limites encontrava profundas oposições à sua realização. É interessante como a etiqueta racial baiana funcionou nesse caso, o articulista declina de nominar a cor do comerciário Florisvaldo. O constrangimento em nominar-lhe a cor demonstra que este, assim como a família da professora, possuíam algum status social.

As rejeições amorosas permeadas de conteúdos raciais ocasionavam conflitos, muitos dos quais terminaram em brigas e mortes, noticiadas de forma jocosa e

[783] IHGBa, Jornal A Tarde 24 julho 1936, p10.

dramática nos periódicos soteropolitanos. Em 1920, o jornal *Amanhã*[784] noticiou o conflito entre o preto Dudu e o moreno trigueiro Manezinho por conta de uma cabocla descrita como simpática, de cabelos lisos. Maria da Anunciação, a cabocla, participava de uma festa na Quinta das Beatas, quando é "requisitada a dançar" pelos dois rapazes. Segundo o articulista, esta se agrada mais do moreno trigueiro, dispensando os galanteios do preto Dudu. Este se aproveitou de uma ocasião em que Maria e Manezinho estão sós para agredir a ambos, munido de um facão. Ao que parece, Dudú sentira-se preterido por Maria da Anunciação pelo fato de ser "preto", motivando assim sua violência contra o casal.

O triângulo amoroso formado deixa transparecer que as tensões de ordem racial que existiam nas disputas amorosas não se restringiam à oposição branco/negro, mas permeavam todas os matizes de cor, como o caso deixa transparecer, já que todos eram, em última instância, negros-mestiços: Maria, uma cabocla; Manezinho, moreno e Dudu, negro. A diferença de tonalidade da pele e a qualidade do cabelo (ser liso) são insinuadas no artigo como motes da preferência de Maria da Anunciação por Manezinho, mas também é a causa da disputa entre os contendores. Estaria Dudu já exasperado com os nãos? Queria namorar uma mulher que era considerada, pela visão masculina corrente, como bela? Seria a beleza de Maria Anunciação resultado de seus cabelos lisos e de sua pele mais clara? De suas "cadeiras roliças..."? Como descreve o articulista, "*a rainha da festa*"! O interesse de André, o focádista, pela cigana Júlia também é imputado aos seus símbolos de branquidão, a tez morena, os cabelos lisos, os traços finos de exótica beleza. Manuel Silva (Amor) também caíra pelo encanto, muito próximo do caucasóide, de Zezé de Iansã, fonte constante de brigas entre o casal pelo virulento ciúme de Amor pela sua morena Zezé.

[784] FBN, Setor de Periódicos, Jornal A Manhã, 1920.

As tensões de ordem racial dentro do relacionamento amoroso podiam recrudescer os ânimos e levar a conflitos marcados pela violência extrema. Como no drama amoroso protagonizado por *Maria Adelina*, doméstica, parda, de abundantes cabelos negros, lisos, e *João Simões*, descrito pelo artigo na *Gazeta de Notícias* de fevereiro de 1913, como um "*rapaz mais escuro que ella*".[785] Maria Adelina, que era noiva de João Simões, mas teria desmanchado o noivado por conta de *Pedro*, pedreiro de profissão, descrito como mulato e mais claro que João. A recusa em reatar o noivado e o novo namorado de Maria Adelina teriam sido os motivos que levaram João Simões a assassiná-la com 4 golpes certeiros de uma faca de cozinha previamente preparada para o intento.

Foi também por ciúme marcado por forte conteúdo racial que levou à morte *Durvalina Ribeiro,*[786] branca, 32 anos, lavadeira e engomadeira, amasiada com J*osé Ferreira de Jesus*, 28 anos, sapateiro que lhe desferiu várias facadas. Durvalina fora morar com José depois de separar-se do primeiro companheiro, mas as brigas constantes com o segundo amásio marcaram o relacionamento com várias separações e voltas. José, enciumado da amásia branca, não queria deixá-la sair para trabalhar como lavadeira e engomadeira. Como não conseguia manter a casa sozinho com seu ofício de sapateiro, Durvalina carecia de trabalhar. João se encontrava em uma situação limite, não conseguia fazer as vezes de provedor, o que colocava a família em grande penúria, e inseguro não queria que a amásia saísse de casa para trabalhar. Abandonado por Durvalina estar farta dos ciúmes e da penúria, este decide matá-la antes que ela encontrasse outro homem. O sentimento de posse, comum à construção da masculinidade e associado às tensões de ordem racial, ressaltada no jornal pela forma

[785] FBN, Setor de Periódicos, Gazeta de Notícias, 1913.
[786] APEB, Seção Judiciária, Serie Homicídio, Documento 04, Caixa 12, Estante 195, Ano 1929
BPEB, Setor de Periódicos Raros, Jornal Diário da Bahia, 04 de dezembro de 1929, p 01.
IHGBa, Jornal A Tarde, 03 de dezembro de 1929, p01.

como o articulista faz questão em descrever a cor dos envolvidos, em ambos os casos, de Durvalina e de Maria Adelina, geravam reações violentas por parte de namorados, pretendentes e amásios, acabando com as ilusões amorosas de todos os envolvidos.

As pequenas tragédias pessoais também refletiam as tensões e os conflitos numa sociedade fortemente marcada pelo preconceito de cor. Os ideais de beleza ligados à estética branca, cabelos lisos, pele clara e traços finos criavam um padrão que, ao mesmo tempo em que excluía, projetava os desejos daqueles que tinham por objetivo alcançá-lo, mesmo que pela conquista do outro que encarnasse o padrão desejado. A relação entre beleza e traços brancos pode ser depreendida pelos variados tipos de produtos de beleza que prometiam uma pele clara tanto como cabelos lisos. As propagandas dos mais variados tipos de produtos não somente relacionavam a beleza aos fenótipos caucasóides como um todo, mas com a popularização do cinema, vemos nascer nos anos 30 um novo padrão, a beleza *blond* da loura deslumbrante. Na propaganda do Tônico Oriental veiculada pelo Almanaque Ilustrado de Bristol, esse novo padrão de beleza já aparece como mote à venda de produtos, no caso específico do Tônico Capilar, prometendo cabelos deslumbrantes para uma mulher que se os tiver, terá também o mundo e, é claro, os homens aos seus pés.

Figura 23

BPEB – Setor Periódicos Raros, Almanaque Bristol 1934

A relação entre as duas mulheres retratadas na propaganda revela um conteúdo explícito de subalternidade, a negra serviçal ajoelhada aos pés da "*Rainha Louca*", embevecida bela beleza branca, loura que resplandece da estrela cinematográfica que se

reflete por vários espelhos. É interessante que o cabelo negro não está associado ao Tônico, escondido por grande turbante, como aliás recomendava Afranio Peixoto em sua crônica de costumes sobre a Bahia, ao sentenciar que "*o feio da raça ou da sub-raça é o cabelo e não a cor*" as baianas os suprimiam em coloridos turbantes. [787] A associação do cabelo carapinha com a feiúra e a malandragem é descrita pela também cronista Hildegardes Vianna:

> "*O cabelo duro, para homem de cor, não pesava tanto, a ponto de se transformar em problema, Bastava cortar o cabelo bem ao casco. Só mandinguerotes, ladrões, desordeiros, malandréus ou nome que tivessem uma basta gaforinha, sem complexo de espécie alguma* (...) *As meninas também sofriam. As negrinhas e mulatinhas que tinham quem lhes chorasse, ficavam com o cabelo do tamanho que deus He dera, machos ou fêmeos, acomodados em trabalhosas trancinhas* (...) *O certo é que antes de surgir os alisamentos a ferro ou a frio, a cabelo duro constituía uma verdadeira cruz*"[788]

A rejeição ao cabelo "duro" era tamanha ao ponto de ser considerado "*uma cruz*" para aqueles que o possuíam, diminuída com o surgimento dos alisamentos que os aproximavam o mais que possível à estética branca. Na intricada relação que operava os prós e os contras de uma união, ao que parece, o cabelo, principalmente para a descendência, era um ponto a ser considerado, pelo menos é o que se depreende do relato de Leonor Santos dos Prazeres ao afirmar que rechaçara a proposta de namoro de um militar. Mesmo tendo um bom emprego, Leonor ponderara que se casasse com um homem de cabelo tão carapinha, os filhos herdariam o cabelo duro, possibilidade para ela difícil de aceitar. O feio da raça, coisa de ladrão e mandingueiro, o cabelo sofria forte rejeição. Em quadrinha recitada nas ruas de Salvador, quando o cabelo a *la garçonne* ou melindrosa, como o leva a loura do Tônico capilar, vira moda, buscando tripudiar das mulheres de cabelo duro, dizia sua quadra: "*Corta branco, corta mulato/*

[787] Peixoto, Afranio, **Breviário da Bahia...**p 328.
[788] VIANNA, Hildegardes, **A Bahia já Foi Assim**... p 136/137.

Negro não pode cortar/ É sinal que Pai João / Na moda não pode andar".[789] Com esta massificação do significado de beleza feminina aos cabelos lisos, associando códigos depreciativos ao padrão estético do cabelo negro, aprofundavam preconceitos e, ainda que os homens pudessem sofrer parcialmente dessa rejeição, era sobre as mulheres que este ganhava maior força.

Fora de conteúdo racial, revelada pelas testemunhas, tanto de acusação como de defesa, a razão que levou muitos acusados a rejeitar casar com suas namoradas defloradas. *Almerinda Cardoso e Silva*,[790] 18 anos, mestiça/parda, trabalhava numa Agência de Mutua e namorava há 8 meses com *Mário Alves de Santana*, 23 anos, funcionário público, quando ocorre o defloramento, e esta acaba grávida. Almerinda era órfã e morava com o tio, chauffer, casado, que não queria o namoro da sobrinha com Mário. Todos eram moradores do mesmo bairro, na fazenda Garcia. No decorrer do processo, frente à recusa de Mário em casar com Almerinda, as testemunhas de defesa colhidas por Mário deixam entrever que a rejeição de Mário casar tinha fortes conteúdos estéticos e raciais, em que pesem que estas tentem construir uma imagem de moça namoradeira e leviana sobre Almerinda, a descrição desta como "*parda, gorda e baixa*" indica que a rejeição em casar com Almerinda era de ordem racial. No sumário, a testemunha de acusação *Benigno Manuel do Bonfim*, 21 anos, casado, funcionário federal, acresce a seu depoimento o fato de Mário andar dizendo "*abertamente que não casaria pois a ofendida é moça escura e inferior*", tal depoimento é confirmado por outra testemunha,*Vitorino Leocádio de Lima Filito*, 29 anos, eletricista, dizendo em juízo que "*o denunciado disse que não se casaria com a ofendida porque ela era inferior a ele e preta*" assim sobre Almerinda pesava mais de um signo socialmente desqualificante a pobreza e a negritude. Meses haviam se passado quando do primeiro

[789] Idem Ibidem, p142.
[790] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 09, Caixa 07, Estante 198, Ano 1927.

depoimento das testemunhas, os conflitos, já que todos moravam no mesmo bairro, havia eclodido fazendo com que as razões de ordem racial ficassem mais explícitas no processo.

Os processos nos dão conta quanto permeável era a população negro-mestiça aos signos depreciativos sobre a cor. *Odelina Pereira Brito*,[791] 16 anos, parda, doméstica, namorava há 5 meses escondido da mãe com *José de Oliveira*, 19 anos, Taifeiro da Armada Naval, igualmente pardo. Num desses encontros clandestinos, à escada do prédio em que ela morava, acaba deflorada por José, segundo diz, sob promessa de casamento. José pede para guardar segredo até poder realizar o casamento, mas como não cumpre a promessa, ela acaba confessando à mãe o ocorrido. A mãe de Odalina recorre ao advogado Dr. Tancredo que manda chamar José para uma conversa a portas fechadas com ele, a mãe de Odelina e o casal de namorados. Nessa conversa, José pede 14 dias para realizar o casamento, mas volta atrás dizendo apenas "*alugava casa, comprava mobília e o mais que fosse necessário, mas não casava*". O interessante é que José não queria abrir mão de Odelina, fazendo pressão para que esta fosse morar com ele, inclusive ameaçando a mãe desta por sua oposição, atesta seu interesse pela jovem, dizendo a todos ter "*grande amizade*" pela mesma o que indica os fortes sentimentos românticos para com esta. Mas por que José não queria casar? Este possuía um emprego que lhe garantia um salário capaz de lhe permitir fazer frente às despesas do aluguel da casa, compra de móveis e mais despesas, atestando sua capacidade de provedor. Se o dinheiro parecia não ser o problema, o que impedia José de casar com Odelina? Ao que tudo indica, sua condição de parda. Teria José Oliveira a esperança de futuramente encontrar uma noiva mais "apropriada" que Odalina?

[791] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramentos, Documento 02, Caixa 07, Estante 199, Ano 1946.

A forte rejeição às mulheres negras aparece no depoimento de *Raimundo Virgílio de Jesus,* 26 anos, artista, testemunha no processo movido por *Lucilla Andrade,*[792]14 anos, preta, doméstica, contra *Augusto José dos Santos*, 27 anos, jardineiro. Em seu depoimento, diz que conhece Lucila desde pequena, moça pobre e trabalhadeira, que "*após a deflorar, o indiciado não quis cumprir suas promessas de casamento, devido à diferença de cor, embora haja reconhecido a referida autoria*". Foi também no depoimento de *Antônio Ferreira Santa Mônica,*[793] roceiro, de cor mestiça, testemunha no processo aberto contra Cassiano Ramos, 33 anos, arador, também de cor mestiça, que vemos o desenrolar da rejeição racial. Cassiano conhecera *Maria Adelaide da Conceição*, 17 anos, parda, doméstica, quando esta vem para Salvador acompanhando a família de Douglas José White que viera passar uma temporada na chácara do seu pai. Logo começaram a namorar e, quando o caso é descoberto pelos patrões de Maria, frente às oposições destes, Cassiano resolve fugir com Maria para sua casa, deflorando-a. Preso por rapto, estabelecido o processo, vemos que Cassiano e Antônio eram trabalhadores da mesma chácara e disputavam a atenção de Maria que escolhe Cassiano. No conflito entre os dois, por conta do depoimento de Antônio, Cassiano diz que este havia dito dias atrás "*que Maria não passava de uma negrinha, e que a testemunha ia novamente namorar com ela, para meter ferro ao acusado*". A intenção de Cassiano ao recordar a fala de Antônio tinha por objetivo opor-se ao depoimento prestado por ele quando este afirmara ser Maria Adelaide "*uma moça sossegada*", buscando demonstrar que não era o deflorador de Maria. No conflito estabelecido entre eles, Maria Adelaide acaba qualificada para ambos como "*negrinha*" e "de mulher fácil". Por razões diversas e em momentos diversos, ambos os homens, igualmente de cor, tentam impingir a Maria Adelaide um posição social inferior, que

[792] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramentos, Documento 05, Caixa 21, Estante 198, Ano 1929.
[793]APEB, Seção Judiciária, Série Defloramentos, Documento 01, Caixa 46, Estante 199, Ano 1947.

não mereceria crédito por ser uma mulher negra, reeditando visão secularmente idealizada da exuberante sexualidade das mulheres negras que não mereciam crédito ou respeito, demonstrando como as clivagens de gênero e raça poderiam ser devastadoramente usadas contra as mulheres a ponto de que mesmo as paixões, ou seja, as professadas "*grandes amizades*" devotadas pelos namorados as namoradas, como no caso de Odelina e José ou de Lucillene e Augusto, se desvaneciam quando o casamento era colocado como condição.

O depoimento de *Alice Ramos da Silva*,[794]19 anos, preta, doméstica, é bem ilustrativo dessa desvantagem que recaia sobre as mulheres de pele escura. Diz Alice:

> "*que está deflorada e que tal fato se verificou em uma roça em são Caetano a 28 de julho de 1940 por volta das 10:hs da noite, que o acusado prometeu casar com a respondente, pedindo-lhe para que nada dissesse (sic) pois as coisas não andavam boas para ele e que decorridos 06 meses após o defloramento se casaria; que se a respondente alarmasse o fato não se casaria e tinha muitas coisas para dizer da respondente; que a respondente é preta para casar-se com ele Otavio; que antes do defloramento este dissera que estava pronto para se casar e um mês após o defloramento o mesmo dissera não ter coisa alguma para casamento e que vai ajuntar (sic) dinheiro para viajar para Alagoinhas, onde deverá casar-se com uma branca que lhe pertence; que várias pessoas sabem de seu namoro com o acusado; que este ainda pediu-lhe para dizer na polícia que não queria casar e que só assim alugava uma casa para morar com a respondente*"

Manuel Otávio dos Santos, 21 anos, barbeiro, não queria casar com Alice por esta ser preta, predispondo-se somente a amasiar. Este resguardara o casamento para uma relação que lhe parecia mais afortunada com uma moça branca do interior. As desvantagens das negras no mercado matrimonial eram bem conhecidas por Otávio que inclusive usa isto como argumento para pressionar Alice a manter-se calada e, ao mesmo tempo, valorizar-se frente a ela. Pelo depoimento das testemunhas, vemos que

[794] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramentos, Documento 02, Caixa 39, Estante 198, Ano 1940.

as coisas que Manuel ameaçava dizer sobre Alice era o fato dela ter tido outro namorado antes dele, e sabia-se que uma moça que tivera mais de um namorado deixava de ser inocente frente à justiça, dificilmente convencendo sobre quem havia sido seu deflorador.

O processo de Alice confirma que a rejeição às mulheres negras para o casamento havia permeado profundamente os grupos populares negros-mestiços. Ainda que a cor de Manuel não tenha sido indicada no processo, este certamente não era branco. O local onde os namorados residiam, o bairro de São Caetano, até hoje distinguido pela majoritária presença de negros e mestiços que ali residem há gerações. As testemunhas, vizinhos e frequentadores da barbearia que Manuel Octávio trabalhara confirmam que ambos eram moradores de São Caetano desde tenra infância, permitindo-nos intuir que se tratava de um mestiço. Ao afirmar que Alice era "*preta para casar-se com ele*" significava dizer que ela era mais escura. Seria então este um mestiço claro, um moreno de cabelos lisos? O certo é que Manuel Octávio era um bom partido, sua condição de barbeiro, alfabetizado, bem situado no emprego e na comunidade tornava-o atraente no mercado matrimonial, ele era um bom trabalhador, de boas condições financeiras como indicou *Anisío Dias,* 32 anos, casado, fogueteiro e ex-patrão de Alice, ao afirmar que este dava a Alice a soma de 30 mil réis para as suas despesas. As vantagens de Manuel Octávio se contrapunham às desvantagens de Alice, analfabeta, doméstica e preta. Mais uma vez, as intercessões de gênero, raça e condição econômica agiam para que Alice fosse preterida como esposa.

As interferências dos códigos raciais surgem de múltiplas formas nos processos como forma de rejeitar uma namorada. Se tomarmos mais uma vez o processo de Adalardo e Amélia, vemos que seus depoimentos estão eivados desses múltiplos significados de ordem racial e social presentes em Salvador. Adalardo, ao descrever seu

namoro com Amélia, buscou construir uma imagem, para a namorada, de moça desonesta, atribuindo a Amélia valores negativos de classe e raça, afirmando este que teria "*tido com ela diversas relações carnais na própria casa da família da menor, (...) com ciência, e consentimento da própria família*". Ele afirma tê-la conhecido na rua em "*companhia de uma criada de nome Maria de tal*"[795] A mesma, mas que se chama na verdade Maria Francisca, a quem Amélia afirma ser amiga da família e quem a acompanhava nos passeios com Adalardo. É obvio que o significado que cada um confere a Maria Francisca é diverso. Amélia, ao afirmar estar sempre acompanhada de uma amiga da família, busca demonstrar que como moça direita jamais saiu com Adalardo sozinha, como rezam as regras de namoro. Já Adalardo busca desqualificar Francisca, usando sua atividade de trabalho, ser uma criada, e destituindo-a de nome, ela é uma Maria de tal, sem referências, e por isso mesmo incapaz de servir de companhia a uma moça honesta. Adalardo também faz menção a um "*crioulo Paulo*", que também os acompanhava nos passeios e era amigo da família e dos irmãos de Amélia.

O crioulo Paulo, na verdade, chamava-se *Paulo Pedreira*, ganhador, 26 anos, analfabeto e provavelmente negro, como eram a maioria dos ganhadores. Este afirmara ser amigo da família, desde que esta passou a residir na Carlos Gomes, distrito de São Pedro, há 5 anos. Segundo o seu depoimento, ele acompanhava Amélia sob consentimento da mãe desta que "*depositava nele testemunha toda confiança*" para tal. As relações de Paulo Pedreira com a família de Amélia são ilustrativas da rede de relações familiares entre as camadas populares. Estas se ampliavam para além dos parentes consanguíneos, estendendo-se a compadres e vizinhos que muitas vezes moravam juntos ou próximos um dos outros e se ajudavam mutuamente. *Francisca da Rocha Passos*, que também costumava acompanhar Amélia, havia residido com sua

[795] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramentos, Documento 09, Caixa 01, Estante 198, Ano 1901.

família por três meses, antes de conseguir outro emprego e passar a morar com a família para a qual trabalhava. A longa convivência de Pedro e Francisca com a família de Amélia, compartilhando a dura batalha pela sobrevivência, com toda certeza fazia de ambos, aos olhos da família de Amélia, pessoas em quem se podia confiar. Mas a condição de ambos, um ganhador negro e uma criada, provavelmente negra também, foi usada por Adalardo para construir a imagem de mulher "negativa" para Amélia.

Era Francisca quem acompanhava Amélia quando esta conheceu Adalardo em uma festa de carnaval. Na minha dissertação de mestrado, demonstrei como essa dinâmica particular integrava-se às demandas de trabalho das mulheres pobres que, muitas vezes, por necessidade das próprias funções, deixavam seus filhos com parentes – avós, tios, padrinhos ou amigos próximos que ficavam responsáveis por cuidar deles. Quando se desempregavam, contavam também com as solidariedades de amigos para arranjar-se enquanto não aparecia outro emprego. Assim, o que para Amélia significava proteção de "parentes" podia ser rapidamente desqualificado pelo uso de termos depreciadores, como o fez Adalardo, e nos remetem aos preconceitos vigentes no período.

O desfecho do processo é, no mínimo, inusitado, pois o Promotor indefere o pedido de *Susana Barbosa de Seixas*, mãe de Amélia, alegando que "*sem entrar a apreciação das provas dos autos, pensa que a peticiária a fl2, que confessa ser casada, apesar de abandonada por seu marido, que diz se achar em lugar ignorado, não é pessoa competente, diante da nossa legislação processual para suprir o pai da menor* (...), *sendo este o único que poderia solicitar a abertura de processo, assim solicita o arquivamento do mesmo*". O parecer do promotor público reflete a visão vigente das elites soteropolitanas para com as mulheres e para com os segmentos populares. A mãe de Amélia não tinha crédito com a justiça, era uma mulher separada numa sociedade

em que o casamento era tido como indissolúvel, trabalhava fora, quando o comportamento previsto para as mulheres era cuidar da casa, dos filhos e do marido, mantinha contato com homens solteiros como o vizinho *Paulo Pedreira*, e ainda deixava a filha sair para bailes e festas populares acompanhada de pessoas que não possuíam, aos olhos destes, a "*respeitabilidade social*": um era ganhador negro e a outra, uma criada. É provável que raciocínio similar tenha amenizado os possíveis temores de Abelardo frente à sua decisão em tornar Amélia sua amante.

As intercessões de classe, raça e gênero acabaram construindo uma imagem negativa de *Susana B. de Seixas*, de sua filha *Amélia Constança de Seixas*, assim como de seus amigos e parentes, que acabaram por inviabilizar toda estratégia ascensional da família, pela via de um bom casamento. Não podemos desconsiderar que Adalardo, aos olhos de Amélia e sua família, seria um bom partido. Ser empregado do comércio, em uma cidade em que este constituía um dos grandes empregadores, tornava-o um homem com um emprego seguro, capaz de sustentar sua futura família, além do fato de que, sendo ambos pardos, contribuiria certamente para geração de filhos, segundo o padrão racial preferencial, ou seja, brancos ou quase brancos.[796]

Ao analisar o resultado dos processos segundo a cor das vítimas, vemos que as brancas contaram com um maior número de condenações (2,1%) e de casamentos (2,9%) que as pretas (respectivamente 1,6 % e 2,3%). Ainda se analisarmos o global da tabela, vemos que o número de condenações (13,1%) e casamentos (11,0%) foi muito inferior ao total de absolvidos (17,2%), arquivados/prescritos (15,4%), indicando que o recorte de gênero favorecera os acusados, demonstrando o quanto era difícil para uma

[796] Ao pesquisar as relações raciais em Salvador na década de trinta, Pierson afirmou haver um "prestigio ordináriariamente atribuído ao filho 'mais branco'. As mães de cor, que, na época de nossa pesquisa tinham filhos 'mais brancos'que elas, consideravam-se como especialmente favorecidas e eram da mesma forma consideradas pelos que a rodeavam". A preferência de filhos mais claros também é apontada por Azevedo, Thales de. *As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um Estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupos de Prestígios*. Salvador: EDUFBA; e. Degler, Carl N, Nem Preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA, Rio de Janeiro: Labor, 1976.

jovem convencer juízes e júri acerca da sua versão dos fatos. As mulheres eram sempre suspeitas de estar tentando conseguir, na marra, sob falso pretexto, um homem para casar. A frágil posição social feminina ao associar-se com a condição econômica e racial tornava muito difícil a sua vitória nos tribunais. É bem verdade que esta relação não constituía um condicionante estritamente regional. Em suas análises sobre o defloramento na cidade do Rio de Janeiro, as historiadoras Martha Abreu e Sueann Caulfiel apontam, em seus livros, características semelhantes às verificadas na Bahia, ambas demonstrando que as mulheres negras lograram os menores índices de sucesso nos processos movidos contra seus namorados, de que as brancas e pardas.[797]

Tabela: Cor das Vitimas/Sentença dos Processos

Cor	Branca		Mestiça		Parda		Preta		Não Consta		Total	
Sentença	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Absolvido	14	3,7	10	2,6	23	6,0	15	3,9	4	1,0	66	17,2
Amasiou					1	0,3	1	0,3			2	0,5
Arq./Presc.	13	3,4	6	1,6	23	6,0	10	2,6	7	1,8	59	15,4
Casou	11	2,9	5	1,3	16	4,2	9	2,3	1	0,3	42	11,0
Fuga	5	1,3	4	1,0	13	3,4	6	1,6			28	7,3
Incompleto	27	7,0	19	5,0	54	14,1	28	7,3	6	1,6	134	35,0
Cond./Prisão	8	2,1	13	3,4	22	5,7	6	1,6	1	0,3	50	13,1
Total	78	20,4	57	14,9	153	39,9	76	19,8	19	5,0	383	100,0

Fonte: APEBA - Série Defloramento
Obs. Às 53 vítimas mestiças foram acrescidas as 4 morenas perfazendo, na tabelo, o total de 57 mestiças.

Em 1925, o advogado de *Mário Vascobcellos Rocha*, 20 anos, empregado do comércio, acusava a mãe de *Maria Esther de Miranda*, 14 anos, parda, operária, *Maria Guilhermina de Miranda*, de estar tentando achar um marido para a filha. A defesa de Avelino Ferreira baseava-se inteiramente nessa assertiva, buscando demonstrar que um jovem como Mário, de "*conduta exemplar*", com "*seu amor ao trabalho*" e sua "*boa educação*", jamais faria promessas a uma operária que vivia "*solta à vontade, indo e*

[797] ESTEVES. Marta Abreu, **Meninas Perdidas...** ; CAULFIELD, Sueann, **Em defesa da Honra...**

vindo para a fábrica sem companhia de respeito". Dez anos mais tarde, em 1935, o também advogado *Gilberto Valente* usava o mesmo argumento para defender *Rubens Seara Martins*,[798] 24 anos, empregado na Cia. Amglo-Mexican, acusando a mãe de *Jovelina Velloso*, 18 anos, estudante, parda, *Maria Galdina Velloso*, de estar tentando impingir a filha a um homem honesto e bem situado no emprego, defendendo a tese da existência em Salvador de um "*systema de arranjar casamento em época tão cheia de crise*". Certamente que a condição econômica de ambos os namorados era um atrativo poderoso já que os convertiam em bons partidos, e era justamente essa condição que tornava suas promessas de casamento um elemento poderoso de convencimento das jovens a se deixar deflorar. Um casamento com um homem bem situado financeiramente mudaria a dura vida de ambas, mas era exatamente isso que deixava sua denúncia de suspeita e acabou por inocentar os acusados, numa sociedade que acreditava haver um único futuro para as mulheres, o casamento.

Sendo *Jovelina Velloso* e *Maria Esther de Miranda* membros de famílias bem situadas economicamente, o argumento de querer arranjar marido a marra teria certamente menor força, mesmo assim elas teriam que lidar com a sua condição racial, como ocorrera com *Zuleica Angelica da Conceição*,[799]17 anos, doméstica, preta, namorada de *Raimundo dos Anjos* 27 anos, funcionário público. Na defesa de Raimundo, seu advogado, *José Bonfim de Mattos Filho*, argumentava o interesse da mãe de Zuleica, Janúaria Maria da Conceição, "*interessada no casamento da filha, com pessoa mais ou menos equilibrada social e financeiramente, como funcionário público de qualidade racial ou pigmentar superior a della*".

Em que pesem esses argumentos surgirem de forma explícita na fala dos advogados que tinha por objetivo a defesa dos acusados, tais argumentos eram

[798] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 28, Estante 198, Ano 1935.
[799] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 04, Caixa 39, Estante 198, Ano 1940.

cunhados a partir de preceitos constantes nas relações sociais soteropolitanas, fortemente hierarquizadas com base na raça e na condição econômica. Ciente desse proceder nitidamente baiano, alertava constantemente *Júlia Maria da Conceição*,[800] 43 anos, doméstica, à filha de sua vizinha, *Rosália Alves da Bôa Morte*, 18 anos, parda, doméstica, que acabasse o namoro com *Climério Cabral*, 18 anos, auxiliar do comércio, pois se acontecesse "*uma tragédia, o acusado não iria se casar devido à diferença de cor entre as famílias*" de ambos. As falas que surgem nos processos de defloramento, em grande medida, convergem na contra-mão das análises realizadas por Donald Pierson para Salvador, quando afirma que os baianos, para os casamentos, cruzaram mais facilmente as linhas de raça do que as de classe[801]. Nossas pesquisas apontam para uma indissociável relação entre essas clivagens, agindo mutuamente no processo de seleção de cônjuges de ambos os sexos e apontando para um comportamento nitidamente endogâmico nas escolhas de parceiros para o casamento.

As alianças matrimoniais em Salvador eram canais seguros para a ascensão social, mas tornou as relações amorosas palco de disputas num conjunto de relações em que se aprofundavam os preceitos de ordem racial, social e de gênero, que tendeu a favorecer os homens e não as mulheres nas relações matrinomiais. Para as negras, as regras matrimoniais eram ainda mais restritivas, uma vez que elas carregavam duas marcas de distinção negativa: a negritude e a pobreza que, em conjunto, traduziam-se em desprestígio social, tornando-as pouco atraentes para o "mercado nupcial formal". Infelizmente, as características intrínsecas aos processos de defloramentos que, em sua maioria, eram abertos por famílias pobres, não nos permitiu verificar se as pretas de famílias melhor situadas financeiramente lograriam melhor êxito do que as pobres, o único caso que contamos foi o de *Bellanísia de Amorim Telles*, cujo processo está

[800] APEB, Seção Judiciária, Série Defloramento, Documento 07, Caixa 17, Estante 198, Ano 1930.
[801] PIERSON, Donald, **Brancos e Pretos**... p 202/203

incompleto. Ao considerarmos as análises produzidas pelos demógrafos e os resultados do recenseamento para a década de 80, a exemplo do trabalho da Elza Berquó, que aponta o alto índice de celibato para as mulheres negras, indicando a permanência de um comportamento nupcial seletivo. Segunda a autora, as pretas "*mesmo contando com um excedente de homens pretos, acabam por ter menores chances de encontrar parceiros para casar. O excedente de mulheres na subpopulação branca deve levá-las a competirem, com sucesso, com as pardas e pretas, no mercado matrimonial"*. [802] Tais resultados confirmam para Salvador a persistência dessa seletividade já evidenciada nos processos de defloramento por nós pesquisados. Como denunciam as pragmáticas palavras de Manuel Octávio dos Santos, barbeiro, ao afirmar para Alice Ramos da Silva, preta, doméstica, "*não ter coisa alguma de casamento*" para ela, e que estava juntando dinheiro era para "*viajar para Alagonhias onde deverá casar-se com uma branca que lhe pertence*" .

[802] BERQUÓ, Elza, Nupcialidade da População no Brasil, p. 17, mimio

Conclusão

O processo de modernização das desigualdades de gênero[803] que se desenrola na sociedade soteropolitana se processa imbuído nos discursos sobre o papel que homens e mulheres deveriam desempenhar na sociedade republicana. Apesar da mentalidade conservadora, herdada dos tempos coloniais e imperiais, tentar resistir ao lento, mas persistente processo de modernização, aos poucos, novos comportamentos possibilitaram novas formas de sociabilidade entre mulheres e homens no espaço urbano. As estratégias tradicionais de namoro e de escolhas conjugais que passavam pelos interesses dos pais seriam questionadas frente às novas formas baseadas no consentimento individual, com escolhas condicionadas pela atração física, simpatia e correspondência afetiva.[804]

Entre os segmentos populares, este romantismo teria expressões próprias ao falar de Amor. Nas narrativas que se desenrolavam nos processos de defloramento, o "ter amizade" ou "ter muita amizade" traziam cifrados, em seu significado, o romantismo que lhes eram próprios. As novas formas de sociabilidade no namoro facilitavam o contato mais intimo entre os enamorados, trazendo sempre presente as possibilidades de que a paixão apressasse as coisas, e o sexo, que deveria estar restrito às funções matrimoniais ocorresse sem que o laço definitivo fosse celebrado, marcando o descompasso entre a nova dinâmica das relações de namoro e as pressões de ordem social, moral e familiar na repressão do desejo sexual. Mas, em que pese o latejar do desejo, nas páginas dos processos de defloramento, surgiam motivações de ordem

[803] Estou usando aqui o conceito como o foi discutido pela Susan K. Besse no Livro *Modernizando a Desigualdade. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940*.São Paulo: Ed. USP,1999. Para a autora esta modernização da desigualdade de gênero deveu-se aos desenvolvimento da economia urbano industrial que propiciou novas oportunidades profissionais para as mulheres e gerou conflitos que ameaçavam o modelo familiar burguês.

[804] Azevedo, Thales de, *Namoro a Antiga. Tradição e Mudança*, Salvador, 1975,p.10

prática, fazendo com que as jovens, por orfandade e por ansiarem uma vida melhor que o apoio do cônjuge iria lhes proporcionar, bem como o desejo de apressar o casamento, concordassem em ser defloradas pelos namorados. A análise da documentação demonstrou que, mesmo que as demandas pessoais, baseadas na afetividade e no amor, passassem a ser um elemento importante na eleição de um namorado, marido ou amásio, a escolha de um cônjuge que pudesse arcar com o sustento da família ou, pelo menos, ajudar financeiramente, poderia facilitar, e muito, o processo de ascensão dos filhos pelas garantias de escolarização ou de um aperfeiçoamento profissional fundamental à ascensão destes.

As motivações masculinas surgem de um pragmatismo de ordens diversas às das mulheres. Fazer sexo com a namorada era sempre uma vantagem segura de não contrair doenças venéreas com "mulheres públicas" e fonte de prestígio entre os iguais, já que os valores em torno da virilidade masculina contavam positivamente a seu favor. Um conquistador ganhava sempre prestigio entre os seus amigos. Inegavelmente, as investidas masculinas sobre as namoradas faziam parte das práticas de namoro, cabendo às mulheres, sobre as quais recairia o desprestígio social caso se deixassem deflorar, resistir a estas. As assimetrias de gênero que respaldaram as ambiguidades advindas das conflitantes noções de honra e honestidade acabaram gerando a certeza da impunidade numa sociedade marcadamente machista. Por sua vez, as construções em torno do casamento faziam com que este fosse considerado a maior conquista social que uma mulher poderia almejar, fazendo com que elas fossem sempre suspeitas de serem caçadoras de marido, dificultando a punição aos defloradores.

Apesar do amor e da correspondência afetiva marcarem os enlaces amorosos entre a população pobre e negro-mestiça, estes estavam alijados do aporte cultural e social da sociedade soteropolitana, marcada pela manutenção das hierarquias sociais

que reafirmavam a superioridade racial e social dos brancos em relação aos negros, como também marcariam as relações de namoro e as estratégias de escolhas conjugais. Na conjugação das clivagens de gênero e raça, as mulheres negras, ou mais escuras, foram sistematicamente preteridas neste processo de seleção. Boas para a vivência dos namoros e dos amasiamentos, as regras de casamento que previam a absorção do marido pela família da moça, o desprestígio da cor, a dissociação dos traços de negritude com a beleza e a pobreza agiam de forma a tornar as negras pouco atraentes para um enlace tão definitivo como o casamento, dissolvido, apenas, pela morte de um dos cônjuges.

Mesmo que as aspirações românticas tenham passado a ser importantes para nortear a escolha de um namorado, futuro marido, ou mesmo, um amásio, havia uma clara preferência por parceiros relativamente bem situados economicamente, haja vista a recorrência de namorados que tivessem profissões relativamente seguras e de certo prestígio, como as de comerciários, chofeurs, guardas-civis e funcionários públicos. O casamento, enquanto um meio de ascensão social, continuava valendo tanto para as defloradas como para os seus parceiros.

Entre idílios românticos, dramas e felicidades amorosas, homens e mulheres pobres iam vivendo suas vidas. Se não realizavam todos os seus sonhos e aspirações, ao menos iam se adaptando às imposições de uma sorte muitas vezes madrasta. Para as mulheres, se o casamento não acontecia, e os sonhos da flor de laranjeira e do vestido branco não se realizavam, várias famílias iam informalmente sendo constituídas. Mas, ainda assim, com muito empenho, as famílias pobres, mães, pais, parentes e padrinhos, que assumiam o papel de tutores, buscavam traçar um futuro diferente para suas filhas, brigando, no limite do possível, pela concretização do casamento, cujas histórias de dissabores e lutas, conflitos e decepções ficaram gravadas nas páginas dos processos de defloramento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1. Fontes Impressas

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

Seção Republicana - Jornais

Jornal Diário da Bahia. Salvador 1910/1933

Jornal Diário de Notícias. Salvador 1903/1928

Almanaque D'Amanha. Ano 1955 (1º. Semestre)

Almanaque, no. 27 anno 1947

Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BPEB

Revistas - A Luva; A Margem Bahia Chique; Bahia Ilustrada; O Cruzeiro; Revista Feminina Baiana Paladina do Lar (anos de 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916 e 1917)

Almanaques:

Almanack Administrativo, Indicador, Noticioso e Comercial do estado da Bahia (1915-1916);

Almanack Indicdor Comercial e Administrativo do estado da Bahia(1919-1920);

Almanack Brigada Policial do Estado da Bahia 1919;

Alnanack do Diário de Noticias 1897;

Almanack Gazata da Tarde

Almanack do Estado da Bahia 1904

Almanaque Ilustrado de Bristol 1900-1918 / 1934-1955

Almanack Sacy 1927

Annuario Estatístico 1923

Jornais: A Cidade 1916/1918; Gazeta de Noticias de 1912; A Manhã de 1920; A Tarde 1914/ 1925; 1936; 1940-1941/ 1943(jun/set); Diário da Bahia 1925, 1926, 1929, 1933, 1940, 1941; Diário de Noticias 1906, 1913, 1919, 1920, 1924, 1928, 1940(jan/fev)

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia- IHGBA

Jornal A Tarde – 1935, 1927

Jornal A Tarde. Salvador 1914/1940

Relatório. Polícia 1917/ Almanack Polícia Ano Io. 1919

Sampaio, Lauro (org.), Indicador e Guia Prático da Cidade do Salvador. Salvador: Typografia Agostinho Barboza e Cia, 1918.

Saturnino Rodrigues F. Brito, Saneamento da Bahia (Cidade do Salvador). Relatório dos Projetos, Salvador: Imprensa Official do Estado, 1928.

Códogo Sanitário. 1925

Biblioteca Colégio Padre Ovídio - BCPO

Livros

Sargato, Angela, Aurora Nupcial, 1940

Wirtz, Hanz, Do amor ao Casamento, 1940

Montier, Edward, O Noivo Ideal, 1945

Meyer, Fulgence, Palavras Abertas sobre o Matrimonio 1947

Fundação Biblioteca Nacional - FBM

Jornais: Brado Federal; A Capital; O Combate; O Diabo. Periódico critico, chistoso e moralizador; O Domingo, Cidade de Salvador, Gazetas de Notícias, A Tarde (1940, 1941 e 1942),

Revista Jornal das Moças

AHPMS - Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador

Jornal O Democrata. Salvador 1916/1924

IBGE - Instituto Brasileiro de Pesquisa

Censos de 1920/ 1940/ 1950

Biblioteca do Colégio Instituto Feminino - BCIF

Livros de Economia Doméstica

Albuquerque, Irene, **Noções de Educação Dom**éstica, 1940.

Combes, Paulo, **O Livro da Dona-de-casa**, 1917.

Gesteira, Martagão, **Como criar o meu filhinho**, 1940.

Santos, Laura, **O Livro das Noivas**, s/d.

Rinaldi, Guiomar da Rocha, **A Mamãezinha**, 1944.

Silva, M. Abúndio da, **Feminismo e Ação Feminina (cartas a uma Senhora)**, s/d.

AMMS - Arquivo do Memorial de Medicina de Salvador

Teses de Doutoramento

ALMEIDA, Luiz de Oliveira, **Higiene dos Pobres**, 1908.

AVELINO, Clodoaldo de Magalhães, **Eugenia e Casamento**, 1924.

BOCANERA NETO, Silio, **O Instito Criminal**, 1914.

BORGES, Francisco Xavier, ***P*rophylaxia da Syphilis, da Tuberculose, do Alcolism*o***, 1907 .

BRANDÃO, Raul Mendes de Castilho, **Brevis Considerações sobre a Educação Sexual**, 1910.

BRANDÃO, Octavio de Souza, **Do Casamento e sua Regulação**, 1905

BAPTISTA, Hildebrando Jóse, **A mulher e Medicina**, 1909.

FERREIRA, Melchisedech, **A Femina Social**, 1909.

GAMA, Chritovam da, **Hygiene da Tuberculose na Bahia,** 1904.

HORA, Lauro Dantas, **Mortalidade infantil na Bahia (1904-1918),** 1922.

LAPA, Antonio Estellita Cavalcante, **O crime perante a Medicina**, 1910.

MATTOS, João Rabelo de, **Factos e aspectos da Tuberculose na Bahia**, 1924.

RODRIGUES, Eufhasio José, **Defloramento e seus erros de diagnostico**,1895.

SANTOS, Orlando Thiago dos, **Consideração em torno da Família e sua relação com a escola**, 1924.

SILVEIRA, Carlos Cavalcante da, **Aspcto Social da luta contra a Tuberculose**, *1911*.

SILVEIRA, Nise Magalhães, **Ensaio sobre a criminalidade da Mulher no Brasil**, 1920.

SOUZA, Francisco Antônio dos Santos, **Alimentação na Bahia - Suas conseqüências**, 1910.

SOUZA, Fernando Tude de, **Problema Social do Aborto**, 1920.

SILVA, Octavio Torres da, **A cidade do Sdalvador Perante a Higiene**, 1908.

SILVA, A. Ferreira Torres, **Deve ser Regulada a Prostituição**? 1899.

TANAJURA, Joaquim Augusto, **Letalidade Infantil e suas Causas**, 1900.

TOURINHO, Manuel Celso, **Abortamento Crimino**so, 1907.

2. Fontes Manuscritas

Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

Seção Republicana - Secretaria de Segurança Pública - Bahia

Caixas: 02, 11, 12, 13, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26,27, 28, 29, 30, 32,33, 34,35,

Seção Judiciária – Processos Defloramento (Anos 1890 – 1950)

Caixas/Documentos: 01(docs. 01 a 10); 02(docs. 02,06 e 07); 02 (docs. 01 a 09); 04 (docs. 01 a 07); 05 (docs. 01 a 10); 06 (docs. 01 a 09); 07 (docs. 01 a 09); 08 (docs. 01 a 07); 09 (docs. 01 a 09); 10 (docs. 01 a 13); 11 (docs. 01 a12); 12 (docs. 01 a 12); 13(docs. 01 a 08); 14(01 a 11); 15(docs. 01 a 11); 16 (docs. 01 a 13); 17 (docs. 03 a 09); 18(docs. 01 a 09); 19(docs. 01 a 10); 20(01 a 12); 21(01 a 10); 22(docs. 01 a 12); 23(docs.01 a 07); 24(docs. 01 a 10); 25(docs. 01 a 07); 26(docs. 01 a 8); 27(docs. 01 a

14); 28(docs. 01 a 08); 29(docs. 01 a 09); 30(docs. 01 a 08); 31(docs. 01 e 08); 32 (docs. 06,08,15) 35(doc. 03); 37(docs. 04 e 07); 38(docs. 11 e 17); 39(docs. 02, 04, 05, 07,14); 40(docs. 02 a 14); 42(docs. 01 a 13); 43(docs. 01 a 07); 44(docs. 01 a 08); 45(docs. 03 e 04); 48(doc. 09); 56(docs. 01 e 08); 57(doc. 07); 61(doc. 02); 64(docs.01, 12,14); 65(doc.06); 66(doc. 11); 68(docs. 01, 06, 08, 15); 70(doc. 02); 71(doc. 02); 77(docs. 03,06); 82(docs. 04, 17); 87(doc. 05); 96(docs. 02, 03, 12); 1153 (doc. 28).

3. Bibliografia

ABREU, Marth, "Meninas Perdidas". PRIORE, Mary Del (org), **História das Crianças no Brasil**, São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

ANDRADE, Maria das Graças de A Arte de ter um ofício. Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972), Dissertação de Mestrado, UFBA:Salvador 1995.

ARAÚJO. Rosa Maria Barbosa, **A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano**, Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARAÚJO, Ubiratan Castro, "Por uma História Política da Economia Escravista", in.: **Cadernos do CRH**, no. 20, Salvador: UFBA, 1987, pp. 74/92.

ARRUDA, José J. de Andrade, "Experiência de Classe e Experimento Historiográfico, em E.. P. Thompson", **Projeto História** ,São Paulo: PUC, 1995, pp.95/108.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé, Questões de vida e de Morte na Bahia Republicana: valores e Comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBa, 1997, mimeo.

_____ Baianos do Honrado Império do Brasil: Honra Virtude e poder no Recôncavo (1808_1889), Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: UFF, 2006

AZEVEDO, Thales de, **As Elites de Cor numa Cidade Brasileira: Um Estudo de Ascensão Social & Classe Social e Grupos de Prestígios**, Salvador: EDUFBA: EGBA,1996.

_____ **Ensaios de Antropologia Social**, Salvador: Progresso Editora, s/d.

_____ **Namoro à Antiga. Tradição e Mudança**, Salvador, 1975.

BAIRROS, Luiza Helena, Pecado no Paraíso Racial: O Negro na Força de Trabalho da Bahia. 1950/1980, Dissertação de Mestrado, Salvador : UFBa, 1987.

BADINTER, Elisabeth, **Um Amor Conquistado. O Mito Do Amor Materno**, Trad. Walter Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BACELAR, Jeferson, **A Hierarquia das Raças. Negros e Brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

_____ **A presença Espanhola na Bahia. Os galegos no "paraíso racial" 1900/ 1950**, Salvador: Centro Editorial e Didático- UFBA, 1992.

_____ **Etnicidade. Ser negro em Salvador**, Salvador: PENBA/ IANAMÁ, 1989.

BARREIRO, José Carlos, "Tradição, Cultura e Prostesto Popular no Brasil, 1780 - 1880", in.: **Cultura e Trabalho**, Projeto História, no. 16, São Paulo: EDUC, 1998, pp. 9/24.

_____, "E. P. Thompson e a Historiografia Brasileira: Revisões Críticas e Projeções", in.: **Projeto História**,São Paulo: PUC, 1995, pp. 57/76.

BRETAS, Marcos Luiz, **Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**, Rio de Janeiro: ROCCO

_____ "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente", in: *BIB*, no. 32, Rio de Janeiro, 1991, pp. 49/61.

BASTIDES, Roger e FERNANDES, Florestan, **Brancos e Negros em São Paulo**, 3ª Edição, São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1971.

BENTO, Ma. Aparecida Silva, "Branqueamento e branquitude no Brasil", In CARONE, Iracy e BENTO, Ma. A. S. (Org) **Psicologia Social do Racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, Petrópolis: Vozes, 2002.

BESSE, Susan K., **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914/1940**,São Paulo: Edit. USP, 1999.

CARNEIRO, Edson, **Candomblés da Bahia**, Rio de Janeiro: Ediouro,s/d.

CARNEIRO, Ma. Luiza Tucci, "O Discurso da Intolerância. Fontes para o estudo do racismo", in.: **Históricas, Abordagens**, Assis: UNESP, 1995, pp. 21/32.

CARNEIRO, Henrique. *A Igreja, a Medicina e o Amor. Prédicas Moralistas da Época Moderna em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2000.

CARVALHO, J. Murilo de, **Cidadania no Brasil. O Longo Caminho**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Suely Gomes. "Movimentos Feministas, Feminismos" *Revista Estudos Feministas*. Vol.12 N. Especial /2004. UFSC/CFC/CCE. Florianópolis: UFSC.

COSTA, Jurandir Freire, **Ordem médica e norma familiar**, Rio de Janeiro : Graal, 1989.

_____ **Sem Fraude nem Favor. Estudo sobre Amor Romântico**, Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de, **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____ "A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão", in.: **Estudos Afro-Asiáticios**, no. 28, Salvador: UFBA, 1995, pp. 101/123.

CASTRO, Mary Garcia, "Alquimia de Categorias Sociais na Produção dos Sujeitos Políticos. Gênero, Raça e Geração entre Lideres do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas em Salvador", in: **Estudos Feministas**, no. 0, Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, s/d.

CASTRO, Viveiros de, **Os Delitos Contra a Honra da Mulher**, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1936.

CAULFIELD, Sueann, **Em defesa da Honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**, Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

_____ "Raça, Sexo e Casamento: Crimes Sexuais no Rio de Janeiro, 1918-1940", in.: **Afro - Ásia**, no. 18, Salvador: CEAO/EDUFBA, 1996.

_____ "Que virgindade é essa"? A mulher moderna e a reforma do Código de Penal no Rio de Janeiro, 1918-1940, **Revista Acervo**, vol. 6 no. 01/02 (jan/dez), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996.

CHALHOUB, Sidney, Chalhoub, **Trabalho, Lar e Botequim**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____ "Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republica na Cidade do Rio", in.: **Revista Brasileira de História**, v.8, no. 16, São Paulo: Marco Zero, 1988, pp. 83/105.

_____ Visões da Liberdade. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte, São Paulo: Cia das Letras, 1996

_____ **Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**, Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain, "Bastidores", in: **História da Vida Privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1991

CORRÊA, Mriza, **A Morte em Família: Representações Juridicas de Papeis Sexuais**, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

_____ "Repensando a Família Patriarcal Brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil) ", in.: **Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 7/ 12.

_____ "O Mistério dos Orixás e das Bonecas: Raça e Gênero na Antropologia Brasileira", In. **Etnografia,** vol. IV, no. 2, 2000.

_____ "Sobre a invenção da mulata". In. **Cadernos Pagu: Raça e Gênero**, No.6/7, Campinas: 1996.

COUTINHO. Maria Lúcia Rocha, **Tecendo por trás dos Panos: A Mulher Brasileira nas Relações Familiares**, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CUNHA, Olívia Ma. Gomes da,

_____"1933: O Ano em que Fizemos Contato", in.: **Revista da USP, Dossiê Povo Negro 300 Anos**, no. 28, São Paulo: USP, 1996, pp. 142/163.

DAMATTA. Roberto, **A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____ **O que faz o brasil, Brasil?,** Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____ **Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**, 6ª. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____ **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**, Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

DIAS, M. Odila L. da Silva, **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**, São Paulo: Brasiliense, 1995.

DEGLER, Carl N, **Nem Preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos EU***A*, Rio de Janeiro: Labor, 1976.

DIAS, Adriana Albert, A Malandragem da Mandinga: o cotidiano dos capoeira em Salvador na Republica Velha(1910-1925), Dissertação de Mestrado, salvador:UFBA, 2004.

DEL Priore, Mary. "História das Mulheres: As vozes do Silêncio". Freitas, Marcos Cezar(Org.), Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998.

DEFEUS, Luiz Gomes, **A Defloração e Violação das Donzellas,** Lisboa: Empreza Publicadora, s/d.

DESAN, Suzane, "Massas, Comunidades e Ritual na Obra de E.P. Thompsom e Davis". In:. HUNT, Lynn, **A Nova História Cultural**, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ECHAZÁBAL, Lourdes Martínez, "O Culturalismo dos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual?", In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, R. Ventura, **Raça, Ciências e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996

ESTEVES. Marta Abreu, **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

FAUSTO, Boris, **Crime e Cotidiano: Criminalidade em São Paulo 1880-1924**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido (a construção das elites – Itajaí, 1929).** Itajaí: Ed. UNIVALI, 1999.

FERNENDES, Florestan, **Integração do Negro na Sociedade de Classe**, São Paulo: Breasiliense,1986.

FERREIRA, Maria do Socorro Soares. A Tarde e a Construção dos Sentidos. Ideologia e Política (1928-1831). Dissertação Mestrado, UFBa, Salvador, 2002.

FONSECA, Raimundo N. da Silva, **"Fazendo fita": Cinematógrafo, cotidiano e imagens em Salvador, 1897-1930**, Salvador: EDUFBA/CEB, 2003.

FOUCAULT. Michel, *Microfísica do Poder*, Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FRAGA, Filho Walter, **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**, São Paulo: HUCITEC-EDUFBA, 1996.

_____

FREITAS, Miriam Tereza M. G., Populismo e Carestia. 1951 -1954, Dissertação de mestrado, Salvador: UFBa, 1985, mimeo.

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasilieira sob o Regime da Economia Patriarcal**, São Paulo: José Olimpio, 1987.

FLANDRIN, Jean-Louis, **O sexo e o Ocidente. Evolução das atitudes e dos comportamentos**, São Paulo: Brasiliense, 1988.

FRY, Peter, A, **Persistência da Raça. Ensaios Antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAY, Peter, CARRARA, Sérgio e MARTINS-COSTA, Ana Luiza, "Negros e Brancos no Carnaval da Velha Republica". In J.J. Reis (Org), **Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos sobre o Negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FERREIRA FILHO. A. H., **Quem Pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940**, Salvador: CEB, 2003

GIACOMINI, "Ser Escrava no Brasil", **Estudos Afro-Asiáticos**, No. 15, 1988.

GRINBERG, Keila, **Código Civil e Cidadania**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GRAHAM. Sandra L., **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 – 1910**, Trad. Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo, **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, São Paulo: Ed 34, 1999.

_____ **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**, São Paulo: Ed 34, 1999.

_____ "Raça, Racismo e Grupos de Cor no Brasil", in.: **Estudos Afro-Asiáticos**, no. 27, Salvador: UFBA/ CEAO, 1995, pp. 45/63.

GUSMÃO, Chrysolito de, **Dos Crimes Sexuais**, 1ª Ed 1920, 5ª Edição, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

GIDDENS, Anthony, **A transformação da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas**, São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

HALL, Catherine. "SWEET HOME". in.: **História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, São Paulo: Cia das Letras, 1985.

HALL,Stuart, **Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais**, Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003

HASENBALG, Carlos A. "A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil"In. HASENBALG, Carlos A e SILVA, Nelson do Valle, **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo,** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ,1992.

_____ **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**, São Paulo: Vertice, IUPERJ.

_____ "Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil", In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org), **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB,1996.

HOOKS, Bell. "Intelectuais negras" **Revista Estudos Feministas**. Vol.10 N.2/2002. IFICS/UFRJ – PPCIS/UERJ vol3 Nº2, 1995 p. 464-478

HUNGRIA, Nélson, **Comentários ao Código Penal**, 5ª. Edição, Rio de Janeiro: Forense, 1981.

MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa, Estivadores além do Porto. Sociabilidade e trabalho na Cidade da Bahia, Dissertação de Mestrado, PUC: São Paulo.

_____ Mar Negro, Um Estudo sobre os Estivadores do Porto de Salvador(1930-1950), Monografia, UFBA: 1993.

MATTOS, Maria Izilda Santos de, **Âncoras de Emoção. Corpo, subjetividade e sensibilidades**, São Paulo: EDUSC, 2005.

HILL, Briget. "Algumas Considerações sobre as Empregadas Domésticas na Inglaterra do século XVIII e no Terceiro Mundo de Hoje*", in.:* **Varia História**. n.14. Belo Horizonte, 1995.

HERCHMANN, M. Micael e PEREIRA, Carlos A. M. (Orgs), **A Invenção do Brasil Moderno. Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HEALEY, Mark, "Os Desencontros da Tradição em Cidade das Mulheres: Raça e Gênero na Etnografia de Ruth Landes"In. **Cadernos Pagu**, vol 6, no 7 , Capinas, 1996.

HERRIS, M, **Padrões Raciais nas Américas**. Rio de Janeiro: Civilização, 1967.

IRAJÁ, Hernani de, **Confissões de um Conquistador de Criadas**, Rio de Janeiro: Récord, 1968.

LANDES, Ruth, **A Cidade das Mulheres**, 2ª edição, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2006.

LARA, Silvia Hunnold, "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil", in.: **Cultura e Trabalho**, Projeto História, no. 16, São Paulo: EDUC, 1998 pp. 25/38.

_____ , "Blowin in the Wund: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil", in.: **Projeto História** ,São Paulo: PUC, 1995, pp. 43/56.

LEITE, Miriam Moreira L., "Mulheres e Famílias", "A História da Família no Brasil", in.: **Família e Grupos de Convívio***", Revista Brasileira de História*, vol. 9, no. 17, São Paulo: Marco Zero, 1989, pp. 143/178.

LEITE, Rinaldo C. N., E A Bahia Civiliza-se... Idéias de civilidade e cenas de anti-*civilidade* em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1919, Dissertação de mestrado, Salvador: UFBa, 1996.

LIMA, Ivana Stolze, **Cores, Marcas e Falas. Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez, "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras", SEVCENKO, Nicolau, in.: **Historia da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Radio**, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MACFARLANE, Alan, **História do Casamento e do Amor**, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Claudia B., **Raça como Retórica. A construção da diferença,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ MAGGIE, Yvonne, "'Aqueles a quem foi Negada a cor do Dia': As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira", In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org), **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MATTOSO. Katia M. de Queirois. **Bahia Século XIX. Uma Provincia no Império**, Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.

_____ "O Filho da Escrava", DEL PRIORE, Mary (org.) In.: **A História da Criança no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1991.

_____ **A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX**, Salvador: Hucitec, 1978

MATTOS, Hebe Maria, **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATOS, Maria Izilda Santos, "Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930)" MATTOS E SOIHET, Rachel. **O Corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003.

MEIRA, Antônio Leopoldo (Org.), **A Inserção da Bahia na Evolução Nacional**, *2ª. Etapa: 1890 - 1930*, CEP, Salvador: SEPALTEC, 1980.

MALUF Mariana e MOTT, Maria Lúcia, "Recôndidos do Mundo Feminino", in.: Sevcenko, Nicolau, **Historia da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Radio**, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MENEZES, Ednilson Luiz Santana, O Processo de Modernização de Salvador do Século XX: Tranaformações Urbano-Sociais Impostas à Cidade entre 1900e 1930, Dissertação de Mestrado,UFBa: 2002

MOTTA, Roberto, "Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil", In. **Estudos Afro-Asiáticos**[online, acessado em 11/01/2007], Dezembro 2000.

MOUTINHO, Laura, **Razão, "cor" e desejo**. **Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos-sexuais inter-raciaisno Brasil e na África do Sul**, São Paulo: UNESP, 2004.

NAZZARI, Muriel, **O Desaparecimento do Dote. Mulheres, Famílias e Mudança Social em São Paulo, Brasil 1600-1900**, São Paulo: Cia das Letras: 2001.

NEEDELL, Jeffrey D., **Delle Époque Tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**, São Paulo:Cia das Letras, 1993.

NEVES, Frederico de Castro, "Economia Moral Versos Moral Econômica (ou: o que é Economicamente Correto para os Pobres?)", in.: *Projeto* **História : Cultura e Trabalho**, no. 16, São Paulo: EDUC, 1998.

NOGEUIRA, Oracy, **Preconceito de Marca. As Relações Raciais em Itapetininga**, São Paulo: EDUSP,1998.

NUNES, Silva A., "A Medicina Social e a Questão Feminina" In.*:* **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, vol.1, n.1, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, M. I. Côrtes de, **O liberto Seu Mundo e os Outros**. Salvador: Corrupio, 1988

PACHECO, A. C L, "Raça, Gênero e Relações Sexuais-Afetivas na produção Bibliográfica nas Ciências Sociais Brasileira – um diálogo com o tema", In. **Afro-Asia**, No. 34, Salvador, 2006.

PATTO, Ma. Helena Souza, "Teorema e Cataplasmas no Brasil Monarquico. O Caso da Medicina Social", in.: **Novos Estudos**, CEBRAP, no. 44, 1996, pp. 179/198.

PEDRO, Joana Maria, **Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de class**e. Florianopolis: Ed. UFSC, 1994.

_____ "Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica" **HISTÓRIA**, V.24. N.1. São Paulo: UNESP, 2005, p. 77- 98

PERROT, Michelle, **Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PISCITELLI, Adriana. "Reflexões em torno do gênero e feminismo In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (Org.) Poética e Práticas Feministas". Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

PINTO, L. A. Costa, O **Negro no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Cia Nacional, 1953.

PITT-RIVERS, Juliam, "A Doença da honra", In. CZECHOWSKY, Nicole, (org) **A Hora: Imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**, Porto Alegre: L&PM, 1992.

PETRUCCELLI, José Luis, "Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90"**. Estudos Afro-Asiáticos**. [online]. jan./jun. 2001.

PIERSON, Donald. **Brancos e Pretos na Bahia. Estudo de contato racial**. 2ª Edição, São Paulo: editora Nacional, 1971.

PEIXOTO, Afrânio, **Breviário da Bahia**, Rio De Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____ **Sexologia Forense**, São Paulo: Cia Ed Nacional, s/d

WISSENBACHE, Maria Ctistina Cortez, "Da escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível", SEVCENKO, Nicolau (org.), in.: **Historia da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Radio**, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

RAGO, Margaret, **Do Cabaré ao Lar. Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____ **Os Prazeres da Noite. Prostitutas e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930**), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____ “Sexualidade Feminina entre o Desejo e a Norma: Moral sexual e Cultura Literária Feminina no Brasil, 1900 - 1932”, in.: **Revista Brasileira de História : Espaço Plural,** vol. 14, no. 28, São Paulo: Marco Zero, 1994, pp. 28/45.

_____ “O Prazer no Casamento”, **Cadernos CERU**, série 2, no. 7, 1996, pp. 97/111.

_____ “Trabalho Feminino E Sexualidade”, DEL PRIORI, (org) **História das Mulheres no Brasi**l, São Paulo: Contexto, 2000.

RIBEIRO, René, Religião e Relações Raciais, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

RISÉRIO, Antonio, **Uma História da Cidade da Bahia**, Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RODRIGUES, Andrea da Rocha, **A Infância esquecida: Salvador 1900-1940**, Salvador: EDUFBA, 2003.

_____**Honra e sexualidade infanto-juvenil na cidade do salvador, 1940-1970**, Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. I. Bongione, **Emprego Doméstico e Capitalismo**, Petropopoles: Vozes, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita, “A História da Família no Brasil”, in.: **Revista Brasileira de História: Família e Grupos de Convívio**, vol. 9, no. 17, São Paulo: Marco Zero, 1989, pp. 7/38.

SANSONE, Livio, **Negritude sem Etnicidade**, Rio de Janeiro: PALLAS, 2004

_____“Nem Somente Preto ou Negro: O Sistema de Classificação Racial no Brasil que Muda”, in.: **Afro - Ásia** , no. 18, Salvador: CEAO/EDUFBA, 1996.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres, Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900/1950. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1998.

_____ “Sob o jogo do Espelho: Imagens e estereótipos de gênero e raça na conformação de casais na república. Salvador 1900/1950”In Revista **Gênero**, v. 8, no. 1(2º Sem.), Niterói: EDUFF, 2007, pp99-119.

SANTOS, Mario Augusto da Silva, **A República do povo: sobrevivência e Tensões. Salvador (1890-1930)**, Salvador: EDUFBA, 200.1

_____ “Uma fonte para a História Social de Salvador: as teses de Doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia”, in.: **Universitas**, n.29. Salvador: UFBa, 1982

_____“Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)”, in.: **Ruas,** v.3, no. 4/5, Janeiro/Dezenbro, Salvador: UFBa, 1990.

_____ "Habitação em Salvador: Fatos e Mitos", in Bresciani, Stela (org.), in.: **Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX**, ANPUH ,São Paulo: Marco Zero, 1994, pp. 93/109, pp. 20/29.

SANTOS, Jocélio Teles, "De pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros: Classificações Raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX", In **Afro-Ásia**, v. 32, 2005.

SANTOS, Milton, **O Centro da Cidade do Salvador. Estudo de Geografia Urbana,** Salvador: UFBA/ Progresso Editora, 1959.

SANTOS, José W. Aragão. **Formação da Grande Imprensa na Bahia**, Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBa. 1985.

SANTOS, Luiz A. de Castro, "As Origens da Reforma Sanitária e de Modernização Conservadora na Bahia durante a Primeira República", In **Dados**, v. 41, n. 3, Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Mônica Celestino, Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major – a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador, Dissertação de Mestrado: UFBA, 2005.

SANTANA, Nélia de, A Prostituição Feminina em Salvador (1900-1940), Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1996.

SARTI, Raffaella, **Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna**, Lisboa: Ed. Estampa, 2001.

SCALON, Maria Celi. Ramos da Cruz, "Cor e Seletividade conjugal no Brasil" In. **Estudo Afro-Asiático**, No. 23 (Dezembro)1992.

SEVICENKO, Nicolau, A Capital irradiada: técnica, ritmos e ritos do Rio. In. **História da Vida Privada no Brasil**, v.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998

SKIDMORE, Thomas, **Preto no Banco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SCHWARZ, Bill, "Razões e Desrazões em E. P. Thompson", in: **Projeto História**, tradução Ma. Therezinha Jainine Ribeiro, no. 12 , São Paulo: PUC, 1995, pp. 11/42.

SCHWARCZ, L. K. M, **Retrato em Branco e Negro. Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no final do século XIX**, São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____ O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil - 1870/1930,São Paulo: Cia das Letras,1995.

_____ "Usos e Abusos da Mestiçagem e da Raça no Brasil: Uma História das Teorias Raciais em Final do Século XIX", in.: **Afro- Asia**, no. 18 Salvador: CEAO/EDUFBA, 1996.

_____ "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade" In SCHAWARCS, L. M (org) **História da Vida Privada**, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**, São Paulo Cia das Letras,1988.

SILVA, Eliane Moura da, "Trabalhadora Normatizada: Mãe, Esposa e Dona-de-Casa Reguladas", in *História*, n 5/6, São Paulo, 1986, pp. 35/46.

SILVA, Marco Antônio e BALSONARO, Esmeralda Blanco, "Para Dialogar com E. P. Thompson?", in.: **Projeto História**, no. 12, São Paulo:PUC, 1985, pp. 9/10.

SILVA, Eliane Moura, "Trabalhadora normatizada: Mãe, esposa e dona-de-casa reguladas", **Revista de História**, São Paulo, v. 5/6, ano 1986/87.

SILVIA, K.M. de Carvalho. O Diário da Bahia e o século XIX, Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBa, dissertação de Mestrado, mimeo, 1975.

SHOHAT, Ella. "Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno de identidade" **Cadernos Pagu** *(23)* 2004, p.11-54;

SOUSA, Ione Celeste de, **Garotas Tricolores, Deusas Fardadas. As normalistas em Feira de Santana**, 1925 a 1945. São Paulo: EDUC, 2001

SOARES, Cecília Moreira, "As Ganhadeiras: Mulheres e Resistência Nedra em Salvador no Século XIX", in.: **Afro - Ásia**, no. 17, Salvador: CEAO/EDUFBA, 1996, pp. 57/72.

SOARES, Maria do Socorro Ferreira. A Tarde e a Construção dos Sentidos. Ideologia e Política (1928-1831), Dissertação Mestrado, Salvador: UFBA, 2002.

SOARES, Oscar de Macedo, **Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Brasília – 1890**, Brasília: Senado Federal, 2004.

SOIHET, Rachel, **Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____ "Zombaria como arma antifeminista: instrumentos conservados entre libertários" In **Estudos Feministas**, Florianopolis: UFSC, 1999.

_____"Mulheres: notas sobre o estudo atual da questão". VAINFAS, R.(Org.)

SOUZA, Graraci Adeodato Alves de, "Procriação Intensa na Bahia: Uma "Naturalidade" Socialmente Construída", in **Cadernos do CRH**, no. 17, Salvador: UFBA, 1992, pp. 57/79.

STOLCKE, Verena, "Sexo está para gênero assim como para etnicidade? In. **Estudos Afro-Asiáticos**, No. 20, 1991.

THÉBAUD, Françoise. “História das Mulheres, História do Gênero e Feminismo: o exemplo da França” In: COSTA, Cláudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.) **Poéticas e Práticas Feministas**, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004, p. 67-80.

THOMPSOM, E. P., **A Miséria da Teoria. Ou Um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zaar Editores, 1978.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, **Salvador: Transformações e Permanências** (1549-1999), Ilhéus: Edituros,2002.

VIANNA, Hildelgardes, **Antigamente Era Assim**, Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

_____ **A Bahia Já Foi Assim**, Salvador: Itapuan, 1973.

VIANNA, Antônio, **Casos e Coisas da Bahia**, no. 10, Salvador: Publicações do Museu do Estado, 1950.

VIGARELLO, Georges, **O Limpo e o Sujo. Uma História da Higiene Corporal**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____ **História do Estupro: Violência Sexual nos Séculos XVI-XX**, Rio de Janeiro Zahar, 1998.

VAINFAS, Ronaldo, **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**, Série Princípios, São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MARQUES, Xavier, **As Voltas da Estrada**, 2ª Edição, São Paulo:Instituto Nacional do Livro,1982.

ANEXO TABELAS

Tabela 1: Naturalidade Segundo o Gênero

Sexo/Gênero						
Estados	Mulher		Homem		Total	
	No	%	No	%	No	%
Alagoas	4	0,4	0	0,0	4	0,1
Bahia	937	97,2	1903	94,5	2840	95,7
Ceara	0	0	13	0,6	13	0,4
Minas Gerais	4	0,4	3	0,1	7	0,2
Maranhão	1	0,1	0	0,0	1	0,0
Pernambuco	8	0,8	21	1,0	29	1,0
Pará	0	0	2	0,1	2	0,1
Piauí	0	0	1	0,0	0	0,0
Sergipe	6	0,6	49	2,4	55	1,9
São Paulo	0	0,0	4	0,2	4	0,1
Rio de Janeiro	2	0,2	10	0,5	12	0,4
Rio Grande do Norte	1	0,1	4	0,2	5	0,2
Rio Grande do Sul	1	0,1	4	0,2	5	0,2
Total	964	100,0	2014	100,0	2968	100,0

Fonte APEBA – Series: Processos Defloramento/ Homicídio/Tentativa de Homicídio/Lesões Corporais.[805]

Tabela 2: Pessoas Nascidas na Capital e no Interior Segundo o Gênero

Sexo/Gênero						
Municípios-	Mulheres		Homens		Total	
	No	%	No	%	No	%
Salvador	89	49,7	120	34,6	209	30,3
Outros	56	31,3	108	31,1	164	23,8
NC*	34	19,0	119	34,3	317	45,9
Total	179	100	347	100	690	100

Fonte APEBA – Series: Processos Defloramento/ Homicídio/Tentativa de Homicídio/ Lesões Corporais
NC*= Não Consta

[805] Para essa contagem foram computados os processos de homicídio, tentativa de homicídio e lesões corporais.

Tabela 3: Naturalidade das Vitimas

Localidade	No	%
Bahiana	254	66,3
Salvador	66	17,2
Outros Municípios Baianos	41	10,7
Outras Locaidades	7	1,8
Não Consta	15	3,9
Total	383	100,0

Fonte APEBA – Serie Defloramento

Tabela 4: Naturalidade dos Réus

Localidades	No	%
Baianos	254	66,3
Salvador	42	11,0
Outros Municípios Baianos	35	9,1
Outras Localidades	20	5,2
Não Consta	32	8,4
Total	383	100,0

Fonte APEBA – Serie Defloramento

Tabela 5: Nacionalidade Segundo o Sexo/Gênero

	Sexo/Gênero					
	mulheres		Homens		Total	
Paizes	No	%	No	%	No	%
Arábia			2	0,1	2	0,04
Alemanha	1	0,1			1	0,02
Arménia			1	0,03	1	0,02
Brasil	**1113**	**96,6**	**3028**	**93,0**	**4260**	**94,08**
Espaha	**1**	**0,1**	**37**	**1,1**	**38**	**0,84**
Escócia			3	0,1	3	0,07
Grécia			1	0,0	1	0,02
Holanda			1	0,0	1	0,02
Inglatera			2	0,1	2	0,04
Itália	1	0,1			1	0,02
Norte Americanos			3	0,1	3	0,07
Nigeria			1	0,0	1	0,02
Portugal	**3**	**0,3**	**39**	**1,2**	**42**	**0,93**
Rússia			3	0,1	3	0,07
Siria	1	0,1	15	0,5	16	0,35
Suécia			1	0,0	1	0,02
Turquia			1	0,0	1	0,02
Não Consta	32	2,8	119	3,7	151	3,33
Total	1152	25,4	3257	71,9	4528	100,0

Fonte APEBA – Series: Defloramento/ Homicídio/ Tentativa de Homicídio/ Lesões Corporais

Tabela 6: Naturalidade Segundo a Profissão das Vitimas

	Bahia		Interior		Salvador		Outros		NC		Total	
Profissão	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Charuteira	1	0,36									1	0,26
Comércio	6	2,36	1	2,44	2	3,0					9	2,35
Costura	38	15,0	6	14,6	10	15,0			2	13,33	56	14,6
Estudante	1	0,36	2	4,88	3	4,5			1	6,67	7	1,83
Operaria	15	5,91	2	4,88	8	12,0			1	6,69	26	6,79
Prof. De Prendas	1	0,36									1	0,26
Sem Profissão	1	2,0			4	6,1					6	1,57
Serv. Doméstico	175	68,9			33	50,0	7	100	6	40,0	249	65
NC	15	5,91	2	4,88	6	9,1					28	7,31
Total	254	100,0	28	68,3	66,0	100	7	100	15	100	383	100

Fonte APEBA – Serie Defloramento

Tabela 7: Naturalidade Segundo a Profissão dos Réus

	Naturalidade									
Profissão	Bahia		Salvador		Outro		Nc		Total	
	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Agricultura	8	3,1			5	9,1	2	4,8	15	3,9
Comércio	52	20,5	7	21,9	23	41,8	8	19,0	90	23,5
Construção Civil	32	12,6	8	25,0	4	7,3			44	11,5
desempregado	5	2,0							5	1,3
Estudante	5	2,0	1	3,1	3	5,5	1	2,4	10	2,6
Forças Armadas	7	2,8	1	3,1	2	3,6	1	2,4	11	2,9
Funcionário Público	25	9,8	4	12,5	3	5,5	1	2,4	33	8,6
Industria	11	4,3	2	6,3			2	4,8	15	3,9
Pescador	3	1,2							3	0,8
Portuário	6	2,4	1	3,1	3	5,5			10	2,6
Profissional Liberal	6	2,4					1	2,4	7	1,8
Segurança Pública	22	8,7	3	9,4	4	7,3	1	2,4	30	7,8
serviço	42	16,5	12	37,5	5	9,1	3	7,1	62	16,2
Transporte	25	9,8	3	9,4	2	3,6	1	2,4	31	8,1
NC*	5	2,0			1	1,8	11	26,2	17	4,4
Total	254	100	32	100	55	100	42	100	383	100

Fonte APEBA – Serie Defloramento

Tabela 8 : Vitimas e Réus Segundo a Recorrência da Denominação de Cor

	Vitimas		Acusados	
Cor	No	%	No	%
Branca	**63**	**16,45**	25	6,53
Branca/Leucoderma	1	0,26		
Branca/Mestiça	2	0,52		
Branca/Morena	2	0,52		
Branca/Mulata	1	0,26		
Branca/Parda	5	1,31		
Leucoderma	4	1,04		
Total de Brancos	**78**	**20,37**	**25**	**6,53**
Mestiça	**51**	**13,32**	**3**	**0,78**
Mestiça-clara	2	0,52		
Mulato Claro			1	0,26
Total de Mestiços	**53**	**13,84**	**4**	**1,04**
Morena	**4**	**1,04**	**1**	**0,26**
Parda	114	29,77	15	3,92
Faioderma	13	3,39		
Parda/Escura	1	0,26	1	0,26
Parda/Faioderma	2	0,52		
parda/mediana	1	0,26		
parda/mestiça	14	3,66		
parda/mestiça/melanoderma	1	0,26		
parda/morena	3	0,78	1	0,26
vermelha	1	0,26		
parda/vermelha	1	0,26		
parda-clara/mestiça	1	0,26		
parda-escura	1	0,26	1	0,26
Total de Pardos	**153**	**39,95**	**18**	**4,7**
Preta	60	15,67	18	4,7
Escuro			1	0,26
Negra			1	0,26
preta/mestiça	6	1,57		
preta/parda	2	0,52		
preta/parda/mestiça	1	0,26		
preto/mestiça	1	0,26		
Melanoderma	6	1,57	1	0,26
Total de Pretos	**76**	**19,84**	**21**	**5,48**
NC	19	4,96	315	82,25
Total	383	100,00		

Fonte: ABEBA - Serie Defloramento[806]

[806] Obs. Para fazermos a síntese das ocorrências de cor para Branco, Pardo, Preto usamos o critério de juntar as designações levando em conta a lógica como elas aparecem nos processos, assim consideramos

Tabela 9: Cor segundo Sexo/Gênero

	Sexo/Gênero					
Cor	Mulheres		Homens		Total	
	No	%	No	%	No	%
Branca	**83**	**7,1**	**79**	**2,5**	**162**	**3,7**
Mestiça	70	6,0	41	1,3	111	2,5
Mestiça Clara	2	0,2			2	0,0
Mestiça escura	7	0,6			7	0,2
Morena	10	0,9	9	0,3	19	0,4
Parda	**164**	**14,1**	**74**	**2,3**	**238**	**5,5**
Parda Clara	12	1,0	2	0,1	14	0,3
Parda Escura	20	1,7	1	0,0	21	0,5
Preta	**98**	**8,4**	**86**	**2,7**	**184**	**4,2**
Não Consta	699	60,0	2906	90,9	3605	82,6
Total	1165	100,0	3198	100,0	4363	100,0

Fonte: APEBA - Séries Defloramento/ Homicídio/ Tentativa de Homicídio/ Lesões Corporais

Tabela 10: Réus Segundo Cor e Grupo de Profissão

	Cor									
	Branca		Parda		Preta		Não Consta		Total	
Grupo de Profissão	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Agricultura	2	13,3	2	13,3			11	73,3	15	3,9
Comércio	13	14,4	4	4,4	3	3,3	70	77,8	90	23,5
Construção Civil	2	4,5	2	4,5	7	15,9	33	75,0	44	11,5
Desempregado	2	40,0	1	20,0		0	2	40,0	5	1,3
Estudante	1	10,0		0,0	1	10	8	80,0	10	2,6
Forças Armadas		0,0		0,0	1	9,1	10	90,9	11	2,9
Funcionário Público	3	9,1		0,0	1	3,0	29	87,9	33	8,6
Industria		0,0	3	20,0	1	6,7	11	73,3	15	3,9
Pescador		0,0		0,0		0	3	100,0	3	0,8
Portuário		0,0	1	10,0		0	9	90,0	10	2,6
Profissional Liberal	1	14,3		0,0		0	6	85,7	7	1,8
Segurança Pública	1	3,3	2	6,7	1	3,3	26	86,7	30	7,8
Serviço		0,0	4	6,5	3	4,8	55	88,7	62	16,2
Transporte		0,0	2	6,5	3	9,7	26	83,9	31	8,1
Não Consta		0,0	1	6,3		0	15	93,8	16	4,2
Total	25	6,5	22	5,7	21	5,5	314	82,0	383	100,0

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Brancas toda aquela na qual a referência Branca aparecia, ou seja, Branca/Morena, Branca/Parda, etc. A mesma sistemática foi usado com relação às Pardas e Pretas.

Tabela 11: Vítimas Segundo a Cor e a Profissão

	Cor											
Profissão	Branca		Mestiça		Morena		Pada		Preta		NC	
	No	%	No	%			No	%	No	%	No	%
Charuteira									1	100		
Comércio	6	66,7	1	11,1			2	22,2				
Costura	6	10,7	11	19,6			21	37,5	16	28,6	2	3,6
Estudante	3	42,9	1	14,3			1	14,3	1	14,3	1	14,3
Operaria	4	15,4	1	3,8			18	69,2	3	11,5		
Profa. Prend.					1	100,0						
Serv. Doméstico	50	20,5	38	15,3	2	0,8	97	39,0	51	20,5	11	4,4
NC	9	26,5	1	2,9	1	2,9	14	41,2	4	11,8	5	14,5
Total	78	20,4	53	13,8	4	1	153	39,9	76	19,8	19	5

Fonte APEBA- Serie Defloramento

Tabela 12: Testemunhas de Acusação Segundo Sexo e Grupo Profissão

	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
Profissão	No	%	No	%	No	%
Agricultura	2	2,94	66	97,06	68	3,96
Aposentado		0,00	1	100,00	1	0,06
Comércio	22	9,05	221	90,95	243	14,14
Construção Civil	2	1,10	180	98,90	182	10,59
Costura	39	97,50	1	2,50	40	2,33
Estudante	1	9,09	10	90,91	11	0,64
Forças Armadas		0,00	18	100,00	18	1,05
Funcionário Público	4	2,96	131	97,04	135	7,86
Indústria	19	22,35	66	77,65	85	4,95
Pescador		0,00	15	100,00	15	0,87
Portuário		0,00	51	100,00	51	2,97
Profissional Liberal	1	2,94	33	97,06	34	1,98
Segurança Pública		0,00	90	100,00	90	5,24
Serviço	6	2,41	243	97,59	249	14,49
Serviço Domestico	321	94,97	17	5,03	338	19,67
Transporte		0,00	59	100,00	59	3,43
Não Consta	55	55,56	44	44,44	99	5,76
Total	473	27,53	1245	72,47	1718	100

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Tabela 13: Acusados Segundo a Profissão

Profissão	No	%
Agricultura	15	3,92
Comércio	93	24,28
Construção Civil	44	11,49
Desempregado	5	1,31
Estudante	10	2,61
Forças Armadas	11	2,87
Funcionário Público	33	8,62
Indústria	16	4,18
Pescador	3	0,78
Portuário	10	2,61
Profissional Liberal	7	1,83
Segurança Pública	30	7,83
Serviço	56	14,62
Serviço Domestico	2	0,52
Transporte	31	8,09
Nc	17	4,44
Total	383	100,00

Fonte APEBA – Serie Processos Defloramento

Tabela 13: Testemunhas de Defesa Segundo Sexo e Grupo de Profissão

	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
Grupo de Profissão	No	%	No	%	No	%
Agricultura			9	100,0	9	3,7
Comércio	1	1,6	60	98,4	61	24,8
Construçao Civil		0,0	11	100,0	11	4,5
Estudante		0,0	2	100,0	2	0,8
Exército		0,0	3	100,0	3	1,2
Forças Armadas		0,0	10	100,0	10	4,1
Funcionário Público	1	3,2	30	96,8	31	12,4
Operário		0,0	13	100,0	13	5,4
Pescador		0,0	2	100,0	2	0,8
Portuário		0,0	7	100,0	7	2,9
Profissional Liberal		0,0	9	100,0	9	3,7
Segurança Pública		0,0	5	100,0	5	2,1
Serviço	1	2,5	39	97,5	40	16,1
Serviço Domestico	13	76,5	4	23,5	17	1,7
Transporte		0,0	15	100,0	15	6,2
NC*	2	28,6	5	71,4	7	2,1

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Tabela14: Grupo de Profissão Segundo o Sexo/Gênero

	Sexo/Gênero					
Profissão	Mulheres		Homens		Total	
	No	%	No	%	No	%
Agricultura	9	0,8	260	8,1	269	6,2
Comércio	56	5,0	716	22,4	772	17,8
Construçao Civil			307	9,6	307	7,1
Costura	99	8,8			99	2,3
Desempregado			8	0,2	8	0,2
Estudante	8	0,7	39	1,2	47	1,1
Forças Armadas			50	1,6	50	1,2
Funcionário Público	6	0,5	322	10,1	328	7,6
Indústria	50	4,4	87	2,7	137	3,2
Pescador			31	1,0	31	0,7
Portuário			138	4,3	138	3,2
Profissional Liberal	2	0,2	66	2,1	68	1,6
Segurança Pública			294	9,2	294	6,8
Serviço	10	0,9	512	16,0	522	12,1
Serviço Domestico	754	67,1	32	1,0	786	18,2
Transporte			208	6,5	208	4,8
NC*	130	11,6	131	4,1	261	6,0
Total	1124		3201		4325	100

Fonte: APEBA - Séries Defloramento/ Homicídio/ Tentativa de Homicídio/ Lesões Corporais[807]
NC* Não Consta

Tabela 15: Vítima segundo a Legitimidade e a cor

	Ilegitima		Legitima		NC		Total	
Cor	No	%	No	%	No	%		
Branca	17	24,64	45	65,22	7	10,1	69	18,02
Mestiça	29	53,7	20	37,04	5	9,26	54	14,1
Morena	1	16,67	3	50	2	33,3	6	1,567
Mulata	1	100,0		0			1	0,261
Parda	88	55,35	62	38,99	9	5,66	159	41,51
Preta	45	60,81	22	29,73	7	9,46	74	19,32
Vermelha			1	100			1	0,261
NC	11	57,89	4	21,05	4	21,1	19	4,961
Total	192	50,13	157	40,99	34		383	100

Fonte: Série Defloramento

[807] Não foram considerados para efeito de contagem os casos em que apenas possuíamos um individuo como representação.

Tabela16: Vítima segundo a Legitimidade

Legitimidade	No	%
Ilegitima	192	50,1
Legitima	157	41,0
Não Consta	34	8,9
Total	383	100,0

Fonte: Série Defloramento

Tabela 17: Réus segundo a Legitimidade e a Cor

	Legitimidade							
Cor	Ilegitimo		Legitimo		CN		Total	
	No	%	No	%	No	%	No	%
Branca	3	1,923	13	17,11	9	6	25	6,527
Mestiça	2	1,282			1	0,667	3	0,783
Morena	1	0,641	1	1,316			2	0,522
Parda	5	3,205	6	7,895	4	2,667	15	3,916
Parda Escura	1	0,641					1	0,261
Pardo Claro					1	0,667	1	0,261
Preta	12	7,692	8	10,53	1	0,667	21	5,483
NC*	132	84,62	48	63,16	135	90	315	82,25
Total	156	100,0	76	100,0	150	100,0	383	100,0

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Tabela 18: Réus Segundo a Legitimidade

	No	%
Ilegitimidade	152	39,7
Legitimidade	77	20,10
NC*	154	40,21
Total	383	100,0

Fonte: APEB - Série Defloramento

Tabela 19: Réus segundo o Grau de Instrução

Grau de Instrução	No	%
Assina o Nome	9	2,3
Academico	2	0,5
Analfabeto	32	8,4
Ler e Escrever	266	69,5
Primária	15	3,9
Secunária	2	0,5
Não Consta	57	14,9
Total	383	100

Fonte: APEBA – Serie Defloramento

Tabela 20: Vitima Segundo o Grau de Instrução

Grau de Instrução	No	%
Assina o Nome	22	5,7
Analfabeto	74	19,3
Ler e Escrever	231	60,3
Não Consta	33	8,6
Primária	23	6,0
Total	383	100,0

Fonte APEBA – Serie Processos Defloramento

Tabela21: Vitima Segundo a Cor e a Instrução

	Instrução										
	A /N		ANF		L/E		Primaria		NC		Total
Cor	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No
Branca	7	10,1	3	4,3	50	72,5	3	4,3	6	8,7	69
Mestiça	2	3,7	13	24,1	33	61,1	2	3,7	4	7,4	54
Morena					4	66,7	1	16,7	1	16,7	6
Mulata					1	100,0					1
Parda	10	6,29	27	17,0	97	61	12	7,5	13	8,2	159
Preta	2	2,7	26	35,1	38	51,4	4	5,4	4	5,4	74
Vermelha		0			1	100,0					1
NC	1	5,26	5	26,3	7	36,8	1	5,3	5	26,3	19

Fonte: APEBA - Série Defloramento[808]

[808] A/N – Assina o Nome; ANF – Analfabeto; L/E – Ler e Escrever; P - Primária;

Tabela 22: Réu segundo a Cor e a Instrução

Cor	Branca		Parda		Preta		NC		Total	
Grau de Instrução	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Assina o nome			1		1		7	2,2	9	2,3
Acadêmico							2	0,6	2	0,5
Analfabeto	2	8,0	3	13,64	1	4,8	26	8,3	32	8,4
Ler e Escrever	18	72,0	9	40,91	10	47,6	229	72,7	266	69,5
Primária	2	8,0	7	31,82	5	23,8	1	0,3	15	3,9
Secundaria					1	4,8	1	0,3	2	0,5
Não Consta	3	12,0	2	9,1	3	14,3	49	15,6	57	14,9
Total	25	100	22	100	21		315	100	383	100

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Tabela 23: Cor das Vitimas/Sentença dos Processos

Cor	Branca		Mestiça		Parda		Preta		Não Consta		Total	
Sentença	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%	No	%
Absolvido	14	3,7	10	2,6	23	6,0	15	3,9	4	1,0	66	17,2
Amasiou					1	0,3	1	0,3			2	0,5
Arq./Presc.	13	3,4	6	1,6	23	6,0	10	2,6	7	1,8	59	15,4
Casou	11	2,9	5	1,3	16	4,2	9	2,3	1	0,3	42	11,0
Fuga	5	1,3	4	1,0	13	3,4	6	1,6			28	7,3
Incompleto	27	7,0	19	5,0	54	14,1	28	7,3	6	1,6	134	35,0
Cond./Prisão	8	2,1	13	3,4	22	5,7	6	1,6	1	0,3	50	13,1
Total	78	20,4	57	14,9	153	39,9	76	19,8	19	5,0	383	100,0

Fonte: APEBA - Série Defloramento[809]

[809] As 53 vitimas mestiças foram acrescidas as 4 morenas perfazendo na tabelo o total de 57 mestiças.

Tabela24: Denunciante em relação à vítima

Denunciante	No	%
Mãe	201	52,76
Pai	90	23,62
Avó	2	0,52
Irmã	2	0,52
Irmão	7	1,84
Tia	8	2,10
Tio	12	3,15
Madrasta	1	0,26
Padrasto	1	0,26
Tutor	16	4,20
Tutora	2	0,52
Vítima	7	1,84
Patrão	2	0,52
Outros	4	1,05
Não Consta	26	6,82
Total	381	100,0

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Tabela 25: Motivo legado pelo acusado

Motivo	No	%
Calunia	5	1,31
Casar	22	5,77
Chantagem	4	1,05
Conduta da Vítima	19	4,99
Conferir Virgindade	6	1,57
É o autor	13	3,41
Gravidez	1	0,26
Namoro	1	0,26
Não é o autor	176	46,19
Não é o autor/Fez sexo	3	0,79
Não era virgem	33	8,66
Pretendia Casar	1	0,26
Sustentava a Vítima	1	0,26
Vingança	5	1,31
Outros	9	2,36
Não Consta	82	21,52
Total	381	100,0

Fonte: APEBA - Série Defloramento

Tabela 26: Idade das Vítimas

Idade/Anos	No	%
5	1	0,26
8	1	0,26
11	1	0,26
12	4	1,06
13	9	2,37
14	23	6,07
15	47	12,40
16	58	15,30
17	76	20,05
18	69	18,21
19	58	15,30
20	27	7,12
21	2	0,53
27	1	0,26
38	1	0,26
48	1	0,26
Total	379	100,00

Fonte: APEBA - Série Defloramento[810]

Tabela 27: Profissão dos Acusados

Profissão	No	%
Agricultura	15	3,9
Comércio	90	23,5
Construção Civil	44	11,5
Desempregado	5	1,3
Estudante	10	2,6
Forças Armadas	11	2,9
Funcionário Público	33	8,6
Industria	15	3,9
Pescador	3	0,8
Portuário	10	2,6
Profissional Liberal	7	1,8
Segurança Pública	30	7,8
Serviço	62	16,2
Transporte	31	8,1
Não Consta	17	4,4
Total	383	100,0

Fonte APEBA – Series: Processos Defloramento

[810] Foram excluídos dois processos dos quis não haviam as idades das vitimas

Tabela28: Local do Defloramento

Local	No	%
Casa do Acusado	78	20,47
Casa da Vítima	99	25,98
Local de Trab. do Acusado	20	5,25
Local de Trab. da Vítima	8	2,10
Casa de parente do Acusado	9	2,36
Casa de Parente da Vítima	5	1,31
Hotel/ Pensão	4	1,05
Casa de Tolerância	4	1,05
Carro	2	0,52
Rua	76	19,95
Não Consta	25	6,56
Outros	51	13,39
Total	381	100,00

Tabela 29: Tempo de Namoro /Primeira Relação

Dias/Meses/Anos	No.	%
1 Ano	53	13,8
1 Mês	12	3,1
1 Semana	1	0,3
10 Anos	1	0,3
10 Meses	3	0,8
14 Meses	1	0,3
15 Dias	2	0,5
2 Anos	31	8,1
2 Dias	1	0,3
2 Meses	8	2,1
3 Anos	12	3,1
3 Meses	8	2,1
4 Anos	8	2,1
4 Meses	12	3,1
5 Anos	2	0,5
5 Dias	1	0,3
5 Meses	7	1,8
6 Anos	1	0,3
6 Meses	17	4,4
7 Meses	4	1,0
8 Dias	1	0,3
8 Meses	6	1,6
9 Meses	2	0,5
Meses	5	1,3
Muito Tempo	4	1,0
NC	180	47,0
Total	383	100,0

Obs.: Tabela com os dados gerais segundo as ocorrências de tempo de namoro

Tabela 30: Termo usado pelas vitimas para descrever os réus

Nome	No	%
Colega	1	0,3
Companheiro	1	0,3
Conhecido	13	3,4
Deflorador	2	0,5
Desconhecido	4	1,0
Ex-Namorado	1	0,3
Ex-Noivo	1	0,3
Namorado	234	61,1
Namorado/Colega de Trabalho	1	0,3
Namorado/Noivo	4	1,0
Namorado/Patrão	1	0,3
Namorado/Vizinho	28	7,3
Noivo	27	7,0
Noivo/Vizinho	2	0,5
Outros	40	10,4
NC	23	6,0
Total	383	100,0

Fonte APEBA – Series: Processos Defloramento

Tabela 31: Motivo Alegado pela Vítima

Motivo	No	%
Engano	7	1,84
Estupro	9	2,36
Forçar o Casamento	7	1,84
Gostar	6	1,57
Compromisso (Namoro/Noivado)	4	1,05
Montar Casa	**9**	**2,36**
Montar Casa/Caricias	1	0,26
Não era virgem	1	0,26
Promessa de Casamento	**231**	**60,63**
Promessa de Casamento/Caricias	9	2,36
Promessa de Casamento/Engano	4	1,05
Promessa de Casamento/Gostar	4	1,05
Promessa de Casamento/Montar Casa	5	1,31
Promessa de Casamento/Uso de Força	7	1,84
Provar que era virgem	1	0,26
Uso de Força	**23**	**6,04**
Uso de Força/Engano	3	0,79
Outros	11	2,89
Não Consta	39	10,24
Total	381	100,0

Fonte APEBA – Series: Processos Defloramento

Tabela 32: Relação da Testemunha de Acusação com a Vítima

Relação com a Vitima	No	%
Amizade	74	4,31
Chefe	1	0,06
Colega de Trabalho	13	0,76
Comadre	3	0,17
Compadre	3	0,17
Conhece	804	46,80
Conheceu durante o processo	5	0,29
Ex-amasio da mãe	1	0,06
Ex-colega de trabalho	4	0,23
Ex-mulher do tio	1	0,06
Ex-namorado	1	0,06
Ex-patrão	4	0,23
Ex-professor	3	0,17
Ex-vizinho	17	0,99
Irmão	2	0,12
Mãe	3	0,17
Mora na mesma casa	5	0,29
Não Conhece	22	1,28
Nenhuma	4	0,23
Outros	8	0,47
Pai	2	0,12
Parente	4	0,23
Patrão	13	0,76
Primo	4	0,23
Tia	1	0,06
Tio	5	0,29
Tutor	2	0,12
Vizinhança	409	23,81
NC	300	17,46
Total	1718	100,00

Fonte APEBA – Series: Processos Defloramento